

em Linguagem Discurso

ISSN 1982-4017

volume 18, número 1, jan./abr. 2018

ISSN 1982-4017 (eletrônica)

em Linguagem (Dis)curso

**Programa de Pós-Graduação em Ciências da Linguagem
Universidade do Sul de Santa Catarina**



Tubarão – SC

v. 18, n. 1, p. 1-252, jan./abr. 2018

Dados Postais/Mailing Address

Revista Linguagem em (Dis)curso

Programa de Pós-Graduação em Ciências da Linguagem – Unisul

A/C: Comissão Editorial

Avenida José Acácio Moreira, 787

88.704-900 – Tubarão, Santa Catarina, Brasil

Fone: (55) (48) 3621-3000 - Fax: (55) (48) 3621-3036

E-mail: lemd@unisul.br

Site: <http://linguagem.unisul.br/paginas/ensino/pos/linguagem/linguagem-em-discurso/index.htm>

Portal de Periódicos: http://www.portaldeperiodicos.unisul.br/index.php/Linguagem_Discurso

SciELO: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_serial&pid=1518-7632&nrm=iso&lng=pt

Ficha Catalográfica

Linguagem em (Dis)curso/Universidade do Sul de Santa Catarina. -
v. 1, n. 1 (2000) - Tubarão: Unisul, 2000 -

Quadrimestral

ISSN 1518-7632; 1982-4017

1. Linguagem - Periódicos. I. Universidade do Sul de
Santa Catarina.

CDD 405

Elaborada pela Biblioteca Universitária da Unisul

Indexação/Indexation

Os textos publicados na revista são indexados em: SciElo Brasil; EBSCO Publishing; LLBA - Linguistics & Language Behavior Abstracts (Cambridge Scientific Abstracts); MLA International Bibliography (Modern Language Association); Linguistics Abstracts (Blackwell Publishing); Ulrich's Periodicals Directory; Directory of Open Access Journals (DOAJ); Clase (Universidad Nacional Autónoma de México); Latindex; Journalseek (Germanics); Dialnet (Universidad de La Rioja); Social and Human Sciences Online Periodicals (Unesco); GeoDados (Universidade Estadual de Maringá); OASIS (Ibict); Portal de Periódicos (CAPES); Portal para Periódicos de Livre Acesso na Internet (Ministério da Ciência e Tecnologia, Brasil).

The journal and its contents are indexed in: SciElo Brasil; EBSCO Publishing; LLBA - Linguistics & Language Behavior Abstracts (Cambridge Scientific Abstracts); MLA International Bibliography (Modern Language Association); Linguistics Abstracts (Blackwell Publishing); Ulrich's Periodicals Directory; Directory of Open Access Journals (DOAJ); Clase (Universidad Nacional Autónoma de México); Latindex; Journalseek (Germanics); Dialnet (Universidad de La Rioja); Social and Human Sciences Online Periodicals (Unesco); GeoDados (Universidade Estadual de Maringá); OASIS (Ibict); Portal de Periódicos (CAPES, Brazil); and Portal para Periódicos de Livre Acesso na Internet (Ministry of Science and Technology, Brazil).



Reitor

Mauri Luiz Heerd

Vice-Reitor

Lester Marcantonio Camargo

Chefe de Gabinete

Ademar Schmitz

Secretária Geral da Unisul

Mirian Maria de Medeiros

Pró-Reitor de Ensino, Pesquisa, Pós-graduação, Extensão e Inovação

Hércules Nunes de Araújo

Pró-Reitor de Administração e Operações

Heitor Wensing Júnior

Assessor de Marketing, Comunicação e Relacionamento

Fabiano Ceretta

Assessor Jurídico

Lester Marcantonio Camargo

Diretor do Campus Universitário de Tubarão

Rafael Ávila Faraco

Diretor do Campus Universitário da Grande Florianópolis

Zacaria Alexandre Nassar

Diretor do Campus Universitário Unisul Virtual

Ana Paula Reusing Pacheco

Programa de Pós-graduação em Ciências da Linguagem

Fábio José Rauen (Coordenador)

Nádia Régia Maffi Neckel (Coordenadora Adjunta)

Av. José Acácio Moreira, 787

88704-900 – Tubarão - SC

Fone: (55) (48) 3621-3000 – Fax: (55) (48) 3621-3036

Sítio: www.unisul.br

Editores/Editors

Fábio José Rauhen (Universidade do Sul de Santa Catarina, Tubarão, Brasil)
 Maria Marta Furlanetto (Universidade do Sul de Santa Catarina, Tubarão, Brasil)
 Silvânia Siebert – Editora Associada (Universidade do Sul de Santa Catarina, Tubarão, Brasil)

Secretária Executiva/Executive Secretary

Kellen Oliveira (Universidade do Sul de Santa Catarina, Tubarão, Brasil)

Comitê Editorial/Editorial Committee

Adair Bonini (Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Brasil)
 Andréia da Silva Daltoé (Universidade do Sul de Santa Catarina, Tubarão, Brasil)
 Carmen Rosa Caldas-Coulthard (University of Birmingham, Birmingham, Inglaterra)
 Débora de Carvalho Figueiredo (Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Brasil)
 Freda Indursky (Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Brasil)
 Maurício Eugênio Maliska (Universidade do Sul de Santa Catarina, Tubarão, Brasil)
 Sandro Braga (Universidade Federal de Santa Catarina, Tubarão, Brasil)
 Vera Lúcia Menezes de Oliveira e Paiva (Univ. Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Brasil)

Conselho Consultivo/Advisory Board

Alba Maria Perfeito (Universidade Estadual de Londrina, Londrina, Brasil)
 Aleksandra Piasecka-Till (Universidade Federal do Paraná, Curitiba, Brasil)
 Alessandra Baldo (Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, Brasil)
 Ana Cristina Ostermann (Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, Brasil)
 Ana Cristina Pelosi (Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, Brasil)
 Ana Elisa Ribeiro (Centro Federal de Educação Tecnológica, Belo Horizonte, Brasil)
 Ana Zandwais (Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Brasil)
 Anna Christina Bentes (Universidade Estadual de Campinas, Campinas, Brasil)
 Anna Flora Brunelli (Universidade Estadual Paulista, São José do Rio Preto, Brasil)
 Angela Paiva Dionísio (Universidade Federal do Pernambuco, Recife, Brasil)
 Antônio Carlos Soares Martins (Instituto Fed. do Norte de Minas Gerais, Montes Claros, Brasil)
 Aparecida Feola Sella (Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel, Brasil)
 Belmira Rita da Costa Magalhães (Universidade Federal de Alagoas, Maceió, Brasil)
 Bethania Sampaio Corrêa Mariani (Universidade Federal Fluminense, Niterói, Brasil)
 Cleide Inês Wittke (Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, Brasil)
 Conceição Aparecida Kindermann (Universidade do Sul de Santa Catarina, Tubarão, Brasil)
 Cristiane Gonçalves Dagostim (Faculdade SATC, Criciúma, Brasil)
 Cristina Teixeira Vieira de Melo (Universidade Federal de Pernambuco, Recife, Brasil)
 Dânie Marcelo de Jesus (Universidade Federal do Mato Grosso, Rondonópolis, Brasil)
 Danielle Barbosa Lins de Almeida (Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, Brasil)
 Désirée Motta-Roth (Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, Brasil)
 Enio Clark de Oliveira (Texas Christian University – TCU, Fort Worth, Texas, United States)
 Eric Duarte Ferreira (Universidade Federal Fronteira Sul, Chapecó, Brasil)
 Eulália Vera Lúcia Fraga Leurquin (Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, Brasil)
 Fernanda Mussalim (Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, Brasil)
 Gisele de Carvalho (Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil)
 Gustavo Ximenes Cunha (Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Brasil)
 Heloísa Pedroso de Moraes Feltes (Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, Brasil)
 Heronides Maurílio de Melo Moura (Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Brasil)
 João Carlos Cattelan (Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel, Brasil)
 José Luiz Vila Real Gonçalves (Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, Brasil)
 Júlio César Araújo (Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, Brasil)

Lilian Cristine Hübner (Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, p. Alegre, Brasil)
Luiz Paulo da Moita Lopes (Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil)
Manoel Luiz Gonçalves Corrêa (Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil)
Marci Fileti Martins (Universidade Federal de Rondônia, Guajará-Mirim, Brasil)
Maria Antónia Coutinho (Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, Portugal)
Maria Cecília de Miranda Nogueira Coelho (Univ. Federal de Minas Gerais, B. Horizonte, Brasil)
Maria da Conceição Fonseca-Silva (Univ. Est. do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, Brasil)
Maria de Fátima Silva Amarante (Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, Brasil)
Maria Elias Soares (Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, Brasil)
Maria Ester Moritz (Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Brasil)
Maria Inês Ghilardi Lucena (Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, Brasil)
Maria Izabel Santos Magalhães (Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, Brasil)
Maria Otilia Ninin (Universidade Paulista, Santana de Parnaíba, Brasil)
Mariléia Silva dos Reis (Universidade Federal de Sergipe, Itabaiana, Brasil)
Marly de Bari Matos (Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil)
Maurício Eugênio Maliska (Universidade do Sul de Santa Catarina, Tubarão, Brasil)
Mônica Magalhães Cavalcante (Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, Brasil)
Mônica Santos de Souza Melo (Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, Brasil)
Nicolás Bermúdez (Universidad de Buenos Aires/Universidad Nacional del Arte, Buenos Aires, Argentina)
Nívea Rohling (Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, Brasil)
Nukácia Meyre Silva Araújo (Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, Brasil)
Onici Claro Flôres (Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, Brasil)
Orlando Vian Jr. (Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, Brasil)
Patrícia da Silva Meneghel (Universidade do Sul de Santa Catarina, Tubarão, Brasil)
Pedro de Moraes Garcez (Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Brasil)
Pedro de Souza (Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Brasil)
Raquel Bambirra (Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais, Belo Horizonte, Brasil)
Ricardo Moutinho (Universidade de Macau, Macau, China)
Richarles Souza de Carvalho (Universidade do Extremo Sul Catarinense, Criciúma, Brasil)
Roberto Leiser Baronas (Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, Brasil)
Rossana de Felipe Böhlke (Fundação Universidade do Rio Grande, Rio Grande, Brasil)
Sandro Braga (Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Brasil)
Sebastião Lourenço dos Santos (Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, Brasil)
Sílvia Ines C. C. de Vasconcelos (Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Brasil)
Simone Padilha (Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, Brasil)
Solange Leda Gallo (Universidade do Sul de Santa Catarina, Palhoça, Brasil)
Sônia Maria de Oliveira Pimenta (Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Brasil)
Susana Borneo Funck (Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Brasil)
Vanessa Wendhausen Lima (Universidade do Sul de Santa Catarina, Tubarão, Brasil)
Vera Lúcia Lopes Cristovão (Universidade Estadual de Londrina, Londrina, Brasil)
Wilson José Leffa (Universidade Católica de Pelotas, Pelotas, Brasil)
Wander Emediato (Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Brasil)

Equipe Técnica/Technical Team

Tradução e revisão/Translation and Revision

Editores (português); Elita de Medeiros (inglês e espanhol)

Diagramação/Layout

Fábio José Rauen

SUMÁRIO/CONTENTS

Apresentação/Presentation

Plágio e autoplágio: desencontros autorais

Plagiarism and self-plagiarism: authorship disagreements

Plagio y autoplagio: desencuentros autorales

Maria Marta Furlanetto

Fábio José Rauen

Silvânia Siebert

11

Artigos de Pesquisa/Research Articles

Cartas de Mário de Andrade a Câmara Cascudo:

representações discursivas de amizade

Letters from Mário de Andrade to Câmara Cascudo:

discursive representations of friendship

Cartas de Mário de Andrade a Câmara Cascudo:

representaciones discursivas de amistad

Benedita Vieira de Andrade

21

Patrones de formulación de objetivos en artículos de investigación
en las disciplinas de Lingüística y Biotecnología escritos en inglés

*Patterns of formulation of objectives of research articles written in English in two
disciplines: Linguistics and Biotechnology*

*Padrões de formulação de objetivos em artigos de investigação nas disciplinas de
Linguística e Biotecnologia escritos em inglês*

Violeta Cautín-Epifani

Jadranka Gladic Miralles

35

O autorreparo como estratégia adaptativa na fala em interação de um afásico

Self-repair as an adaptative strategy in talk to interaction of an aphasic man

*El auto-reparación como estrategia adaptativa en la habla en interacción de un
afásico*

Lívia Miranda de Oliveira

Julia Gonçalves Dias

49

Estratégias discursivas para um <i>ethos</i> de credibilidade no debate político <i>Discursive strategies for an ethos of credibility in political debate</i> <i>Estrategias discursivas para un ethos de credibilidad en el debate político</i>	
Wagner Alexandre dos Santos Costa	69
A discursividade da mídia na construção de sentidos para o sujeito-professor <i>The discursivity of the media in the construction of meanings for the subject-teacher</i> <i>La discursividad de los medios de comunicación en la construcción de sentidos para el sujeto-profesor</i>	
Joelma Aparecida Bressanin	87
A textualização de verbete enciclopédico em sistemas Wiki <i>Textualization of encyclopedic entries in Wiki systems</i> <i>Textualización de entradas enciclopédicas en sistemas Wiki</i>	
Rossana Aparecida Finau Mateus Lourenço Ribeirete	99
Construção e desenvolvimento da identidade organizacional: análise do sítio Web de uma organização <i>Construction and development of the organizational identity: Analysis of an Organization's Website</i> <i>Construcción y desarrollo de la identidad organizacional: Análisis del sitio Web de una Organización</i>	
Rosa Maria Sobreira Gorete Marques	119
Eu, nós e a instituição: formações imaginárias sobre a aula <i>Me, us, the institution: imaginary formations on the classroom</i> <i>Yo, nosotros y la institución: formaciones imaginarias sobre la clase</i>	
Eliane Maria Cabral Beck	135
Materialidades da autoria na sessão de autógrafos <i>Materialities of the authorship in the autograph session</i> <i>Materialidades de la autoría en la sesión de autógrafos</i>	
Lucas Piter Alves-Costa Marilda Aparecida Lachovski	147

<p>Representação da situação de rua no jornalismo eletrônico em textos verbo-visuais – a violência em discurso no <i>Correio Braziliense</i> (2011-2013) <i>Representation of homelessness in electronic journalism in verb-visual texts</i> – <i>violence in discourse in the Correio Braziliense newspapers (2011-2013)</i> <i>Representación de la situación de calle en el periodismo eletrônico</i> <i>en textos verbo-visuales – la violencia en discurso en el Correio Braziliense (2011-2013)</i></p>	<p>Viviane de Melo Resente Maria Carmen Aires Gomes</p>	<p>165</p>
<p>Modelos culturais: teoria, estudos e métodos <i>Cultural models: theory, studies and methods</i> <i>Modelos culturales: teoría, estudios y métodos</i></p>	<p>Heloísa Pedroso de Moraes Feltes</p>	<p>193</p>
<p>Ensaaios/ Essays</p>		
<p>O objeto da ideologia na teoria crítica do discurso <i>The object of ideology in the Critical Theory of Discourse</i> <i>El objeto de la ideología en la Teoría Crítica del Discurso</i></p>	<p>Maria Eduarda Gonçalves Peixoto Claudiana Nogueira de Alencar Ruberval Ferreira</p>	<p>215</p>
<p>Ensaio sobre a voz <i>Essay about voice</i> <i>Ensayo sobre la voz</i></p>	<p>Daiane Neumann</p>	<p>235</p>

DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1982-4017-1801AP-0000>

PLÁGIO E AUTOPLÁGIO: DESENCONTROS AUTORAIS

Maria Marta Furlanetto*

Fábio José Rauhen**

Silvânia Siebert***

**Universidade do Sul de Santa Catarina
Programa de Pós-graduação em Ciências da Linguagem
Tubarão, SC, Brasil**

“Repetição e deslocamento. Paráfrase e metáfora. Às margens do texto, textos fantasmas diluem as bordas da textualização, seus limites.”

(Eni P. Orlandi)

“Para onde vão os cientistas e a ciência? O destino não é conhecido, mas eles estão indo cada vez mais rápido.”

(Thomaz Wood Jr.)

Para darmos parcialmente conta de implicações geradas pela discussão que promovemos em nossa edição 2017-3, propomos mais um episódio sobre a temática em curso, que integra subjetividade, alteridade e autoria, necessária porque nos afeta diretamente. Nesta edição elegemos como fio condutor o plágio e o autoplágio, considerados por editores como um dos grandes problemas para a divulgação científica no momento. Nos situamos como enunciadorees em um processo de publicação científica, como revista especializada das áreas de Letras e Linguística – mais diretamente interessada em movimentos textuais e discursivos. Nesse modo de produção e divulgação participam autores, consultores, editores e o leitores especializados de ciência. Não há, em princípio, como pensarmos que exista falta de conhecimento sobre o funcionamento discursivo deste campo por parte dos sujeitos; poderíamos descartar, então – ao menos em grande parte –, a ingenuidade como argumento para a realização do plágio e do autoplágio.

* Doutora em Linguística Aplicada pela Université Paris VIII. Docente do Programa de Pós-graduação em Ciências da Linguagem da Universidade do Sul de Santa Catarina. Editora de Linguagem em (Dis)curso. E-mail: mmartafurlanetto@gmail.com.

** Doutor em Letras/Linguística pela Universidade Federal de Santa Catarina. Docente e Coordenador do Programa de Pós-graduação em Ciências da Linguagem da Universidade do Sul de Santa Catarina. Editor de Linguagem em (Dis)curso. E-mail: fabio.rauen@unisul.br.

*** Doutora em Linguística Aplicada pela Universidade Estadual de Campinas. Docente do Programa de Pós-graduação em Ciências da Linguagem da Universidade do Sul de Santa Catarina. Editora de Linguagem em (Dis)curso. E-mail: silvania@cinemaistv.com.br.

Estudiosos do tema confrontam o plágio e o autoplágio com a originalidade, a autoria, a propriedade, a moral, entre outras possibilidades. O plágio enamora-se da cópia, da paráfrase, da não citação, da omissão a outrem. É tomado como crime, como falta de conduta, quando pensado a partir do funcionamento jurídico, como abordado no e-book *Plágio acadêmico* (WACHOWICZ; COSTA, 2016).

A autoria, como destacamos na edição anterior, não é para nós, neste espaço, apenas um dos temas possíveis (e sempre revisitado): surge como uma *figura* sobrevoando o regime da prática autoral em trabalho científico – o universo de saberes em construção. Nesse processo, o fantasma do plágio e do autoplágio nos assombra. A forma aparentemente “inócua” (digamos assim), mas não sem consequência, é aquela que corresponde à citação desabrida, em que se abandona o esforço de pensamento original para convidar os autores consultados ao palco do texto. E não vamos nos remeter diretamente a outros problemas, como o da coautoria em níveis diversos, inclusive o do relacionamento, na academia, entre orientadores e seus estudantes¹.

Nesta edição, buscamos pensar a partir do estudos do discurso. Seguindo Orlandi, assumimos que “do ponto de vista de suas condições de produção, o texto tem relação com a situação e com outros textos, o que lhe dá um caráter não acabado.” (2001a, p. 181). Ele tem, portanto, limites difusos, em função de se apresentar como materialidade linguístico-histórica da discursividade. Seu acabamento, por força do trabalho autoral (função-autor) em busca de unidade, é da ordem do imaginário: “Se a discursividade é incomensurável em seu real, o texto representa imaginariamente o dizer como uma extensão com limites, pausas, beiradas (bordas) possíveis. E o autor se representa como responsável na origem do texto que produz.” (ORLANDI, 2001b, p. 93). Porém, o resultado é sempre precário, sempre passível de textualizações que rodeiam suas bordas: versões, variantes, paráfrases, em jogo em duas direções: para a *repetição* e para o *deslocamento*, o que corresponde a dois processos fundamentais da dinâmica da linguagem propostos por Orlandi (cf. 2001a, p. 137): a *paráfrase* e a *polissemia* – em sentido amplo, abarcando o funcionamento geral, não um episódio particular e local.

É a partir desta divisão em termos de movimento que Orlandi (2001a) distingue *produtividade* e *criatividade* no trabalho com linguagem. A paráfrase remete a determinado espaço do que é dizível; repete, mantém-se no *mesmo*, entendido como uma matriz, um acervo memorial reconhecido. Isso seria *produtividade* nesta perspectiva. A polissemia representa o deslocamento, a abertura e a possibilidade de ruptura: remete à *criatividade*. Os dois movimentos de força vivem em tensão na linguagem. Dado esse jogo no funcionamento textual-discursivo, Orlandi acaba por estabelecer esta sentença memorável: “Ao longo de toda uma vida não é talvez senão o mesmo texto que trabalhamos incessantemente, acrescentando, transformando, repetindo, à busca de sua forma mais acabada.” (2001b, p. 95-96). Nesse trabalho incessante, nunca encontraremos a última palavra. A aparência que ela possa tomar apenas indicia novo deslizamento em nosso histórico de produção.

¹ Sobre esse tema, Targino (2010) nos oferece uma visão esclarecedora em *Orientador ou tutor é autor?*.

As condições de produção da ciência nos remetem ao termo *produtividade*, que reivindica a repetição para atender ao princípio de fazer muito em pouco tempo. Afinal, os pesquisadores são cobrados em ter publicações inéditas, textos novos em um ritmo de dedicação exclusiva à produção da escrita do trabalho científico. No entanto, este mesmo pesquisador precisa orientar, lecionar, pesquisar... Esta pressão pela produtividade desenha um cenário difícil para as revistas científicas, que cada vez mais vêm recebendo artigos com plágio e autoplágio – modalidades distintas em termos de processos autorais política e juridicamente considerados, mas ambas fazendo o movimento entre paráfrase e polissemia, entre produtividade e criatividade, segundo a concepção discursiva.

O autoplágio não é perspectivado como crime; no entanto, tem sido encarado como conduta pouco ética em função de fatores políticos, culturais e morais. Dada a expansão desse modo de refletir sobre a divulgação de trabalhos científicos, tem proliferado a produção de artefatos para identificação das experiências consideradas pouco éticas na produção e divulgação de trabalhos nas mais diversas áreas do conhecimento, como temos lido em inúmeros materiais que divulgam o problema e fornecem meios de detecção que ajudem a coibir tais atitudes – indício claro de que algo nada subterrâneo está estimulando essas experiências – e, em o fazendo, vêm causando constrangimento e exigindo reflexão e atitude: o tema prolifera em ambiente às vezes nebuloso, provocativo. Isso tem levado editores a estabelecer normas específicas para a publicação e mesmo exigir o compromisso de que os trabalhos submetidos são originais, inéditos e sem duplicação de publicação – como é o caso de nosso periódico. Subsequentemente, nos damos conta de que mais um problema deve merecer nossa atenção: aquele de como os enunciados podem ser lidos – portanto, um aparente *detalhe* sobre como o discurso funciona.

Isto conduz, de início, a pensar em como podemos ou devemos julgar a exigência de *produtividade* – que nos dá *pontos* em avaliação ou nos sonega esses pontos por falha de produção (ausência ou insuficiência). Por que *produtividade*?

É senso comum vincular *produtividade*, de imediato, ao espaço econômico e empresarial, em rede mais ampla com política, visto que o crescimento de um país está associado aos negócios de produção e produtividade, que presumem, então, planejamento, eficiência e rentabilidade. É preciso ser capaz de produzir *mais* com *menos* (menos esforço – mão de obra –, menos recursos – equipamentos –, menos tempo, e com apoio logístico apropriado: resultados científicos). Temos aí o que se chama *otimização* – ou ainda: a relação equilibrada entre custo e benefício. Na ponta desse processo, o imaginário do espaço político-econômico prevê o que se *deseja*: mercado amplo, melhores salários, melhor padrão de vida, mais consumo, tudo voltado para o trabalhador, para os consumidores e ... para o capital.

A produtividade, idealmente (imaginariamente), presume a busca de aperfeiçoamento, inovação, resultados qualitativos, indo na direção do crescimento – para a empresa, para o estado e o país, em última análise. O conceito, portanto, no plano da Economia, vincula-se à noção de capacidade de produção com menos meios e menos tempo, devendo resultar em mais lucro e mais crescimento. Resulta daí que ele apresenta uma aura positiva econômica e socialmente falando, porque levaria ao bem-estar social (uma espécie de memória do futuro). Era indispensável que, nessa equação, não houvesse esquecimento do mundo sociocultural.

O conceito migrou para a área educacional e teve repercussão, por exemplo, na ampliação do Ensino Fundamental de oito para nove anos (mais tempo de ensino, mais aprendizagem) – o que educadores em geral têm interpretado como significando mais responsabilidades para os agentes educacionais, de par com o crescente controle de resultados (os inúmeros testes periódicos e as estatísticas proliferam). A mesma direção vimos, em 2016, no debate acirrado em torno da proposta da *Base Nacional Comum Curricular* (BNCC) que, pela unificação do currículo da educação básica, dizia-se voltada para o aprimoramento da educação brasileira, estabelecendo, direta ou indiretamente, o que seria *qualidade* na educação.

Mas como isso se reflete na produção científica? Aparentemente, publica-se muito, mas isso não redundaria necessariamente em maior impacto ou crescente qualidade – e duas das falhas comumente apontadas é a da reprodução/redundância (variantes, versões parafrásticas) e a da *salami slicing* (fatiamento de salame) – ciência em fatias. Editores em geral têm bastante experiência com esses fenômenos na rotina de tramitação de trabalhos científicos: uma única pesquisa relativamente volumosa pode ser recortada em partes (capítulos ou não) e ser reapresentada como artigo ou ensaio sem manifestar propriamente ineditismo, renovação e progressão. Funciona mais diretamente como divulgação (como publicidade do que já está feito).

E (o que não pode ser desconsiderado) o volume de produção – de boa ou má qualidade, repetitiva ou original, presentificando no quadrante do *mesmo* (paráfrase) ou do *diferente* (polissemia), do autoplágio ou da originalidade – está, certamente, além da capacidade de qualquer bom leitor, capaz de refletir e *cocriar*, acompanhando o movimento dos autores, de uma única área de estudos que seja.

A injunção à produtividade em ciência, em todo caso, deixa na sombra outra noção que emparelha com ela: a *competitividade*. São ambas, como noções originadas na área econômica – e portanto não estranhas a nenhum campo ou esfera de nossa formação social –, suficientemente naturalizadas para, à primeira vista, não causar desconforto. Assim, em perspectiva ética, apreciemos esta constatação de Assmann (2009, p. 111): “cada vez mais somos empurrados para a produtividade e para a competição com os colegas. Ser competitivo tornou-se uma ‘virtude’. E se o bem for bem apenas para mim, então competidor virtuoso e bom é quem consegue eliminar ou matar os outros competidores.”. Pode ocorrer-nos – e não parece ser mera fantasia – que a exploração dos jogos eletrônicos, em vista da recepção que têm e a dominância em estimular a competição, são instrumentos para moldar corpos e mentes desde cedo para a sobrevivência em qualquer campo. Mas de que sobrevivência se trata? *Sobrevivência* soa de modo tão natural que funciona como argumento inelutável por si só.

Ao mesmo tempo, há que considerar a contradição que se afirma entre o mundo estrito do capital e o que ressoa em volta, em todas as esferas sociais, especificamente, no caso em pauta, no espaço da ciência: “Enquanto é o capital que precisa do conhecimento gerado pelos trabalhadores-pesquisadores para reproduzir-se, estes vivenciam a intensificação e alienação do seu trabalho; tal dependência aponta para o desafio de exercer seu poder.” (MACHADO; BIANCHETTI, 2011, p. 244). Esta contradição não pode ser explicada senão considerando, no grande tempo, a formação das relações entre universidade, ciência, governos e economia, e os compromissos que foram sendo criados entre essas instâncias – resultantes de pequenos ou grandes eventos. É o

que propõem Machado e Bianchetti, viajando ao passado para entender o mundo contemporâneo, suas *figurações* e seu rumo.

Nesse texto, já no título, os autores escolhem realizar um deslocamento: de produtividade para *produtivismo*, que certamente produz um sentido de ruptura com a tradição do setor econômico e fazendo diluir qualquer possibilidade de que os resultados de tal política possam gerar também a qualidade *imaginada*. Nessa direção declarada, exploram como foram construídas as relações entre universidade/ciência, economia e governos: como, por exemplo, um órgão governamental como a CAPES (Coordenadoria de Aperfeiçoamento do Pessoal de Nível Superior) começou a mediar os interesses surgidos dessa aproximação, transformando esses interesses em demandas que, de algum modo, estariam afinadas com sua meta de órgão estatal: o *Aperfeiçoamento* – de fato, algo como um deslocamento, na universidade, que a levava a trabalhar de modo não autônomo em função da tríade que se formou com a implementação dessa política: educação, ciência e tecnologia – política elaborada não em nível nacional, mas mundial. Da mesma forma que para a *produtividade* em nível estrito – produção orientada para aumento de bens de consumo e crescimento nacional – a educação se vê mergulhada nessa rede, que passa a ser conhecida como *sociedade pós-industrial* – concepção do sociólogo americano Daniel Bell, como mostram Machado e Bianchetti (2011).

Por um lado, o ingresso de financiamento para a formação em pesquisa não pode ser pensado de modo negativo: universidades precisam produzir conhecimento. Por outro, elas não podiam engendrar livremente suas próprias metas e meios: tornaram-se subservientes, vinculadas a um poder com mecanismos nem sempre explícitos para fins não necessariamente conhecidos, embora acenados e perfilados na forma de bem-estar social, aparentemente o futuro certo implicado pelo crescimento econômico. Enfim, mudanças históricas, econômicas, estatais e sociais não têm refletido substancialmente a situação das universidades e das instituições de pesquisa e divulgação de conhecimento, de modo que continuamos suportando o enredamento constituído por essas amarrações e interesses.

Dado que, como questionam Machado e Bianchetti (2011, p. 252), cabe saber “a quem legitimamente pertencem as descobertas e inovações decorrentes do trabalho dos pesquisadores”, é responsabilidade de políticas públicas impedir que empresas se apropriem dos resultados dessa nova força de trabalho que são os pesquisadores, se, no final das contas, a pretensão política é o retorno à sociedade. Isso destacado, pode até soar estranho que, de par com a *produtividade* (*produtivismo?*), haja um movimento tão ferrenho de gerenciamento da produção autoral, de ataque ao plágio e, mais recentemente, ao autoplágio, se pusermos em luz suficientemente clara a dificuldade de filtrar, no volume de produção autoral, todas as variantes desses fenômenos – quando não a detecção de problemas mais graves. A luta pela produtividade (alimentada por bolsas, às vezes, que sinalizam o reconhecimento por parte dos setores de financiamento) não é necessariamente refletida na alta qualidade de uma produção – assim como a superprodução de mercadorias não é refletida no bem-estar social e no esmaecimento das diferenças e dos conflitos, como projetava o sociólogo Daniel Bell (que, aliás, reconheceu depois os conflitos resultantes do “capitalismo avançado”).

Há formas, contudo, de confrontar o gerenciamento mercadológico da produção intelectual, e não poucos autores têm procurado contrastar a *fast science* (variedade científica do *fast food* que impregna as sociedades como decorrência da vida atribulada,

que não tem agenda para os *cuidados de si*) com a *slow science*. Um exemplo é a discussão proposta por Zoppi Fontana (2012)², que analisa o funcionamento do discurso da produtividade científica no contexto do movimento da *slow science*. Com isso, trabalha formas de representação da temporalidade (visando à desaceleração) e procede a uma análise de material diferenciado sobre o tema, incluindo modos de circulação do conhecimento científico. Tecnologia, inovação, índices de impacto – eis o que informa a produtividade, em uma armação em que uma coisa leva inevitavelmente à outra, e assim se mede a ciência. São as condições de produção. A ciência circula, efetivamente, marcando toda a vida social, inclusive na forma da *divulgação científica*, saber distribuído para a população em geral. E aqui entra a questão principal: qual a relação entre a temporalidade da ciência e a temporalidade do social? Diz a autora: “os sentidos de *novidade* e de *avanço* se impõem como imagem dominante na representação social da ciência, deslegitimando aqueles campos de conhecimento cuja prática não produz ‘descobertas’.” (2012, p. 227).

Isso estabelecido, a pesquisa científica se pauta pela lógica do modo de produção capitalista. E essa lógica se espalha para todas as esferas e setores conhecidos. O que Zoppi Fontana persegue é saber se todas as áreas de conhecimento têm a mesma representação da temporalidade e se as eventuais diferenças afetam a imagem discursiva delas – dando foco à polêmica instaurada pelo movimento *slow science* – que se configura como uma resposta aos excessos da *fast science*. A *slow science* surge em manifestos de pesquisadores internacionais, replicando movimentos sociais e partilhando a preocupação com os vínculos entre tecnologia, ciência e sociedade. A autora, então, quer mostrar como, em certos lugares discursivos, são ressignificados os tempos da ciência; e, nessa representação, ver indícios de estar no mundo de sujeitos da ciência – o que leva a vislumbrar como se reorganiza, em cada caso, a memória discursiva.

Ora, as políticas de pesquisa contemporâneas manipulam um tempo de aceleração, e então “os enunciados narrativos sobre a ciência desenham espaços de identificação fortemente marcados por *temporalidades lançadas para o futuro em ritmo crescente de aceleração*” (ZOPPI FONTANA, 2012, p. 234, grifos da autora). Os manifestos da *slow science* (movimento iniciado pelo antropólogo francês Joël Candau), ao contrário, propugnavam *Dar tempo ao tempo da Ciência* (o slogan do movimento). À medida que esse movimento se propagava e criava, no caminho, outros espaços de convergência, o afrontamento se tornava mais visível, e um jogo de argumentos se pôs em atrito. Enunciados já naturalizados se repetiam como verdades sustentadas para rivalizar com a *política da slow science*: rapidez no fluxo de informações, meios adequados para a produção de pesquisas (efeito das tecnologias), portanto necessidade de disseminação rápida... Neste ponto a autora aponta a direção discursivo-ideológica que recolhe e ressignifica a memória do tempo da ciência: discursividade evolucionista (seleção dos mais fortes); discursividade positivista (progresso da ciência). Em confronto, trabalha a memória da ciência lenta, que produz conhecimento fundamental bem enraizado, que precisa ser protegido e retrabalhado com cuidado e tempo. (cf. ZOPPI FONTANA, 2012, p. 240-241).

² Professora do Instituto de Estudos da Linguagem da UNICAMP e bolsista de produtividade em pesquisa do CNPq).

Nessa análise e compreensão de processos de subjetivação relativamente ao tema desenvolvido – o fazer científico e o discurso de produtividade –, a autora remete a certas práticas institucionais que produzem mal-estar, como a divulgação, de tempos em tempos, de guias, códigos e manuais de boa conduta científica que nos chegam às mãos das agências estatais de gerenciamento da pesquisa científica. Ela expõe um recorte de documento que focaliza a prática do autoplágio – “índice dos efeitos do discurso da produtividade científica nos processos de subjetivação” (2012, p. 249). No caso, faz referência à fragmentação e reprodução de um trabalho para mostraçãõ de produtividade como “um gesto possível de resistência para não sucumbir” (2012, p. 250).

A autora manifesta, em seu texto, a necessidade de criar um espaço crítico para “quebrar as evidências que estancam o debate numa abordagem banalizada que penaliza os indivíduos, significando-os como causas e não efeitos dos processos históricos em curso.” (p. 250).

Note-se, porém, que o recorte citado, de um documento de 2012 da FAPESP (fundação paulista de apoio à pesquisa), não tem a postura rígida que encontramos em documentos mais recentes. Citando um item: “Todo pesquisador que publicar trabalho científico idêntico, ou substancialmente semelhante, a trabalho já publicado deve mencionar expressa e destacadamente o fato no texto do trabalho.” (apud ZOPPI FONTANA, 2012, p. 249). Supõe-se que a recepção do trabalho nestas condições passa a ser prerrogativa dos editores, consideradas as normas e restrições dos periódicos em questão.

Veja-se, porém, uma avaliação mais recente de agência à qual concerne o gerenciamento do problema, no caso a iThenticate (2011): “A *American Psychological Association* (APA), em suas instruções na edição de 2010, destaca que “the core of the new document must constitute an original contribution of knowledge, and only the amount of previously published material necessary to understand that contribution should be included, primarily in the discussion of theory and methodology.”. Nesse *white paper* de 2011 aponta-se como o autoplágio passou a ser foco de discussão, considerando que autores podem entender que têm pleno direito de fazer uso de seus textos, copiando, parafraseando excertos ou integralmente. Na verdade, esse uso pode ferir leis de *copyright* e princípios de ética.

O autoplágio, tal como definido aí, é “a type of plagiarism in which the writer republishes a work in its entirety or reuses portions of a previously written text while authoring a new work.” O problema que reside aí é, de início, apresentar um trabalho já publicado (em alguma instância, incluindo outro periódico) como se fosse original, novo. Por este aspecto pode-se entender o cuidado da FAPESP, no recorte visto acima, em fornecer a diretriz para não silenciar a editores e leitores a referência ao próprio trabalho. Se essa informação for suficiente para a aceitação do trabalho, não resta problema – salvo em caso de vínculo de *copyright* com a publicação anterior.

A retomada de porções de textos previamente escritos (monografias, dissertações, teses) para submissão a periódicos ou coletâneas tem sido uma forma de divulgação (em periódicos) relativamente aceita, tendo em vista o volume e a densidade desses trabalhos, que só leitores mais profundamente interessados visitam. Há ressalvas, porém, dependendo do periódico, cujas normas e restrições devem ser atendidas. Editores comumente deparam com pretensos artigos que têm a aparência de resumos malsucedidos

em função da tentativa de tudo dizer sem chegar a um resultado consistente; ou que recortam porções e tentam articulá-las sem qualquer mudança significativa na retomada, constituindo às vezes cópia integral de parágrafos.

Se existe diferença gritante entre plágio e autoplágio, já que o primeiro implica delito relativamente a outro autor, que fica espoliado em seu direito, o autoplágio pode se apresentar com facetas que implicam menos ou mais problemas éticos, já que para a divulgação (publicação oficial) é imprescindível obter aceitação e, na maioria dos casos, por meio de avaliação criteriosa por pares. Há periódicos e periódicos, que, tratados segundo a lógica da produtividade incorporada pelas agências de gerenciamento da pesquisa científica, também são constrangidos a uma classificação, cujos critérios não cabe discutir aqui. De qualidade entendemos um pouco, vivendo de experiências de escrita, de circulação e de cuidado quanto ao que é esperado de nós, uma vez que não atingimos este ponto por mera imposição externa. O que justifica que, na posição de editores, esperamos dos autores mais do que assentimento ao produtivismo, que pode levar a resultados pouco ou nada originais, uma vez que temos de divulgar o que houver de melhor.

Enfim, há lugares para todas as experiências. A democracia na submissão não implica a aceitação de experiências de escrita que sejam exercícios de aprendizagem. Estes também têm seu lugar de divulgação, e todos os pesquisadores com experiência já tiveram uma longa fase de aprendizagem. A abertura que proporcionamos aos pesquisadores na Linguagem em (Dis)curso, ao deixar de exigir o título de doutor (porém dando preferência à titulação), acena apenas para a possibilidade de que não titulados possam realizar pesquisa relevante e explicitá-la adequadamente em materiais escritos.

Destaquemos três itens de nossas diretrizes:

Serão aceitas contribuições preferencialmente de pesquisadores doutores, não havendo, contudo, restrição de submissão para pesquisadores em geral, atendidas as condições e normas explicitadas aqui.

A revista publica artigos, ensaios, debates, retrospectivas (estado da arte) originais que contemplem pesquisa ou discussão teórica **ainda não publicada**, e resenhas. Desse modo, ao encaminhar o texto, o autor está automaticamente declarando que é inédito e que não o submeteu a outra publicação periódica ou coletânea.³

No caso de uma retomada (de texto publicado na Linguagem em (Dis)curso ou de outro periódico/obra) para revisão e/ou ampliação, essa condição deve estar explícita no texto e deve ser submetida aos editores, para verificação de sua pertinência.

Quando Zoppi Fontana (2012) manifesta, em seu texto, contrariedade à política de penalizar os pesquisadores pela exigência de produtividade, esquecendo que sofrem efeitos de processos históricos em curso, também destaca, em seguida: “Não se trata de fazer a apologia a uma ética da malandragem nem de negar a necessidade de uma regulação ética da pesquisa científica.” (p. 250).

³ Além dessa declaração automática, os autores devem incluir como documento suplementar um termo de responsabilidade com as assinaturas.

Continuamos pensando na teia delicada que é tecida a partir do lugar da autoria, com os regimes autorais envolvendo formas subjetivas em alteridade, lendo, interpretando, retomando, produzindo, recriando – ensaiando a própria morte enquanto a escrita se prolonga para deixar cicatrizes do inacabamento. E tentando mais criar que repetir, já que repetir, embora necessário, não abre caminho. Apesar disso, mantém o caminho seguro, não o renega, não o apaga.

A permanente tensão de forças revisitada aqui continuará a ser discutida em outros episódios da *Linguagem em (Dis)curso*. Sem a polissemia, não teríamos material original; a originalidade reivindicada para os textos científicos, nós buscamos levar aos leitores desta edição, a par da discussão necessária. Trabalhamos com consultores especializados que nos ajudaram a organizar mais um número, e que se preocupam com a qualidade dos textos apresentados, com a originalidade na pesquisa científica em nossa área. A estes que nos acompanham dando assistência, nosso melhor agradecimento.

Que este episódio de reflexão remeta continuamente a nossas experiências de autoria nas edições da *Linguagem em (Dis)curso*, bem como às experiências de leitura, passo inevitável para construir a subjetividade autoral.

REFERÊNCIAS

- ASSMANN, S. J. *Filosofia e ética*. Florianópolis: UFSC; Brasília: CAPES: UAB, 2009.
- ITHENTICATE. Professional Plagiarism Prevention. *The etics of self-plagiarism*. 2011. Disponível em: <<https://www.ithenticate.com/hs-fs/hub/92785/file-5414624-pdf/media/ith-selfplagiarism-whitepaper.pdf>>. Acesso em: 5 fev. 2018.
- MACHADO, A. M. N.; BIANCHETTI, L. *(Des)feticização do produtivismo acadêmico: desafios para o trabalhador-pesquisador*. *RAE*, v. 15, n. 3, p. 244-254, maio/jun. 2011.
- ORLANDI, E. *A linguagem e seu funcionamento*. Campinas: Editora Pontes, 2001a.
- _____. *Discurso e texto: formulação e circulação dos sentidos*. Campinas (SP): Editora Pontes, 2001b.
- TARGINO, M. das G. Orientador ou tutor é autor? *Informação & Informação*, Londrina, v. 15, n. esp., p. 145-156, 2010.
- WACHOWICZ, M.; COSTA, J. A. F. *Plágio acadêmico*. Curitiba: Gedai Publicações, 2016.
- WOOD Jr., T. Slow science. *Carta Capital*, 25 maio 2012 (Caderno Sociedade/Ciência).
- ZOPPI FONTANA, M. G. *Slow science: a temporalidade da ciência em ritmo de “impacto”*. *Leitura*, Maceió, n. 50, p. 223-257, jul./dez. 2012.



Este texto está licenciado com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

<http://dx.doi.org/10.1590/1982-4017-180101-0717>

CARTAS DE MÁRIO DE ANDRADE A CÂMARA CASCUDO: REPRESENTAÇÕES DISCURSIVAS DE AMIZADE

Benedita Vieira de Andrade*

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba
João Pessoa, PB, Brasil

Resumo: Este artigo objetiva analisar a construção de representações discursivas da relação de amizade com Câmara Cascudo em cartas que lhe enviou Mário de Andrade. Para descrever, analisar e interpretar essas representações, o texto recorre a algumas categorias semânticas provenientes da Análise Textual dos Discursos (ATD), articulando-as com outras categorias, notadamente da Lógica de Grize (1996, 1997), da Linguística Textual e da Semântica. Na fundamentação teórica, articulam-se propostas da ATD, concebidas pelo linguista Jean-Michel Adam (1999, 2008a, 2011a), da Linguística Textual (LT), da Semântica e da Lógica, enfocando, sobretudo, o fenômeno das representações discursivas. Em uma abordagem qualitativa, analisa um recorte de 10 fragmentos de 7 cartas enviadas por Mário a Cascudo. Verifica que é construído, no material analisado, um conjunto de representações discursivas para a amizade com o escritor potiguar, a partir das categorias propostas para análise e aplicadas no discurso de Mário de Andrade, destacando a representação da amizade firme e verdadeira.

Palavras-chave: Representação discursiva. Amizade. Câmara Cascudo. Mário de Andrade.

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho analisa as representações discursivas da relação de amizade entre Câmara Cascudo e Mário de Andrade, fazendo um recorte de trechos de cartas de Mário de Andrade. Essas representações são construídas a partir das cartas de Mário de Andrade, que fazem parte da correspondência pessoal trocada entre os dois escritores no período de 1924 a 1944. Esses textos foram organizados por Marcos Antonio Moraes (2010) e deles construíram-se os dados analisados no presente trabalho. Trata-se de artigo de pesquisa que constitui uma amostra da tese intitulada “Representações discursivas de Câmara Cascudo por Mário de Andrade”.

Luís da Câmara Cascudo e Mário de Andrade são nomes que representam muito para a história cultural do Brasil. O primeiro é considerado um dos maiores folcloristas brasileiros, uma das mais respeitáveis figuras no âmbito do folclore. Autor do *Dicionário do Folclore Brasileiro*, Cascudo muito contribuiu para a valorização da cultura popular no Brasil. Embora tenha se dedicado a vários outros temas, seu nome é sempre associado ao folclore. Mário de Andrade, um dos líderes e principal representante do Modernismo no Brasil, definiu as bases desse movimento, contribuindo, por meio de sua vasta obra, com as principais teses e desdobramentos dos ideais modernistas. Além de poeta,

* Doutora em Estudos da Linguagem. Coordenadora do Curso de Licenciatura em Letras a distância. E-mail: benedita.v@gmail.com

dramaturgo, cronista e romancista, Mário foi pesquisador de folclore, gestor público na área cultural e intelectual centrado na noção de brasilidade. A importância da contribuição desses dois nomes para o cenário artístico-cultural do Brasil é inegável. É igualmente indiscutível a importância da correspondência desses dois ícones da literatura para a agenda de pesquisas não só do campo da epistolografia, mas de diferentes áreas do conhecimento. Os textos dos dois escritores representam não apenas experiências individuais, mas manifestam uma série de atividades intelectuais desenvolvidas na época em contextos sociais distintos: nordeste e sul do país. As cartas serviram à troca de informações e experimentações de linguagem. É possível afirmar que sua função mais significativa foi a didática, apresentando conceitos e instruções de forma espontânea. O estudo dessa correspondência permite uma visão mais ampla de seus autores e da obra que produziram. Os textos que compõem essa correspondência constituem, portanto, terreno fértil para pesquisadores ávidos de novas descobertas e oferecem amplas possibilidades de abordagem. Neste trabalho, em particular, serão analisadas as representações discursivas da amizade entre os dois escritores, construídas no discurso de Mário de Andrade.

O trabalho tem como respaldo teórico principal a Análise textual dos discursos (ATD), proposta pelo linguista francês Jean-Michel Adam, e trabalhos de estudiosos da obra desse autor. Com base nesses pressupostos teóricos, pretende-se contribuir para o campo da Linguística textual e da ATD, especialmente para os estudos da representação discursiva na área de linguística, apresentando-se um estudo que consiste na análise de textos concretos. O estudo se insere no grupo de pesquisa da ATD (UFRN) e vem contribuir para os estudos do texto, principalmente no que se refere ao nível semântico e, sobretudo, para uma melhor compreensão da noção de Representação Discursiva (Rd), já que abrange a construção de representações discursivas de Luís da Câmara Cascudo (LCC) por Mário de Andrade (MA) por meio de algumas categorias semânticas propostas pela ATD. O objetivo é, portanto, analisar e descrever como a relação entre essas categorias promove a composição de significações (entendemos que as abordagens que tratam do significado do ponto de vista representacional e do ponto de vista referencial são complementares) e contribui para construir as representações discursivas.

No campo da Linguística Textual, só há bem pouco tempo (acreditamos que há menos de uma década), têm despontado trabalhos que investigam o tema da Rd. Nosso objeto de estudo é, portanto, ainda pouco explorado, sobretudo no âmbito da ATD, em que só recentemente têm sido desenvolvidas pesquisas voltadas especificamente para esse campo do conhecimento. Dessa forma, para aplicarmos categorias de análise apropriadas ao estudo das representações discursivas, recorreremos a um conjunto de disciplinas teóricas, como Linguística Textual, Análise do Discurso e Semântica. Assim, buscamos no âmbito dessas disciplinas, e adaptamos conforme nossos propósitos de pesquisas, categorias como *expressões referenciais*, *predicação*, *modificação* e *conexão*. Essa conjunção de categorias de análise vem preencher a lacuna existente no estudo das Rd, no que concerne à abordagem apresentada neste trabalho e, ainda, contribuir com uma metodologia inovadora no tratamento do tema. Dessa forma, um dos aspectos inovadores deste trabalho é o estudo da representação discursiva no âmbito da Linguística Textual. Assim, entendemos ser relevante o estudo da Rd, na perspectiva da ATD, para a agenda de estudo desse campo da Linguística.

2 O OBJETO DE ANÁLISE: REPRESENTAÇÕES DISCURSIVAS

A noção de representação discursiva (Rd) aqui utilizada é apreendida, especialmente, da obra de Adam (1999, 2008a, 2011a) e autores que o seguem, como também de Grize (1997). De forma simplificada, a representação discursiva seria a “imagem” do locutor, do auditório, ou do tema tratado proposta pelo discurso. Sempre que se enuncia ou se lê uma proposição está-se construindo uma representação discursiva. Essa Rd que se constrói é suscetível de ser confirmada ou invalidada, modificada ou complementada por outras proposições. Com efeito, as Rd não são dadas, mas construídas a partir da realidade apresentada pelo texto. É o texto que propõe o sentido e este pode ser descrito como uma imagem mental que o receptor constrói da realidade tal qual esta lhe é oferecida pelo texto. Assim, o texto é uma proposição de sentido que o interpretante é convidado a (re)construir. O sentido de um enunciado é inseparável dessa atividade de reconstrução. O sentido de um enunciado (o dito) é inseparável de um dizer, isto é, de uma atividade enunciativa significativa que o texto convida a (re)construir. É nessa perspectiva que abordamos as representações discursivas: toda Rd é, semanticamente, construída pelo interpretante a partir do texto, dos enunciados e em função de suas próprias finalidades (objetivos, intenções) e de suas representações psicossociais da situação, do enunciador e do mundo do texto, assim como de seus pressupostos culturais (cf. ADAM, 2008a [2011a]).

Para analisar as representações discursivas da relação de amizade com Câmara Cascudo no discurso de Mário de Andrade, adotamos algumas categorias semânticas propostas por Passeggi (2001), com base na lógica natural de Grize. Essas categorias são rearticuladas com categorias da ATD propostas por Adam (2008a; 2008b; 2011a). Dessa forma, retemos cinco categorias semânticas principais para a análise das representações discursivas da amizade com Luís da Câmara Cascudo no discurso de Mário de Andrade: referência (que restringimos a expressões referenciais), modificação (aspectualização), predicação, relação e conexão. No curso da análise, essas categorias se articulam para compor os efeitos de sentido. Na sequência, faremos uma breve descrição de cada uma dessas categorias.

De acordo com Cavalcante (2012), as expressões referenciais são recursos linguísticos que permitem nomear os objetos de discurso elaborados durante o evento de comunicação. São expressões utilizadas para fazer remissão a esses objetos. O processo de referência diz respeito à atividade de construção de referentes (ou objetos de discurso) apreendidos por meio de expressões linguísticas específicas para tal fim, chamadas de expressões referenciais. Quanto ao referente, é um objeto, uma entidade, uma representação construída a partir do texto e percebida, na maioria das vezes, a partir do uso de expressões referenciais.

A operação de aspectualização é a mais comumente admitida como base da descrição. Apoiada na tematização (ver *referênciação*), essa macro-operação associa um conjunto de operações que se combinam frequentemente e consiste na seleção das partes e na qualificação do todo ou das partes do objeto da descrição. A partição é a seleção das

partes do objeto da descrição. A análise de partes e subpartes de um todo tende a fragmentar o objeto de discurso. Já a qualificação, ou atribuição de propriedades, evidencia propriedades do todo e/ou das partes selecionadas pela operação de fragmentação. Essa operação se realiza, na maioria das vezes, pela estrutura do grupo nominal nome + adjetivo e pelo recurso predicativo ao verbo ser. Também “consiste, frequentemente, de uma relação predicativa do tipo *ter* que realiza a operação de partição, quase sempre com uma qualificação vinculada” (ADAM, 2011a, p. 221). Para evitar possíveis equívocos conceituais desse termo com um outro termo, o de "aspecto verbal", bastante usado na nomenclatura gramatical do português, decidimos optar pelo uso do termo "modificação", conforme empregado por Chierchia (2003). A modificação proposta por esse autor corresponde à categoria aspectualização de Adam e atende satisfatoriamente a nossos propósitos neste trabalho.

A predicação será entendida, em harmonia com Passeggi *et al.* (2010), como seleção dos processos, ou seja, a predicação (verbal) remete tanto à operação de seleção dos predicados como ao estabelecimento da relação predicativa no enunciado. Assim, a predicação designa os processos, no sentido amplo: ações, estado, mudança de estado.

A conexão é uma operação que assegura o agrupamento das proposições-enunciado. Essas proposições se organizam em períodos, que compõem as sequências. O período é, conforme Adam (2008a), uma unidade textual que articula proposições e sequências e resulta das mais variadas formas de ligações, incluindo as ligações por conexão, que são asseguradas por conectores. Assim, um período pode corresponder a várias proposições, ligadas pelo critério de conexão. Para Adam (2008a; 2011a; 2011b), essa macro-operação agrupa duas outras relações: relação de contiguidade e relação de analogia. A primeira corresponde a uma relação espaçotemporal do objeto de discurso. A segunda é uma forma de assimilação comparativa ou metafórica que permite descrever o todo ou as partes, colocando-os em relação com outros objetos de discurso.

Em sua proposta, Rodrigues *et al.* (2010) redefinem as categorias da ATD, articulando-as com operações lógico-discursivas de Grize (1997). Assim, os autores retêm, dentro dessa operação, apenas a relação de analogia. As circunstâncias espaçotemporais são analisadas na operação de *Localização*. Seguindo esse posicionamento, vamos analisar, por meio dessa categoria, relações de analogia, comparação e metáfora. Empregaremos essa operação em conformidade com a proposta de Adam apenas no que o autor considera como analogia, ou seja, associação com outros elementos, geralmente por comparações ou metáforas.

Convém destacar que o funcionamento das representações discursivas que propomos analisar será observado na interação, em contextos de uso situados, nas atividades dos interlocutores. Para tanto, propomos observar também o que o escritor dos textos analisados faz e como age para construir representações do mundo em sistema de coprodução discursiva. Não pretendemos tomar essas formas como categorias fixas, dadas *a priori*, mas observá-las como construtos, formas que são construídas na dinâmica das interações.

3 REPRESENTAÇÕES DISCURSIVAS DA RELAÇÃO DE AMIZADE ENTRE MÁRIO E CASCUDO EM CARTAS DE MÁRIO

3.1 PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE

Para este trabalho, foram utilizados 10 fragmentos selecionados de 7 cartas de Mário de Andrade enviadas a Câmara Cascudo durante os vinte anos de correspondência entre os dois interlocutores. Os fragmentos analisados focalizam representações discursivas da relação de amizade entre os escritores, evidenciadas nas cartas do escritor paulista. Cada fragmento recebeu uma codificação que identifica o texto em que figura e sua sequência dentro do respectivo texto. Dessa forma, se foram selecionados dois fragmentos do texto 1, por exemplo, esses fragmentos receberam a codificação (1MA1) e (1MA2). O primeiro algarismo identifica o texto (essa numeração obedece à ordem cronológica dos textos da correspondência), seguido da sigla do seu autor, e o segundo identifica o fragmento analisado. Essa numeração não corresponde à numeração dos textos no original; ela foi definida especificamente para este trabalho. A análise não segue a ordem cronológica dos textos, posto que se organiza por eixos temáticos. Dessa forma, é possível um texto codificado com numeração sequencial maior preceder um outro de numeração inferior.

As representações discursivas da amizade entre MA e LCC no discurso de Mário organizaram-se com base em três eixos temáticos, rotulados como *a camaradagem*, *a confiança* e *o fortalecimento dos laços*. A análise focaliza cada fragmento, em separado ou em conjunto, conforme estejam no mesmo eixo isotópico. Após a análise interpretativa dos fragmentos com base nas categorias propostas, será apresentada uma síntese das análises que interpreta essas categorias, descrevendo como a relação entre elas compõe significações e contribui para a construção das representações discursivas focalizadas.

3.2 ANÁLISE DE ALGUNS FRAGMENTOS

Apresentaremos a análise de alguns fragmentos que evidenciam as representações construídas no discurso de MA para a relação de amizade entre ele e o nordestino. Desses fragmentos podem-se inferir representações como a camaradagem, a confiança mútua, a amizade firme, verdadeira e desinteressada. Para mais clareza e objetividade na apresentação dos dados, esses fragmentos serão agrupados por temáticas recorrentes, organizadas em dois eixos temáticos.

3.2.1 A CAMARADAGEM

(1MA1) Luís, eu sou tão feliz! Puxa! Que camaradão amigo mesmo de verdade eu arranjei em você.

(5MA1) Mais e muito mais você tem, não o direito, mas o dever de exigir de mim, por tudo quanto já tem sido nossa perfeita camaradagem que cada vez mais se estreita. Duma atração mútua para camaradagem pouco distou. Depois insensivelmente de camaradagem pra cordialíssimo prazer de dois seres juntos passamos insensivelmente. E insensivelmente fomos passando disso pra essa coisa mais magnífica e rara em que a palavra amigo não tem mais o sentido quotidiano em que todos a empregamos mas já vem de raízes inamovíveis.

Nos fragmentos **(1MA1)** e **(5MA1)**, as representações para o referente LCC e a relação de amizade entre este e o enunciador são designadas, sobretudo, pelas expressões “camaradão amigo mesmo de verdade” e “camaradagem”. Essas expressões sinalizam o grau de amizade entre os dois interlocutores e o fortalecimento dessa relação, que ia se tornando cada vez mais sólida. Os organizadores textuais “Depois” e “E” em **(5MA1)**, além de marcar a conexão entre as unidades semânticas (proposições e períodos), são empregados para ordenar as partes da representação discursiva no eixo do tempo, indicando a continuidade da relação de amizade. Embora com a função principal de adição, esses organizadores temporais promovem, no discurso, a progressão textual e sinalizam a evolução da amizade. O fragmento **(1MA1)** destaca, sobretudo por meio das expressões exclamativas, o entusiasmo do enunciador com a amizade do natalense, o que é representado pela expressão referencial “camaradão”, que adquire valor afetivo de intensidade. Essa designação é reforçada pelos modalizadores “amigo mesmo de verdade”, numa manobra do enunciador para conferir maior credibilidade a suas afirmações. A escolha de propriedades positivas, modalizadas pelo tom exclamativo, reforça a intenção do locutor de revelar para o interlocutor o seu estado de espírito, a satisfação em tê-lo como amigo.

Em **(5MA1)**, como já foi assinalado, a continuidade e progressão da amizade são sinalizadas por meio dos conectores que marcam a evolução da relação de “camaradagem” para “prazer de estar juntos” e daí para algo “mais magnífico e raro”. Esses conectores permitem a retomada de referentes para novas designações e, juntamente com o conector argumentativo *mas* (contra-argumentativo marcador de um argumento forte), acrescentam a orientação argumentativa do enunciado. Portanto, a representação da amizade em **(5MA1)** é construída, sobretudo, por meio da conexão.

(6MA2) O retrato, você é retratista bom, está muitíssimo parecido e ponhamos que regularmente favorecido, o que vai em conta, não da amizade, o que era insulto, mas em conta da perfeita compreensão que entre nós existe, e que de dois literatos que se escrevinhavam cartas, acabou fazendo esta amizade de hoje, mais que admirável, verdadeiramente necessária para mim.

A estrutura de **(6MA2)** estabelece uma relação de causalidade entre o “retrato” delineado por LCC sobre o amigo paulista e a relação de amizade entre os dois. Para MA o retrato feito pelo amigo estava favorecido pela amizade. Os índices de avaliação “perfeita compreensão”, “amizade mais que admirável”, “verdadeiramente necessária” manifestam a perspectiva de MA sobre a sua amizade com o potiguar. Para o paulista, a amizade, além de se constituir como perfeita compreensão, já era algo necessário para ele. O operador “mas”, empregado para assinalar a retificação, refuta a voz do possível opositor de que o retrato estaria favorecido pela amizade – opinião invalidada e desqualificada pelo enunciador, que se antecipa em dizer que seria insulto – e introduz o argumento forte, prevalente. Dessa forma, as duas proposições de **(6MA2)** em relação de oposição são assumidas por enunciadores diferentes: o locutor e o interlocutor. O imperfeito (“era”) foi empregado no lugar de “seria” para predicar a hipótese, a suposição. A amizade entre os dois era mais que admirável, era necessária para MA. Essa asserção é feita de forma enfática, engajando o enunciador com o emprego do modalizador “verdadeiramente”, que confere credibilidade ao que é afirmado.

3.2.2 A CONFIANÇA

(3MA2) Os outros são paulistas, são daqui mesmo e você é brasileiro; e de tão longe um dia me ofereceu mão tão apertando que me deu confiança verdadeira.

(6MA1) Eu carecia assim de alguém, de alguém que me estimasse, me quisesse muito bem, mas não fosse dessa terrível piedade dos ditirambos elogiásticos sem nexo, que me fizesse um minuto o exame de consciência de mim. Eu mesmo era impossível.

Em (3MA2), pode-se construir a Rd da amizade pela operação de localização espacial e temporal. O localizador espacial “tão longe” situa o referente da descrição no espaço físico, espaço considerado distante pelo enunciador. O localizador temporal “um dia” situa a descrição no tempo, num tempo longínquo, que remonta, talvez, às primeiras frases trocadas entre os dois amigos. Um dia, num tempo pretérito, LCC estendeu a mão a MA, num aperto de mão apertado, o que lhe deu confiança verdadeira. Vale destacar que esse aperto de mão mencionado por Mário ainda não havia acontecido no plano real, visto que a primeira passagem de Mário por Natal só aconteceria em agosto de 1927, ocasião em que os dois amigos se encontram pela primeira vez (cf. MORAES, 2010). O gesto descrito por MA pode ser situado num plano metafórico, simbolizando a troca de cordialidade por meio das cartas.

Para atribuir sentido ao enunciado de (3MA2), faz-se oportuno associar o que MA descreve como “oferecer a mão” com o gesto de apertar a mão, um cumprimento que expressa sentimento positivo de amizade, afinidade ou confiança entre duas pessoas. Pode-se construir, para “oferecer a mão”, o sentido de oferecer amizade, confiabilidade. A confiança veio pelo gesto do amigo oferecendo amizade, pela nacionalidade, pela distância, pela afinidade e admiração mútua. Tudo isso levou o escritor paulista a declarar ao amigo potiguar confiança verdadeira. A escolha da expressão referencial “confiança verdadeira” imprime a essa declaração a força da asserção. O modalizador “verdadeira” verbaliza uma avaliação do enunciador sobre o conteúdo do substantivo “confiança”, predicando o sentido desse substantivo de forma subjetiva. Ao empregar a expressão “confiança verdadeira” MA propicia espaço para atribuir ao referente “confiança” novas propriedades, obtidas com o emprego do modalizador epistêmico asseverativo “verdadeira”.

Em (6MA1), pode-se inferir das imagens propostas pelo discurso de MA a representação que ele constrói para LCC: o amigo leal e sincero em quem podia confiar. As categorias que concorrem para construir essa Rd são a conexão e, principalmente, a predicação. A predicação se realiza, sobretudo, com as formas subjuntivas dos verbos *estimar*, *querer*, *fazer* e *ser*, que indicam ação-processo, nas três primeiras formas, e estado na última forma. Essas formas expressam, na sua modalidade (imperfeito do subjuntivo), anterioridade em relação ao tempo da enunciação. A forma verbal “carecia”, que inicia o período, indica anterioridade pontual e remete a um estado de coisas durativo: a necessidade de ter um amigo sincero, alguém como LCC, era anterior ao momento da enunciação e se prolongava no tempo. Nesse contexto, o imperfeito também adquire valor de pressuposição; tem a propriedade de pressupor algo que acontecia e não acontece mais, uma mudança de estado (carecia, mas não carece mais). Dessa forma, pode-se interpretar que MA encontrou em LCC o amigo de que precisava e agora essa necessidade está satisfeita, configurando a mudança de estado.

As formas do imperfeito do subjuntivo: *estimasse*, *quisesse*, *fosse* e *fizesse* também expressam uma anterioridade problemática (Cf. CASTILHO, 2010), e um estado de coisas conjectural. MA declara que, em LCC, encontrou o amigo fiel, o “alguém” de quem carecia para lhe fazer “um exame de consciência”, já que ele próprio seria impossível. Essas predicções: *estimasse*, *quisesse* e *fosse* constroem a Rd do amigo leal que, por estimar o outro e lhe querer bem, não lhe faria falsos elogios. Para descrever o tipo de amigo que desejava e que encontra em LCC, MA emprega uma série de relativas predicativas: “que me estimasse, [que] me quisesse muito bem [...] que me fizesse um minuto [...]”. Essas relativas introduzem novas predicções no imperfeito do subjuntivo e funcionam como qualificantes, posto que indicam exatamente o tipo de amigo a que MA se referia: alguém que tivesse essas características.

A conexão dessas representações ocorre por meio do conector contra-argumentativo “mas”, que opera a relação de oposição entre o amigo ideal, o amigo que MA desejava, e o que ele rejeitava: a “piedade dos ditirambos elogiásticos”. Infere-se dessas imagens que MA já não apreciava as palavras lisonjeiras e os elogios tendenciosos. Daí referir-se à “terrível piedade dos ditirambos elogiásticos”, numa postura cética e de repúdio aos elogios entusiásticos que não correspondiam à realidade. O conector “mas” vem destacar essa Rd da sinceridade e fidelidade das palavras de LCC construídas no discurso de MA. O emprego do “mas” cria um julgamento implícito das amizades que o enunciador estava acostumado a presenciar.

(2MA1) Gui é muito leviano mesmo, tem dessas e creio mesmo que por causa dessa leviandade nunca chegamos a uma amizade largada que nem a que tenho com você com o Osvaldo com o Manuel Bandeira e com o Drummond de Minas.

(7MA1) Você ter me vindo pedir qualquer serviço pra ganhar me doeu completamente porque sei você não fazia isso se não estivesse em forte apuro. Você foi sempre, dentre os amigos que tenho por aí tudo, um dos que, não sendo ricos, nunca me pediram coisa nenhuma.

Em (2MA1) MA admite que nunca conseguira ter uma amizade verdadeira com Guilherme de Almeida, e atribui isso à leviandade desse escritor. Essa informação serve como ponto de partida para o enunciador confirmar, por meio da comparação, a “amizade largada” com o natalense. As operações de relação (comparação) e conexão (relação de causalidade) embasam o fragmento, construindo a representação da amizade entre MA e LCC: uma amizade autêntica, espontânea. Essa amizade espontânea e desinteressada também é retratada em (7MA1), em que se pode apreender, do discurso do enunciador, que a relação de amizade entre o nordestino e o paulista não se pautava em interesses pessoais ou troca de favores. Assim, o pedido de ajuda do nordestino causa preocupação em MA, levando-o a deduzir que o amigo se encontrava em forte apuro. O enunciador justifica a preocupação, por meio do conector *porque*, declarando que o natalense nunca lhe pedira coisa alguma. Há ainda no fragmento uma implícita relação de oposição por concessão, que põe em destaque o fato de LCC nunca ter pedido “coisa nenhuma” ao amigo, o que se opõe à condição de não ser rico. A informação que fica subentendida aponta para a hipótese de que, não sendo rico, seria natural que LCC pedisse favor ao amigo paulista. A operação que constrói a representação de amizade nesse fragmento é, sobretudo, a conexão.

3.2.3 O FORTALECIMENTO DOS LAÇOS

(3MA1) Espero em Deus que hei de ter vida e forças pra te dar coisas mais valiosas e guardar o nome forte da nossa amizade em qualquer coisa de vida maior.

(4MA1) A ideia de ficar compadre de você, crismando o Fernando Luís, me iluminou. [...] E me é doce ver como os passos da vida vão se fechando em torno de nós, a amizade vai se cerrando, os laços se amarrando e a gente pode nessas redes firmes sossegar um bocado do que vai lá fora.

Em (3MA1), a representação da amizade é construída, sobretudo, por modificação, a qual permite selecionar atributos para caracterizar essa relação, de modo que é possível se ter uma ideia do que o locutor considera relevante ou irrelevante. Assim, depende-se que, no entendimento de MA, para uma amizade tão firme, a dedicatória ao amigo deveria ser de obra grandiosa, de maior valor do que as que vinha apresentando. Dessa forma, dedicando ao amigo obra de maior valor, estaria guardando o nome da amizade em algo mais sólido e duradouro. Provavelmente as “coisas mais valiosas” a que o poeta se refere diz respeito a uma grande obra, criação que imortalizasse seu nome e, por conseguinte, mantivesse guardado o nome da amizade com o potiguar em algo de vida maior, ou seja, algo mais memorável. Observe-se que o locutor estabelece uma relação de causalidade entre os dois fatos: ofertar ao amigo “coisa mais valiosa” e guardar o nome da amizade em “coisa de vida maior”. Essa relação é realizada com o emprego do conector “e”, que adquire no texto valor consecutivo. A escolha do substantivo “coisas” para nomear o referente, que é retomado por “coisa”, sinaliza a intenção do locutor de não limitar-se a falar, por exemplo, de livro, obra, mas de algo mais abstrato, que poderia compreender uma série de trabalhos ou produções literárias de natureza diversa. “Coisa” é algo inominável, abstrato e pode se referir a qualquer realização.

Em (4MA1), a Rd da relação de amizade entre MA e LCC é construída pela operação de conexão, sobretudo pela associação semântica entre as palavras. Esse procedimento constitui a coesão lexical do texto, abrangendo as relações de significado que são criadas entre unidades lexicais, como substantivos e verbos, motivando uma aproximação semântica entre tais unidades. Há, assim, uma convergência das palavras quanto ao sentido que expressam, de forma que “passos da vida”, “amizade” e “laços” se associam e entram em correlação com as formas gerundivas “fechando”, “cerrando”, “amarrando”. Observe-se que essas formas compõem o quadro de referência que constrói o cenário do texto, ancorado na analogia com o laço que se amarra, o que representa o vínculo afetivo, a relação de amizade que se firma. Para retomar todas essas ações, o enunciador emprega o termo “redes firmes”, fazendo um sumário de todo o período precedente. Essa expressão nominal substitui toda a predicação precedente e ainda a recategoriza: todos os laços são rotulados como “redes firmes”, expressando a solidificação do relacionamento. Para MA, a solidez da amizade se concretizaria pela relação de compadrio com o amigo natalense. Essa relação, retomada pela qualificação sintética “redes firmes”, representava para Mário um apoio emocional.

Convém chamar a atenção também, no enunciado de (4MA1), para as metáforas empregadas por Mário para descrever a relação de amizade entre ele e LCC. Essas construções se ancoram na relação imagética simbolizada pelo emprego metafórico de palavras e expressões, como “passos da vida”, “laços” e “redes”. Todas as metáforas do fragmento remetem à ideia de intimidade. A primeira, “os passos da vida vão se

fechando”, pode ser interpretada numa perspectiva de proximidade de interesses. A segunda, “a amizade vai se cerrando”, e a terceira, “os laços se amarrando”, remetem a uma maior intimidade. A última metáfora repousa na ideia de afinidade e confiança mútua.

(1MA2) Na nossa amizade Luís, me parece que já passamos do tempo do aperto de mão e do “você” apenas... Já estamos no período mais amigo em que a gente pode passar dez minutos um ao lado do outro, sem falar, sem procurar assunto, vivendo apenas a vida uma só de dois iguais e bem se conhecendo.

Em (1MA2), MA destaca a intensificação da intimidade entre ele e o interlocutor. A passagem de uma fase mais formal para uma relação mais intensa e espontânea, em que se podem abandonar as formalidades e se entregar a uma amizade mais natural, despreziosa. A categoria mais expressiva para construir a representação da relação de amizade nesse fragmento é a localização temporal. As expressões temporais “do tempo”, “no período”, “dez minutos” delimitam circunstâncias de tempo, mas não um tempo cronológico, mensurável, remetem a um tempo vago, metafórico e fictício. Esse tempo, provavelmente, estaria mais marcado pela intensidade da amizade do que pelo próprio decorrer dos dias, já que se trata de carta escrita no segundo ano da correspondência. O que o autor da carta quer destacar é a fase a que convergira a amizade: a fase da confiança e da mútua compreensão. O estado de coisas que é descrito debuxa a espontaneidade da relação entre os dois escritores, ou pelo menos a manifestação do desejo escritor paulista em relação ao seu *alter ego*.

3.3 SÍNTESE INTERPRETATIVA DOS RESULTADOS DA RD DA RELAÇÃO DE AMIZADE ENTRE MA E LCC NO DISCURSO DE MÁRIO

Neste item será apresentada a síntese das representações discursivas da relação de amizade entre LCC e MA no discurso de Mário, construídas pelas categorias semânticas: referenciação, modificação (modificadores dos referentes e da predicação), predicação, conexão, relação e localização espaçotemporal. Algumas expressões, como “camaradagem” e “laços” referenciam a relação de amizade entre os dois escritores, assim também as propriedades atribuídas a essa relação, como a “perfeita camaradagem”, e a “confiança verdadeira”. Além dessas categorias, os processos verbais, os conectores e as expressões circunstanciais de tempo e espaço também contribuem para construir essas representações.

Expressões referenciais como *amizade*, *confiança*, *camaradagem* e *compreensão* constroem, a partir dos textos de MA, as representações da relação de amizade entre LCC e MA. Essas representações são apreendidas por meio das expressões linguísticas, que são introduzidas nos textos, sobretudo, por descrição definida. Essas expressões linguísticas, juntamente com os modificadores, constroem as representações discursivas analisadas neste trabalho. Apenas em duas ocorrências, esses objetos são introduzidos por anáforas demonstrativas. Essas expressões recebem, por meio dos modificadores, propriedades que se evidenciam pela estrutura **nome + adjetivo**, **nome + locução adjetiva** e **adjetivo + nome**.

Quanto aos verbos e locuções verbais empregados, observa-se maior ocorrência daqueles que indicam ação, ou seja, são verbos e locuções que apresentam em sua estrutura um agente na função de sujeito. Além dos verbos de ação, observa-se, também, ocorrência significativa de verbos que indicam estado, aqueles cuja estrutura apresenta um agente na função de sujeito, que não é causativo nem afetado, é neutro. Quanto aos modificadores desses verbos, destacam-se aqueles que apresentam valores circunstanciais de intensidade, modo e negação.

Quanto à conexão, os conectores mais frequentes são os organizadores textuais, especialmente o conector “E”, que ocorre em maior frequência com valor de simples adição (enumeração), seguido pelo “E” com valor sequencial. O conector contra-argumentativo “mas”, que introduz um argumento forte em suas três ocorrências, em (5MA1) e (6MA1), tem valor refutativo e, em (6MA2), apresenta valor de retificação. O conector argumentativo “porque”, com a função de marcar os argumentos, assinala a justificativa em (7MA1), e o conector “se” tem valor condicional.

Quanto à categoria localização, destacam-se as expressões circunstanciais espaçotemporais, que situam os objetos de discurso no espaço e no tempo da enunciação, observando-se, quanto ao tempo, que os objetos se situam no passado ou no presente em relação ao tempo da enunciação. Para a localização espacial, destacam-se os espaços “tão longe”, que remete à terra natal de LCC, ou seja, o Rio Grande do Norte; “por aí” e “lá fora” que indicam localização imprecisa.

A categoria mais expressiva para construir as representações discursivas nesta análise é, notadamente, a referenciação. A seleção lexical constrói a isotopia no eixo da amizade. Nesse eixo, expressões referenciais como “amigo”, “camaradão”, “amizade”, “camaradagem”, “laços”, “passos”, “redes”, “compreensão” manifestam referentes que remetem à relação de amizade entre os dois interlocutores e adquirem nos textos analisados significados particulares. O referente construído para LCC é designado pelos termos “amigo” e “camaradão”. As expressões “amizade”, “camaradagem”, “laços”, “passos”, “redes”, “compreensão” nomeiam a relação de amizade entre os dois intelectuais. A esses referentes são atribuídos traços semânticos que vêm complementar a representação dessa relação. Assim, expressões como “amigo de verdade”, “amizade largada, admirável e necessária”, “perfeita camaradagem”, “confiança verdadeira”, “atração mútua”, “perfeita compreensão” são termos que representam a relação de amizade entre os dois escritores, na ótica do escritor paulista.

A predicação e seus modificadores circunstanciais também se revelam consideravelmente relevantes na construção da Rd da amizade com LCC nesses fragmentos. Alguns verbos sinalizam o fortalecimento da relação de amizade, que evolui de atração mútua para camaradagem, depois para o prazer de estar juntos, e culmina em alguma “coisa mais magnífica e rara em que a palavra amigo não tem mais o sentido cotidiano em que todos a empregamos mas já vem de raízes inamovíveis”. E essa evolução, na concepção de MA, foi se dando aos poucos, insensivelmente. A camaradagem se estreitou até atingir a confiança verdadeira em que se pode sossegar. Essa representação se completa com os elementos que localizam a amizade no tempo, revelando sua evolução, e com os elementos que fazem a conexão entre as proposições, dentre os quais se destaca o conector “E”.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo focalizou as Rd da relação de amizade entre LCC e MA construídas no discurso de Mário de Andrade por meio de algumas categorias semânticas. A análise permite construir para essa relação de amizade, por meio dessas categorias, traços como camaradagem, confiança, compreensão. Essas representações são inferidas por meio dos recursos linguísticos (escolhas lexicais, como expressões referenciais, modificadores, verbos, conectivos, expressões circunstanciais) a que MA recorre para representar a amizade entre ele e LCC. Esses recursos possibilitam a (re)construção das imagens da amizade, construídas discursivamente, proporcionando uma multiplicidade de representações dessa relação ao longo dos vinte anos de correspondência entre os dois escritores.

O conjunto de categorias que adotamos para alcançar nosso objetivo nos permitiu interpretar as várias representações construídas no discurso de MA para a amizade entre ele e o escritor potiguar e descrever os efeitos de sentido que são produzidos pela relação dessas categorias. Com esse propósito, nossa análise focalizou o texto numa perspectiva semântico-discursiva que permitiu investigar, por meio das propriedades suscitadas pelas categorias empregadas, o fenômeno da representação discursiva construída no texto com base nas imagens que foram emergindo da interpretação. Isso vem ratificar a afirmação de Adam (2008a [2011a]) de que o texto propõe o sentido e o interpretante constrói a Rd a partir dos seus enunciados.

Para realizar o estudo das Rd da relação de amizade entre Câmara Cascudo e Mário de Andrade no discurso do escritor paulista, desenvolvemos uma temática inovadora, num estudo inédito. De fato, muitos estudos já foram feitos desses documentos, mas nenhum procurou traçar uma imagem de LCC a partir deles, tampouco da sua amizade com o escritor de Macunaíma. E nisso inovamos. Acreditamos, portanto, que nosso trabalho pode contribuir para aprofundar os estudos sobre o texto, investigando a respeito das suas várias particularidades, sobretudo na sua dimensão semântica. O trabalho vem trazer também uma contribuição cultural para o Estado do Rio Grande do Norte e – por que não dizer? – para o Brasil, ao nos proporcionar um maior conhecimento deste importante autor potiguar.

REFERÊNCIAS

- ADAM, J.-M. Entre énoncé et énonciation: la schématisation. In: _____. *Linguistique textuelle: des genres de discours aux textes*. Paris: Nathan, 1999. Cap. 4: p. 101-118.
- _____. *A linguística textual: introdução à análise textual dos discursos*. São Paulo: Cortez, 2008a.
- _____. Imagens de si e esquematização do orador: Pétain e De Gaulle em junho de 1940. In: AMOSSY, R. (Org.). *Imagens de si no discurso: a construção do ethos*. São Paulo: Contexto, 2008b.
- _____. “Viva o Québec livre”: análise textual de um discurso do general de Gaulle. In: RODRIGUES, M. G. S.; SILVA NETO, J. G.; PASSEGGI, L. (Org.). *Análises textuais e discursivas: metodologia e aplicação*. São Paulo: Cortez, 2010. p. 95-126.
- _____. *A Linguística textual: introdução à análise textual dos discursos*. 2. ed. rev. e aum. São Paulo: Cortez, 2011a.
- _____. *Les textes: types et prototypes*. 3. ed. rev. e aum. Paris: Armand Colin, 2011b.
- CAVALCANTE, M. M. *Os sentidos do texto*. São Paulo: Contexto, 2012.
- CHIERCHIA, G. *Semântica*. Trad. Luiz Arthur Pagani, Lígia Negri, Rodolfo Ilari. Campinas, SP: Editora da Unicamp; Londrina, PR: Eduel, 2003.
- GRIZE, J.-B. *Logique naturelle et communications*. Paris: PUF, 1996.
- _____. *Logique et langage*. Paris: Ophrys, 1997.

MORAES, M. A. (Org.). *Câmara Cascudo e Mário de Andrade*. Cartas, 1924-1944. São Paulo: Global, 2010.

PASSEGGI, L. A estruturação sintático-semântica dos conteúdos discursivos: categorias discursivas da lógica natural para a linguística. In: _____; OLIVEIRA, M. S. (Org.) *Linguística e Educação*. São Paulo: Terceira Margem, 2001. p. 245-269.

PASSEGGI, L. *et al.* A análise textual dos discursos: para uma teoria da produção co(n)textual de sentido. In: BENTES, A. C.; LEITE, M. Q. *Linguística de texto e análise da conversação: panorama das pesquisas no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2010. p. 262-312.

RODRIGUES, M. G. S.; SILVA NETO, J. G.; PASSEGGI, L. “Voltarei. O povo me absolverá...”: a construção de um discurso político de renúncia. In: _____; SILVA NETO, J. G.; PASSEGGI, L. (Org.). *Análises textuais e discursivas: metodologia e aplicação*. São Paulo: Cortez, 2010.

RODRIGUES, M. G. S.; SILVA NETO, J. G.; PASSEGGI, L. (Org.). *Análises textuais e discursivas: metodologia e aplicação*. São Paulo: Cortez, 2010.

Recebido em: 16/01/17. Aprovado em: 10/01/18.

Title: *Letters from Mário de Andrade to Câmara Cascudo: discursive representations of friendship*

Author: *Benedita Vieira de Andrade*

Abstract: *This article aims to analyze the construction of discursive representations friendship relationship with Câmara Cascudo in letters sent by Mário de Andrade. In order to describe, analyze and interpret these representations, the text recurs to some semantic categories from the Discourse Textual Analysis (DTA) by articulating them with other categories, notably Grize’s Logic (1996,1997), Text Linguistics and Semantics. In the theoretical foundation, proposals of Textual Analysis of Discourses are articulated, conceived by the linguist Jean-Michel Adam (1990, 2008a, 2011a), Text Linguistics, Semantics and Logic, focusing especially on the phenomenon of discursive representations. Through a qualitative approach, an analysis is made at 10 fragments of 7 letters written by Mário de Andrade and sent to Câmara Cascudo. Therefore, in the corpus analyzed, a set of discursive representations is constructed from the friendship with the potiguar writer, through categories proposed for analysis and used in Mário de Andrade’s discourse, highlighting the representation of a solid and truly friendship.*

Keywords: *Discursive Representation. Friendship. Câmara Cascudo. Mário de Andrade.*

Título: *Cartas de Mário De Andrade a Câmara Cascudo: Representaciones discursivas de amistad*

Autora: *Benedita Vieira de Andrade*

Resumen: *Este artículo tiene el objetivo de analizar la construcción de representaciones discursivas de relación de amistad con Câmara Cascudo en cartas que se le envió Mário de Andrade. Para describir, analizar e interpretar esas representaciones, el texto recurre a algunas categorías semánticas provenientes del Análisis Textual de los Discursos (ATD), articulándolas con otras categorías, especialmente de la Lógica de Grize (1996, 1997), de la Lingüística Textual y de la Semántica. En la fundamentación teórica, se articulan propuestas de la ATD, concebidas por el lingüista Jean-Michel Adam (1999, 2008a, 2011a), de la Lingüística Textual (LT), da Semántica y de la Lógica, enfocando, sobretudo, el fenómeno de las representaciones discursivas. En un abordaje cualitativo, se analiza un recorte de 10 fragmentos de 7 cartas enviadas por Mário a Cascudo. Se verifica que es construido, en el material analizado, un conjunto de representaciones discursivas para la amistad con el escritor potiguar, desde de las categorías propuestas para análisis y aplicadas en el discurso de Mário de Andrade, despegándose la representación de la amistad firme y verdadera.*

Palabras clave: *Representación discursiva. Amistad. Câmara Cascudo. Mário de Andrade.*



DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1982-4017-180102-3117>

PATRONES DE FORMULACIÓN DE OBJETIVOS EN ARTÍCULOS DE INVESTIGACIÓN EN LAS DISCIPLINAS DE LINGÜÍSTICA Y BIOTECNOLOGÍA ESCRITOS EN INGLÉS*

Violeta Cautín-Epifani**

Pontificia Universidad Católica de Valparaíso
Instituto de Literatura y Ciencias del Language
Valparaíso, Chile

Jadranka Gladic Miralles***

Pontificia Universidad Católica de Chile
Facultad de Letras
Santiago, Chile

Resumen: El presente trabajo, enmarcado en el área de la investigación de la construcción y transmisión del conocimiento a través del discurso académico, indaga acerca de los patrones funcionales y textuales de formulación de objetivos en un corpus de 20 artículos de investigación (AI) de las disciplinas de Lingüística y Biotecnología, escritos en idioma inglés. Los resultados generales indican que existe similitud entre los cinco patrones identificados por González (2011) y los encontrados en la presente investigación con textos escritos en inglés. Igualmente, se detectan diferencias en el uso de estos patrones en las disciplinas estudiadas en esta investigación. Finalmente, nuestro estudio arroja un nuevo patrón funcional y textual de formulación de objetivos en AI el que se relaciona con la presentación del objetivo de investigación a través de la metodología utilizada.

Palabras clave: Artículo de investigación. Resumen. Patrones. Discurso académico. Discurso disciplinar.

1 INTRODUCCIÓN

Entendemos que el discurso académico disciplinar refiere a las construcciones discursivas que se producen y circulan en contextos académicos, a partir de estilos propios de cada comunidad¹ de práctica inmersa en una disciplina (HYLAND, 2002). En general,

* Este artículo fue posible gracias al apoyo del Programa de Formación de Capital Humano de CONICYT 21100900 y 22110119. Una versión preliminar de esta investigación se presentó en ALED Chile (2012), la que además contó con la participación de Ariel Mendoza Ríos y Carolina Aguilera Araya.

** E-mail: violeta.cautin@gmail.com

*** E-mail: jagladic@uc.cl

¹ Por comunidad entendemos: “constructo sociocognitivo, artefacto cultural –regulado por pautas y normas convenidas, que generan derechos y obligaciones– conformado por un número variable de sujetos que interactúan –sin necesidad de copresencia física– de forma sistemática (acordando o discrepando), a través del empleo recurrente de géneros discursivos diversos –producidos en diferentes modos y soportes, por medio del uso intencional o intuitivo de estrategias de interacción–, y en cuyo seno se adquieren y desarrollan competencias, se asumen roles y papeles comunicativos, se instauran y consolidan lazos de algún tipo y se vehiculan representaciones sociales” (SAL PAZ; MALDONADO, 2013, en VELA DELFA, 2016, p. 56).

cada comunidad disciplinar se conforma a partir del uso de prácticas lectoras y escritoras particulares (RUSSELL, 1997; CASSANY; MORALES, 2008; PARODI, 2010, 2015), las que reflejan y constituyen sus propias prácticas sociales, y, por lo tanto, ponen de manifiesto las maneras en que las comunidades gestionan su conocimiento (IBÁÑEZ; MONCADA; SANTANA, 2015). Estas prácticas discursivas son desarrolladas por el conjunto de sus miembros, de modo interrelacionado con el entorno físico, la cultura, la lengua, entre otros (HYLAND, 2016). En este contexto, el estudio de los géneros discursivos que se producen en una disciplina en particular resulta una manera provechosa de describir los diferentes modos en los que las comunidades disciplinares se constituyen discursivamente.

En el ámbito académico, uno de los géneros que ha atraído mayor atención es el artículo de investigación (AI). Así, podemos encontrar trabajos que lo han abordado desde distintas perspectivas, tales como la descripción de su estructuración retórica (SWALES, 1990, 2004; SABAJ; MATSUDA; FUENTES, 2010, SABAJ; TORO; FUENTES, 2011, KUHI; HAJI-HATAMLOO, 2016), la descripción de sus elementos metadiscursivos (ABDI; AHMADI, 2015; CAO; HU, 2014; HYLAND, 2005; McGRATH; KUTEEVA, 2012; MUR DUEÑAS, 2011), relaciones de coherencia (IBÁÑEZ; MONCADA; SANTANA, 2015), títulos (ENTRALGO; SALAGER-MEYER; LUZARDO, 2014), procedimientos de atribución de conocimiento (SABAJ; PÁEZ, 2010; BONILLA, 2015), patrones de progresión temática (FAN; ZHANG, 2016), entre otros.

En el presente trabajo nos enfocamos, particularmente, en indagar los patrones de formulación de objetivos en AI escritos en inglés en las disciplinas de Lingüística y Biotecnología². En este sentido, retomamos la línea investigativa iniciada por González (2011) para artículos escritos en español y expandimos su trabajo al idioma inglés.

Dar cuenta del objetivo de una investigación es parte importante del reporte de esta. De hecho, en general, los estudios que han indagado sobre la organización estructural de los AI, en diferentes disciplinas, coinciden en indicar la presentación de estos como un paso retórico obligatorio, bien dentro del *resumen* del AI o de su *introducción* (SWALES, 1990; BHATIA, 1994; DOS SANTOS, 1996; HYLAND, 2000; LORÉS, 2004; STOTESBURY, 2006; PHO, 2008; LI; KIRBI, 2014; PIQUÉ-NOGUERA; CAMAÑO-PUIG, 2015; MOHAMMADI, 2016). En este sentido, conocer los patrones de formulación de los objetivos fortalece el conocimiento sobre las características particulares de los AI y, por ende, de la disciplina que se está revisando.

En los siguientes apartados presentaremos los antecedentes teóricos de nuestra investigación, enfocándonos, especialmente, en reseñar lo que se entiende por discurso académico disciplinar y AI. Además, daremos cuenta de las características de los patrones de formulación de objetivos descritos por González (2011). Luego, presentaremos el marco metodológico y los resultados de nuestro trabajo, para cerrar con las conclusiones y discusión derivadas del análisis propuesto.

² Se seleccionaron estas disciplinas por ser las que más se asemejaban a las indagadas por González (2011), dentro del corpus con el que contábamos para trabajar. Para una descripción más detallada del corpus estudiado y del proyecto en el que se enmarca ver Parodi (2010), Parodi (2012) y Parodi (2015).

2 EL DISCURSO ACADÉMICO DISCIPLINAR

El discurso académico disciplinar se utiliza en contextos académicos, con propósitos diversos e implica procedimientos y estilos propios de una comunidad discursiva (HYLAND, 2000). En este sentido, cada comunidad disciplinar se conforma a partir del uso de prácticas discursivas desarrolladas por el conjunto de sus miembros, de modo interrelacionado con el entorno físico, la cultura y la lengua (RUSSELL, 1997; CASSANY; MORALES, 2008; MARTÍNEZ, 2015; PARODI, 2010; VÁSQUEZ-ROCCA; PARODI, 2015). Al respecto Ibáñez, Moncada y Santana (2015) señalan que:

[el discurso académico] se constituye como un discurso que refleja las prácticas sociales que ocurren al interior de cada comunidad disciplinar, y manifiesta las formas de pensar de estas, revelando de este modo, las diferentes maneras en que tales comunidades diseminan sus ideas y construyen saberes.

Así, cuando un nuevo miembro de una comunidad discursiva se enfrenta inicialmente a prácticas propias de su disciplina requiere que demuestre comprensión de un lenguaje altamente especializado y sea capaz de construir significados específicos establecidos previamente por sus miembros. En otras palabras, requiere de un proceso de enculturación o inserción a la comunidad discursiva, el que no se presenta siempre de manera natural, sino que demanda un esfuerzo consciente por parte de este miembro novato y de apoyo por parte de los miembros más experimentados de la comunidad (SÁNCHEZ; MONTES, 2016). Ahora bien, la dificultad de apropiación de los géneros discursivos propios de su disciplina no desaparece automáticamente en el momento que los sujetos aumentan su especialización. Uno de los esfuerzos que incluso los estudiantes de posgrado e investigadores en ejercicio deben realizar es aprender a comunicar los resultados de sus investigaciones por medio del AI y de otros géneros propios de la disciplina. Para llevar a cabo esta transmisión y producción de nuevo conocimiento, deben adecuarse a las normas de su comunidad, pero también a las que proponen las revistas científicas en las que aspiran a publicar, proceso que, además, exige una preparación particular (FERRER, 2009; CHOIS; JARAMILLO, 2016).

3 EL ARTÍCULO DE INVESTIGACIÓN³

Siguiendo a Venegas (2007, p. 413) el AI se puede definir como:

el texto escrito, generalmente publicado en una revista especializada, que tiene como finalidad informar a una comunidad científica los resultados de un trabajo de investigación realizado mediante la aplicación del método científico, según las características de cada disciplina de la ciencia.

³ No ahondamos en la descripción retórica de este género debido a que esta ya ha sido abordada en extenso en numerosas publicaciones anteriores.

Además, diversos investigadores coinciden en sostener que, paralelamente a la función informativa, el AI cumple un propósito altamente persuasivo en tanto busca “persuadir a una audiencia especializada acerca de la importancia de ciertos hallazgos, de la novedad de ciertas conclusiones teóricas o bien de la necesidad de adoptar tal o cual modelo o política pública, entre otras funciones” (PINA-STRANGER et al., 2013, p. 70). Este género discursivo, en general, se organiza en categorías superestructurales o apartados altamente convencionalizados, que incluyen: título, resumen, introducción, metodología, resultados, discusión y conclusiones (SWALES, 1990; VENEGAS, 2007; PINA-STRANGER et al., 2013).

Asimismo, este género se encuentra fuertemente validado por la comunidad académica de expertos como uno de los más importantes para la comunicación del conocimiento científico, pues vehicula el nuevo conocimiento de la disciplina. En este sentido, se considera como un género altamente especializado “con un conocimiento menos estable en tanto es conocimiento en construcción” (PINA-STRANGER et al., 2013, p. 74). Sin embargo, y pese a su transversalidad, esto no significa que los rasgos del AI sean homogéneos. Diferentes investigaciones, desde diversas perspectivas, han comprobado su variación disciplinar (FLOTTUM; KINN; DAHL, 2006; BRUCE, 2009; SABAJ; PÁEZ, 2010; DONESCH-JEZO, 2016; SALEHI; BIRIA, 2016).

Para nuestra investigación hemos elegido analizar los apartados *resumen* e *introducción* de los AI que componen nuestro corpus. Nos centramos en estos apartados debido a que en la mayoría de las descripciones retóricas de las que tenemos conocimiento, la expresión de los objetivos se sitúa como parte obligatoria de estas secciones (SWALES, 1990; BHATIA, 1994; DOS SANTOS, 1996; HYLAND, 2000; LORÉS, 2004; STOTESBURY, 2006; PHO, 2008; LI; KIRBI, 2014; PIQUÉ-NOGUERA; CAMAÑO-PUIG, 2015; MOHAMMADI, 2016). Cabe hacer notar la excepción que supone el artículo de Ibáñez et al. (2015), en la que no se identifica como relevante u obligatoria la movida retórica que tiene que ver con la presentación del objetivo o propósito de la investigación. Sobre este punto comentaremos en nuestra discusión.

4 PATRONES DE FORMULACIÓN DE OBJETIVOS EN ARTÍCULOS DE INVESTIGACIÓN

Entendemos los objetivos como una guía para el proceso de investigación, los que “se constituyen como el elemento central de este proceso [...] se espera que cualquier reporte de investigación considere los objetivos de investigación al momento de publicar los resultados” (GONZÁLEZ, 2011, p. 403). De este mismo modo, estos objetivos encauzan el proceso investigativo y proveen información importante para evaluar la pertinencia y/o interpretar los resultados de los que se da cuenta en un AI.

González (2011), investigó sobre la expresión de los objetivos en un corpus de AI escritos en español, y describió cinco patrones de formulación predominantes en cuatro disciplinas (Historia, Lingüística, Literatura y Biología). Estos patrones se describen en la tabla 1.

Tabla 1 – Patrones de formulación de objetivos en AI en español (González, 2011)

Denominación	Patrón de formulación	Ejemplos ⁴
Patrón A: Explicita el objetivo de la investigación	El objetivo de esta investigación + verbo ser en pasado + verbo en infinitivo	“El objetivo de este trabajo fue analizar las propiedades morfológicas y semánticas del sufijo -ero dentro de las creaciones neológicas”
Patrón B: Explicita el objetivo del artículo	El artículo tiene por objetivo + verbo en infinitivo El objetivo de este artículo es + verbo en infinitivo	“Este trabajo tiene por objetivo analizar el poemario La Hybris (2007) de la escritora argentina Alicia Genovese, considerando la configuración del yo lírico y, asimismo, el tipo de política genérico-sexual que éste despliega”
Patrón C: Explicita el objetivo del autor	El investigador/autor tiene (verbo presente o pasado) un objetivo (verbo en infinitivo) Mi objetivo es + verbo en infinitivo	“Mi intento es poner en perspectiva dialógica escrituras que se han potenciado, secretamente, desde algún lugar imaginado, en las complicidades para la alteración de la producción cultural en nuestro continente”
Patrón D: Señala lo que hace el artículo	El artículo + verba dicendi + actividad investigativa El artículo + verbo realizativo en presente	“El artículo describe el tratamiento periodístico del diario El Mercurio acerca del 11 de septiembre de 1973. Esta fecha, considerada un hito en la historia nacional, es objeto de un tratamiento que del tono positivo pasa a uno predominantemente neutro”
Patrón E: Señala lo que se hace en el documento	En el artículo se hace (tercera persona singular) con el propósito de + verbo en infinitivo En el artículo + primera persona + actividades investigativas.	“En este artículo se presenta el resultado del análisis de las propiedades morfológicas y semánticas del sufijo -ero en creaciones neológicas por sufijación en las variedades del español de Argentina, Chile y Uruguay, como una manera de verificar su vitalidad”

En la presente investigación se observaron los patrones de formulación de objetivos en AI escritos en inglés en dos disciplinas: Lingüística y Biotecnología. En este sentido, se compararon los patrones encontrados por González (2011) con los encontrados en esta investigación, para dar cuenta de la concordancia o divergencia entre la formulación de objetivos en este género discursivo en ambos idiomas. A continuación, se describe con mayor detalle los pormenores de esta investigación.

5 MARCO METODOLÓGICO

La investigación tuvo un carácter descriptivo y se llevó a cabo mediante procedimientos cualitativos y conteo de frecuencia. Se analizó un corpus de 20 artículos de investigación científica de las disciplinas de Lingüística y Biotecnología (10 artículos por cada disciplina) escritos en inglés. Los artículos seleccionados para el presente trabajo

⁴ Los ejemplos fueron tomados de González (2011).

se tomaron del sub-corpus de AI pertenecientes al Corpus PUCV-2010⁵. La selección de los artículos a analizar se realizó de forma aleatoria, pero tomó en cuenta solo AI escritos en inglés por hablantes nativos de ese idioma.

La metodología de análisis se basó en la identificación de segmentos textuales que dieran cuenta directa o indirectamente del planteamiento de los objetivos por parte del o los autores en los apartados *resumen e introducción* correspondientes a esos mismos AI.

El reconocimiento de que un segmento textual correspondía o no a la expresión de objetivos se realizó mediante el análisis de tres investigadores. Cada uno de ellos revisó y clasificó por separado cada segmento textual. En las situaciones donde hubo discrepancias, estas se desambiguaron mediante consenso por parte del grupo investigador. Así, se elaboraron colectivamente los análisis de frecuencia de ocurrencias de patrones, lo que permitió clasificar las diversas maneras de incluir los objetivos en las secciones *introducción y resumen*. Posteriormente, se procedió al levantamiento de una categoría nueva de clasificación de patrones de formulación de objetivos, la que será descrita en el apartado que sigue.

Finalmente, estos datos se compararon con los resultados de González (2011) con la finalidad de observar las posibles relaciones entre los patrones de formulación de objetivos en los AI de las disciplinas estudiadas y la incidencia que podría tener el idioma de producción de estos textos.

6 RESULTADOS Y DISCUSIÓN

Como ya se ha mencionado, para esta investigación se identificaron los objetivos presentados en los apartados *resumen e introducción* de 20 AI de las disciplinas de Lingüística y Biotecnología. Posteriormente, se analizaron los objetivos de modo de identificar sus patrones de formulación, los que se cuantificaron y clasificaron en relación con las diferentes disciplinas y apartados investigados.

En total contabilizamos 40 segmentos textuales identificados como objetivos, de los que el 45% corresponde a objetivos en AI de Biotecnología y 55% corresponde a objetivos en AI de Lingüística. En relación con el apartado de aparición, el 58% de estos se encontró en el *resumen* y el 42% restante en la *introducción*.

Tabla 2 – Cantidad y porcentajes totales de objetivos identificados

	Resumen		Introducción		Total objetivos	
	Cantidad	Porcentaje	Cantidad	Porcentaje	Cantidad	Porcentaje
Lingüística	8	47	14	61	22	55
Biotecnología	9	53	9	39	18	45
Total	17	42	23	58	40	100

⁵ Para una descripción detallada del Corpus PUCV-2010 y el proyecto en el que se enmarca ver Parodi (2010), Parodi (2012) y Parodi (2015).

Asimismo, se pudo observar que, en general, el segmento textual correspondiente al objetivo aparece tanto en el apartado *resumen* como en el apartado *introducción*. En este sentido, la expresión de los objetivos de investigación parece ser obligatoria para los AI de Lingüística y Biotecnología escritos en idioma inglés en los apartados estudiados. Esto concuerda con los análisis y descripciones que se han realizado de la estructura retórica de los AI en diferentes disciplinas, en los que consideran la expresión del objetivo o propósito investigativo como una movida o paso obligatorio, especialmente, en el apartado *resumen* (SWALES, 1990; BHATIA, 1994; DOS SANTOS, 1996; HYLAND, 2000; LORÉS, 2004; STOTESBURY, 2006; PHO, 2008; LI; KIRBI, 2014; PIQUÉ-NOGUERA; CAMAÑO-PUIG, 2015; MOHAMMADI, 2016).

Tabla 3 – Cantidad y patrón de objetivos por apartado en ambas disciplinas

Código AI	Resumen	Introducción	Código AI	Resumen	Introducción
Biotecnología			Lingüística		
Bio106	1 (F)	1 (A)	Lin828	0	1 (E)
Bio110	0	1 (E)	Lin195	1 (E)	4(2E-2B)
Bio109	1 (F)	0	Lin270	0	2(C-A)
Bio104	1 (E)	1 (F)	Lin674	1 (A)	1 (A)
Bio111	1 (F)	1 (A)	Lin703	1 (E)	1 (E)
Bio107	1 (F)	1 (E)	Lin790	1 (F)	1 (E)
Bio108	1 (F)	1 (E)	Lin1019	1 (A)	1 (D)
Bio105	1 (F)	1 (F)	Lin1020	1 (A)	1 (A)
Bio103	1 (F)	1 (F)	Lin1022	1 (E)	1 (E)
Bio102	1 (E)	1 (A)	Lin115	1 (A)	1 (A)

6.1 FORMULACIÓN DE OBJETIVOS POR APARTADO

Como se aprecia en la tabla 3, en general, los AI analizados explicitan un objetivo en su apartado *resumen* y uno en su apartado *introducción*, no obstante, estos no siempre concuerdan en su patrón de formulación. En trece de los AI analizados existe una diferencia entre el patrón presentado en el *resumen* y en la *introducción* y solo en siete AI existe concordancia en el patrón utilizado en ambos apartados.

Cabe destacar que los AI de Lingüística en dos ocasiones presentaron la formulación de objetivos en más de un segmento textual dentro del mismo apartado, y no necesariamente realizada por el mismo patrón de formulación. A continuación, se presenta un caso en el que se aprecian dos segmentos textuales identificados como objetivos en una misma introducción, los que no presentan el mismo patrón de formulación. El ejemplo (1.a) presenta un patrón de formulación **C: Explicita el objetivo del autor**, mientras que el ejemplo (1.b) presenta un patrón de formulación **A: Explicita el objetivo de la investigación**.

(1.a) Our goal was to examine wether readers simultaneously monitor more than one situational dimensions. (LIN270)

(1.b) Another goal of this investigation was to examine the comprehension of ecologically valid materials, rather than experimenter-generated materials. (LIN270)

Con relación a la ocurrencia de los diferentes patrones de formulación, el análisis de los segmentos textuales que corresponden a objetivos en ambos apartados dio cuenta de la presencia de todos los patrones reseñados anteriormente, excepto el **patrón D**. Adicionalmente, se encontró un nuevo tipo de patrón de formulación de objetivos. Este fue denominado **PATRÓN F: Señala el objetivo a través de la metodología** y será descrito más adelante.

Con respecto a los porcentajes de ocurrencia de los diferentes patrones de formulación de objetivos, en primer lugar se encuentra el **patrón E** con un 35% de ocurrencias totales, al que le siguen el **patrón F** con un 28% y el **patrón A** con un 27%. Por su parte, los patrones con menos ocurrencias son el **patrón B** (7%) y el **patrón C** (3%). Tal como se mencionó en párrafos anteriores, no se encontró formulación de objetivos a través del **patrón D** (Ver Tabla 4). En este sentido, se puede apreciar una diferencia con los artículos en español en los que este patrón sí aparece, tal como reporta González (2011).

Tabla 4 – Tipo de formulación, patrón que lo caracteriza y porcentaje de ocurrencia en el corpus

Tipo	Patrón de formulación	Porcentaje	Ejemplos
A: Explicita el objetivo de la investigación	-El objetivo de esta investigación + verbo ser + verbo en infinitivo -Esta investigación/estudio + verbo realizativo (actividades investigativas)	27	The primary aim of the research reported here is to locate the source of language comprehension impairments in patients diagnosed with Alzheimer's disease (AD). (LIN1020)
B: Explicita el objetivo del artículo	-El artículo tiene por objetivo/meta + verbo en infinitivo. -El objetivo de este artículo es + verbo en infinitivo	7	One major goal of this article is to present a constructionist theory that makes decisive predictions about the knowledge-based inferences that are generated on-line during narrative comprehension. (LIN195)
C: Explicita el objetivo del autor	-Mi/nuestro objetivo es/fue + verbo en infinitivo	3	Our goal was to examine whether readers simultaneously monitor more than one situational dimensions. (LIN195)
D: Señala lo que hace el artículo	No se encontró	-	No se encontró
E: Señala lo que se hace en el documento	-En el artículo + yo/nosotros + verbo realizativo (actividades investigativas)	35	In this article, we examine whether language comprehension routinely involves the activation of visual motor representation. (LIN128)
F: Señala el objetivo a través de la metodología	-En este estudio/trabajo + construcción en voz pasiva + to + verbo en infinitivo	28	In this work, quantitative proteomics was employed to identify early key players involved in B-cell dysfunction induced by glucotoxicity. (BIO109)

6.2 LEVANTAMIENTO DE UN NUEVO PATRÓN DE FORMULACIÓN DE OBJETIVOS

En relación con los diferentes patrones de formulación de objetivos, el único que no ha sido reconocido ni descrito en el trabajo de González (2011) es el patrón F. Este alcanza un 28% de ocurrencia respecto del total de segmentos textuales identificados en el corpus analizado. En el caso del subcorpus de Lingüística, de un total de 22 segmentos textuales identificados como objetivos, solo el 5% fueron formulados mediante el patrón F. En cambio, en el de Biotecnología el nuevo patrón alcanza un 55% de un total de 18 segmentos textuales identificados. Esto establece una diferencia importante entre la formulación de objetivos en ambas disciplinas, ya que se aprecia que los artículos de Biotecnología utilizarían, preferentemente, la estrategia de señalar el objetivo de investigación de manera conjunta con la metodología de la misma. Es posible que esto se deba a que en esta disciplina lo novedoso del artículo corresponda a la metodología a utilizar con un propósito específico y por esta razón se destaque en conjunto con el objetivo. La utilización de este patrón, igualmente, se puede deber a las constricciones de espacio, principalmente, en la elaboración de los *resúmenes*. Es posible que los autores hayan visto la necesidad de buscar estrategias para solapar estos dos elementos en un mismo segmento textual. A este tipo de formulación se le denominó **“Señala el objetivo a través de la metodología”** y su estructura está determinada por una aseveración delocutiva que está guiada por el siguiente patrón:

In this (work/study) + construcción en voz pasiva + to
+ verbo en infinitivo + sintagma nominal

En los ejemplos (2) y (3) se puede apreciar que destaca el verbo en voz pasiva acompañado de un infinitivo, lo que permite el distanciamiento de la actividad de escribir el artículo o el distanciamiento con lo que sucede discursivamente en el documento. Por el contrario, lo que se enfatiza en este patrón son los procesos de la actividad científica equivalentes a la metodología de la investigación misma:

(2) In this work, quantitative proteomics was employed to identify early key players involved in B-cell dysfunction induced by glucotoxicity. (BIO109)

(3) In this study, iTRAQ and 2-D LC MALDI-MS/MS have been used to characterise protein expression changes in the *S. nodorum* gna 1 strain versus the SN15 wild-type. (BIO111)

En el apartado *resumen*, la formulación de objetivos mediante el **patrón F** equivale al 47% de un total de 17 segmentos textuales identificados, mientras que en el apartado *introducción*, de un total de 23 segmentos textuales identificados solo un 13% corresponde a la formulación de objetivos que se enuncian a través de la metodología.

Se aprecia, así, que este patrón parece ser más propio del *resumen*, posiblemente, debido a que las constricciones de espacio de este hacen necesario buscar recursos para condensar en un mismo segmento textual la metodología y el objetivo de la investigación, o, tal como lo señalamos anteriormente, es posible que esto se deba a que lo novedoso del artículo sea la metodología a utilizar en un contexto dado y por esto se decide destacar en el resumen de manera conjunta con el propósito de la investigación.

En una investigación que buscó identificar las movidas retóricas que componen los *resúmenes* de la disciplina de Biología en español, Ibáñez, Moncada y Santana (2015) identificaron dos movidas en las que parece suceder el mismo fenómeno que señalamos para los AI estudiados de la disciplina de Biotecnología: se presenta el propósito de la investigación en conjunto con el método aplicado. Resulta interesante observar que en su investigación estas movidas no aparecieron con una frecuencia suficiente como para considerarlas obligatorias. Teniendo en cuenta que la investigación señalada, al igual que la de González (2011), se basó en AI escritos en español, podemos suponer que esta sería una diferencia en la manera de textualizar el discurso académico en español e inglés. Otra explicación podría ser la naturaleza de las disciplinas en cuestión. Es posible que, debido a que Biotecnología es una disciplina aplicada, se enfatice más en las técnicas para lograr los objetivos, razón por la que el **patrón de formulación F** aparece como preferente en el subcorpus indagado en esta investigación.

6.3 FORMULACIÓN DE OBJETIVOS POR DISCIPLINA

La formulación de objetivos por cada disciplina estudiada es variada, puesto que cada una utiliza diferentes patrones para dar cuenta de la relación entre el artículo y los objetivos subyacentes a la actividad de escribir. En el caso de Lingüística, predomina el **patrón E** con un 41% de un total de 22 objetivos identificados en el sub-corpus, seguido del patrón A que alcanza un 36%. Mientras que los **patrones B** (14%), **F** (5%) y **C** (4%) no presentan mayor preponderancia. El **patrón D** fue el único que no se encontró en esta disciplina. Al comparar estos resultados con los de González (2011) para artículos de Lingüística en español encontramos que en ambas investigaciones el **patrón de formulación E** es el que predomina para esta disciplina. Es decir, tanto en español como en inglés en los apartados *resumen* e *introducción* en AI de Lingüística se tiende de manera preferente a expresar los objetivos señalando lo que se realiza en el documento. En este sentido, se aprecia una mayor conciencia por parte de los autores respecto del proceso discursivo por el que pasa su investigación en tanto enfatizan el documento como el lugar en el que se construye la investigación, lo que se marca, principalmente, con el uso de la preposición *in* (*en* para español, ver GONZÁLEZ, 2011), tal como se aprecia en los ejemplos 4 y 5.

(4) In this article, we propose and test a model of how readers construct these microworlds, or situation models. (LIN1122)

(5) In this paper we study supervised and semi-supervised classifications of e-mails. (LIN703)

Si atendemos ahora a los AI de la disciplina de Biotecnología, la preponderancia mayor la obtuvo el **patrón F** con un 55%, seguido del **patrón E** con un 28% y el **patrón A** con un 17%. Cabe señalar que en esta disciplina no se aprecia formulación de objetivos a través de los **patrones B, C y D**. Esto quiere decir que, en el caso de Biotecnología, no se le otorga importancia a explicitar o señalar el objetivo del autor o del artículo, sino más bien se formulan los objetivos de acuerdo a su relación con la investigación, el documento y su metodología.

Se aprecia una diferencia en la variedad de objetivos encontrados en cada disciplina. De acuerdo a los datos obtenidos en esta investigación, en los AI de Lingüística se presenta una mayor variedad de formulación de objetivos por sobre los AI de Biotecnología que tienden a repetir los mismos tres patrones de formulación, tal como se aprecia en la Tabla 5.

Tabla 5 – Tipo de patrón de formulación por disciplina en porcentaje

Patrón de formulación	Lingüística	Biotecnología
Explicita el objetivo de la investigación	36	17
Explicita el objetivo del artículo	14	-
Explicita el objetivo del autor	4	-
Señala lo que hace el artículo	-	-
Señala lo que se hace en el documento	41	28
Señala el objetivo a través de la metodología	5	55

7 CONCLUSIONES

En el presente artículo se da cuenta de los resultados de un estudio que comparó la formulación de objetivos de investigación en un corpus de textos del género AI, escritos en inglés, de dos disciplinas: Lingüística y Biotecnología. Esta investigación tenía como propósito indagar con datos empíricos respecto de la formulación de objetivos en los AI en el idioma inglés, en comparación con estudios similares para el español (GONZÁLEZ, 2011).

En general, se evidencia que los patrones de formulación identificados por González (2011) se mantendrían para el idioma inglés, es decir, son independientes del idioma de producción del AI. Además, se ha identificado un nuevo patrón denominado **Patrón F: señala el objetivo a través de la metodología**, cuya ocurrencia predomina en los AI de Biotecnología. Esto da cuenta de una diferencia disciplinar en relación con los patrones de formulación de objetivos encontrados. Mientras que en Biotecnología predomina la ocurrencia del **patrón F**, en Lingüística la tendencia es hacia la predominancia del **patrón E**, en el que se propone el documento como el momento y lugar en el que se realiza la investigación. En este sentido, y tal como lo comentamos anteriormente, se aprecia una mayor conciencia de los autores del proceso discursivo por el que pasa su investigación en tanto enfatizan el documento como el lugar en el que se construye la investigación. Esto sería concordante con lo señalado por González (2011) para esta disciplina en AI escritos en español.

Además de la diferencia en el patrón de formulación de objetivos predominante, se ha encontrado que los AI de la disciplina de Lingüística presentan una mayor diversidad de uso de estos patrones. En este sentido, se encontraron 5 tipos de patrones de formulación de objetivos diferentes, mientras que en Biotecnología solo se encontraron 3 tipos, y uno de ellos (**patrón F**) con más del 50% de predominancia. Esto daría cuenta de que Biotecnología es una disciplina que presenta mayor homogeneidad en sus prácticas discursivas. Es posible que los expertos en Biotecnología no se sientan tan confiados en sus habilidades discursivas por los que tenderían a seguir con mayor fidelidad los patrones

y modelos preestablecidos, lo que no sucedería en Lingüística, disciplina en la que los escritores tienden a variar más en los recursos retóricos que utilizan para dar cuenta de los objetivos de investigación. Quedará para estudios posteriores, particularmente con datos de corte más etnográfico, confirmar las razones de las diferencias aquí propuestas.

REFERENCIAS

- ABDI, R.; AHMADI, P. Signposting propositions: a study of interactive metadiscourse marking in the composition of RAs across sciences. *RALs*, v. 6, p. 5-17, 2015.
- BHATIA, V. *Analyzing genre: Language use in professional setting*. Londres: Longman, 1994.
- BONILLA, L. Funciones discursivas de la cita directa en la presentación e interpretación de los datos de investigación en artículos de antropología social. *Lenguaje*, v. 43, n. 2, p. 271-300, 2015.
- BRUCE, I. Results sections in sociology and organic chemistry articles: A genre analysis. *English for Specific Purposes*, v. 28, p.105-124, 2009.
- CAO, F.; HU, G. Interactive metadiscourse in research articles: A comparative study of paradigmatic and disciplinary influences. *Journal of Pragmatics*, v. 66, p. 15-31, 2014.
- CASSANY, D.; MORALES, O. Leer y escribir en la universidad: Hacia la Lectura y la Escritura crítica de géneros científicos. *Revista Memoralia*, v.5, n. 2, p. 69-82, 2008.
- CHOIS, P.; JARAMILLO, L. La investigación sobre la escritura en posgrado: estado del arte. *Lenguaje*, v. 44, n.2, p. 227-259, 2016.
- DONESCH-JEZO, E. Cross-cultural variability of research article abstracts from different discourse communities. *Pantwo i Spoleczenstwo*, v. 16, n. 3, p. 33-60, 2016.
- DOS SANTOS, M. The textual organization of research paper abstracts in applied linguistics. *Text & Talk*, v. 16, n. 4, p. 481-499, 1996.
- ENTRALGO, J.; SALAGER-MEYER, F.; LUZARDO, M. Títulos de artículos de investigación científica escritos en inglés: un estudio interdisciplinario. *Revista de la Escuela de Idiomas Modernos*, v. 31, p. 75-100, 2014.
- FAN, J.; ZHANG, Y. A quantitative study on discourse coherence in linguistic research articles from the perspective of thematic progression patterns. *International Journal of Liberal Arts and Social Science*, vol. 4, n. 7, p. 61-74, 2016.
- FERRER, M. La escritura científica: ¿un problema de formación o de información? *Acimed*, v. 20, n.5, p. 1-8, 2009.
- FLOTTUM, K.; KINN, T.; DAHL, T. "We now report on..." versus "Let us now see how...". Author roles and interaction with readers in research articles. In: HYLAND, K.; BONDI, M. (Eds.). *Academic discourse across disciplines*. Bern: Peter Lang, 2006. p. 203-224.
- GONZÁLEZ, C. La formulación de los objetivos en artículos de investigación científica en cuatro disciplinas: Historia, Lingüística, Literatura y Biología. *Linguagem em (Dis)curso*, v. 11, n. 2, p. 401-429, 2011.
- HYLAND, K. *Disciplinary discourses: Social interactions in academic writing*. London: Longman, 2000.
- _____. Authority and invisibility: Authorial identity in academic writing. *Journal of Pragmatics*, v. 34, n. 8, p. 1091-1112, 2002.
- _____. Stance and engagement: a model of interaction in academic discourse. *Discourse Studies*, v. 7, p. 173-192, 2005.
- _____. *Teaching and Researching Writing*. London: Routledge, 2016.
- IBÁÑEZ, R.; MONCADA, F.; SANTANA, A. Variación disciplinar en el discurso académico de la Biología y del Derecho: un estudio a partir de las relaciones de coherencia. *Onomázen*, v. 32, p. 101-131, 2015.
- KUHI, D.; HAJI-HATAMLOO, N. An Investigation of the Generic Features of Research Articles Published in the Bulletin of Iranian Mathematical Society. *Journal of Applied Linguistics*, v. 8, n. 16, p. 110-137, 2015.

CAUTÍN-EPIFANI, Violeta; MIRALLES, Jadranka Gladic. Patrones de formulación de objetivos en artículos de investigación en las disciplinas de lingüística y biotecnología escritos en inglés. *Linguagem em (Dis)curso – LemD*, Tubarão, SC, v. 18, n. 1, p. 35-48, jan./abr. 2018.

- LI, M.; KIRBY, J. The effects breadth and depth of English reading. *Applied Linguistics*, v. 36, n. 5, p. 611–634, 2014.
- LORÉS, R. On research article abstracts: From rhetorical structure to thematic organization. *English for Specific Purposes*, v. 23, n. 3, p. 280–302, 2004.
- MARTÍNEZ, J. El género Tesis Doctoral de Historia y Física: Descripción y variación retórico-funcional. En Parodi, G.; Burdiles, G. (Eds.). *Leer y escribir en contextos académicos y profesionales: Géneros, corpus y métodos*. Santiago: Ariel, 2015. p. 113-151.
- McGRATH, L.; KUTEEVA, M. Stance and engagement in pure mathematics research articles: linking discourse features to disciplinary practices. *English for Specific Purposes*, v. 31, p. 161-173, 2012.
- MOHAMMADI, B. Exploring gender differences in cross-disciplinary discourse: Interactional metadiscourse markers in the discussion section of research articles, *Language in India*, v. 16, n. 12, p. 169-189, 2016.
- MUR DUEÑAS, P. An intercultural analysis of metadiscourse features in research articles written in English and in Spanish. *Journal of Pragmatics*, v. 43, p. 3068-3079, 2011.
- PARODI, G. Multisemiosis y lingüística de corpus: Artefactos (multi) semióticos en los textos de seis disciplinas en el corpus PUCV-2010. *Revista de Lingüística Teórica y Aplicada*, v. 48, n. 2, p. 33-70, 2010.
- _____. ¿Qué se lee en los estudios doctorales?: Estudio empírico basado en géneros a través del discurso académico de seis disciplinas. *RLA. Revista de Lingüística Teórica y Aplicada*, v.50, n.2, p. 89-119, 2012.
- _____. Variation across university genres in seven disciplines: A corpus-based study on academic written Spanish. *International Journal of Corpus Linguistics*, v. 20, n. 4, p. 469-499, 2015.
- PHO, P. Research article abstracts in applied linguistics and educational technology: A study of linguistic realizations of rhetorical structure and authorial stance. *Discourse Studies*, v.10, n. 2, p. 231–250, 2008.
- PINA- STRANGER, A.; SABAJ, O.; TORO, P.; MATSUDA, K. Estrategias académicas de inserción científica: una propuesta metodológica para el estudio de las reivindicaciones epistémicas en los artículos de investigación. *Innovar*, v. 23, n. 48, p. 67-82, 2013.
- PIQUÉ-NOGUERA, C.; CAMAÑO-PUIG, R. El resumen del artículo de investigación: Análisis del género en un corpus de textos de Enfermería. *Revista Signos*, v. 48, n. 87, p. 77-94, 2015.
- RUSSELL, D. Rethinking genre in school and society an activity theory analysis. *Written communication*, v.14, n. 4, p. 504-554, 1997.
- SABAJ, O.; MATSUDA, K.; FUENTES, M. Un Modelo para la Homogeneización de las Clases Textuales de la Biblioteca Electrónica Scielo-Chile: la Variabilidad del Artículo de Investigación en Diversas Disciplinas. *Información Tecnológica*, v. 21, n. 6, p. 133-148, 2010.
- SABAJ, O.; PÁEZ, D. Tipos y funciones de las citas en artículos de investigación de tres disciplinas. *Literatura y Lingüística*, v. 22, p. 117-134, 2011.
- SABAJ, O.; TORO, P.; FUENTES, M. Construcción de un modelo de Movidas Retóricas para el análisis de Artículos de Investigación en español. *Revista Onomázein*, v. 24, n. 2, p. 245-271, 2011.
- SAL PAZ, J.; MALDONADO, S. Delimitación y alcances de la voz comunidad en el marco de los estudios del discurso. *Forma y Función*, v. 26, n. 11, p. 111-140, 2013.
- SALEHI, B.; BIRIA, R. Exploring Gender Differences in Cross-disciplinary Discourse: Interactional Metadiscourse Markers in the Discussion Section of Research Articles. *Language in India*, v. 16, p. 169-186, 2016.
- SÁNCHEZ, V.; MONTES, S. El Programa de Lectura y Escritura Académicas de la Pontificia Universidad Católica de Chile: sus aportes para la inserción académica de los estudiantes. In: NATALE, L.; STAGNARO, D. (Comp.). *Alfabetización académica: un camino hacia la inclusión en el nivel superior*. Buenos Aires: Ediciones UNGS, 2016. p. 73-101.
- STOTESBURY, H. Gaps and False Conclusions: Criticism in Research Article Abstracts across the Disciplines. In HYLAND, K.; BONDI, M. (Eds.). *Academic Discourse Across Disciplines*. New York: Peter Lang, 2006. p. 123-148.
- SWALES, J. *Genre analysis: English in academic and research settings*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.
- _____. *Research genres: Explorations and applications*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

VÁSQUEZ-ROCCA, L.; PARODI, G. Relaciones retóricas y multimodalidad en un género 'importado': El Informe de Política Monetaria del discurso académico de la Economía. *Calidoscópico*, v. 13, n. 3, p. 388-405, 2015.

VELA DELFA, C. Una aproximación desde el correo electrónico desde una perspectiva diacrónica: evolución y asentamiento de un género discursivo. *Cadernos de Linguagem e Sociedade*, v.17, n. 2, p. 55-78, 2016.

VENEGAS, R. Clasificación de textos académicos en función de su contenido léxico-semántico. *Revista Signos*, v. 40, n. 63, p. 239-271, 2007.

AGRADECIMIENTOS

Las autoras agradecen la invaluable colaboración técnica de Ariel Mendoza Ríos (Pontificia Universidad Católica de Valparaíso) y Carolina Aguilera Araya (Pontificia Universidad Católica de Valparaíso), quienes, además, participaron en una versión preeliminar de esta investigación presentada en ALED (2012).

Recebido em: 29/03/17. Aprovado em: 21/01/18.

Title: Patterns of formulation of objectives of research articles written in English in two disciplines: linguistics and biotechnology

Authors: Violeta Cautín-Epifani; Jadranka Gladic Miralles.

Abstract: The present work, framed in the area of research on the construction and transmission of knowledge through academic discourse, inquiries about functional and textual patterns of goal formulation in a corpus of 20 research articles (RA) of the subject of Linguistics and Biotechnology, written in English. The general results indicate that there is similarity between the five patterns identified by González (2011) and those found in the present research with texts written in English. Similarly, differences in the use of these patterns are detected in the subjects studied in this research. Finally, the study reveals a new functional and textual pattern of formulation of objectives in RA related to the presentation of the research objective through the methodology used.

Keywords: Research article. Abstract. Patterns. Academic discourse. Discourse of subject.

Título: Padrões de formulação de objetivos em artigos de investigação nas disciplinas de Linguística e Biotecnologia escritos em inglês

Autoras: Violeta Cautín-Epifani; Jadranka Gladic Miralles.

Resumo: O presente trabalho, emoldurado na área de investigação da construção e transmissão do conhecimento por meio do discurso acadêmico, indaga sobre os padrões funcionais e textuais de formulação de objetivos em um corpus de 20 artigos de investigação (AI) das disciplinas de Linguística e Biotecnologia, escritos em inglês. Os resultados gerais indicam que existe similaridade entre os cinco padrões identificados por González (2011) e os encontrados na presente investigação com textos escritos em inglês. Igualmente detecta diferenças no uso desses padrões nas disciplinas estudadas nesta investigação. Finalmente, o estudo lança um novo padrão funcional e textual de formulação de objetivos em AI, que se relaciona com a apresentação do objetivo de pesquisa por meio da metodologia utilizada.

Palavras-chave: Artigo. Resumo. Padrões. Discurso acadêmico. Discurso de disciplina.



Este texto está licenciado com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1982-4017-180103-5017>

O AUTORREPARO COMO ESTRATÉGIA ADAPTATIVA NA FALA EM INTERAÇÃO DE UM AFÁSICO

Lívia Miranda de Oliveira*

Julia Gonçalves Dias**

Universidade Federal de Sergipe
Centro de Ciências da Saúde
Departamento de Fonoaudiologia
São Cristóvão, SE, Brasil.

Resumo: Este artigo, fruto de uma pesquisa em desenvolvimento em uma universidade pública, utiliza o arcabouço teórico-metodológico da Análise da Conversa etnometodológica em análises da fala em interação no contexto da saúde, com o objetivo de investigar as ocorrências de autorreparo realizadas por um homem afásico. Os dados gravados em áudio e vídeo foram transcritos para análise de acordo com convenções propostas pelos analistas da conversa. Os resultados apresentam diferentes organizações do autorreparo como estratégia adaptativa, sugerindo competência pragmática do sujeito afásico no engajamento na interação em curso e na resolução de problemas interacionais decorrentes de seu comprometimento linguístico.

Palavras-chave: Reparo conversacional. Autorreparo. Afasia.

1 INTRODUÇÃO

No início dos estudos afasiológicos, Jackson (1931) e Goldstein (1939) advogavam que o comportamento linguístico dos afásicos era uma manifestação de adaptações aos efeitos da lesão neurológica em vez de reflexão direta dessa lesão. Adotando esta visão, diversos estudiosos que se inserem no território da interface entre estudos afasiológicos e estudos da linguagem desenvolveram pesquisas que corroboram essa tese inicial bem como a atualizam com novos achados (cf. PENN, 1987; HEESCHEN; SCHEGLOFF, 2003; WILKINSON *et al.*, 2007; BEEK; WILKINSON; MAXIM, 2009; OLIVEIRA, 2015), tratando tais adaptações como estratégias adaptativas ou estratégias compensatórias.

Seguindo essa mesma perspectiva, este artigo elege interações em grupo entre pessoas com e sem afasia como um lugar privilegiado para se estudar o comportamento linguístico dos afásicos, ou melhor, as estratégias adaptativas das quais eles fazem uso para alcançar uma comunicação bem-sucedida. Para tanto, busca-se suporte em uma abordagem do campo da Análise do Discurso que tem o compromisso direto em subsidiar

* Doutora em Estudos da Linguagem (PUC-Rio). Professora do curso de Fonoaudiologia da Universidade Federal de Sergipe. E-mail: liviamirandaoliveira@yahoo.com.br.

** Graduada de Fonoaudiologia. Bolsista PROEX-UFS. Aluna do curso de Fonoaudiologia da Universidade Federal de Sergipe. E-mail: julinhadiaz@gmail.com.

teórica e metodologicamente estudos interacionais em Linguística – a Análise da Conversa Etnometodológica (ACe) (cf. SCHIFFRIN, 1994), cujos precursores advêm do campo da sociologia. O arcabouço da ACe vem sendo utilizado cada vez mais em estudos no Brasil e no exterior que analisam interações na área da saúde (cf. SILVA; ANDRADE; OSTERMAN, 2009).

Neste estudo, o olhar para as interações em um grupo de afásicos teve o objetivo de analisar a fala em interação de um dos integrantes, que apresenta um tipo de afasia que se manifesta em uma dificuldade para encontrar a palavra que deseja falar, sendo tradicionalmente classificada como afasia anômica, a fim de a) elucidar a organização (iniciação e finalização) do autorreparo utilizado por ele como uma estratégia adaptativa para lidar com a dificuldade de encontrar palavras para se expressar e b) investigar os benefícios interacionais advindos do uso dessa estratégia.

Inicialmente, será apresentada uma fundamentação teórica que refaz brevemente a trajetória do surgimento da ACe, iniciando nos estudos sociológicos e culminando nos estudos dos analistas da conversa sobre reparo conversacional, o fenômeno de investigação deste artigo. Em seguida, serão abordados aspectos metodológicos do estudo aqui desenvolvido para, posteriormente, serem analisados trechos de fala em interação em que o autorreparo se revela como uma estratégia adaptativa. Por fim, serão tecidas algumas considerações finais sobre as singularidades e as contribuições deste estudo.

2 DA MACRO À MICROSSOCIOLOGIA

Talcot Parsons, figura dominante da sociologia americana do século XX, propôs a “teoria da ação” segundo a qual as motivações dos atores sociais se encontrariam integradas em modelos normativos que regulariam suas condutas, o que garantiria a estabilidade da ordem social e sua reprodução em cada encontro. O autor encontrou apoio para sua tese no argumento freudiano de que as regras da vida em sociedade seriam interiorizadas pelo indivíduo e constituiriam o que Freud denomina de “super-ego”, isto é, uma espécie de tribunal interior que governaria nossos comportamentos e até mesmo nossos pensamentos. A partir dessa concepção, a realidade seria preexistente e normativa, e os atores sociais seriam replicadores/reprodutores de regras, privados de reflexividade e, por esta razão, incapazes de analisar sua relação de dependência a esse conjunto de normas. Assim sendo, a comunicação seria estabelecida a partir de símbolos que preexistem aos encontros sociais, como sistema de referência e como recurso externo, inexaurível e estável (COULON, 1995).

Alfred Schutz, outro estudioso de grande reconhecimento no cenário dos estudos sociológicos daquela época, que cursou direito na Áustria, também considerava a realidade social preexistente e a concebia como realidade cotidiana. Para o autor, o mundo social seria o mundo da vida cotidiana, um mundo, para ele, intersubjetivo. Essa concepção do mundo social como sendo intersubjetivo é o ponto central da obra de Schutz. Nesse mundo/realidade, os atores sociais compartilhariam experiências por meio da comunicação. Acerca desse processo, o autor considera que, embora cada ator social perceba a realidade de uma maneira singular, existe a possibilidade de os atores sociais trocarem percepções através da comunicação.

Os estudos de Parsons e de Schutz se situam no território da macrosociologia, que, por sua vez, vale-se de métodos quantitativos em suas pesquisas de campo. Entretanto, há uma outra vertente da sociologia, a microsociologia, que se utiliza de métodos qualitativos em suas pesquisas por considerá-los mais adequados para o estudo da realidade social. Nessa vertente, insere-se o interacionismo simbólico, cuja origem se deu na “Escola de Chicago”, que advoga que a objetividade da macrosociologia afasta o pesquisador do mundo social que deseja estudar, e sustenta que se deve, em primeiro lugar, “levar em conta o ponto de vista dos atores sociais, seja qual for o objeto de estudo, pois é através do sentido que eles atribuem aos objetos, às situações, aos símbolos que os cercam, que os atores constroem seu mundo” (COULON, 1995, p. 15).

De acordo com o interacionismo simbólico, os atores sociais desempenhariam um papel criativo na construção de sua vida cotidiana e o significado social dos objetos seria construído pelos atores sociais no curso das interações. Se alguns desses significados gozassem de estabilidade no tempo, deveriam ser renegociados a cada nova interação, que, por sua vez, exibiria uma ordem negociada, temporária, frágil, instável e que deveria ser permanentemente reconstruída a fim de interpretar o mundo (COULON, 1995). Trata-se de uma visão de mundo/realidade social não preexistente, mas construída no “aqui e agora” da interação.

Alinhando-se ao interacionismo simbólico e contrapondo-se às teorias macrosociológicas, Harold Garfinkel desconsidera a existência de uma passividade reflexiva, afirmando que o indivíduo não é um “idiota social”, regido apenas por coerções externas; visão esta que o afasta das ideias de Parson. Ademais, influenciado por Schutz, Garfinkel também diverge de Parsons por não conceber que as ações dos agentes se confundem com a lógica científica e por considerar que as ações idealmente racionais não devem ser buscadas no mundo do senso comum (HERITAGE, 1999).

O autor propôs o que seria o alicerce de sua teoria etnometodológica – a concepção de que a realidade social seria uma realização contínua dos atores sociais no seio de suas atividades cotidianas. Interessavam à etnometodologia, então, investigações sociológicas que residissem em uma ordem de grandeza de nível micro, os microfenômenos, o que romperia radicalmente com os modos de pensamento da sociologia tradicional. A partir desse ponto de vista, os símbolos utilizados para a comunicação não se encontram estabelecidos em conjuntos de regras e normas de comunicação preexistentes, mas são construídos por processos de interpretação. Tal visão se configuraria como uma mudança do paradigma normativo (parsoniano) para o paradigma interpretativo (etnometodológico), priorizando a abordagem qualitativa do social em contraposição a uma abordagem quantitativa (COULON, 1995).

Em suma, do ponto de vista da etnometodologia, a relação entre ator social e realidade não estaria atrelada à reprodução (por aquele) de regras (desta), mas sim seria produzida por processos de interpretação, de modo que os atores sociais seriam ativos na construção da realidade. Para os etnometodólogos, a etnometodologia é o estudo das atividades cotidianas e de um mundo/realidade social que não preexiste. Os atores sociais, portanto, não reproduziriam regras, mas atualizariam regras sociais reveladas nas práticas cotidianas.

A partir dos anos 70, a etnometodologia começou a dividir-se em dois grupos: o grupo dos analistas da conversa, que tentavam descobrir em nossas conversas as reconstruções contextuais que lhes permitem dar sentido e continuidade às mesmas; e o grupo dos sociólogos, para os quais as fronteiras reconhecidas de sua disciplina se achavam circunscritas aos objetos mais tradicionais que a sociologia estuda, como a educação, a justiça, as organizações, as administrações, a ciência (COULON, 1995). Instaurava-se aí a oposição entre duas vertentes: a microssociologia e a macrossociologia.

Nesse cenário, a emergência da Análise da Conversa de base Etnometodológica (doravante ACe) veio enriquecer os estudos linguísticos por trazer para esse campo um rico instrumental teórico-metodológico que fundamenta análises linguístico-interacionais com a proposta de desviar o foco do texto/da estrutura/da forma e direcioná-lo para categorias interacionais/para a fala-em-interação.

3 A ANÁLISE DA CONVERSA ETNOMETODOLÓGICA

A Análise da Conversa Etnometodológica (ACe) surgiu nos Estados Unidos em meados dos anos 60, como vimos, dentro da sociologia, através do trabalho de Harvey Sacks e colaboradores (Emanuel Schegloff, David Sudnow, Gail Jefferson e outros), como uma abordagem direcionada ao estudo da organização social da conduta diária (POMERANTZ; FEHR, 1997).

A ressonância das ideias de Sacks e Garfinkel – fundador da etnometodologia - no que diz respeito às bases da ordem social marca o interesse da ACe (análogo ao interesse da etnometodologia) em descrever os processos que usamos para construir a ordem social. Durante os trinta anos seguintes, a ACe produziu um corpo substancial de análises rigorosas e informativas das ações e interações humanas cotidianas (POMERANTZ; FEHR, 1997), isto é, análises de interações “em contextos do mundo real, entre pessoas que têm relacionamentos reais, cujas falas têm consequências e justificativas reais” (HERITAGE, 1988, p. 23), que sofrem o mínimo possível de interferência do analista.

Norteadas, então, pelos princípios de uma Microssociologia, a ACe estuda a forma mais básica dos sistemas de trocas de fala – a conversa – voltando-se para as práticas cotidianas a fim de compreender a organização sistemática refletida por essas práticas. A partir dessa visão, as conversas são organizadas por regras indispensáveis para sua intelegibilidade que fazem parte da competência pragmático-interacional de cunho social dos indivíduos, sendo o objetivo da ACe “explicar os métodos compartilhados pelos participantes de uma interação que os possibilitam construir sentidos e reconhecer suas próprias condutas bem como a conduta do outro” (POMERANTZ; FEHR, 1997, p. 69).

Duranti (1997) argumenta que o modo com que os analistas da conversa abordaram o estudo da linguagem como uma forma de ação social foi inovador e introduziu métodos e conceitos que mudaram para sempre o modo de pensar de muitos pesquisadores. O estudo da conversa foi negligenciado por muito tempo por pesquisadores de diversas vertentes, dentre eles os linguistas, que achavam que a conversa era desorganizada, titubeante e agramatical, não oferecendo um conjunto coerente de dados para analisar a gramática de modo sistemático.

Ousando demonstrar que havia sistematicidade na conversa e descrever a organização dos padrões de ação nas diversas atividades da vida humana, Sacks eleva a conversa a objeto de investigação sociológica e recorre ao método de transcrição da fala-em-interação para desenvolver seus estudos, o que diferencia sua metodologia daquela utilizada no campo da etnometodologia, os métodos experimentais de quebra de expectativa.

Fazendo uso dessa ferramenta metodológica, Sacks e seus colaboradores (inicialmente Emanuel Schegloff e Gail Jefferson) apresentaram os modelos de organização da fala, que eram regidos por sistemas de regras (métodos realizados pelos interactantes para realizar ações), descrevendo-os minuciosamente e fidedignamente. Dentre esses modelos, destaca-se a primeira proposta dos autores - o modelo de tomada de turnos na conversa.

De acordo com Sacks, Schegloff e Jefferson (1974), os sistemas de tomada de turnos são construídos de diversas formas, visto que são usados para organizar tipos de atividades bastante diferentes uns dos outros. Os sistemas de tomadas de turno são regidos por regras, cuja premissa principal é “falar um de cada vez”, e são dispostos linearmente, sendo que, em um polo (que abriga, por exemplo, a conversa), operam-se técnicas de alocação de um turno de cada vez de acordo com meios locais de alocação; no outro polo extremo (que abriga, por exemplo, o debate), operam-se técnicas de pré-alocação de todos os turnos; e, em tipos médios (que abrigam, por exemplo, as reuniões), operam tanto técnicas de pré-alocação quanto técnicas de alocação local.

Esse estudo inaugural dos autores mostrou que, em qualquer conversa,

(1) a troca de falante se repete, ou pelo menos ocorre; (2) na grande maioria dos casos, fala um de cada vez; (3) ocorrências de mais de um falante por vez são comuns, mas breves; (4) transições (de um turno para o próximo) sem intervalos e sem sobreposições são comuns ...; (5) a ordem dos turnos não é fixa, mas variável; (6) o tamanho dos turnos não é fixo, mas variável; (7) a extensão da conversa não é previamente especificada; (8) o que cada um diz não é previamente especificado; (9) a distribuição relativa dos turnos não é previamente especificada; (10) o número de participantes pode variar; (11) a fala pode ser contínua ou descontínua; (12) técnicas de alocação de turno são obviamente usadas ...; (13) várias ‘unidades de construção de turnos’ são empregadas ...; (14) mecanismos de reparo existem para lidar com erros e violações da tomada de turnos ... (SACKS; SCHEGLOFF; JEFFERSON, 1974, p. 14-15).

Portanto, ao estudar conversas cotidianas, os autores observaram, entre outros aspectos, a necessidade de propor um outro modelo voltado, agora, para o sistema de reparo conversacional, que será aqui apresentado e elucidado no contexto das afasias.

4 ESTUDOS SOBRE O REPARO CONVERSACIONAL EM CASOS DE AFASIAS DE EXPRESSÃO

A afasia é classicamente definida como “alterações de processos linguísticos de significação de origem articulatória e discursiva (nesta incluídos aspectos gramaticais) produzidas por lesão focal adquirida no sistema nervoso central, em zonas responsáveis

pela linguagem” (COUDRY, 2001, p. 5). Assim concebendo tal patologia da linguagem, podemos assumir que a construção de sentidos (a significação, nas palavras de Coudry) na interação pode se encontrar prejudicada em decorrência das limitações linguísticas do afásico, afetando, por conseguinte, a intersubjetividade dos interactantes. Os reparos, nesse caso, operariam no resgate da intersubjetividade, abrindo espaço para o sucesso da comunicação, da construção de sentidos.

Em um estudo intitulado *The Preference for Self-Correction in the Organization of Repair in Conversation*, publicado em 1977, Schegloff, Jefferson e Sacks introduzem seu texto destacando que o reparo opera em conversas para lidar com problemas de produção, escuta e entendimento, e que existe um predomínio (por ocorrer mais comumente) do autorreparo em relação ao reparo pelo outro, que eles consideram ser uma preferência por autorreparo (que não se trata de uma motivação individual); preferência esta que Heeschen e Schegloff (2003) observaram estar preservada em pessoas com afasia de expressão, como é o caso deste estudo.

De acordo com Schegloff, Jefferson e Sacks (1977), embora o termo correção seja comumente associado à substituição de algo errado por algo correto, o reparo não configura uma contingência de um erro e nem mesmo se limita à substituição. Para exemplificar, os autores se referem à “busca por palavras”, em que a palavra não está disponível ao falante, e alegam que, diante dessa ocorrência, o reparo não se configura como uma correção e nem promove uma substituição de termos. É exatamente esse tipo de ocorrência – reparos diante de busca por palavras – que é aqui analisada.

Na descrição da organização do reparo, eles apresentam a iniciação e a finalização do reparo como etapas distintas do mesmo fenômeno, chamando a atenção para o fato de que quem executa o reparo não é necessariamente quem o iniciou. Diante disso, o reparo é considerado um fenômeno sequencial que abarca segmentos de reparos na fala em curso, sendo a iniciação e a finalização partes dos segmentos.

Ademais, os autores alegam ser possível ocorrer autoiniciação do reparo (pelo falante da fonte do problema) ou iniciação do reparo pelo outro (por outra parte qualquer que não seja o falante da fonte do problema). A autoiniciação do reparo ocorre em três posições: a) no mesmo turno da fonte do problema; b) no espaço de transição de turno; c) no terceiro turno, ou seja, no turno que segue o turno subsequente à fonte do problema. Já para o reparo iniciado pelo outro, existe uma posição principal para a sua ocorrência: o turno exatamente subsequente ao turno da fonte do problema.

Os autores também elucidam técnicas iniciadoras de reparo, a) como as perturbações de fala não lexicais, incluindo os *cut-offs* e *sound stretches*, que sinalizam a possibilidade de iniciação de reparo logo a seguir e que são utilizadas em autoiniciações de reparo; e b) como dispositivos, utilizados nas iniciações de reparo pelo outro, que consistem em perguntas como *Â?*, *O quê?*, *Quem?*, *Onde?* e *Quando?*, repetição parcial do turno da fonte do problema seguida de pronomes interrogativos, repetição parcial do turno da fonte de problema, a construção “Y quer dizer + o entendimento do turno anterior”.

Quanto aos cursos e às trajetórias dos reparos, Schegloff, Jefferson e Sacks (1977) defendem que a maioria dos reparos autoiniciados são iniciados no mesmo turno da fonte do problema e são levados a cabo (de modo bem-sucedido) nesse mesmo turno, assim

como os reparos cujas autoiniciações ocorrem no espaço de transição de turno ou no terceiro turno, que também são realizados no mesmo turno da iniciação. De modo distinto, a maioria dos reparos iniciados pelo outro no próximo turno ocupam múltiplos turnos em sua resolução.

Em seu estudo sobre trajetórias de reparo em uma interação que envolvia pessoas com afasia com comprometimento da expressão verbal, Oliveira (2009) buscou investigar se a organização da trajetória do reparo se apresentaria conforme as descrições de Schegloff, Jefferson e Sacks (1977) a respeito desse fenômeno e as descobertas de Garcez e Loder (2005). Neste estudo, observaram-se as seguintes ocorrências:

a) reparo iniciado e levado a cabo no mesmo turno da fonte do problema pela própria falante (afásica) da fonte do problema diante de manifestações linguísticas que a literatura afasiológica chama de parafasia semântica¹ e anomia;

b) reparo iniciado pela falante (afásica) da fonte do problema e levado a cabo pela outra interactante (afásica) diante de um momento de anomia;

c) reparo iniciado pela interactante não afásica e levado a cabo pela falante (afásica) da fonte do problema diante de uma dificuldade de estruturação do enunciado;

d) uma ocorrência até então não retratada na literatura que consiste em um reparo encaixado em outro reparo, onde um mesmo componente de finalização leva a cabo dois reparos diferentes, iniciados consecutivamente por diferentes falantes (um deles é o falante afásico da fonte do problema);

e) reparo iniciado e levado a cabo pela interactante não afásica diante da ocorrência de uma parafasia verbal, diante do uso de um recurso alternativo de significação, neste caso, o gesto, pela falante afásica e diante de enunciados com problemas de estruturação morfossintática.

Schegloff (1979) destaca a relevância do reparo para o que ele trata como *syntax-for-conversation* (uma sintaxe própria da conversa, que se diferenciaria da sintaxe de outros gêneros discursivos) sobretudo diante de problemas de produção, em que o reparo realiza um rearranjo dos componentes da sentença. Conforme apresentado pelo autor e revelado no estudo de Oliveira (2009), o reparo afeta a forma dos enunciados e a ordenação dos elementos sem necessariamente alterar o que ele considera ser a “identidade da sentença”. Segundo Schegloff, existem demandas estruturais derivadas dos tipos de organização discursiva da tomada de turnos (por exemplo, o tipo de construção sintática que se espera que ocorra em uma UCT (Unidade de Construção de Turnos) para considerar que ela foi finalizada e que, por conseguinte, o turno pode ser tomado) e de organização sequencial que tendem a concentrar o reparo no mesmo turno da fonte do problema em favor da *syntax-for-conversation*.

Embora o estudo de Oliveira (2009) tenha corroborado o de Schegloff, Jefferson e Sacks (1977) bem como o de Garcez e Loder (2005), ele revelou ocorrências não esperadas, que, segundo a autora, devem-se ao fato da interação sob investigação envolver

¹ Em um livro organizado por Morato (2010), mais especificamente em um capítulo que se dedica a versar sobre parafasia, Tubero inicia seu texto destacando que “a parafasia tem sido definida nos campos da Afasiologia e da Neuropsicologia como erro semântico, como substituição de uma palavra (denominada palavra-alvo) por outra palavra semântica ou fonologicamente relacionada” (p. 62).

peças com afasia. O reparo iniciado e levado a cabo pelo outro (RILCO), por exemplo, que é considerado uma construção despreferida e de rara ocorrência, ocorreu cinco vezes na interação, apresentando, além disso, marcas de uma construção preferida. Em suma, diante das limitações linguísticas da interactante afásica, o reparo pelo outro se configurou como uma ação de caráter cooperativo, além de possibilitar a manutenção da intersubjetividade na interação.

Também no campo dos estudos contemporâneos sobre afasia de expressão e reparo na perspectiva da Análise da Conversa, Beeke, Wilkinson e Maxim (2009) investigaram três afásicos que apresentam o que a literatura afasiológica define como agramatismo (relacionado a problemas de estruturação morfosintática do enunciado, em uma visão tradicional) em interação com seus familiares e amigos, e observaram a presença tanto de autorreparos realizados por afásicos como de reparos iniciados por não-afásicos e levados a cabo por afásicos. A singularidade desse estudo foi mostrada na correlação dos reparos conversacionais com o uso da prosódia como uma estratégia compensatória.

Outro estudo desenvolvido com o aparato teórico-metodológico da AC, cuja autoria se deve a Barnes e Ferguson (2014), analisou interações entre três afásicos e nove não afásicos. Os autores identificaram noventa e sete respostas dos interlocutores à fala problemática dos afásicos e investigaram a iniciação, a finalização e a busca pelo reparo nessas respostas. Como resultado da investigação, eles elencaram características negativas dessas ações realizadas pelos interlocutores não afásicos, como a redução da agência do afásico; o fato de as respostas dos interlocutores não afásicos não explicitarem o problema para que os afásicos possam inferir o porquê de terem falhado e se auto corrigirem de forma bem-sucedida; e o fato de as respostas acabarem por tornar relevante a incompetência linguísticas (nas palavras dos autores) dos afásicos.

Barnes (2016), todavia, em um estudo posterior, analisou interações entre quatro afásicos e seus interlocutores não afásicos na perspectiva da AC e investigou trinta e duas ocorrências de reparo iniciado pelo outro, chamando atenção para o modo como o reparo iniciado pelo outro é formatado, advogando que, a depender do formato do reparo iniciado pelo outro, o afásico pode obter sucesso em levar a cabo o reparo e, por conseguinte, em manter a intersubjetividade da interação em curso. Destaca-se neste artigo, então, um olhar positivo para a prática de reparo em interações que envolvem pessoas com afasia.

5 METODOLOGIA

Este artigo foi construído durante o desenvolvimento de uma pesquisa intitulada *Narrativa como instrumento de investigação clínica das afasias* (aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Sergipe sob o parecer de número 483.781), coordenada pela primeira autora, tendo a participação da segunda autora, e desenvolvida em uma instituição federal de ensino superior.

A pesquisa se desenvolve no âmbito da clínica escola do curso de Fonoaudiologia dessa instituição e possui como integrantes pessoas com afasia, discentes do curso e a docente pesquisadora e coordenadora da pesquisa. Os integrantes se reúnem em grupo semanalmente durante noventa minutos para a realização de atividades diversificadas,

propostas pelas discentes e pela docente, que possibilitam o engajamento dos afásicos em práticas discursivas que oportunizam a reconstrução da linguagem. As reuniões semanais são gravadas em áudio ou vídeo, e o material gerado é transcrito de acordo com convenções propostas por estudiosos da ACe.

Cada afásico que ingressa no grupo assina um TCLE (Termo de Consentimento Livre e Esclarecido) e tem garantido, entre outros, a manutenção da sua identidade em sigilo, o que é assegurado, no caso de publicações, pela substituição de seus nomes por pseudônimos. Assim sendo, João Cláudio se trata de um pseudônimo de um dos integrantes afásicos do grupo, que tem 54 anos e que atuava como agricultor até o AVE isquêmico que o acometeu em junho de 2016 e deixou, como sequela motora, uma hemiparesia (perda parcial da força) do lado direito do corpo, tornando-o dependente de sua esposa para a realização das atividades da vida diária (AVDs). Em relação à sequela linguística do AVE, João Cláudio adquiriu um tipo de afasia que a literatura afasiológica define por afasia anômica, que é caracterizada por uma dificuldade em encontrar a palavra que pretende enunciar (nos termos cognitivistas, dificuldade de acesso ao léxico). Quando não encontra a palavra que quer enunciar, João Cláudio faz uso de gestos e perífrases, além de se apoiar no discurso do interlocutor (ou seja, reitera a fala do interlocutor para em seguida construir seu enunciado) e interrompe sua própria fala, reiniciando seu turno na tentativa de se fazer entender pelos interlocutores. Esses movimentos de reiniciação da UCT pelo falante se configuraram como autorreparos e, por ser utilizado com grande frequência por João Cláudio, tornou-se relevante na interação em curso de modo que o elegemos como fenômeno de investigação neste artigo.

Portanto, com base no instrumental teórico da ACe e seguindo suas orientações metodológicas (cf. POMERANTZ; FEHR, 1997), investigaremos a categoria analítica reparo conversacional, mais especificamente, autorreparo a fim de a) elucidar sua organização (iniciação e finalização) enquanto estratégia adaptativa para lidar com a dificuldade de encontrar palavras para se expressar e b) investigar os benefícios interacionais advindos do seu uso.

6 ANÁLISE

Nossa proposta neste estudo consiste em analisar as ocorrências de autorreparo na fala de um dos participantes das interações em grupo entre interlocutores afásicos e não afásicos, norteadas pelas seguintes questões de investigação: O que desencadeou o autorreparo? O que o autorreparo promoveu na interação em curso? Com isso, analisando a organização do reparo, sua trajetória (iniciação e finalização) e os benefícios interacionais de seu uso, pretendemos investigar se, neste contexto interacional, o autorreparo se configura como uma estratégia adaptativa produtiva.

Conforme mencionamos anteriormente, as gravações sob análise decorrem de reuniões semanais de um grupo de afásicos e não afásicos. Esse grupo faz parte de um projeto de extensão, que, por um lado, aproxima a sociedade da universidade ao abrir um espaço semanal para realização de atividades envolvendo pessoas com afasia e, por outro, cria um espaço para a geração de dados que servirão à pesquisa científica na área.

Nas reuniões grupais das quais os dados sob análise foram extraídos, as atividades tinham o objetivo de propor enquadres interacionais que proporcionassem o engajamento dos afásicos em práticas discursivas. No caso dos dados aqui analisados, temos, em um primeiro momento, um enquadre de relato de procedimento, e, em um segundo momento, um enquadre de narração de histórias de AVE.

6.1 AUTORREPAROS EM UM RELATO DE PROCEDIMENTO

Nos excertos que analisaremos a seguir, Lúcia (pseudônimo), fonoaudióloga, aproveita uma conversa sobre galinhas na qual João Cláudio, um dos participantes afásicos do grupo, estava explicando a ela a diferença entre galinha caipira e galinha de capoeira, expressão que lhe era desconhecida, para propor um relato de procedimento para aquela interação em curso.

- 01 Lúcia: entã::o, (.) é por que eu não sei cozinhar. eu
02 (.) então, não sei cozinhar direito.=
- 03 João Cláudio: =é↓=
- 04 Lúcia: =então, seu joão cláudio, conta pra gente↓
05 como é que o senhor faz galinha de capoeira↑
- 06 João Cláudio: rapa::z é:: tendo tempero, eu faço >todo tipo
07 de comida↓< agora (.) se se: tiver tempero,
08 bota o tempero. se num tiver,vai faltando os
09 tempero.
- 10 Lúcia: e como faz↑
- 11 João Cláudio: é: e como faz↑ é:: bo:: bota o- se faltar um,
→ 12 no: no: no:- (.) >se faltar um, a gente bota
13 o que tem↓ só o que tem↓<

Nos turnos das linhas 04-05, Lúcia solicita a João Cláudio um relato de procedimento (preparação de pratos, mais especificamente, galinha de capoeira). No entanto, no turno de resposta, em que, enquanto ação preferida (cf. POMERANTZ, 1984; OLIVEIRA, 2009), ele deveria relatar o procedimento, ele apenas apontou sua expertise como cozinheiro (“tendo tempero, eu faço >todo tipo de comida↓< agora (.) se se: tiver tempero, bota o tempero. se num tiver, vai faltando os tempero.”) – linhas 06-09.

Mediante a resposta de João Cláudio, que, naquele contexto sequencial, configura-se como despreferida, Lúcia, no turno seguinte (linha 10), refaz sua solicitação de relato no formato de pergunta (“e como faz↑”). João Cláudio, então, responde à pergunta de Lúcia, iniciando o relato nas linhas 11-13: “é:: bo:: bota o- se faltar um, no: no: no: (.)- >se faltar um, a gente bota o que tem↓ só o que tem↓<”. Logo no início desse turno, ele inicia um autorreparo por meio de uma interrupção abrupta (ou

cut-offs), sinalizada pelo traço e considerada uma técnica iniciadora de reparo, após enunciar o verbo “botar” seguido do artigo definido “o” que anuncia um almejado substantivo na linha 11.

Levando em conta que João Cláudio apresenta um comprometimento linguístico que se manifesta no que a literatura afasiológica trata como anomia (dificuldade de encontrar palavras), o autorreparo iniciado por meio da interrupção abrupta, nesse contexto, configura-se como uma estratégia adaptativa utilizada por ele quando não consegue encontrar a palavra que quer enunciar, neste caso, um substantivo que ocuparia a posição de objeto direto. João Cláudio, então, interrompeu seu enunciado e se engajou na construção de um novo enunciado; todavia, novamente, diante de sua limitação linguística, ele volta a se interromper e a se autorreparar nas linhas 11-13 (“se faltar um, no: no: no:- (.) >se faltar um, a gente bota o que tem↓ só o que tem↓<”). Nesse momento, ele utiliza um outro tipo de técnica iniciadora de reparo – alongamento de som, ou *sounds stretches* – associada à técnica de autointerrupção. Os autorreparos, então, são levados a cabo nesse turno, no primeiro momento, pela construção de um novo enunciado, e, no segundo momento, através de uma reformulação do enunciado anterior (prévio). Podemos considerar ser uma reformulação por apresentar preservação de parte do enunciado, apagamento de termos (neste caso, o “no”) e transformação do enunciado através do acréscimo de novos termos, sendo a preservação, o apagamento e a transformação propriedades indispensáveis da reformulação (cf. OLIVEIRA; ANDRADE, 2016).

Até esse momento do relato de procedimento, João Cláudio ainda não tinha apresentado as etapas da preparação da galinha de capoeira, isto é, o “modo de fazer”, o que foi solicitado por Lúcia no início do trecho a seguir.

- 14 Lúcia: mas como que faz?=
 15 Elisa: = como é que faz para matara galinha↑
 16 João Cláudio: o:::pu: pu: pu:xa o pescoço, despina, despina,
 17 e abre. e abre. e: e: e: de-pe-la ela
 18 >direitinho< [e: e: e:
 19 Iara: [você pela com quê ela?
 20 João Cláudio: hein↑
 21 Iara: você pela com quê ela?
 22 João Cláudio: com a mão↓
 23 Iara: com a mão mesmo↑
 24 João Cláudio: é.
 25 Iara: não joga água quente não↓ é↑
 → 26 João Cláudio: não, é:: ca: ca:- joga água quente↓ > joga na
 27 panela, tira ela da panela,< e: e: tira ela com
 28 a mão↓

Novamente, no excerto acima, podemos observar, na linha 26, o autorreparo iniciado por alongamento de vogal seguido de autointerrupção abrupta diante de uma busca por palavra em que João Cláudio não obteve sucesso (“ca: ca:-”), o que sustenta a tese de que, diante de sua limitação linguística que se manifesta em uma dificuldade de encontrar a palavra que quer enunciar, João Cláudio utiliza o autorreparo como uma estratégia adaptativa. Para levar tal autorreparo a cabo neste trecho do relato, ele apresenta uma segunda resposta à pergunta da interlocutora do turno anterior (Iara) na linha 26 (“joga água quente↓”) e, em seguida, nas linhas 26-28, constrói um novo enunciado em referência às etapas da preparação da galinha (“> joga na panela, tira ela da panela,< e: e: tira ela com a mão↓”), respondendo à pergunta que Lúcia realizou na linha 14 (“mas como que faz?”).

É interessante observar que, no turno das linhas 26-28, João Cláudio inicia a sua resposta à pergunta de Iara de se ele não joga água quente para retirar a pena da galinha negando jogar água quente; todavia, ao levar o reparo a cabo, ele altera sua resposta, afirmando jogar água quente. Em seguida, a apresentação das etapas parece ser uma explicação do enunciado anterior (“joga água quente↓”), uma vez que a partir da sequência apresentada (“> joga na panela, tira ela da panela,< e: e: tira ela com a mão↓”), podemos inferir que ele coloca a galinha na panela com água quente para depois retirar a pena.

Cabe destacar que pessoas com afasia que apresentam dificuldades expressivas costumam usar o enunciado do outro (falante anterior) como apoio para a construção do seu enunciado, o que pode ter ocorrido quando João Cláudio repete o enunciado de Iara (joga água quente) e logo em seguida acrescenta o que se configura como uma explicação (ou até mesmo expansão) desse enunciado.

Em suma, com uma segunda resposta que contradiz a sua primeira (e que é uma repetição do enunciado de Iara na linha anterior) e com a apresentação das etapas iniciais da preparação da galinha, João Cláudio leva seu autorreparo a cabo. As etapas seguintes desse procedimento serão apresentadas no excerto abaixo.

29 Lúcia: e depois↑
 30 João Cláudio: depois? depois o quê↑
 31 Lúcia: de tirar a tal da pena.
 32 João Cláudio: a:::i:: você limpa ela, limpa ela, a::bre e:
 → 33 e: tira o:: o:: o:: o::: a:- ... > limpa
 34 ela<↓ tira o que não presta, e::: deixa só o
 → 35 que presta. e bota no fogo na::- pela, limpa,
 36 e::: bota no fogo↓

No trecho acima, João Cláudio prossegue com a apresentação das etapas do procedimento de preparar galinha após Lúcia, na linha 29, ter apresentado um nexos que assume, nesse contexto sequencial, um formato de solicitação de continuidade do relato (“e depois↑”). Inicialmente, ele não entendeu tal solicitação, o que pode ser verificado

na pergunta que ele proferiu na linha seguinte (“depois o quê↑”). Após Lúcia acrescentar elementos à sua solicitação na linha 31 (“de tirar a tal da pena”), fazendo referência à última etapa apresentada por João Cláudio até aquele momento, ele atende à solicitação, dando continuidade ao relato. Podemos observar que ele não utilizou o mesmo nexos que Lúcia, fazendo sua própria escolha de uma conjunção para prosseguir com a apresentação das próximas etapas nas linhas 32-36 (“a::i:: você limpa ela, limpa ela, a::bre e: e: tira o:: o:: o:: o:: a:- ... > limpa ela<↓ tira o que não presta, e::: deixa só o que presta. e bota no fogo na::- pela, limpa, e::: bota no fogo↓”). No curso dessa apresentação, temos duas novas ocorrências de autorreparos sendo iniciadas por alongamento de vogal seguido de auto-interrupção. Nas linhas 32-35 (“a::bre e: e: tira o:: o:: o:: o:: a:- ... > limpa ela<↓ tira o que não presta, e::: deixa só o que presta.”), diante da dificuldade de encontrar palavras, sinalizadas desde o início da linha 33 pelas hesitações, João Cláudio se interrompe e se repara por meio de uma reformulação em que ele preserva parte do enunciado, apaga alguns termos e acrescenta elementos, transformando o enunciado. É interessante observar que sua dificuldade linguística também se manifesta nesse turno no uso de perífrase (“o que não presta”) para se referir às vísceras da galinha, que, geralmente, são descartadas na preparação de pratos.

Na linha 35, dando continuidade à apresentação das etapas, João Cláudio se interrompe, iniciando um novo autorreparo (“e bota no fogo na::- pela, limpa, e::: bota no fogo↓”), que é finalizado pela construção de um novo enunciado que sumariza as etapas. Tal enunciado, de modo distinto à ocorrência anterior de finalização do reparo, não se trata de uma reformulação, pois embora haja preservação e transformação do enunciado anterior, não há apagamento.

Através desse sumário, João Cláudio sinaliza um possível término do relato de procedimento; porém, conforme veremos no próximo excerto, Lúcia solicita informações adicionais, o que, por um lado, demonstra interesse no relato, e, por outro, sugere que o relato carece de informações para o entendimento de como se prepara uma galinha de capoeira.

- 37 Lúcia: inteira↑ o senhor faz ela inteira↑=
 38 João Cláudio: = inteira? não. corta, corta, e bota no fogo.
 39 Lúcia: no fogo↑ na panela com [água?
 40 João Cláudio: [panela. na panela com
 41 água.
 42 Lúcia: e o tempero↑ que horas põe o tempero?
 → 43 João Cláudio: o tempero↑ bo bota o tempero pa::- ((pigarreia
 44))>bota o tempero<, pra ferver, (.) pra depois
 45 bu: butar a galinha a::í depois que o te:
 46 tempero tiver fervendo, bota a galinha.

No trecho final do relato apresentado no excerto acima, Lúcia solicita a elucidação de algumas informações acerca da preparação da galinha nas linhas 37 (“o senhor faz ela inteira↑”) e 39 (“o fogo↑ na panela com [água?”), sinalizando a necessidade dessas informações para o relato ser considerado finalizado, não obstante João Cláudio já ter apresentado anteriormente sua proposta de finalização. Trata-se de uma prática comum, no contexto de terapia fonoaudiológica, a intervenção colaborativa do terapeuta nas construções do paciente afásico por meio de ações que, por exemplo, solicitam esclarecimentos com o objetivo de alcance/manutenção da intersubjetividade na interação (cf. OLIVEIRA; CARMO, 2015). A solicitação de Lúcia, neste caso, foi atendida por João Cláudio, que, no turno das linhas 43-46, em meio à prestação de esclarecimento, realiza um novo autorreparo iniciado por alongamento de vogal seguido de autointerrupção e finalizado por uma reformulação (“bo bota o tempero pa::->bota o tempero<, pra ferver, (.) pra depois bu: butar a galinha a::í depois que o te: tempero tiver fervendo, bota a galinha.”).

Torna-se relevante destacar que tanto o uso do alongamento de vogal como da autointerrupção como técnicas iniciadoras de reparo como o uso de reformulação como um modo de se finalizar o autorreparo foram bastante recorrentes no relato de procedimento.

6.2 AUTORREPAROS EM UMA HISTÓRIA DE AVE

Na interação cujos dados transcritos serão apresentados e analisados abaixo, Lúcia, inicialmente, apresentou a todos os participantes do grupo a proposta de narração de histórias de AVE, que foi por eles aceita. Para iniciar essa atividade, Lúcia, que já conhecia a história de AVE de João Cláudio desde o dia da entrevista inicial, solicitou que ele desse início à atividade, narrando sua história para os demais pacientes.

- 01 Lúcia: conta pra gente então↓- pra eles, né, senhor
 02 joão cláudio↓ o quê que aconteceu com o
 03 senhor↓
 → 04 João cláudio: o: meu é: é:- essa doença minha pegou (.) na
 05 >quinta-feira.< (.)pegou na quinta-feira. (.)
 06 pegou na quinta-feira, de noite. três horas
 07 da manhã, aí, eu me acordei(.) me acordei (.)
 08 atordoado. aí, já não consegui mais falar.
 09 entrei pro quarto, e: não consegui mais
 10 falar↓ (.)aí, fui pra cape- >minha menina
 11 levou pra capela< de capela veio pra aqui pra
 12 aracaju,(.) passei (...) três dias internado,
 13 aí voltei, (.) pra casa,(.) aí: começou rezar
 14 uma reza, e: e: eu consegui falar↓ porque
 15 reza, disse que é bom pra falar.

No excerto acima, em aceitação à solicitação de Lúcia, João Cláudio inicia sua narrativa com apresentação de uma orientação (cf. LABOV, 1972) aos interlocutores acerca do dia da semana em que ele foi acometido pelo AVE. Logo no início dessa orientação, na linha 04, podemos observar a presença de um autorreparo iniciado por alongamento de vogal seguido de autointerrupção abrupta, sugestivo de que ele não estava encontrando a palavra que queria enunciar (“o: meu é: é:- essa doença minha pegou (.) na >quinta-feira.< (.)pegou na quinta-feira. (.)pegou na quinta-feira, de noite. três horas da manhã,”). Por meio desse recurso, que aqui está se configurando como uma estratégia adaptativa, João Cláudio cria uma oportunidade de não romper a linearidade da narrativa (cf. OCHS; CAPPS, 2001), dando continuidade à narração através da construção de um novo enunciado (“essa doença minha pegou (.) na>quinta-feira.<”) que repara o anterior (“o: meu é: é:”). Podemos interpretar esse novo enunciado como uma perífrase da palavra que ele não conseguiu encontrar, que, por inferência e com base no contexto sequencial, podemos considerar ser AVE, já que Lúcia, no turno anterior, havia solicitado que ele contasse o que aconteceu com ele, e ele, em seguida, iniciou a construção do seu turno com artigo e pronome masculinos (em referência ao AVE).

É interessante destacar que, assim como acontece na fala de pessoas que não têm afasia, na fala de afásicos, o autorreparo também é uma ocorrência ordinária; todavia, há momentos em que ele assume uma configuração de estratégia adaptativa, conforme os dados até aqui analisados vêm nos revelando. Em outros momentos, o autorreparo não é índice de nenhum sintoma afásico, como na linha 10 (“aí, fui pra cape- >minha menina levou pra capela<”), em que a autointerrupção ocorreu para abrir espaço para uma reformulação em que João Cláudio inseriu um novo personagem (a filha) na complicação (cf. LABOV, 1972) da sua narrativa, tornando-a mais explicativa/detalhada. Ainda no curso da narração da história de AVE, novas ocorrências de reparo emergem da fala em interação de João Cláudio, conforme análise do excerto a seguir.

16 Lúcia: mas, na casa do senhor, o quê que o senhor
17 sentiu, que[aconteceu↑
18 João Cláudio: [rapaz::
19 Lúcia: com o senhor depois do derrame↑ como que foi?
20 como começou?
21 João Cláudio: olhe, olhe, eu eu me acordei, me deu vontade
→ 22 deu ir no banheiro↓ eu fui. mas eu já ma:-
23 num num num, (.)num sabia responder, o que
24 era que que >tava me doendo a minha mulher<↓
→ 25 e e: eu soube eu só só soube- só só (.)
26 apertava no braço dela e dizia que tava todo
27 esquecido. e uma porção de de coisa (0,2)
28 °o que mais meu deus↑°=

- 29 Lúcia: =e o senhor sentia o quê?
- 30 João Cláudio: senti senti sei lá,=
- 31 Lúcia: = o braço do senhor ficou como? como que
- 32 ficava=
- 33 João Cláudio: =dormente. dormente. sem sentir, o braço e a
- 34 perna, o braço direito e a perna direita sem
- 35 sentir nada nada.
- 36 Lúcia: não sentia nada?
- 37 João Cláudio: não.=
- 38 Lúcia: = nem conseguia mais andar,=
- 39 João Cláudio: = não. não. nem ... nem conseguia mais andar,
- 40 Lúcia: e a fala,
- 41 João Cláudio: a fala ficou- eu não falava de jeito nenhum.
- 42 (.) eu não falava nada. nada. me dava (.)
- 43 da: dava:- pra mim, pra mim, eu tava ... pra
- 44 mim eu tava >falando< mas tava falando não.
- 45 eu eu falava, ma: mas ninguém escutava. ai eu
- 46 fiquei sem falar.

Nas linhas 16 e 17, Lúcia, no papel de interlocutora e, portanto, coconstrutora da narrativa, solicita informações adicionais (“mas, na casa do senhor, o quê que o senhor senti, que[aconteceu]”), o que, por um lado, é considerado uma ação de caráter colaborativo em interações que envolvem pessoas com afasia (cf. OLIVEIRA; CARMO, 2015), e, por outro, sinaliza sua recusa quanto ao encerramento do enquadre de narração. Atendendo à solicitação de Lúcia, João Cláudio, no turno das linhas 21-28 (“olhe, olhe, eu eu me acordei, me deu vontade deu ir no banheiro, eu fui. mas eu já ma:- num num num, (.)num sabia responder, o que era que que >tava me doendo a minha mulher< e e: eu soube eu só só soube- só só (.)apertava no braço dela e dizia que tava todo esquecido. e uma porção de de coisa (0,2) °o que mais meu deus”), inicia dois reparos. Na primeira ocorrência de reparo (“fui. mas eu já ma:-”), foram utilizadas as mesmas técnicas das demais ocorrências aqui analisadas, isto é, alongamento de vogal e interrupção abrupta. Tal reparo é finalizado pela construção de um novo enunciado (“num num num, (.)num sabia responder, o que era que que >tava me doendo a minha mulher<”), que podemos inferir, com base em uma análise sequencial, ter alguma relação com a perda da fala, visto que no excerto anterior, ele havia dito que quando acordou, não conseguia mais falar.

Ademais, podemos verificar neste excerto que Lúcia tinha perguntado como ocorreu o AVE, e, no início do turno da resposta, ele disse que já havia acontecido algo no banheiro (que ele não conseguiu enunciar). Logo em seguida, ele disse que não conseguia dizer à sua mulher o que estava acontecendo, sendo que a única coisa que ele

conseguia fazer era apertar o braço dela. Podemos interpretar todo esse turno como um relato do momento da perda da fala; perda esta que, em decorrência da sua dificuldade de expressão, não foi referida explicitamente, embora o modo como ele escolheu construir seu turno (suas escolhas lexicais bem como a estruturação do enunciado) tenha fomentado a construção dessa inferência.

Na segunda ocorrência de reparo desse turno (“eu soube eu só só soube-”), a única perturbação de fala utilizada é autointerrupção abrupta, que é seguida de hesitações e micropausa (“só só (.).”). Após a pausa, João Cláudio realiza uma correção (substituição de uma palavra – soube - por outra - apertava), um componente específico de certas trajetórias de reparo (cf. GARCEZ; LODER, 2005), que é seguida pela finalização do enunciado (“no braço dela e dizia que tava todo esquecido”). Diante disso, verifica-se que o reparo foi finalizado através da correção. Isso sugere que, em um primeiro momento, ele havia feito uma escolha lexical não adequada; talvez, por influência do contexto sequencial, já que o verbo “saber” havia sido utilizado em um enunciado anterior na linha 23. Por outro lado, a escolha inadequada pode ser índice de sua dificuldade de encontrar palavras, evidenciando, novamente, que o autorreparo é utilizado por ele, de modo eficiente, para contornar a dificuldade imposta pela limitação linguística. A micropausa também pode ser índice de uma dificuldade de encontrar a palavra desejada. É interessante observar que, neste caso, a autointerrupção ocorreu após a finalização de um enunciado, ao passo que nas demais ocorrências aqui analisadas a autointerrupção antecedeu a finalização dos enunciados.

Nas últimas ações complicadoras da narrativa, turno das linhas 41-46, vemos reveladas duas outras ocorrências de reparo. Na linha 41, João Cláudio inicia um enunciado (“a fala ficou”), mas antes de finalizá-lo, ele se interrompe, iniciando em seguida um novo enunciado (“eu não falava de jeito nenhum.”) e levando o reparo a cabo. Podemos verificar que, para construir seu turno, ele apoiou-se inicialmente no discurso da interlocutora da linha 31 (“o braço do senhor ficou como?”) e na pressuposição que pode ser construída a partir do enunciado da linha 40 (Lúcia quer saber como ficou a fala), que toma como ponto de partida a pergunta da linha 31. Embora a única expressão proferida pela interlocutora Lúcia tenha sido “e a fala↑” na linha 40, é possível inferir que se trata de uma construção econômica, operando de acordo com a máxima de quantidade (cf. GRICE, 1982) e contando com a competência pragmática do interlocutor endereçado. Isso garante sua cooperação no entendimento de que, naquele contexto sequencial, o que ela estava perguntando era “Como ficou a fala?”.

Na resolução da narrativa, que traz a última ação complicadora, João Cláudio realiza mais um autorreparo na linha 43 ao interromper a UCT em curso após um alongamento de vogal (“me dava (.).da: dava:-”) e prosseguir com a construção de um novo enunciado sem nem mesmo finalizar o anterior (“pra mim, pra mim, eu tava ... pra mim eu tava >falando<↓ mas tava falando não.”). Essa estratégia sugere que ele não conseguiu encontrar a palavra adequada para completar o enunciado anterior.

Enfim, pudemos observar diversas ocorrências de autorreparo na narrativa de AVE de João Cláudio que apontam para sua dificuldade linguística de encontrar palavras e corroboram a tese aqui levantada de que o autorreparo pode ser considerado uma estratégia compensatória (e também adaptativa).

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo mostrou diferentes organizações do autorreparo enquanto estratégia adaptativa em toda sua trajetória. No que concerne às iniciações do autorreparo, foram utilizadas como técnicas perturbações de fala não lexicais como os alongamento de vogais e as autointerrupções, que sinalizam a possibilidade de iniciação de reparo logo a seguir (SCHEGLOFF, JEFFERSON; SACKS, 1979). Já em suas finalizações, os reparos foram construídos ora através de um novo enunciado e ora por meio de reformulações, sendo que em uma ocorrência o reparo foi levado a cabo por uma correção.

Os autorreparos aqui analisados possibilitaram a manutenção da posse da palavra com o interlocutor afásico, seja no papel de narrador ou em qualquer outro papel, além de demonstrar sua expertise pragmática no engajamento na interação em curso. O uso dessa estratégia garantiu importantes benefícios interacionais como manutenção da intersubjetividade e construção de uma narrativa que contemplasse uma razão de ser (um ponto, nos termos de Labov), afinal, reparos se dedicam a resolver problemas interacionais (cf. GARCEZ; LODER, 2005). Desse modo, o afásico não deixou de falar em momentos de anomia, e suas terapeutas puderam conhecer melhor suas possibilidades comunicativas e suas potencialidades linguísticas.

Embora não se trate de um estudo quantitativo, é interessante observar (sem a pretensão de mensurar) a frequência de reparos em poucos turnos de fala quando comparada com pessoas que não apresentam afasia. Não obstante sua menor frequência, o autorreparo é um fenômeno de interesse nos dados de fala em interação que não envolve pessoas com afasia, embora o fator desencadeante difira do fator que desencadeia autorreparos na fala de afásicos (cf. GAGO, 2003).

Destaque-se que o autorreparo é apenas uma das possíveis estratégias adaptativas utilizadas por afásicos para garantir sucesso na comunicação, e que a escolha por usar uma ou outra estratégia não está relacionada ao tipo de afasia e nem mesmo ao tipo comprometimento linguístico, tratando-se de uma escolha individual do afásico. Tais estratégias são consideradas produtivas pelos fonoaudiólogos quando possibilitam a comunicação do afásico de modo efetivo.

Por fim, cabe considerar a singularidade deste estudo. Embora tenham sido encontrados estudos sobre reparos em geral que trazem uma ou outra análise de autorreparos, não foram encontrados estudos que tenham elegido e focado exclusivamente os autorreparos realizados por afásicos ou não-afásicos como objeto de investigação nas literaturas nacional e internacional.

REFERÊNCIAS

- BARNES, S. Aphasia and open format other-initiation of repair: solving complex trouble in conversation. *Research on Language and Social Interaction*, v. 49, n. 2, p. 111-127, apr. 2016.
- BARNES, S.; FERGUSON, A. Conversation partner responses to problematic talk produced by people with aphasia: some alternatives to initiating, completing, or pursuing repair. *Aphasiology*, v. 29, n.3, p. 315-336, jan. 2014.

- BEEKE, S.; WILKINSON, R.; MAXIM, J. Prosody as an interactional resource for speakers with agrammatic aphasia. *Clinical Linguistics and Phonetics*, v. 23, n. 2, p. 133-155, jul. 2009.
- COULON, A. *Etnometodologia*. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis: Vozes, 1995.
- DURANTI, A. *Linguistic Anthropology*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.
- GAGO, P. C. Parcerias comerciais: uma ordem local. *Revista Veredas de Estudos Linguísticos*, v. 7, n. 1, p. 75-94, jan./dez. 2003.
- GARCEZ, P. M.; LODER, L. Reparo iniciado e levado a cabo pelo outro na conversa cotidiana em português do Brasil. *D.E.L.T.A.*, v. 21, n. 2, p. 279-312, 2005.
- GOLDSTEIN, K. *Language and language disturbances*. New York: Grune and Stratton, 1948.
- GRICE, H. P. Lógica e conversação. In: DASCAL, M. *Fundamentos metodológicos da Linguística*. Pragmática. Campinas: Unicamp, 1982. p. 81-104.
- HEESCHEN, C.; SCHEGLOFF, E. Aphasic agrammatism as interactional artifact and achievement. In: GOODWIN, C. (org.). *Conversation and brain damage*. New York: Oxford University Press, 2003. p. 231-282.
- HERITAGE, J. Etnometodologia. In: GIDDENS, A.; TURNER, J. (Org.). *Teoria social hoje*. Trad. de Gilson César Cardoso de Sousa. São Paulo: UNESP, 1999.
- _____. Current developments in conversation analysis. In: ROGER, D.; BULL, P. (Org.). *Conversation: an Interdisciplinary Perspective*. Clevedon: Multilingual Matters, 1988. p. 21-47.
- JACKSON, J. H. *Selected Writings of John Hughlings Jackson*. London: Hodder and Staughton, 1931.
- LABOV, W. The transformation of experience in narrative syntax. In: _____ (Org.). *Language in the inner city*. Philadelphia, University of Philadelphia Press, 1972. p. 354-396.
- OCHS, E.; CAPPS, L. *Living Narrative: creating lives in everyday storytelling*. Harvard: Harvard University Press, 2001.
- OLIVEIRA, M.M. Os benefícios interacionais do uso do discurso reportado direto por uma pessoa com afasia. *SCRIPTA*, Belo Horizonte, v. 19, n. 36, p. 285-305, 1º sem. 2015.
- OLIVEIRA, L. M. Olhando para as trajetórias de reparo em um relato de procedimento realizado por uma pessoa com afasia durante uma conversa face a face. *Cadernos do IL*, v. 38, n. 38, p. 64-87, jul. 2009.
- OLIVEIRA, L. M.; ANDRADE, L. M. Reformulações da fala afásica no curso da narração no contexto institucional de consulta fonoaudiológica. *Calidoscópio*, v. 14, n. 3, p. 531-542, set./dez., 2016.
- OLIVEIRA, L. M.; CARMO, L. F. S. Diante das limitações linguísticas de um paciente afásico: a interlocutora-terapeuta como conarradora. *SCRIPTA*, v. 19, n. 36, p. 307-336, jan./jun. 2015.
- PENN, C. Compensation and language recovery in the chronic aphasic patient. *Aphasiology*, v. 1, n. 3, p. 235-245, 1987.
- POMERANTZ, A. Agreeing and disagreeing with assessments: some features of preferred/dispreferred turn shapes. In: ATKINSON, J. M.; HERITAGE, J. (Eds.). *Structures of Social Action: Studies in Conversation Analysis*. Cambridge: Cambridge University Press, 1984. p. 57-101.
- POMERANTZ, A.; FEHR, B. Conversation analysis: an approach to the study of social action as sense making practices. In: _____. *Discourse as social interaction: discourse studies 2 – a multidisciplinary introduction*. London: Sage, 1997. p. 64-91
- SACKS, H.; SCHEGLOFF, E.; JEFFERSON, G. Sistemática elementar para a organização da tomada de turnos para a conversa. *Revista Veredas de Estudos Linguísticos*, v. 7, n. 12, p. 1-67, jan./dez. 2005.
- SCHEGLOFF, E. *The relevance of repair to syntax-for-conversation*. In: GIVON, T. (Org.). *Syntax and Semantics*, v. 12, Discourse and Syntax. New York: Academic Press, 1979. p. 261-288.
- SCHEGLOFF, E.; JEFFERSON, G.; SACKS, H. The Preference for self-correction in the organization of repair in Conversation. *Language*, v. 53, n. 2, p. 361-382, 1977.
- SILVA, C. R.; ANDRADE, D. N. P.; OSTERMANN, A. C. Análise da Conversa: uma breve introdução. *ReVEL*, v. 7, n. 13, p. 1-21, 2009.
- TUBERO, A. L. Parafasia: o quiproquó das palavras. In: MORATO, E. M. (Org.) *A semiologia das afasias: perspectivas linguísticas*. São Paulo: Cortez, 2010, p. 62-101.
- WILKINSON, R. *et al.* Adapting to conversation as a language-impaired speaker: Changes in aphasic turn construction over time. *Communication & Medicine: An Interdisciplinary Journal of Healthcare, Ethics & Society*, v. 4, n. 1, p. 79-98, 2007.

CONVENÇÕES DE TRANSCRIÇÃO

[colchetes]	fala sobreposta
(.)	micropausa
=	contiguidade entre a fala de um mesmo falante ou de dois falantes distintos
.	descida de entonação
?	subida de entonação
,	entonação contínua
:	alongamento de som
-	auto-interrupção
<u>Sublinhado</u>	acento ou ênfase de volume
MAIÚSCULA	ênfase acentuada
↑	subida acentuada na entonação
↓	descida acentuada na entonação
>palavras<	fala comprimida ou acelerada
<palavras>	desaceleração da fala
(())	comentários do analista
(palavras)	transcrição duvidosa
()	transcrição impossível
...	pausa não medida
“palavra”	fala reportada, reconstrução de um diálogo

Recebido em: 24/04/17. Aprovado em: 30/11/17.

Title: *Self-repair as an adaptive strategy in talk to interaction of an aphasic man*

Authors: *Livia Miranda de Oliveira; Julia Gonçalves Dias*

Abstract: *This article, which results of a research under development in a public university, uses the theoretical and methodological framework of the Ethnomethodological Conversation Analysis to analyze talk to interaction in the health context with the purpose of investigating the occurrences of self-repair performed by an aphasic man. Recorded data were transcribed according to conventions proposed by conversation analysts. The results show different organizations of self-repair as an adaptive strategy, suggesting pragmatic expertise of the aphasic in the engagement in the ongoing interaction and in the resolution of interactional problems arising from his linguistic deficits.*

Keywords: *Conversational repair. Self-repair. Aphasia.*

Título: *El auto-reparación como estrategia adaptativa en la habla en interacción de un afásico*

Autoras: *Livia Miranda de Oliveira; Julia Gonçalves Dias*

Resumen: *Este artículo, fruto de una investigación en desarrollo en una universidad pública, utiliza la estructura teórica y metodológica del Análisis de la Conversación etno-metodológica en análisis de la habla en interacción en el contexto de la salud, con el objetivo de investigar las ocurrencias de auto-reparación realizadas por un hombre afásico. Los datos registrados en audio y video tuvieron su transcripción para análisis de acuerdo con convenciones propuestas por los analistas de la conversación. Los resultados presentan diferentes organizaciones de auto-reparación como estrategia de adaptación, sugiriendo competencia pragmática del sujeto afásico en el compromiso en la interacción en marcha y en la resolución de problemas de interacción decurrentes de su comprometimiento lingüístico.*

Palabras clave: *Reparación de conversación. Auto-reparación. Afasia.*



Este texto está licenciado com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1982-4017-180104-5417>

ESTRATÉGIAS DISCURSIVAS PARA UM ETHOS DE CREDIBILIDADE NO DEBATE POLÍTICO

Wagner Alexandre dos Santos Costa*
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Instituto de Ciências Humanas e Sociais
Departamento de Letras e Comunicação
Seropédica, RJ, Brasil

Resumo: *A cena política depende da relação entre identidade social e identidade discursiva. Em diversas situações de sua atividade, o político deve construir um ethos de credibilidade, uma vez que está sempre envolvido em uma luta discursiva. Neste artigo, faz-se uma análise qualitativa da construção da imagem favorável de si por meio de estratégias discursivas – como justificação, dissimulação e promessa – em debate político televisivo das eleições de 2016 ao cargo de Prefeito da Cidade do Rio de Janeiro. A hipótese confirmada é de que os políticos líderes nas pesquisas de opinião precisassem articular mais intensamente essas estratégias, sobretudo a da justificação. Além disso, os dados levaram à identificação de mais uma estratégia discursiva (congratamento), e a análise à conclusão de que os candidatos constroem espaços de acordo somente apreensíveis por uma observação atenta. O aporte teórico do estudo é a Teoria Semiolinguística de Charaudeau (2006a, 2006b, 2010, 2011, 2016).*

Palavras-chave: *Discurso político. Ethos discursivo. Debate televisivo.*

1 INTRODUÇÃO

Neste artigo, empreendemos um estudo acerca da elaboração do *ethos* de credibilidade no cenário do debate político de TV. Partimos da indagação de como os discursos da justificação, da promessa e da dissimulação engendravam a formulação de uma imagem favorável de si na fala dos candidatos ao cargo de prefeito da Cidade do Rio de Janeiro nas eleições de 2016.

A situação de comunicação, face a face com o adversário, ao vivo e, sobretudo, às vésperas das eleições – o que representava uma última oportunidade de fala para um grande número de espectadores –, exigia que os políticos mobilizassem estratégias eficientes para construir/manter sua imagem de político habilitado emocional, moral e intelectualmente.

Nossa hipótese era a de que os candidatos líderes nas pesquisas de opinião necessitavam com mais veemência arrolar estratégias para defesa de si, sobretudo a de justificação, o que em parte se atestou nos resultados. Além disso, demonstrou-se que os políticos adotavam uma estratégia ainda não descrita por Charaudeau (2006a, 2011, 2016): o discurso do congratamento.

* Doutor em Estudos da Linguagem pela Universidade Federal Fluminense (UFF) e Professor Adjunto na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Pesquisador do grupo Estudos Linguísticos, Multiletramentos e Ensino de português (ELMEP/UFRRJ). E-mail: wagnerasc@bol.com.br.

Em nossas conclusões, destacamos ser o discurso do conagraçamento, aliado ao discurso da promessa, uma estratégia compósita que atendia a um tipo de acordo entre determinados candidatos para driblar a dificuldade de exposição das suas propostas de governo e conseqüente também difícil formulação de uma imagem credível de si.

Os dados coletados das falas dos candidatos no curso do debate consistem em transcrições literais de suas falas. A coleta se restringiu aos tipos de discurso aqui elencados, e sua forma de tratamento foi qualitativa. Na plataforma YouTube¹ encontram-se os vídeos do debate, que aconteceu no dia 29/09/2016 nos estúdios da TV Globo, no Rio de Janeiro.

O aporte teórico principal a que se vincula o estudo é a Teoria Semiolinguística (CHARAUDEAU, 2006a, 2006b, 2011, 2016). Ainda, o estudo está amparado em contribuições sobre a noção de *ethos* discursivo, tal como tratada em Maingueneau (2005, 2011), Amossy (2005) e Charaudeau (2011, 2016).

O artigo está organizado da seguinte maneira: a seção seguinte, de número 2, traz o aporte teórico que embasa o estudo. Em seguida, tem-se a seção 3, que descreve o aparato metodológico empregado e a análise dos dados. Por fim, seguem-se a conclusão, seção 4, e as referências.

2 APORTE TEÓRICO

2.1 NOTAS SOBRE O CONCEITO DE *ETHOS* DISCURSIVO

A noção de *ethos* é atualmente compreendida por variados prismas teóricos. O *ethos* discursivo, a seu turno, tem sido compreendido de maneira semelhante por diferentes autores. De acordo com Perelman e Olbrechts-Tyteca (1999), *ethos* resume-se à impressão que o orador, por suas palavras, constrói intencionalmente de si mesmo no processo da argumentação. De maneira semelhante, embora moldado pelo quadro teórico da Análise do Discurso, no interior do qual o conceito se vincula à adesão dos sujeitos por meio do discurso, Maingueneau (2011, p. 97) entende-o pelo fenômeno em que "por meio da enunciação, revela-se a personalidade do enunciador", e Amossy (*apud* MAINGUENEAU; CHARAUDEAU, 2004, p. 220) considera-o "a imagem de si que o locutor constrói em seu discurso para exercer uma influência sobre seu alocutário".

Assim, o conceito não envolve propriamente as coisas que o orador poderia dizer sobre si, visto que estas informações diriam respeito ao sujeito real, encarnado, situado no espaço social, e não ao sujeito da enunciação, a pessoa como ser que fala, inscrita no ato de comunicação. Esta categoria se refere, por exemplo, à sua maneira de estruturar as frases, à sua seleção vocabular, a seus conhecimentos enciclopédicos demonstrados no discurso e ao seu estilo, que podem fornecer informações sobre sua pessoa, podem "falar" por ele. O *ethos* se situa, então, na aparência do ato de linguagem:

¹ O endereço da plataforma é <<https://www.youtube.com/?gl=BR&hl=pt>>. Os links de acesso aos vídeos serão disponibilizados na seção 3.1.

Falar é, ao mesmo tempo, falar ao outro, falar de si e falar do mundo. Mais exatamente, é falar de si através do outro, ao falar do mundo. Não há, pois, ato de linguagem que não passe pela construção de uma imagem de si. Desde o instante em que se fala, aparece, transparece, emerge de si, uma parte do que se é através do que se diz. (CHARAUDEAU, 2016, p. 72)

Esta instância subjetiva que se manifesta como "voz" e como "corpo enunciante", como sublinha Maingueneau (2005, p. 70), pode ser recuperada a partir de indícios textuais variados que formam o *ethos*.

Os antigos já se dedicavam ao estudo do *ethos*. Eggs (2005, p. 32) e Charaudeau (2011, p. 113), retomando Aristóteles, lembram que os oradores inspiram confiança conforme apresentem três tipos de qualidade em seus argumentos: (a) sabedoria e razoabilidade (a *phronésis*), (b) honestidade e sinceridade (a *arété*), e (c) solidariedade e amabilidade (a *eunóia*).

Em *Retórica*, Aristóteles (2005, p. 96), ao explicar que as provas de persuasão fornecidas pelo discurso são de três tipos, apresenta aquelas que residem no caráter moral do orador (*ethos*), outras que dependem do modo como se dispõe o ouvinte (*pathos*) e as que se situam no próprio discurso (*logos*).

Segundo ele, o caráter é o meio mais importante de persuasão:

Persuade-se pelo caráter quando o discurso é proferido de tal maneira que deixa a impressão de o orador ser digno de fé. Pois acreditamos mais e bem mais depressa em pessoas honestas, em todas as coisas em geral, mas sobretudo nas de que não há conhecimento exato e que deixam margem para dúvida. (ARISTÓTELES, 2005, p. 96)

Mas, advertia o autor que tal confiança deveria decorrer de um efeito do discurso, não de um juízo prévio.

Para obter esse ideal de persuasão, o sujeito falante precisa tomar conhecimento das ideias e dos valores do destinatário. Somente assim poderá eleger a maneira mais apropriada de se expressar, condizente com seu projeto de fala. Dessa forma, o *ethos* corresponderá à imagem necessária ao locutor para conquistar credibilidade junto ao seu interlocutor.

Assim, segundo Maingueneau (2005), privilegiando a visão aristotélica, a eficácia do *ethos* deve-se ao fato de que, sem estar explicitado no enunciado, ele envolve de alguma forma a enunciação. Trata-se da escolha das palavras, dos argumentos, do ritmo e da entonação de seu discurso.

Com efeito, segundo Maingueneau (2005), este conceito abarca, além da vocalidade, também as características físicas e psicológicas atribuídas ao enunciador a partir de representações coletivas, as quais participam de um conhecimento compartilhado. Ressalte-se, entretanto, que o enfoque dado por ele não recai sobre a dimensão sociológica em que se situa o sujeito (inserido em um dado grupo social, em um tipo físico e em determinada ideologia), em detrimento da linguagem, tal como o faz Bourdieu ao dizer que “A linguagem no máximo representa essa autoridade. Ela a manifesta, ela a simboliza.” (1982, p. 105, *apud* AMOSSY, 2005, p. 138).

Charaudeau (2011), por sua vez, ao abordar a problemática de o *ethos* ser resultado de uma construção discursiva (*ethos* construído) ou decorrer de uma instância prévia ao discurso (*ethos* pré-construído), argumenta em favor de uma visão intermediária. Segundo ele, para construir uma imagem do sujeito que fala, o interlocutor se apoia em dados apreendidos no fio do discurso, mas também se utiliza de informações sobre a pessoa, não só sobre sua configuração como enunciador:

De fato, o *ethos*, enquanto imagem que se liga àquele que fala, não é uma propriedade exclusiva dele; ele é antes de tudo a imagem de que se transveste o interlocutor a partir daquilo que diz. O *ethos* relaciona-se ao cruzamento de olhares: olhar do outro sobre aquele que fala, olhar daquele que fala sobre a maneira como ele pensa que o outro o vê. Ora, para construir a imagem do sujeito que fala, esse outro se apoia ao mesmo tempo nos dados preexistentes ao discurso – o que ele sabe a priori do locutor – e nos dados trazidos pelo próprio ato de linguagem (CHARAUDEAU, 2011, p. 115).

O *ethos*, como recurso linguageiro de que o sujeito se utiliza no uso da palavra para convencer seu destinatário, possui duas dimensões: uma vinculada à identidade social do locutor, que lhe dá direito à palavra; outra, a sua identidade discursiva, projetada em função do papel discursivo desempenhado e da conseqüente estratégia que pretende adotar.

Então, de acordo com a abordagem de Charaudeau, complementar à aristotélica, o *ethos* (prévio ou discursivo) é uma identidade independente que está vinculada a duas outras: a identidade social (lugar de legitimidade) e a identidade discursiva (lugar de credibilidade), ambas desenvolvidas no escopo da Teoria Semiolinguística (CHARAUDEAU, 2010).

2.2 ETHOS E ESTRATÉGIAS DISCURSIVAS NO CAMPO POLÍTICO

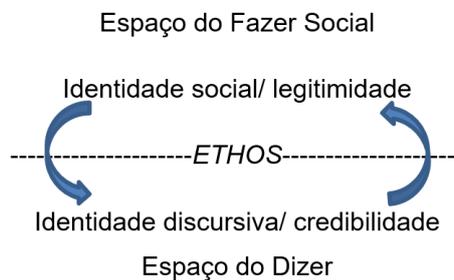
2.2.1 IDENTIDADE SOCIAL E IDENTIDADE DISCURSIVA

Charaudeau (2006a, p. 344) particulariza a *identidade social* pela necessidade de ser reconhecida pelos outros. Trata-se, nos termos dessa teoria, daquilo que confere ao sujeito o *direito à palavra*, o que sustenta a sua *legitimidade*, que depende da atuação do sujeito nos domínios do *saber* (fundado nas opiniões, nos saberes compartilhados e no seu manuseio, com vistas à sedução e persuasão do interlocutor) e do *poder* (estabelecido principalmente a partir dos vínculos institucionais que conferem *poder* ao sujeito).

A *identidade discursiva*, sem se opor à anterior, apenas projetando-se num contínuo, depende não somente de o sujeito saber organizar sua fala, mas principalmente de sua capacidade em parecer digno de crédito, da necessidade de seu interlocutor considerá-lo verdadeiro. Por essa razão, a *credibilidade*, que depende da identidade discursiva, envolve a formulação de uma imagem de si, um *ethos*, sendo, pois, necessariamente estratégica.

Trata-se de uma interdependência de dois espaços reguladores do ato de comunicação: um contendo determinações sociais, outro discursivas, sendo o *ethos* realizado sociodiscursivamente. Assim esquematizamos:

Figura 1 – O social e o discursivo na formulação do *ethos*



Quanto ao domínio político, Charaudeau (2016, p. 73) explica que *legitimidade* e *credibilidade* estão intimamente entrelaçadas. A legitimidade conferida a um candidato pelo voto não é absoluta nem definitiva. É, pois, necessária a manutenção constante dela. Isto passa pelo exercício da credibilidade, que se faz pela linguagem.

2.2.2 Estratégias discursivas na encenação política

Concebendo a atuação do político como fruto da relação entre a identidade social e a identidade discursiva, Charaudeau (2006b, p. 257) ressalta dois tipos de atividades determinantes:

- a do *dizer político*, do debate de ideias no vasto campo do espaço público, lugar onde se trocam opiniões;
- a do *fazer político*, no campo mais restrito do espaço onde se tomam decisões e se realizam atos.

O sujeito político, assim, tem de construir sua palavra na interseção desses dois espaços porque seu dizer (linguagem) deve, em tese, ser autenticado por seu fazer (ação), por sua atuação, ou se circunscreverá apenas nos limites da promessa. Esses dois espaços, por um lado, são recíprocos e complementares, mas por outro, são diferentes:

- no primeiro (dizer), é a linguagem que domina, através de uma luta discursiva em que várias estratégias são permitidas (manipulação, proselitismo, ameaças / promessas, etc.), o objetivo sendo a imposição de uma opinião;
- no segundo (fazer), é a ação como o espaço onde se exerce o poder de agir entre uma instância política que se diz soberana e uma instância cidadã que, a todo momento, pode pedir contas e resultados, o objetivo sendo uma dominação feita de regulamentação, de sanção e de reivindicação. (CHARAUDEAU, 2006b, p. 257-258).

Diferentes porque se pautam em dois tipos de forças: força de verdade e força de ação, e complementares uma vez que, por outro lado, cruzam-se em linguagem-ação, base para qualquer atividade discursiva política, seja na governança, seja na oposição.

A atividade política, por envolver uma constante tensão entre o controle do poder e a oposição por quem não o exerce, determina estratégias discursivas distintas. Como pontua Charaudeau (2006b, p. 258), o sujeito político pode estar em uma situação de enunciação fora da governança, quando, por exemplo, pretende conquistar um cargo político, quando disputa eleições. Pode ainda enunciar de dentro dela, caso em que ocupa algum cargo.

Por serem distintas também as condições de legitimidade desses sujeitos, em função delas deverão adotar estratégias discursivas adequadas, sobretudo em condições de embate e luta pela conquista ou manutenção do poder, como ilustra a situação de campanha eleitoral que prevê debates públicos ao vivo na TV.

Assim, diversos tipos de estratégias discursivas podem ser postas em cena no campo político: a da promessa, a de decisão, a de justificação e a de dissimulação, segundo lista Charaudeau (2006b, p. 258-261).

Na *estratégia da promessa* o político deve, simultaneamente, ser capaz de a) contemplar um ideal social de desejo/necessidade do ouvinte, mas também adequar-se às possibilidades reais de sua execução; b) obter reconhecimento, da parte dos cidadãos, como merecedor de crédito, como portador de limpas intenções e c) conseguir convencer (uso da razão) e persuadir (uso da emoção) a maioria da instância cidadã.

Em relação à tensão entre o domínio do poder e a oposição, no primeiro acentua-se a necessidade de articulação justa entre força de verdade e força de ação, haja vista que o sujeito político encontra-se sob os olhares de seus oponentes e também da população. O segundo, por não ocupar cargo, não estará sendo avaliado pelo que pode/pôde fazer.

A *estratégia de decisão*, a seu turno, está legitimada no campo da ação e possível ao político que pode executá-la. Identifica-se uma desordem social, enuncia-se o dever de sua correção e revela-se a solução (a ser) adotada.

Já a *estratégia de justificação* (CHARAUDEAU, 2006b, 2011) decorre da necessidade de os atores políticos se defenderem das críticas de seus opositores e da sociedade ou, às vezes, de antecipar-se a elas. As ações dos sujeitos políticos podem afetar sua legitimidade, sendo necessário recorrer a estratégias discursivas de (re)legitimação do estatuto conquistado. Essa tensão será constante, devendo não só ao político no controle da governança, mas ainda mesmo após o término do seu mandato, haja vista que suas ações compõem um histórico de sua vida política progressa.

Por fim, a *estratégia de dissimulação* pode ser compreendida como o esforço em reduzir, pelo silêncio, a relevância de ideias que se projetam desfavoravelmente em direção ao ator político. A dissimulação é, então, uma estratégia discursiva de reação contra efeitos negativos emanados pela oposição, pela mídia ou por movimentos sociais.

Tendo, então, delimitado o aporte teórico que sustenta nosso estudo, passamos, na próxima seção, à metodologia e análise dos dados.

3 EM CENA O DEBATE: AS ESTRATÉGIAS DISCURSIVAS NA CONSTRUÇÃO DO “ETHOS DE CREDIBILIDADE”

Inicialmente, trataremos da metodologia empregada na pesquisa, apresentando o contexto do debate político, os procedimentos de coleta de dados e de análise, a justificativa e, por fim, os objetivos e as hipóteses norteadoras do trabalho. Em seguida, analisaremos os dados à luz do suporte teórico.

3.1 METODOLOGIA

O presente estudo trata do desempenho discursivo, em debate televisivo transmitido ao vivo, de oito políticos que disputavam o cargo de prefeito da Cidade do Rio de Janeiro nas eleições de 2016. O debate ocorreu no dia 29/09/2016 e foi organizado pela TV Globo, que convidou alguns desses candidatos, informando seus critérios:

- a) estar filiado a uma organização política com representação superior a nove parlamentares na câmara dos deputados; e
- b) ter alcançado um mínimo de 5% de intenção de votos na pesquisa realizada pelo instituto Datafolha, em 5/09/2016.

Participaram do debate, conforme o recorte, os seguintes candidatos: Jandira Feghali (PC do B), Pedro Paulo (PMDB), Flávio Bolsonaro (PSC), Índio da Costa (PSD), Carlos Osório (PSDB), Marcelo Crivella (PRB), Marcelo Freixo (PSOL) e Alessandro Molon (REDE). Ficaram excluídos três concorrentes: Cyro Garcia (PSTU), Carmen Migueles (NOVO) e Thelma Bastos (PCO).

O evento foi mediado pela jornalista Ana Paula Araújo e está disponível na plataforma YouTube para livre acesso em:

- <<https://www.youtube.com/watch?v=sIeQjs5nRYM>> (referente ao bloco 1, em que a formulação da pergunta e o seu candidato alvo eram de livre escolha),
- <<https://www.youtube.com/watch?v=9PFZAupZ4ss>> (referente ao bloco 2, em que a formulação da pergunta foi determinada por sorteio e seu alvo ainda de livre escolha),
- <<https://www.youtube.com/watch?v=9jL9I0FrYfk>> (referente ao bloco 3, que obedeceu às mesmas regras do primeiro) e
- <<https://www.youtube.com/watch?v=hG1ORMt0rio>> (referente ao bloco 4, que trouxe as considerações finais dos candidatos).

Todos os links foram acessados de dezembro/2016 a março/2017 e a coleta foi orientada pela classificação das estratégias discursivas políticas envolvidas na construção da credibilidade em contexto de pergunta/resposta. Foram, assim, selecionadas nos blocos 1, 2 e 3 falas que se enquadrassem nas categorias *justificação*, *promessa*, *dissimulação* ou *decisão* (CHARAUDEAU, 2011, 2016), já o bloco 4 foi desprezado por conter falas fora do contexto de nosso interesse.

O estudo assume caráter qualitativo, prevalecendo a interpretação como forma de análise dos dados. Dessa forma, em cada turno de fala, não coletamos ocorrências repetidas da mesma estratégia, observando somente se tal ou qual estratégia esteve presente no turno de fala do candidato e se ele empregou mais de uma delas.

O trabalho se justifica pela importância do desempenho discursivo dos candidatos nesse debate, que representou a última oportunidade de defesa das candidaturas em um espaço privilegiado de audiência e, sobretudo, face a face com os oponentes. Este detalhe significava para o político não poder construir, sem intervenção do concorrente, sua imagem de candidato honesto, amável e eficiente, qualidades fundamentais na conquista dos eleitores. Além disso, o evento discursivo que motivou o estudo possibilita ampliar a reflexão proposta na formulação teórica feita por Charaudeau no que respeita às relações entre poder, estratégia discursiva e *ethos* político (2011, 2016).

Posto isto, o objetivo geral deste estudo é analisar a construção de um *ethos* de credibilidade para a conquista/manipulação da opinião pública por meio de estratégias discursivas de *justificação*, *promessa*, *dissimulação*, *decisão* e *congraçamento*. Assim, indagamos: *qual é o papel das referidas estratégias na edificação/manutenção desse ethos no debate eleitoral?* Especificamente, objetivamos mapear o quadro de ocorrência de tais estratégias, observar as relações entre elas e compreender a sua importância na defesa de si em face do adversário e diante do público.

Nossa hipótese principal foi a de que Pedro Paulo e Crivella eram os políticos que necessitavam articular com mais intensidade as estratégias de justificação. Aquele por representar a legenda do poder, este por liderar as intenções de voto.

Por fim, feitas as considerações metodológicas, passamos, na próxima seção, à análise dos dados coletados no debate.

3.2 ANÁLISE DOS DADOS

3.2.1 O DISCURSO DA JUSTIFICAÇÃO

No bloco 1, a candidata Jandira Feghali, única mulher entre os oito candidatos, inicia sua fala em direção à atuação política pregressa de Pedro Paulo. Jandira afirma que o candidato apoiou o *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff, que fora eleita com 54 milhões de votos. Segundo a candidata, isto configurou o que chamou de “golpe” e, em sua visão, Pedro Paulo teria participado dele, de modo que os 54 milhões de votos teriam sido desrespeitados e desperdiçados. Além disso, ela afirma que Pedro Paulo seria “agressor de mulheres”. Jandira, então, apresenta dois questionamentos: no primeiro, ela põe em dúvida a coerência de Pedro Paulo em pedir votos, já que ele teria desperdiçado todos os 54 milhões de Dilma. Em seguida, duvida também de sua capacidade para gerir uma cidade com maioria de mulheres como é o Rio de Janeiro, por estar envolvido em um escândalo de agressão à sua ex-mulher: “Você é um agressor de mulheres”, disse ela.

Pedro Paulo nega a suposta agressão à sua ex-mulher, dizendo ter sido inocentado pela justiça. Note-se que ele, sendo o candidato do PMDB, representava o poder e a possibilidade de sua continuação, já que o prefeito Eduardo Paes pertencia ao mesmo partido.

O candidato, em contrapartida, inverte o jogo de acusações e afirma que Jandira, sim, é que estaria envolvida em casos que desmereciam sua candidatura. Ele afirma que sua adversária teria recebido propina e seria alvo de investigações pelo Ministério Público. Vejam-se as respostas de cada um, literalmente transcritas:

(1)

JANDIRA FEGHALI: “Além de agressor de mulheres, você mente. Eu jamais fui acusada de receber propina, o que foi dito é que o PC do B recebeu recursos de uma empresa. E doação legal não é crime. E a minha resposta a você é o meu imposto de renda”.

PEDRO PAULO: “Essas acusações que você está fazendo são falsas e eu fui inocentado”.

Uma vez que sua imagem de honestidade, amabilidade e eficiência estava sendo ameaçada, restava a Pedro Paulo negar a acusação e atribuí-la ao caráter de má-fé de sua oponente. Ambos adotam a estratégia da justificação contra uma investida na base de suas imagens de credibilidade política e/ou moral, como se vê na fala de Jandira Feghali, ao negar a acusação de Pedro Paulo e explicar, segundo ela, o que acontecera de fato.

A palavra de justificativa, conforme afirma Charaudeau (2016, p. 20), é aquela inerente à vida política no espaço do poder. Assim, Pedro Paulo, por representar a legenda detentora do mandato passa a ser um dos principais alvos das críticas daqueles que se situam no contrapoder, o que exigiu como recurso necessário a defesa pela justificação das ações governamentais de seu partido e pessoais suas. Jandira, por outro lado, em decorrência de ter realizado ataques tão incisivos, teve de se defender do “você também” aplicado por Pedro Paulo no contra-ataque.

Ainda no bloco 1, a seguir, Pedro Paulo dirige sua fala ao candidato Marcelo Crivella, perguntando sobre a proposta deste para a área da segurança. Crivella não responde objetivamente à pergunta feita por Pedro Paulo; desvia do tema proposto, criticando a campanha do adversário, em uma tentativa de descredibilizá-lo. Ele desconsidera o tema da pergunta e instaura o seu próprio, desenvolvendo uma sequência de justificativas que objetivavam dissociar seu futuro mandato dos dogmas defendidos pela Igreja Universal, onde atuava religiosamente.

A estratégia mais evidente é a da justificativa por desenvolver argumentos que tentavam afastar a dúvida sobre sua legitimidade para assumir o cargo de prefeito, uma vez que o seu vínculo religioso poderia ferir o princípio da laicidade do Estado, se os limites entre política e religião não fossem adequadamente estabelecidos. No entanto, predominou nesta passagem a estratégia discursiva da dissimulação, por Crivella simplesmente não ter sido cooperativo com o que foi tematicamente proposto por Pedro Paulo, por desviar da pergunta, não respondê-la e ainda reformular o tópico à maneira que lhe foi conveniente. Esta estratégia (dissimulação) será retomada logo adiante, porém vejamos outro caso de justificação:

(2)

MARCELO FREIXO: “Antes eu queria só esclarecer que em 2012 teve uma empresa sim que doou para a minha campanha e para um vereador do PSOL. Na época, nenhuma irregularidade, isto está lá constatado. Foi a mesma empresa que depois em 2014 e 2015 Pedro Paulo e Eduardo Paes usaram para demolir a Vila Autódromo. A diferença entre a gente é que eu estava do lado dos moradores da Vila Autódromo, vocês estavam do lado da especulação imobiliária defendendo aquela covarde remoção”.

Em (2), em dado coletado do bloco 3, Marcelo Freixo é levado a adotar a justificção para se defender da acusaç3o feita anteriormente por Pedro Paulo. Este acusou Freixo de receber doaç3o de empresa, mas negar envolvimento com a empreiteira. Freixo, ent3o, retoma o fato pregresso e tenta explicar que a doaç3o foi regular e, ainda, que a empreiteira em quest3o 3o 3poca da doaç3o n3o estaria envolvida em problemas. A negaç3o 3e um dos recursos da justificç3o. O pol3tico reivindica a legitimidade do seu ato e discorda da acusaç3o (CHARAUDEAU, 2011, p. 127).

Por Pedro Paulo ter sido intensamente atacado no debate, adotou o recurso do contra-ataque, expondo tamb3m falhas dos seus debatedores. A decorr3ncia foi impor a eles adotar a estrat3gia da justificç3o, com exceç3o de Crivella, que desviava da pergunta ou da acusaç3o, empregando a estrat3gia da dissimulaç3o, como no exemplo da pr3xima seç3o, extra3do do bloco 2.

3.2.2 O DISCURSO DA DISSIMULAÇ3O

Nesta ocorr3ncia, em que Pedro Paulo pergunta a Crivella qual seria sua proposta para a seguranç3a, uma pergunta que incidiria sobre seu programa de governo, Crivella novamente ignora o que lhe foi proposto e conduz a resposta segundo sua estrat3gia de pontuar cr3ticas ao PMDB e, por extens3o, ao oponente. A dissimulaç3o 3e sinalizada pelo oponente, que chama a atenç3o para Crivella n3o ter respondido mais uma vez a pergunta apresentada.

(3)

MARCELO CRIVELLA: “[...] n3o posso deixar de citar que o pior problema para a nossa cidade 3e a falta de respeitabilidade dos nossos pol3ticos. Recentemente, quando se foi fazer uma entrega de uma casa a uma senhora pobre, se inventou uma hist3ria de “canguru-perneta [...]”.

PEDRO PAULO: “Bispo Crivella, mais uma vez voc3 n3o respondeu a pergunta”.

Ainda, na sequ3ncia de embates, Crivella adota a mesma estrat3gia ao ser questionado por Pedro Paulo se o ex-governador Garotinho seria seu secret3rio de seguranç3a:

(4)

MARCELO CRIVELLA: “O povo do Rio est3 3e preocupado em saber se o Eduardo Cunha vai ser seu secret3rio de fazenda. Voc3 pediu licenç3a duas vezes para votar a favor dele, voc3s est3o envolvidos no Lava-jato, no Petrol3o [...]”.

Nesse trecho, v3-se com mais clareza a opç3o de Crivella pelo discurso da dissimulaç3o como estrat3gia de enfraquecer a fala do seu opositor pelo desprezo a ela conferido. Por outro lado, fica a d3vida se tal estrat3gia n3o seria meio de se esquivar da resposta, que n3o teria ou que n3o poderia oferecer de modo convincente e favor3vel a seu ethos de credibilidade. J3 a estrat3gia a seguir, o discurso da promessa, obteve bastante expressividade na fala da maioria dos candidatos.

3.2.3 O DISCURSO DA PROMESSA

A construção do *ethos* de credibilidade não podia ser levada a cabo livremente pelos políticos sem o risco da interferência das acusações que se imputavam mutuamente ou sem a refutação recíproca das suas ideias. Deste fato decorre a tensão e o risco promovidos pelo debate político ao vivo, diferente das situações em que o político pode construir livremente sua autoimagem.

Todos os candidatos que representavam o contrapoder, motivados pela intencionalidade inerente à disputa, elaboram, dessa forma, críticas à administração de Eduardo Paes (PMDB). Os tópicos propostos por eles discutem problemas pontuais vivenciados pela cidade e, por hipótese, mal geridos pelo prefeito. Por extensão, configuram-se como críticas à candidatura de Pedro Paulo, já que este era um concorrente com chances, pois detinha um amplo serviço publicitário a seu favor e poderia disputar o segundo turno com Crivella.

Os dados coletados trazem mostras de situações em que os políticos adotam estratégia diversa do início do bloco 1. Em vez de um embate com críticas frontais ao programa de governo do oponente e ao seu percurso na atuação política, vê-se que o candidato seleciona outro que não o ameaça diretamente, seja por não disputar pontos percentuais equilibradamente, seja pelo fato de o outro não ser aquele que lidera as intenções ou que representa o poder. Consegue-se, com esse expediente, espaço compartilhado para a apresentação de suas propostas, haja vista que não seria interessante desequilibrar a campanha de um adversário com já baixa intenção de votos. A meta principal daqueles que estavam em posições menos confortáveis era combater o oponente na posição almejada: Marcelo Freixo e Pedro Paulo (candidatos na iminência de disputar o segundo turno com Crivella). Pedro Paulo, por deixar entrever certa fragilidade emocional e, além disso, representar a legenda no poder (PMDB), foi o alvo principal. Vejam-se alguns exemplos de discurso da promessa empreendidos pelos políticos:

(5)

CARLOS OSÓRIO: “Nós vamos priorizar os profissionais da educação. Enquanto não tivermos professores bem remunerados e bem pagos, nós não vamos avançar em escolas novas, porque o importante é educar, e não fazer programa bonito para a televisão.”

(6)

FLÁVIO BOLSONARO: “Eu vou mudar o foco da guarda municipal, que hoje é muito mais voltado para a arrecadação, para multas, para combate aos camelôs, para que ela faça segurança preventiva da população. Eu vou investir sim no treinamento, na qualificação desses profissionais.”

(7)

ÍNDIO DA COSTA: “Eu vou criar uma secretaria municipal de segurança e essa secretaria vai trabalhar com informação, inteligência e tecnologia para poder cuidar de você, cuidar da sua família, fazer integração com o governo do estado, com a polícia civil, polícia militar.”

(8)

JANDIRA FEGHALI: “[...] nós temos que trabalhar contra a cultura do estupro, que é predominantemente feita sobre a mulher negra, nós temos que trabalhar a escola dentro da favela, uma escola que dê a possibilidade desse jovem, dessa criança, desde a creche, ter uma escola inclusiva, uma escola aberta

Esses exemplos, especificamente os casos (5), (6) e (7), apresentam o que denominamos “indicadores de promessa”, ou seja, o uso de palavras, locuções, expressões ou frases que introduzem o discurso da promessa política. Neles, temos as construções verbais “vamos priorizar”, “vou mudar” e “vou criar”, em que os verbos principais remetem a atitudes determinantes para a elaboração da imagem de si necessária ao político: ser racional, estar atento às necessidades do povo, ter iniciativa. Esta organização do discurso da promessa foi recorrente em todos os candidatos; no entanto, menos observada na candidata Jandira Feghali.

Diferentemente, em (8), Jandira dá ênfase à expressão da necessidade por meio de “ter que”. Já em outras ocasiões, ela emprega “é preciso”, enfatizando de modo mais acentuado do que observado nos demais candidatos um certo tom de afetividade no seu programa de governo.

Essa afetividade não ocorre à toa. Lembra Charaudeau (2016, p. 20) que a palavra política, dirigida a um público heterogêneo, adota procedimentos que se dirigem à razão do público e outros à sua emoção.

Como já dito, o discurso da promessa esteve vinculado, com poucas exceções, a tréguas entre os debatedores, ao abordarem um tema que raramente encontrava no oponente uma visão também oposta.

Nossa análise identificou outro tipo de estratégia discursiva não descrita por Charaudeau (2006b, 2011, 2016); no entanto, amplamente empregada neste debate e facilmente recuperável em contextos de outros debates políticos. Trata-se do *discurso do congraçamento*, que apresentaremos a seguir.

3.2.4 O DISCURSO DO CONGRAÇAMENTO

Esta estratégia consiste no uso do acordo, da conciliação, da confirmação das ideias alheias. Trata-se de uma estratégia discursiva em uma ambiência diversa da justificação, em que é feita uma crítica. No congraçamento, as ideias são consoantes, não opositoras.

O político, nessa estratégia, concorda com a afirmação do outro ou silencia diante dela (é bom lembrar o ditado popular que diz “quem cala consente”), caso em que silenciar não significa ignorar sub-repticiamente, mas admitir como verdadeira a fala interlocutora.

Uma das ocorrências mais emblemáticas do discurso do congraçamento, apesar de um pouco longa, aconteceu entre os debatedores Flávio Bolsonaro e Marcelo Crivella. Apresentamos, a seguir, a sua transcrição:

(9)

FLÁVIO BOLSONARO: A educação, sem dúvida alguma, é a chave para o desenvolvimento do nosso país e todos nós defendemos uma educação em tempo integral. Agora, eu tenho uma grande preocupação sobre o que é que estão ensinando para as nossas crianças dentro de sala de aula. Qual é a sua proposta para melhorar a qualidade do ensino na cidade do Rio de Janeiro?

MARCELO CRIVELLA: Eu quero que seja uma escola sem partido. Eu acho que a Unesco define bem o que é educação. Educação é você aprender a conhecer, a construir, a conviver

e a ser. É isso que a escola tem que se preocupar. [...] É isso que a escola deve ensinar, sem partido, sem ideologias, uma escola com liberdade, onde as pessoas possam desenvolver seu talento e sejam bem assistidas, que tenha merenda escolar, professor esteja motivado, que tenha meritocracia, que alcance os índices do IDEB e que possa ser a escola que traga orgulho aos pais que frequentaram.

FLÁVIO BOLSONARO: Quero concordar com você, Crivella, os índices do IDEB, principalmente no segundo segmento do ensino fundamental, mostram que o conteúdo do que está sendo ensinado para as nossas crianças dentro de sala de aula está equivocado. Eu também defendo uma escola sem partido, porque eu entendo que tem que haver neutralidade dentro de sala de aula, os alunos tem que ter a sua liberdade de opinião respeitada, e não sendo ameaçados, constrangidos por alguns professores como está acontecendo hoje, querendo impor a sua preferência político-partidária aos alunos [...].

No bloco 3, o tema e o político alvo da pergunta eram de livre escolha, detalhe importante para o entendimento desta estratégia. Os dois políticos em questão, Flávio Bolsonaro e Marcelo Crivella, são conhecidos por defenderem pautas associadas à direita ultraconservadora. Ambos apoiam um movimento denominado “Escola sem partido”, que prega a proibição de certos temas transversais na escola, como sexualidade e diversidade cultural, caros para uma política educacional de base progressista.

A opção de Flávio Bolsonaro por Marcelo Crivella, então, não foi inconsciente e aleatória, já que tal posicionamento é considerado polêmico e controverso, segundo a orientação subjetiva de tal ou qual candidato. Nesse sentido, a escolha por Alessandro Molon, Jandira Feghali ou Marcelo Freixo, por exemplo, levaria a abordagem a um confronto de posicionamentos acerca do tema. No entanto, não foi o que ocorreu entre os dois candidatos, que apresentaram vozes consoantes, uma a confirmar a outra.

O discurso de congraçamento é, assim, eficiente recurso para realizar acordos nas entrelinhas, sem publicá-los textualmente. Depende, dessa forma, do conjunto de interesses compartilhados e pode se materializar por meio de certos itens, que denominamos “indicadores de congraçamento”. São indicadores linguísticos da presença desse discurso. Observam-se acima, na fala de Flávio Bolsonaro, vários exemplos empregados pelo político: “*todos nós defendemos*”, “*Quero concordar com você, Crivella*” e “*Eu também defendo*”.

Outros exemplos de indicadores foram ainda encontrados nas falas dos demais políticos (exceto na de Pedro Paulo):

- “obrigado pela pergunta”,
- “agradeço a sua pergunta sobre x”,
- “você tem toda razão, fulano”,
- “É isso, sicrano”,
- “Olha, eu concordo que”,
- “todos nós acreditamos que”,
- “é importante a pergunta”, além de expressões gestuais de concordância, como o gesto de mover a cabeça verticalmente em acordo com o interlocutor.

Os indicadores linguísticos servem, em geral, para introduzir na fala o discurso do congraçamento, mas podem apenas confirmar a consonância, se, por exemplo, posicionados posteriormente. Outra maneira de realização dessa estratégia é por Ø (zero), ou seja, com ausência de marca, com silêncio e sem gestual algum.

Na seção seguinte, os dados coletados no estudo serão apresentados em gráficos, de modo que se possa visualizar mais amplamente a dinâmica das estratégias discursivas observadas no debate entre os candidatos ao cargo de prefeito da cidade do Rio de Janeiro.

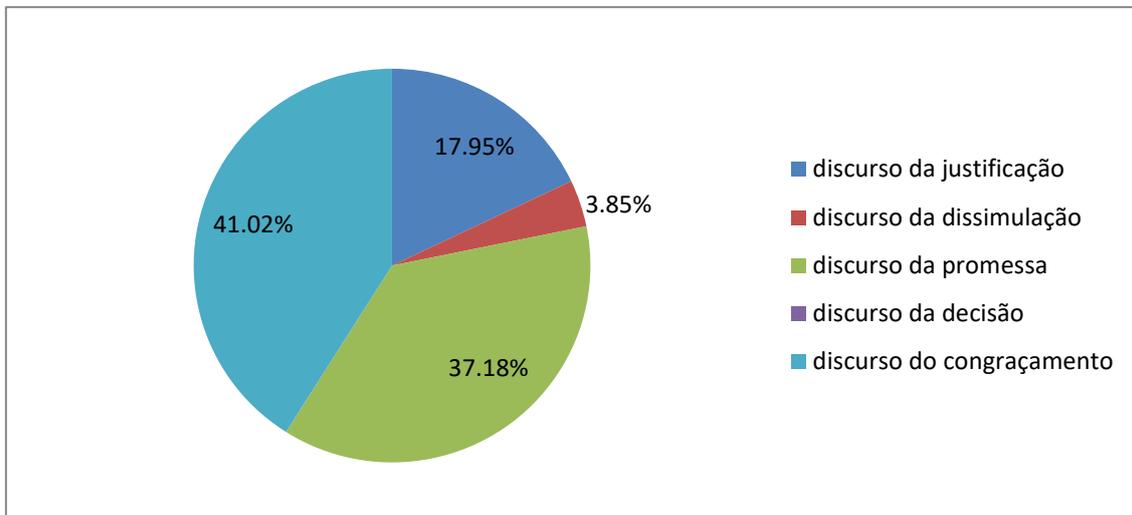
3.2.5 UMA VISÃO PANORÂMICA DAS ESTRATÉGIAS NO DEBATE

Antes de empreender uma discussão de caráter geral sobre as estratégias, cabe salientar que a estratégia da decisão não foi um recurso observado no debate, uma vez que ela se circunscreve no campo do poder, interpretado como atuação já legitimada pelo voto. O político, diante do reconhecimento de uma ação necessária, enuncia a medida a ser tomada em relação a ela.

Os políticos deste debate não se situam estritamente nesse espaço; buscam essa legitimidade, não a têm. Pedro Paulo representa a legenda do poder, mas não o político já eleito para o poder. Acerca disso, diferentemente, quando pensamos a estratégia do discurso da justificação como recurso de formulação/manutenção de uma imagem política favorável de si, não a reduzimos apenas ao espaço do poder já legitimado pelo voto (no exercício), mas compreendemos como poder também as situações variantes em que se encontravam esses dois atores políticos.

Segue-se, então, o gráfico 1 com os tipos de estratégia e sua representação: ²

Gráfico 1 – Tipos de estratégia



As duas estratégias discursivas com maior frequência mobilizadas na construção do *ethos* de credibilidade foram nitidamente os discursos da promessa (37, 18%) e do congraçamento (41, 02%). Isto não se deu sem razão, pois esses dois discursos estiveram atrelados um a outro, estando o de congraçamento a serviço da promessa.

² Cada estratégia, como categoria analítica, orientou a coleta dos dados, segundo a ocorrência, na fala de cada candidato, dos discursos sob análise neste trabalho: justificação, promessa, dissimulação, congraçamento e decisão. Este último não ocorreu no debate. O gráfico 2, à frente, mostrará a quantidade de ocorrências por candidato.

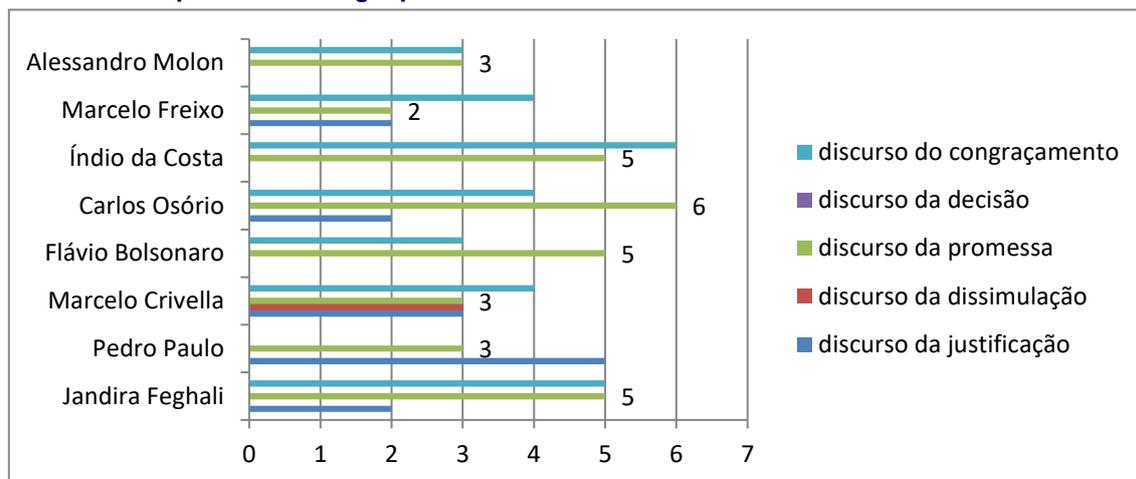
Como? O político permitia sem tensão um espaço de fala confortável ao adversário, propondo um tópico favorável a ambos. O desdobramento era que eles podiam se utilizar do discurso da promessa e desenvolver seu programa de governo. Já que os temas abordados nessas ocasiões, em geral, não eram conflitantes, operava-se o discurso do conagraçamento, em apoio mútuo.

A estratégia da justificação (17, 95%) foi também um importante recurso na formulação do *ethos* político de credibilidade. O fato de essa estratégia estar vinculada à defesa da imagem de si fez com que ela se intensificasse necessariamente na fala de um político, mas não ocorresse na de outro. Então, em um debate, a medida da crítica é muito relativa. São feitas se necessário e direcionadas conforme a dinâmica das intenções de voto e/ou oposição partidária.

Também a estratégia da dissimulação (3, 85%) se fez presente na defesa contra ataques do político oponente. Ressalte-se que sua ocorrência aqui esteve vinculada a acusações hipotéticas, sem a força do fato, da comprovação. Talvez seja compreensível, então, o não investimento do político alvejado em arrolar justificativas contrárias.

O emprego desses discursos variou entre os políticos. O gráfico 2, a seguir, traz a relação “tipos de estratégia” vs. “candidato”:

Gráfico 2 – Tipos de estratégia por candidato



Índio da Costa, Alessandro Molon e Flávio Bolsonaro foram os candidatos que se utilizaram apenas do discurso da promessa e do conagraçamento. As críticas e acusações realizadas por esses candidatos não foram frontais, face a face. Elas se dirigiram a Pedro Paulo/ Eduardo Paes, e aconteceram em parceria com outros candidatos. A abordagem de temas polêmicos ou claramente contrários ao programa de algum concorrente também foi desenvolvida fora da esfera de uma possível resposta, ou seja, operacionalizada pela estratégia do conagraçamento.

Na fala de Marcelo Freixo, predominou a análise dos problemas da cidade, o autoelogio ao seu programa e a crítica ao candidato do PMDB, Pedro Paulo. Quase não adotou o discurso canônico da promessa e precisou pouco lançar mão da justificação, apenas duas vezes.

Também Jandira Feghali e Carlos Osório utilizaram duas vezes o discurso/estratégia da justificativa. Jandira foi a única candidata que atingiu a marca superior a quatro vezes no uso nas estratégias de promessa e conagração; os demais candidatos usaram expressivamente uma ou outra. Em Jandira, então, notou-se maior equilíbrio na vinculação dessas duas estratégias.

Por fim, Marcelo Crivella foi o candidato que variou mais equilibradamente o uso dos discursos estratégicos. Ele foi o único, por exemplo, a adotar o emprego do discurso da dissimulação. Talvez, por liderar as pesquisas de intenção de voto, o confronto excessivo não fosse a principal estratégia. Atacar, mas não se mostrar desequilibrado pela acusação do oponente pode-se dizer ter sido também uma estratégia de construção de *ethos* de equilibrado, de calmo, imagem ideal valorizada na sociedade.

4 CONCLUSÃO

Neste trabalho nos dedicamos ao estudo das estratégias discursivas mobilizadas pelos candidatos ao cargo de prefeito da Cidade do Rio de Janeiro. O debate político foi promovido pela TV Globo em setembro de 2016, às vésperas das eleições.

A partir da observação e análise dos dados, pudemos delinear um quadro que desvela um pouco do jogo de intencionalidades subjacentes à superfície do debate tal como é visto pelo grande público.

Os dados nos levaram à identificação de uma estratégia ainda não descrita por Charaudeau: *o discurso do conagração*, de importância fundamental para a compreensão da dinâmica deste e de outros debates. Este discurso esteve articulado a outro, o da promessa. São as ligações íntimas entre esses dois um ponto importante de nossas reflexões.

Alguns políticos, em tese competidores, articularam-se na preparação de uma zona ausente de ataques, propícia à defesa de si e do seu programa de governo. O discurso do conagração (discurso do acordo, da combinação, da camaradagem) foi operacionalizado por meio de perguntas direcionadas estrategicamente a um candidato que possuía propostas de governo semelhantes. Ainda, as falas apoiavam-se mutuamente por indicadores como, “concordo”, “você tem razão” num acordo em que cada um dispunha de espaço para elaboração do seu *ethos* de credibilidade, uma vez que naqueles minutos interrompiam-se as tensões naturais da situação de comunicação do debate político.

Longe de dizer que não adotaram a estratégia do conagração, à exceção de Pedro Paulo, já fragilizado política e moralmente (portanto, diga-se no campo político, alguém de quem se dissociar), as tensões de fato aguardadas ficaram a cargo, principalmente, daqueles que lideravam as intenções de voto: Marcello Crivella, Marcelo Freixo e Pedro Paulo. Este último, representando a legenda no poder (PMDB), era, dessa forma, alvo “natural” dos demais candidatos, para os quais também a elaboração da imagem de si passava pela descrédibilização da imagem do outro, procedimento tradicional no discurso político. Isto levou esses três candidatos a protagonizarem momentos de tensão em que necessitavam do discurso da justificação como recurso de sua defesa ou da dissimulação, no caso de Crivella. Já que este era líder nas pesquisas, ignorar a fala do adversário (dissimulação) era estrategicamente conveniente, sobretudo se as acusações consistissem em hipóteses fortes.

Os discursos da justificação, da promessa, da dissimulação e do congoçamento engendraram, de modo central, a elaboração de uma imagem de homem e político confiável, digno de fé. Por fim, o tão almejado *ethos* de credibilidade política, em situações conflituosas como a do debate político, é sempre instável, devendo o político gerenciar a sua fala e a do outro sobre si. Nesse sentido, as estratégias exerceram bem seu papel.

REFERÊNCIAS

- AMOSSY, R. O *ethos* na intersecção das disciplinas: retórica, pragmática, sociologia dos campos. In: _____ (Org.). *Imagens de si no discurso: a construção do ethos*. São Paulo: Contexto, 2005.
- ARISTÓTELES. *Retórica*. 2. ed. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2005.
- CHARAUDEAU, P. Identité sociale et identité discursive, le fondement de la compétence communicationnelle. *Gragoatá*, Niterói, n. 21, p. 339-354, jul./dez. 2006a.
- _____. O discurso político. In: EMEDIATO, W; MACHADO, I.L; MENEZES, W (Orgs.). *Análise do discurso: gêneros, comunicação e sociedade*. Programa de Pós-graduação em Estudos linguísticos. Faculdade de Letras da UFMG, 2006b.
- _____. *Linguagem e discurso: modos de organização*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2010.
- _____. *Discurso Político*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2011.
- _____. *A conquista da opinião pública: como o discurso manipula as escolhas políticas*. São Paulo: Contexto, 2016.
- CHARAUDEAU P; MAINGUENEAU, D. *Dicionário de Análise do discurso*. São Paulo: Contexto, 2004.
- EGGS, E. *Ethos* aristotélico, convicção e pragmática moderna. In: AMOSSY, R. *Imagens de si no discurso: a construção do ethos*. São Paulo, Contexto, 2005.
- MAINGUENEAU, D. *Análise de textos de comunicação*. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- _____. *Ethos*, cenografia, incorporação. In: AMOSSY, R. *Imagens de si no discurso: a construção do ethos*. São Paulo, Contexto, 2005.
- PERELMAN, C.; OLBRECHTS-TYTECA, L. *Tratado da argumentação: A nova retórica*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

Recebido em: 30/04/17. Aprovado em: 11/10/17.

Title: *Discursive strategies for an ethos of credibility in political debate*

Author: *Wagner Alexandre dos Santos Costa*

Abstract: *The political scene depends on a relation between social identity and discursive identity. In diverse situations of his/her activity, the politician must build an ethos of credibility, since he/she is always involved in a discursive struggle. In this article, we make a qualitative analysis of the construction of the favorable image of itself through discursive strategies – such as justification, dissimulation and promise - in the televised political debate of the 2016 elections to the position of Mayor of the City of Rio de Janeiro. The confirmed hypothesis is that leading politicians in opinion polls need to articulate these strategies more intensively, especially that of justification. In addition, the data led to the identification of another discursive strategy (ingratiation), and the analysis to the conclusion that the candidates construct spaces of agreement only apprehensible by a close observation. The theoretical contribution of the study is the Semiolinguistic Theory by Charaudeau (2006a, 2006b, 2010, 2011 and 2016).*

Keywords: *Political speech. Discursive ethos. TV debate.*

Título: Estratégias discursivas para un ethos de credibilidade en el debate político

Autor: Wagner Alexandre dos Santos Costa

Resumen: La escena política depende de la relación entre la identidad social y la identidad discursiva. En varias situaciones de su actividad, el político debe construir un ethos de credibilidad, ya que está siempre involucrado en una lucha discursiva. En este artículo se hace un análisis cualitativo de la construcción de la imagen favorable de sí por medio de estrategias discursivas – como justificación, disimulación y promesa – en debate político televisivo de las elecciones de 2016 al cargo de Alcalde de la Ciudad de Río de Janeiro. La hipótesis confirmada es que los políticos líderes en las encuestas de opinión necesitaban articular más intensamente esas estrategias, sobre todo la de la justificación. Además, los datos llevaron a la identificación de otra estrategia discursiva (congración), y el análisis a la conclusión de que los candidatos construyen espacios de acuerdo sólo aprehensibles por una observación atenta. El aporte teórico del estudio es la Teoría Semiolingüística de Charaudeau (2006a, 2006b, 2010, 2011 y 2016).

Palabras clave: Discurso político. Ethos discursivo. Debate televisivo.



Este texto está licenciado com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1982-4017-180105-5617>

A DISCURSIVIDADE DA MÍDIA NA CONSTRUÇÃO DE SENTIDOS PARA O SUJEITO-PROFESSOR

Joelma Aparecida Bressanin*

Universidade do Estado de Mato Grosso
Faculdade de Educação e Linguagem
Cáceres, MT, Brasil

Resumo: O objetivo deste estudo é compreender a discursividade da mídia referente ao fazer pedagógico na utilização das tecnologias na sala de aula produzida por uma revista de Educação. Por meio do dispositivo teórico da Análise de Discurso francesa, fundado por Pêcheux na França, e desenvolvido por Orlandi e outros pesquisadores no Brasil, o material tomado como análise é uma matéria de capa da revista Nova Escola, que traz o tema Tecnologia: o que levar para a aula? O texto analisa o modo como as propostas referentes ao uso da tecnologia produzem sentidos para o leitor e vão configurar certo imaginário sobre o sujeito-professor no espaço escolar.

Palavras-chave: Linguagem. Tecnologia. Efeitos de evidência.

1 PALAVRAS INICIAIS

Neste artigo, propomos uma reflexão sobre o funcionamento discursivo da mídia, por meio de uma revista de Educação, a revista Nova Escola, no que diz respeito ao modo como ela faz circular o conhecimento produzido ao nível da informação, conforme Orlandi (2001), sustentado por certo imaginário de educação e de sujeito-leitor, no caso os profissionais da educação, que precisam ser orientados, capacitados, preparados para superar o dito fracasso escolar que, a nosso ver, se constitui historicamente.

O que temos observado é que, assim como outras revistas de caráter informacional e instrucional, a referida revista também assume a incumbência de encontrar soluções para os problemas educacionais da sociedade contemporânea. Ou seja, a revista Nova Escola, idealizada pelo seu fundador Victor Civita, apresenta como sua “missão” auxiliar na melhoria da Educação Básica. Na contracapa da edição impressa que recortamos para análise, encontramos informações sobre a Fundação Victor Civita, sobre a editora Abril e a criação da revista Nova Escola, em 1986. Apresentam-na como “uma entidade sem fins lucrativos que tem como missão a melhoria da qualidade da Educação Básica, produzindo conteúdo que auxilie na capacitação e valorização de professores e gestores e influencie políticas públicas”. (NOVA ESCOLA, 2015, p. 4).

Observamos que a educação e os sujeitos são discursivizados a partir de uma projeção imaginária calcada na ineficiência e na incapacidade de superação do *déficit*

* Doutora em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP. Professora e Vice-coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT – Campus de Cáceres/MT. E-mail: joelmaab@hotmail.com

escolar. Na administração dos sentidos, esse funcionamento produz efeitos de evidência e de consenso, significando o sistema educacional como ultrapassado, desatualizado e os profissionais como despreparados. Desse modo, a revista Nova Escola quando apresenta como sua a “missão” de melhorar a qualidade da Educação Básica, toma a escola como um espaço de intervenção e passa a mobilizar discursos sobre a necessidade de “novas” práticas de ensino. A palavra “missão” é muito empregada no campo empresarial, mas também carrega um sentido religioso, missionário, e, no que tange à idealização da Fundação Victor Civita, remete-nos ainda a sentidos parafrásticos de benevolência, humanitarismo, assistencialismo, patriotismo, etc.

Nessa direção, a discursividade produz um efeito de divulgação e de suprimento de instrumentos pedagógicos. Para Pfeiffer (2003, p. 31), a mídia, ao ocupar o lugar da própria escola, “é marcada pela evidência de preencher uma falta: a dificuldade da escola de cumprir sua função de ensinar”. Em outras palavras, a revista reforça e faz circular sentidos já estabilizados a respeito da falta de professores bem formados, bem preparados, competentes, capacitados, etc. De acordo com Pfeiffer (2000), no processo de escolarização, os sentidos da falta (que é constitutiva e está sempre presente) reatualiza por diferentes modos certos sentidos. O sentido da falta, nesse caso, refere à falta de inovação por parte dos professores e que precisa ser preenchida de algum modo.

É sob essa perspectiva que propomos compreender o modo como a revista Nova Escola apresenta e divulga a inserção das tecnologias digitais, produzindo sentidos para o leitor, que conformam um certo imaginário sobre o sujeito-professor no espaço escolar.

2 O JOGO DE IMAGENS E O TRABALHO DA MEMÓRIA

A matéria de capa da revista Nova Escola, do mês de março de 2015, trouxe o seguinte tema: a utilização das novas tecnologias na sala de aula. A reportagem chama-nos a atenção, pois nos fez pensar nos sentidos que a articulação entre tecnologia e ensino produz, ou seja, nos processos de significação dos instrumentos tecnológicos tomados como objetos pedagógicos que direcionam o sujeito-leitor ao sentido unívoco de que a partir de um modo singular de apropriação desses recursos para o uso no espaço escolar, a aprendizagem irá se realizar de modo mais eficaz.

Propomos analisar as propostas referentes ao uso da tecnologia na sala de aula, observando o modo como a revista Nova Escola fornece as informações sobre os treze recursos digitais que apresenta no “guia para escolher bem”, “esquadrinhados” por especialistas, ou seja, sustentado pela voz da ciência e por argumentos de autoridades que orientam como o professor deve fazer para utilizá-los na sala de aula.

Nessa direção, duas questões são fundamentais. A primeira é sobre o modo de inserção de novas tecnologias no espaço escolar, a partir da discursividade da revista. E, a segunda diz respeito ao modo de produção e/ou divulgação do conhecimento nas revistas da Educação no Brasil.

Figura 1 – Revista Nova Escola, ano 30, nº 280, mar. 2015



Fonte: www.revistaescola.abril.com.br

Na figura 1, notamos que revista Nova Escola trabalha na matéria de capa a articulação da linguagem visual à linguagem verbal na produção de sentidos. Observamos na imagem, que se repete na reportagem ocupando toda a página 23, que vários ícones de aplicativos eletrônicos (*word, excel, powerpoint*), recursos das mídias sociais (*facebook, skype, twitter, whatsapp*) e outros aplicativos como *google* e *youtube*, estão dispostos sob uma mão levemente estendida. Esses ícones são apresentados em forma de caixas que parecem flutuar dentro de uma esfera, sugerindo o movimento e formando um círculo que toma o contorno de um globo, realçada pela claridade ao fundo, como se fosse uma bola, sendo conduzida por uma mão.

A imagem atualiza a memória das mudanças e da inovação que as tecnologias têm trazido à sociedade, reforçando o imaginário de que “o conhecimento está mais acessível”, de que tudo está disponível e que “as tecnologias estão ao alcance de nossas mãos”. A naturalização dos sentidos.

Embora a mão que aparece na imagem tenha sido recortada do seu corpo, identificamos que se trata de uma mão feminina, pelos traços físicos e pelas unhas esmaltadas. Nesse caso, indagamos: seria a mão de uma professora, sugerindo a delicadeza e o cuidado de quem conduz a situação de aprendizagem? Ou seria a mão de um dos especialistas em tecnologia da Educação que mostra ao professor o que ele precisa saber?

Na primeira situação, compreende-se que tais recursos podem ser levados para a aula pela professora (e porque não pelo professor?) sem muitas dificuldades, como é caso das experiências relatadas por três professores que acompanham a reportagem como forma de “ilustrar como se apropriar das ferramentas para transformar a prática pedagógica”. (NOVA ESCOLA, 2015, p. 22). Na segunda possibilidade, a mão representaria a Ciência, os especialistas em tecnologia (ou também de um jornalista que apresenta um discurso “sobre”), que analisam o potencial didático dos recursos digitais e

apresentam as orientações sobre quando e como levá-los para a sala de aula, apresentadas no “guia para escolher bem” que a reportagem apresenta no título da matéria, disposto ao lado esquerdo da referida imagem. Cabe destacar que é recorrente a proposta de um guia nas matérias produzidas pela revista, adestrando o olhar para a busca de informações que apresenta em formato de “manual de instrução”.

O jogo de imagens articulado à linguagem verbal produz diferentes relações de sentidos e reafirma o caráter de incompletude das linguagens. Observamos caixinhas flutuando como se estivessem em movimento, que remete à memória do lúdico, no ato de estender a mão para um arremesso de dados em um jogo ou, simplesmente, na realização de uma “mágica” para resolver os problemas do ensino. O discurso retoma um dizer que ressoa de modo absolutamente transparente, direcionando os sentidos para o bem fazer pedagógico. O discurso sobre lúdico, sugerindo aquilo que motiva, que diverte, que encanta, que pode ser diferente, criativo e, portanto, inovador.

Segundo Orlandi (1995), a significação é um movimento, um trabalho na história e as diferentes linguagens com suas diferentes matérias significantes são partes constitutivas dessa história. Na mídia, o não-verbal se articula à linguagem verbal para produzir o efeito da transparência, da visibilidade, do estável. Como se os sentidos estivessem desde sempre lá, evidentes.

3 A DISCURSIVIDADE DA MÍDIA

Nos enunciados verbais que aparecem na chamada principal da capa da revista, encontramos uma advertência no que se refere ao uso adequado desses aplicativos. Pois, o enunciado título: “TECNOLOGIA: o que levar para a aula” também nos faz pensar no não-dito, no que não levar ou no que não “deveria” levar. E o enunciado que o acompanha “Avaliamos o potencial pedagógico de 13 recursos digitais”, de modo mais explícito, restringe o número de recursos - tudo não pode ser levado para a aula. Ressoa a memória das vantagens e das desvantagens desses recursos que podem ser exploradas no espaço escolar, como questões em torno da polêmica da proibição do uso dos celulares na sala de aula em algumas cidades brasileiras, versus o projeto “Escola com Celular”.

Na reportagem, notamos a reiteração de sentidos que vão direcionar, ou melhor, disciplinar o trabalho do professor, conforme já observamos, pois traz em destaque o enunciado: “Um guia para escolher bem” e logo abaixo: “Analisamos o potencial didático de 13 recursos digitais. Saiba quando e como levá-los à sala de aula”. (NOVA ESCOLA, 2015, p. 22). Indagamos: Quem enuncia? Quem analisa?

No funcionamento do discurso, textualizado nessa revista, podemos observar que há a presença de enunciadores que falam de uma dada posição-sujeito, inseridos numa formação discursiva da Ciência, a posição-sujeito jornalista que cita o dizer do especialista, autorizado a dizer sobre como utilizar as tecnologias na Educação. O que implica pensar na divisão dos sujeitos e dos sentidos. (PÊCHEUX, 2009). Daí a produção das políticas científicas e educacionais e a atribuição de responsabilidades configuradas nas e pelas relações de poder. Quem produz conhecimento? Quem executa tarefas? Vale dizer, “o sentido não existe em si, mas é determinado pelas posições ideológicas colocadas em jogo no processo sócio-histórico em que as palavras são produzidas”. (ORLANDI, 2007a).

Recortamos alguns trechos da matéria para nossa análise:

As próximas páginas trazem sugestões de uso em sala dos 13 mais populares recursos digitais do dia a dia, esquadrinhados por 17 especialistas em tecnologia da Educação e nas mais variadas disciplinas (*veja a lista completa de fontes na página 31*). (NOVA ESCOLA, 2015, p. 22)

A revista apresenta argumentos de autoridade, trazendo para seu discurso a voz de especialistas em tecnologia da Educação. A voz da ciência que fala pelo/no especialista, autorizado/legitimado a dizer *sobre*, como podemos observar em boa parte da matéria:

(01) ‘Ela deve contribuir para um estudante ativo, criativo e que trabalhe em equipe’, avalia M. V., especialista em Informática na Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS);

(02) ‘A tecnologia não substitui o professor. Ela o coloca em outro patamar. Ele tem que ser mais reflexivo e consciente dos processos de pesquisa e investigação para ensinar’, afirma P. D., diretora de desenvolvimento educacional da Comunidade Educativa Cedac;

(03) Por essa razão, vale seguir a recomendação da especialista argentina D. L. no artigo *La Incorporación de las TIC en el Aula*.

O dizer dos especialistas atua na produção do efeito de verdade daquilo que se divulga a respeito da tecnologia e na evidência de seu acesso a todos. Nessas condições, apagam-se as contradições existentes. Como se todas as escolas dispusessem de recursos tecnológicos. Como se os sentidos fossem únicos e cristalizados. Nesse aspecto, concordamos com Silva e Pfeiffer (2014, p. 105) quando afirmam que “a divulgação científica funciona, entre outras instâncias, por uma articulação entre o pedagógico, o científico, o linguístico, apagando, quase sempre, a espessura política daquilo que se ensina e divulga”. Em outras palavras, a revista Nova Escola não abre espaço para o debate ou uma interlocução sobre a multiplicidade de saberes que podem ser trabalhados.

De acordo com Gallo (2011), o trabalho de divulgação científica e cultural estabelece duas posições discursivas distintas entre divulgar ciência e fazer jornalismo, pois cada uma delas incorpora o gesto de mediar o conhecimento. Para a autora, o discurso científico passa a “informação” que devemos saber. “Não se trata, portanto, de uma troca de conhecimento entre sujeitos, de uma interlocução, mas sim de um dizer unilateral da parte do jornalista, que cita o dizer do cientista, corroborando com isso seu próprio dizer.” (2011, p. 667).

Sob o ponto de vista discursivo, a produção de sentidos “ligados às palavras” é um efeito ideológico e a língua é o lugar em que se pode observar o funcionamento discursivo, a constituição dos sentidos que se dá na relação entre linguagem e ideologia. Segundo Orlandi (2007a, p. 45), “o sujeito se constitui por uma interpelação – que se dá ideologicamente pela sua inscrição em uma formação discursiva”. Por formação discursiva, entendemos ser aquilo que, em uma formação ideológica dada, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, “determina o que pode e deve ser dito” (PÊCHEUX, 2009, p. 147). E a ideologia representa o efeito de completude e de evidência dos sentidos, sustentado na sua institucionalização, na sua inscrição na memória discursiva.

Nessa direção, a revista Nova Escola se utiliza também de outra estratégia bastante peculiar em revistas de Educação, que são os relatos de experiências de outros profissionais, um modo de se obter maior credibilidade do sujeito-leitor, nas palavras do jornalista, uma forma de “ilustrar” o gesto de apropriação das ferramentas para “transformar a prática pedagógica”. Vejamos sua formulação:

Para completar, três professores – uma delas a própria Sayonara, citada no começo desta reportagem – ilustram como se apropriar das ferramentas para transformar a prática pedagógica. A reflexão e o planejamento deles é o componente humano de que a tecnologia necessita para cumprir a promessa de ajudar no aprendizado. (NOVA ESCOLA, 2015, p. 22)

Chama-nos a atenção o modo como se aborda a relação entre o professor e a tecnologia. O professor é referido como objeto a serviço da tecnologia e não o inverso, como se observa no enunciado: “A reflexão e o planejamento deles é o componente humano de que a tecnologia necessita para cumprir a promessa de ajudar no aprendizado” (ibid., p. 22). Apaga-se o lugar político do professor como sujeito que produz conhecimento (PFEIFFER, 2003) e ele continua a ser um objeto na relação de trabalho (BRESSANIN, 2012).

Cabe ressaltar que as imagens dos sujeitos e dos objetos simbólicos são constitutivas de posições discursivas produzidas em determinados contextos sócio-históricos. O sujeito enuncia da posição de jornalista, relatando que a matéria também irá apresentar o discurso de professores. No entanto, o que se apresenta é uma narrativa curta, em que o dizer dos professores apenas permeia a descrição que o jornalista faz da prática relatada por eles. Não se abre espaço aos professores e muito menos aos alunos para que digam sobre a prática pedagógica desenvolvida. Ambos são apenas citados no discurso formulado pelo jornalista, como se pode observar em alguns trechos dos relatos das experiências:

Relato 1 – Atividade de História desenvolvida com o 7º ano usando a ferramenta Google:

O debate deu resultado. [...] Faltava cruzar as fontes de pesquisa e tentar produzir uma síntese com as próprias palavras. “Tive que desenvolver algumas produções. Expliquei para o aluno que o texto entregue estava restrito à pesquisa. Deixei claro que ele ainda precisava escrever o que tinha entendido daquelas informações”, conta. (NOVA ESCOLA, 2015, p. 24).

Relato 2 – Atividade de Língua Portuguesa desenvolvida com o 4º ano usando a ferramenta Word:

A meninada aprendeu a inserir comentários e a responder aos deixados pela professora. [...] “Com base nas minhas sugestões, os alunos já realizavam as mudanças, utilizando a opção de marcas de revisão evidentes.” (NOVA ESCOLA, 2015, p. 26).

Relato 3 – Atividade de Matemática desenvolvida com o 8º ano usando a ferramenta Geogebra:

Então, usando um roteiro formulado pela professora, a turma desenhou no Geogebra circunferências de tamanhos variados. Dessa vez, o valor da relação era sempre PI, tanto nas figuras maiores como nas menores. “Além de gostar da ferramenta, eles testam a regularidade e descobrem que ela é concreta”, conclui a professora. (NOVA ESCOLA, 2015, p. 28).

Nos três relatos, notamos que o sujeito-jornalista, inscrito numa formação discursiva relativa a uma formação ideológica que toma a tecnologia como uma ferramenta de inovação da prática escolar, descreve as experiências dos professores com seus alunos do seu modo, com sua habilidade de redigir e mostrar o que considera ser pertinente destacar em conformidade com a “missão” da revista: “ajudar a melhorar a Educação Básica”. (NOVA ESCOLA, 2015, p. 4).

Os alunos poderiam dizer, mas não dizem, são mencionados. Simula dar voz ao professor, porém, o seu dizer fica restrito ao espaço do discurso direto citado, configurando uma mera “encenação” na textualidade da matéria jornalística.

Assim, os efeitos de sentidos produzidos vão na direção de orientar os professores a executarem atividades em sala de aula com os recursos digitais mencionados, estabelecendo o que eles “precisam” saber, como “devem” fazer e os “cuidados” ao utilizá-los, tal como prescrevem na apresentação dos treze recursos digitais.

Recortamos também o primeiro e o último dos recursos indicados para análise:

1. Google

Potencial de uso em aula Alto

O que trouxe de novo google.com já virou sinônimo de pesquisa na internet. O acesso fácil e a grande oferta de informações alteram a função do professor. Ele deve, entre outras coisas, ajudar os alunos a construir uma atitude crítica em relação à avalanche de conteúdos disponíveis na rede. No artigo *La Metamorfosis Digital: Cambios, Ventajas e Riesgos de Leer y Escribir em La Red*, o pesquisador espanhol Daniel Cassany faz a analogia entre pesquisar na internet e conversar com um desconhecido na rua: para termos certeza de que não estamos sendo enganados, é preciso que tomemos algumas precauções. Tudo o que está na internet é verdade? Existem páginas mais confiáveis que outras? Quais são os critérios para encontrar uma boa fonte de pesquisa? O primeiro resultado de busca é sempre o mais relevante?

O que você precisa saber É aconselhável ter domínio razoável da ferramenta para instruir alunos e refinar suas pesquisas com a definição de palavras-chave e a utilização de diferentes sistemas gráficos. As aspas, que restringem os resultados, são fundamentais (veja outras estratégias em *abr.ai/dicasgoogle*). Ainda mais importante é instruir a garotada a reconhecer e a utilizar fontes confiáveis – nas quais seja possível identificar a autoria dos textos e diferenciar fatos de opiniões –, comparar informações de diferentes fontes e, ao incorporar dados aos textos, discutir questões como citação, cópia e plágio.

Cuidados ao usar A pesquisa é uma importante etapa de uma sequência ou projeto didático, mas não pode ser um fim em si mesma. Ela é apenas um ponto de partida, um recurso para alunos se apropriarem de informações que deverão ser articuladas com saberes prévios e informações provenientes de fontes offline.

Ferramentas similares Bing (bing.com) e Yahoo! (br.yahoo.com). (grifos do autor). (NOVA ESCOLA, 2015, p. 24).

13. Skype

Potencial de uso em aula Médio

O que trouxe de novo As chamadas em vídeo são úteis no estudo de Língua Estrangeira. Uma possibilidade do skype.com em todas as disciplinas são as videoconferências com especialistas das diferentes áreas. É possível ainda propor sua utilização para trabalhar o gênero entrevista.

O que você precisa saber Para que a videoconferência funcione, é conveniente preparar uma pauta com os temas da conversa divididos em tópicos para garantir que as trocas entre os alunos atendam aos objetivos pedagógicos.

Cuidados ao usar O aluno deve ser o protagonista das conversas a distância. Uma chamada em que só o professor fala fará com que a turma perca o interesse. A grande potência da ferramenta é permitir ao aluno desenvolver a oralidade.

Ferramenta similar Google Hangouts (google.com/hangouts). (grifos do autor). (NOVA ESCOLA, 2015, p. 29).

Chama-nos a atenção também o modo de apresentação da matéria. Os treze recursos são dispostos nesse formato padrão que nos remete à estrutura de um manual instrucional, isto é, um passo a passo a ser seguido. Inicialmente, descrevem-se as informações sobre o recurso, seguidas de orientações sobre “o que” o professor “precisa” saber, os “cuidados” que deve ter e, por fim, menciona outras ferramentas similares. A nosso ver, propõe muito mais um esquema de técnicas de como o professor pode proceder para fazer uso de cada ferramenta do que uma reflexão sobre o sentido dessa prática e/ou possíveis mudanças decorrentes dela, desconsiderando as especificidades de cada instituição e suas condições de acesso a tais recursos.

Observamos ainda no enunciado que sugere o trabalho com o Skype que a ferramenta se torna o objeto/conteúdo de ensino: “É possível ainda propor sua utilização para trabalhar o gênero entrevista”. (NOVA ESCOLA, 2015, p. 29). Entendemos que a sugestão é que o professor trabalhe com entrevista para poder fazer uso da ferramenta e não o contrário, ou seja, numa dada situação de ensino, em que a entrevista fosse pertinente ser realizada o recurso poderia vir a ser uma opção. Nesse sentido, as mídias apagam a possibilidade de pensar as instituições de ensino como mecanismos das relações de poder que funcionam pelo controle e administração das “coisas-a-saber” (conhecimentos a gerir e a transmitir socialmente)”, de que nos fala Pêcheux (2008, p. 34).

O trabalho da ideologia coloca as mídias digitais como “objetos” disponíveis a todos, imprescindíveis para a eficácia do ensino, com sua dimensão “mágica” para solucionar os problemas encontrados na sala de aula.

Nessa direção, há uma pedagogização das mídias e do seu uso pela escola, que se dá pela filiação dos sentidos a uma memória do ensino legitimado pela disciplinarização de saberes, pela adaptação ao espaço escolar e pela ênfase aos procedimentos metodológicos. São os gestos de interpretação que administram os sentidos. Acerca dessa questão, Orlandi (2007b, p. 147) nos lembra:

há dois acontecimentos de linguagem fundamentais contemporaneamente: a) o fato da mídia, que impõe sua forma de gerenciamento dos gestos de interpretação (pelo modo como circula, pelo seu ritmo, sua natureza, etc.) e b) a informatização, que pratica uma certa forma de linguagem.

Esse modo de funcionamento discursivo próprio da mídia restringe o sentido de tecnologia e reduz a prática pedagógica a um saber-fazer. Em outras palavras, direciona o trabalho com a língua, fornecendo informações sobre o que se pode/deve fazer, como fazer sem inferir discussões sobre o porquê e para que fazê-las. Esvazia-se, nessa prática, o sentido dessas novas tecnologias de linguagem ao tratá-las do ponto de vista pragmático e técnico. Apagam-se os efeitos do funcionamento de linguagem que nelas se dão.

Cabe-nos, então, repensar fortemente os sentidos das políticas de divulgação científicas e educacionais de modo que a sua prática seja “elemento de motivação real de um desenvolvimento mais consequente do campo do saber e não caia na armadilha do esvaziamento teórico pela vertigem de um tecnológico que vale por si e vive por si”. (GUIMARÃES, 2003, p. 199). Tomar as novas tecnologias como um instrumento utilitário reduz o trabalho com o conhecimento ao nível da informação e da pedagogização dos espaços das mídias sociais.

Nesse aspecto, concordamos com Dias (2013), que a relação entre linguagem e tecnologia é não direta, referencial; ademais, o uso das novas mídias tomadas como meros instrumentos, no sentido pragmático, como ferramenta aplicada à educação, podem reduzir o trabalho de produção de conhecimento ao nível do utilitário. Por conseguinte, consideramos a linguagem na relação com a tecnologia, numa abordagem discursiva, enquanto uma relação de sentidos possíveis, que venha romper com as evidências produzidas na sociedade contemporânea.

Em seus estudos sobre a compreensão da discursividade da Educação na sua relação com as mídias e o sujeito, Dias (2014) entende que o processo histórico de identificação do sujeito a uma formação discursiva, a uma região de sentidos se dá por meio da evidência do sentido. A evidência do discurso de que uma prática de ensino sem as mídias contemporâneas, ligadas ao computador e à internet, torna-se obsoleta, portanto, é necessário que haja mudança. Todavia, a autora assevera que:

Os projetos educacionais que levam em conta as mídias digitais, em geral cumprem seus objetivos, como é o caso da Plataforma Escola Digital, porém, em sua quase totalidade, eles não apresentam em sua base constitutiva, uma proposta de reflexão a propósito da instituição a partir dessas mídias. (DIAS, 2014, p. 50)

Refletir, na perspectiva discursiva, tem sentido de desnaturalizar o já-estabilizado, questionando o que o digital muda na Escola. Ou seja, desnaturalizar a própria prática de dar aulas para sujeitos que se constituem numa sociedade em rede, conectada a dispositivos móveis. Isso não significa mudar o modo de dar aula usando recursos digitais, a ilusão do diferente, mas de explorar sua variedade e de compreender que há uma mudança significativa no espaço dizível escolar.

Como isso se coloca para o sujeito-professor? Como a partir das mídias contemporâneas o sujeito se filia à memória discursiva de ensino? A revista Nova Escola inscreve seu dizer em um imaginário de que o problema do professor é metodológico e põe em circulação um discurso que vai na direção de que se o professor utilizar as novas tecnologias na realização de atividades, poderá inovar sua prática, sanar as deficiências do ensino e superar o fracasso escolar. Um dizer que é sempre atravessado pelo já dito, pelo discurso da obsolescência da escola.

Esse funcionamento discursivo é produzido quando a revista Nova Escola apresenta o “guia” pedagógico para se “escolher bem”. Ao ocupar o lugar da divulgação da Ciência, a mídia tenta legitimar como sua a “missão” de ensinar, trazendo à tona as representações de professor, aluno, escola e conhecimento. A imagem e os enunciados analisados atualizam e representam o imaginário social de um sujeito-professor inserido numa prática educativa pautada no uso das tecnologias como instrumentos pedagógicos imprescindíveis e disponíveis a todos.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Temos considerado as tecnologias de linguagem e as “novas” mídias na sua relação com o ensino fora dos moldes disciplinarizantes, homogeneizantes e essa prática não se realiza sem enfrentamento, trabalho e reflexão.

Em nossa análise, observamos que a discursividade da mídia se constrói a partir de uma projeção imaginária de que o professor falha por não estar preparado para utilizar a tecnologia e inovar sua prática; cabendo a ele adequar-se a nova demanda, aprender como se faz e se pautar nas orientações de especialistas que discutem a relevância dos recursos tecnológicos para a aprendizagem. Sentidos estes que colocam o professor em uma corrida para preencher a falta de renovação e executar práticas pedagógicas que já vêm prontas, pautadas em modelos já estabelecidos.

Entendemos, pois, que é preciso compreender os efeitos de evidência na circulação dos sentidos que a mídia produz sobre o sistema educacional e os profissionais que nele atuam. É na individuação do sujeito que incide o modo como as instituições (mídia, escola, igreja) e seus discursos o produzem enquanto tal, estabelecendo as condições para seu processo de identificação com um ou outro sentido, uma ou outra posição-sujeito na sociedade e na história (ORLANDI, 2001). A nosso ver, são postas em confronto duas discursividades: uma que coloca o sujeito-professor na posição de quem sempre pode aprender e outra que o coloca na posição da incapacidade, da falta, da culpa, da responsabilidade.

No caso da matéria de capa analisada, essa última discursividade se sobrepõe à primeira, pois a revista Nova Escola inscreve o sujeito-professor como responsável por uma nova conduta profissional, induzindo o seu fazer e ser por meio da produção de uma subjetividade administrada/controlada pela revista. Há uma associação de informação a verdade, de instrumento a conteúdo e de tecnologia a inovação. Compreende-se por tecnologia somente o que é proveniente do eletrônico, “novo”, “moderno”. Silencia as relações de força e os mecanismos de regulação presentes em todo dizer e, por meio de retomadas do discurso de especialistas em tecnologias, produz efeitos de verdades, operando a interdição de outros dizeres e sentidos.

REFERÊNCIAS

- BRESSANIN, J. A. *Políticas de formação continuada de professores em Mato Grosso: uma análise discursiva do Programa Gestar*. 2012, 151f. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto dos Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2012.
- DIAS, C. O Sujeito e as mídias: a discursividade da educação. In: SILVA, A. P. de P.; SANTOS, L. I. S.; STRAUB, S. L. W. (Org.). *Educação e tecnologias digitais da informação e comunicação: discursos, práticas, análises e desafios*. Cáceres-MT: UNEMAT Editora, 2014. p. 45-56.
- _____. Linguagem e tecnologia: uma relação de sentidos. In: PRETI, V. _____. (Org.). *Análise do discurso em perspectiva: teoria, método e análise*. Santa Maria: Editora da UFMS, 2013, p. 49-62.
- GALLO, S. L. Contradições na divulgação de conhecimento científico e cultural. *Linguagem em (Dis)curso*, Tubarão, SC, v. 11, n. 3, p. 665-688, set./dez. 2011.
- GUIMARÃES, E. (Org.) *Produção e circulação do conhecimento: política, ciência, divulgação*. Campinas/SP: Pontes Editores, 2003.

- MASSOCO, B. Tecnologia: um guia para escolher bem. *Revista Nova Escola*, São Paulo/SP, março de 2015. Capa, p. 22-29.
- NOVA ESCOLA. Ano 30, n. 280, mar. 2015.
- ORLANDI, E. P. (1999). *Análise de Discurso: princípios e procedimentos*. 7. ed. Campinas/SP: Pontes Editores, 2007a.
- _____. (1996). *Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. 5. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2007b.
- _____. *Discurso e Texto: formação e circulação dos sentidos*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2001.
- _____. Efeitos do verbal sobre o não-verbal. *RUA*, Campinas, n. 1, 1995.
- PÊCHEUX, M. (1975). *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Trad. Eni Pulcinelli Orlandi et al. 4. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 37. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.
- _____. (1988). *O discurso: estrutura ou acontecimento*. Trad. Eni Pulcinelli Orlandi. 5. ed. Campinas/SP: Pontes Editores, 2008.
- PFEIFFER, C. C. Educação a distância, mídia e reciclagem. In: GUIMARÃES, E. (Org.) *Produção e circulação do conhecimento: política, ciência, divulgação*. Campinas/SP: Pontes Editores, 2003. p. 31-42.
- _____. *Bem dizer e retórica: um lugar para o sujeito*. 2000, 174 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto dos Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000.
- SILVA, M. V; PFEIFFER, C. C. A pedagogização do espaço urbano. *RUA* [online]. Edição Especial, 2014. Disponível em: <<http://www.labeurb.unicamp.br/rua/>>

Recebido em: 01/05/17. Aprovado em: 12/11/17.

Title: *The discursivity of the media in the construction of meanings for the subject-teacher*

Author: *Joelma Aparecida Bressanin*

Abstract: *The aim of this study is to understand the discursivity of the media regarding to the pedagogical making in the use of the technologies in the classroom produced by an Education magazine. Through the theoretical device of the French Discourse Analysis founded by Pêcheux in France, and developed by Orlandi and other researchers in Brazil, the material took for analysis is a cover story of the magazine Nova Escola that brings the theme Technology: what to take to class? The text analyzes how the proposals regarding the use of technology produce meaning for the reader and will configure a certain imaginary about the subject-teacher in the school space.*

Keywords: *Language. Technology. Evidence effects.*

Título: *La discursividad de los medios de comunicación en la construcción de sentidos para el sujeto-profesor*

Autora: *Joelma Aparecida Bressanin*

Resumen: *El objetivo de este estudio es comprender la discursividad de los medios de comunicación referentes al hacer pedagógico en el uso de las tecnologías en clase, producida por una revista de Educación. Por medio del dispositivo teórico del Análisis del Discurso francesa, fundado por Pêcheux en Francia, y desarrollado por Orlandi y otros investigadores en Brasil, el material tomado como análisis es una materia de portada de la revista Nova Escola, que trae el tema Tecnología: ¿lo qué llevar a clase? El texto analiza el modo cómo las propuestas referentes el uso de la tecnología producen sentidos para el lector y van a configurar cierto imaginario sobre el sujeto-profesor en el espacio de la escuela.*

Palabras clave: *Lenguaje. Tecnología. Efectos de evidencia.*



Este texto está licenciado com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1982-4017-180106-5817>

A TEXTUALIZAÇÃO DE VERBETE ENCICLOPÉDICO EM SISTEMAS WIKI

Rossana Aparecida Finau*

Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Departamento de Linguagem e Comunicação

Curitiba, PR, Brasil

Mateus Lourenço Ribeiro**

***Resumo:** Este artigo visa a analisar a textualização de verbetes de enciclopédias Wiki, a fim de verificar se são resultantes da criação de um novo gênero, uma inovação que gera a emergência de nova espécie – na perspectiva de tipeamentos de Travaglia (2007a, 2007b) – ou se mantêm as características tradicionais dos textos impressos. Para tanto, em uma investigação qualitativa, dois verbetes de enciclopédias da Web são comparados desde sua organização de superestrutura até a macroestrutura, tomando como dado mais específico das regularidades linguísticas a ocorrência de modalizadores em verbetes. A análise parte de um foco mais geral, seguindo a orientação de Araújo (2016) para análise de reelaboração de gêneros em meios digitais, verificando o contexto de formação do gênero. Observa-se que não há diferenças suficientes entre a textualização dos exemplares a ponto de defender o surgimento de um novo gênero de verbete por ser apresentado de modo digital.*

***Palavras-chave:** Tecnologia. Hipertexto. Wiki. Verbetes. Tipeamentos.*

1 INTRODUÇÃO

Desde a popularização da Wikipedia, na primeira década do século XXI, as páginas colaborativas se difundiram amplamente pela internet – não é preciso muito esforço para encontrar enciclopédias dedicadas aos mais variados assuntos. Do Wikitravel, cujo foco recai no auxílio a viajantes, a diversos sites que encapsulam informações sobre franquias intermediárias (Star Wars, Harry Potter, Pokémon etc.), a organização de páginas que se valem do Software Wiki se firmou na cultura digital contemporânea. Outra evidência desse crescimento pode ser representada pela existência de enciclopédias satíricas, como a Desciclopédia, pois seu humor se concretiza a partir de um referencial já conhecido. Em comum, têm gratuidade e edição coletiva pelos usuários, com possíveis intervenções de administradores.

Entre as várias enciclopédias espalhadas pela rede digital, duas chamam a atenção pela discrepância: Conservapedia e RationalWiki. A primeira se define como conservadora e cristã, favorável à constituição de família nos moldes das religiões tradicionais no contexto do cristianismo. Em relação à popularidade da Conservapedia,

* Doutora em Estudos Linguísticos pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Professora da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR). E-mail: rossana@utfpr.edu.br.

** Mestre em Linguagem e Tecnologia pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), 2017. Revisor de texto na empresa Audiotext. Curitiba, PR. E-mail: mribeirete@gmail.com.

são cerca de 42 mil artigos divididos em mais de 500 milhões de visualizações. Por sua vez, a RationalWiki se explica como um projeto que visa à exploração de assuntos científicos, refutando pseudociências e fundamentalismo com base no ceticismo racional. Essa enciclopédia, criada como contraponto à Conservapedia, abriga mais de seis mil artigos, quase todos em inglês – há versões pouco expandidas em russo, francês, espanhol e português. Ambas também se ocupam de análises midiáticas acerca de seus temas.

Do contraste entre esses dois posicionamentos, extrai-se o ponto de partida deste artigo: diante de comunidades discursivas tão diferentes, encontrar o que há em comum entre suas enciclopédias revelará padrões concretos sobre o gênero *verbete enciclopédico* elaborado coletivamente com o uso de sistema Wiki. Esses textos são criação de gêneros novos, inovações do mesmo gênero com a emergência de espécies de verbete ou, simplesmente, o mesmo gênero verbete anterior às plataformas digitais? A ideia de tomar duas enciclopédias com objetivos contrários tem como propósito justamente verificar se a estrutura linguística difere ou não. Afinal, se dois sites radicalmente opostos propõem verbetes sobre os mesmos temas, presume-se que haja considerações reveladoras a respeito tanto da organização das próprias enciclopédias nos sistemas Wiki, quanto sobre os gêneros nelas desenvolvidos. E, justamente, o contraste entre os respectivos conteúdos pode permitir uma análise mais clara dessas estruturas organizacionais. Para o desenvolvimento desse objetivo, faz-se necessário descrever a organização de enciclopédias que se valem do sistema Wiki e detalhar seu contexto de desenvolvimento, bem como buscar, na linguística, o devido referencial para separar o que será tratado como gênero daquilo a ser interpretado como suporte. Assim, as enciclopédias serão comparadas em seu *design* geral – diagramação, funções básicas, página inicial – para, então, a análise de artigos específicos ser executada. Nesse ponto, tendo como foco a estrutura dos verbetes, considerações específicas sobre a linguagem empregada também serão exploradas – por exemplo, o uso de modalizadores. A escolha dos modalizadores como elemento linguístico a ser avaliado nos verbetes se dá pelo fato de essa espécie de gênero ter como função ou objetivo sociocomunicativo original apresentar de modo informativo conceitos estabelecidos em algum paradigma acadêmico-científico, sem transpor tal informação para o nível argumentativo, por exemplo, discutindo polêmicas referentes a categorias teóricas. Esse objetivo, de certo modo, já oferece ao produtor do verbete recursos de textualização afinados para a situação discursiva mais informativa do que argumentativa; então, inversamente, os modalizadores – como recursos linguísticos empregados tanto para entrever posicionamentos sociais defendidos como para relativizar tais posicionamentos – podem dar pistas sobre a possibilidade de a função do gênero passar por alteração. Ou seja, pela análise dos modalizadores, é possível observar se há intervenção na reelaboração interna do verbete, visto que a constituição lexical e gramatical do texto, isto é, o processo de textualização, na perspectiva aqui defendida, é, também, produção e produto de normas sociais de atuação.

2 SOBRE AS ENCICLOPÉDIAS E SEUS VERBETES

Para analisar a organização de verbetes em Wikis, é preciso comentar sobre dicionários e enciclopédias, os suportes – em meios digitais ou analógicos – em que esses

textos ocorrem. O dicionário não será destacado neste trabalho, visto que serão comparados apenas verbetes de Conservapedia e RationalWiki, que são enciclopédias, as quais, de acordo com a Wikipedia, apresentam uma coletânea de textos cujo objetivo principal é descrever o melhor possível o estado atual do conhecimento humano tanto nas ciências como nas artes. Elas podem ter o formato de livro ou de página na internet. Com relação à seleção de conteúdo, podem ser genéricas como a Wikipedia e a Britannica, ou especializadas, com temáticas específicas, como as obras aqui analisadas. Essas coletâneas podem apresentar gêneros textuais diversos, como mapas, tabelas, gráficos, os quais geralmente complementam o verbete, gênero de maior ocorrência. A primeira enciclopédia, *Encyclopédie*, foi idealizada e editada pelo filósofo e escritor francês Denis Diderot (1713-1784), com a colaboração do físico e matemático Jean d’Alembert (1717-1783), mas os 35 volumes foram escritos por um coletivo de autores anônimos que traziam informações para os organizadores da obra e, também, por especialistas nas mais diversas disciplinas, como: Montesquieu, Voltaire, Rousseau, Buffon, Quesnay, Grimm. Ou seja, a enciclopédia é o suporte do gênero verbete. Uma das questões que se pode formular sobre isso é se o formato impresso/analógico ou digital/*on-line* de uma enciclopédia pode alterar a organização linguística dos gêneros que a compõem, por exemplo, no que diz respeito às superestruturas textuais/discursivas. Esse ponto será discutido adiante para a análise de verbete produzido na World Wide Web, em Wikis.

Com relação a descrições específicas sobre o gênero *verbetes enciclopédico*, para além da definição mais geral encontrada em diferentes dicionários, como conjunto de acepções, exemplos e outras informações pertinentes contido numa entrada de enciclopédia, há o trabalho de Dionísio (2005), no qual se propõe que verbete é composto por significados independentes entre si, isto é, os enunciados que formam a explicação de um verbete não têm necessariamente sequencialidade, não formam uma prosa contínua, podendo ser usados em separado. Os verbetes, mesmo os analógicos, conforme a pesquisadora, não têm identificado o seu autor ou autores, pois são escritos pelo conjunto de autores da enciclopédia. Dionísio (2005) lembra que a apresentação dos verbetes tradicionais se dá pela ordem alfabética.

Sobre os verbetes da Wikipedia, mais especificamente, valendo-se da teoria sobre gêneros do discurso de Miller (1994), Lima (2009) os descreve como textos que podem ser acrescentados, removidos ou alterados constantemente pelos colaboradores na construção da enciclopédia, e essa, para a autora, seria uma diferença entre esses verbetes e os tradicionais, pois esses últimos não são revistos em um curto período de tempo, e assim são mais estáticos do que aqueles. Outra diferença apontada pela autora é o fato de os verbetes da Wikipedia não serem apresentados por uma sequência alfabética, numérica ou temporal, pois a busca do leitor se dá por palavras-chave, e o sistema utiliza a estratégia de *scanning* para encontrar o verbete procurado. A pesquisadora também observa a presença de *links* no texto de modo a formar numa rede de informação interconectada.

A questão que se coloca aqui é se essas condições de produção apontadas pela autora e os dois itens diferentes na constituição da superestrutura – o sistema de busca e o emprego de *hiperlinks* – são motivos suficientes para que tenham ocorrido alterações na organização linguística do verbete enciclopédico apresentado em uma Wiki. A fim de investigar essas questões, este trabalho analisará verbetes de duas enciclopédias que,

assim como a Wikipedia, são organizadas por *software* Wiki, ou seja, de modo colaborativo e com recursos de *hiperlink*, mas a partir do ponto de vista teórico desenhado por Travaglia (2007a, 2007b), com a proposta de analisar a formação de gêneros textuais sob o foco de três categorias, os *tipelementos*. Esta tarefa inicia agora.

3 GÊNEROS TEXTUAIS: TRAVAGLIA E ARAÚJO

Nesta investigação, para verificar se a organização linguística do gênero verbete produzido para atender a estrutura Wiki é uma produção nova, a mesma de verbetes de enciclopédias analógicas ou uma subclasse desses, será considerada a caracterização de textos a partir das categorias de tipelementos. Conforme Travaglia (2007a, p. 41), é possível caracterizar textos observando três categorias diferentes, chamando-as de tipelementos, isto é, “classes de categorias de texto de uma dada natureza”, sendo elas o *tipo*, o *gênero* e a *espécie*. Enquanto o *tipo* se refere ao modo de interação, interlocução – por exemplo, dissertativo ou injuntivo, literário e não literário –, a categoria *gênero* desempenha “uma função sociocomunicativa específica” (2007a, p. 41). Por sua vez, a *espécie* se vale dos traços formais da estrutura, da superfície linguística, incluindo a superestrutura, bem como o conteúdo.

Vale ressaltar que a categoria *espécie*, de acordo com Travaglia (2007b), também se relaciona com a forma, a qual orienta a organização textual em termos de superestrutura composicional – como em um artigo científico, cuja forma esquemática culturalmente convencionalizada inclui o preenchimento de estruturas vazadas com conteúdo de Título, Resumo, Abstract etc. Conforme o autor, as superestruturas funcionam como referências para a construção dos textos orais e escritos nas línguas. Tendo em vista particularidade de a categoria *espécie* dizer respeito tanto aos elementos da superfície textual quanto ao conteúdo, neste trabalho propõe-se que nela estão abarcados elementos de super e macroestruturas, seguindo, neste caso, Van Dijk e Kintsch (1983), que descrevem macroestrutura como unidade semântica em que os vários aspectos da significação são materializados por meio de categorias lexicais, sintáticas, semânticas e estruturais. Ou seja, o todo semântico de um texto é dado pela relação entre unidades menores ou subunidades de sentido, então modalizadores, por exemplo, fazem parte do estabelecimento da leitura geral do texto.

É preciso salientar a natureza multifacetada das categorias tipo, gênero e espécie. Para isso, destaca-se a explicação de Travaglia (2007a, p. 41): “A narração é um ‘tipo’, enquanto romance, conto, novela, fábula, parábola, apólogo, mito, lenda, caso, fofoca, notícia, ata, biografia etc. são ‘gêneros’. Tipos e espécies compõem os gêneros: tipelementos que existem e circulam na sociedade.”

Para o autor, o *gênero* pode ser reconhecido por exercer uma função sociocomunicativa específica, isto é, o discurso que existe e circula na sociedade, ao passo que tipos e espécies não ocorrem a não ser quando realizados em um gênero. Para o pesquisador, as *espécies* podem estar vinculadas a *tipos* ou a *gêneros*. Alguns gêneros podem depender de tipos, como o exemplo dado pelo autor com o gênero *tese*, composto pelo tipo dissertativo como dominante, mas que pode apresentar outros, como descrição.

Também há gêneros organizados por vários tipos – desprovidos de um dominante –, como a carta, que não requer nenhum tipo específico. Esse parece ser justamente o caso do verbete enciclopédico de Wiki, pois nele há indicações de uma fusão de características, conforme a análise a ser feita na seção 4 deste artigo.

São relevantes também as considerações de Araújo (2016). Para o autor, que toma os pressupostos de Bakhtin (2011 [1972]), não existem *esfera digital* ou *gêneros digitais*, visto que a Web não seria uma esfera discursiva ou de comunicação (cotidiana, acadêmica, jurídica...) na qual tipos relativamente estáveis de enunciados são elaborados, mas simplesmente, como rádio e televisão, a Web é mais um ambiente onde são abrigados discursos e seus gêneros, ou seja: não existe *gênero* digital na esfera digital. Por isso, Araújo (2016), tomando como alicerce as propostas de Costa (2010), defende que se investigue a possibilidade de haver processo de reelaboração de gêneros que emergem das relações entre linguagem e tecnologia, pois o indivíduo, ao se apropriar desta última, altera suas formas de interação.

O fenômeno de atualização de gênero, de acordo com o autor, poderia ser resultado da existência de um *continuum* no processo de reelaboração criadora entre gêneros standardizados (mais próximos dos originais) e emergentes (novidades). Estes últimos, ao contrário dos standardizados, teriam atualizações mais complexas envolvidas na sua produção, pois envolveriam maior grau de ineditismo e duas possibilidades de organização: interna e externa. Na primeira seriam classificados os gêneros atualizados na Web sem a mesclagem de outros gêneros; na segunda, externa, por outro lado, ocorreria a *remix* (intervenção híbrida mínima, mantendo-se próxima ao original) e a *mashups* (quando há mesclagem ao máximo, com combinações e colagens de diferentes matrizes). Importante ressaltar que, para Araújo (2016), em vista da dinâmica de interação social dada pela mídia Web, nos dois modos de atualização de gêneros a mobilização do propósito comunicativo surge como elemento fundamental.

No que tange à perspectiva de Travaglia (2007a, 2007b), sendo os tipelementos multifacetados e a categoria *espécie* responsável pela organização de características de super e macroestruturas, é possível supor que tais características possam interferir na formação dos gêneros e suas funções sociocomunicativas. Devido a essa hipótese, na análise proposta são avaliados elementos formais nos dois níveis de textualização: super e macroestrutural. Embora *espécie* se defina por aspectos formais de estrutura, da superfície linguística e/ou conteúdo, Travaglia (2007a, p. 62) afirma que essa categoria “sempre incorpora o(s) objetivo(s)/função(ões) dos tipos e gêneros a que se ligam”. O autor ainda explica que os gêneros são definidos por sua função sociocomunicativa, mas os tipos também apresentam objetivos, como um ato ou macroato de fala. Ou seja, a função sociocomunicativa se apresenta como um fator importante na caracterização multifacetada dos tipelementos, tanto que o pesquisador a elenca como o terceiro parâmetro para caracterizar as categorias de texto. Isso porque, na proposta de Travaglia (2007a, 2007b), o objetivo comunicativo gera no produtor do texto uma perspectiva que o leva a uma antecipação no dizer. Essa perspectiva produz um tipo de texto: descrição, dissertação, injunção, narração, argumentativo *stricto sensu* e não argumentativo *stricto sensu*. Ainda, explica Travaglia (2007a, p. 51): “o objetivo/função pode variar conforme a época e, neste caso, mudaria a caracterização do gênero”.

Então, em uma proposta de categorias de tipeamentos multifacetadas, é possível considerar, por exemplo, que elementos lexicais que atuam na constituição semântica da macroestrutura, na categoria *espécie* textuais, podem auxiliar a denotar a função comunicativa de gênero. E, ainda, que alterações no uso desses recursos poderiam mostrar mudanças no próprio gênero. A partir dessas considerações, a fim de analisar a textualização de verbete de enciclopédias sustentadas por *software* Wiki e verificar se eles são resultantes da criação de um novo gênero ou uma inovação que leva à emergência de espécie nova do gênero, este trabalho tomará a modalização como elemento de macroestrutura, para avaliar se houve mudança de função comunicativa, a qual pode estar relacionada tanto a espécie, quanto a tipo, na formação geral de gênero.

Entre as categorias lexicais, unidades menores, que atuam na macroestrutura textual para estabelecer coerência textual, estão os modalizadores. Por serem, como já afirmado, recursos linguísticos que permitem entrever pontos de vista particulares, deveriam ser evitados na textualização de verbetes, pois, de acordo com Marcuschi (2010), tais gêneros precisam refletir certa posição de neutralidade. Então, os modalizadores podem indicar se a função sociocomunicativa do gênero verbe, compreendida também na macroestrutura textual, está passando ou não por alteração. Sob o enfoque dos tipeamentos, a modalização pode apontar se, na organização desses textos, há ou não diferenças que sustentem a hipótese de todos pertencerem ao mesmo gênero, como espécies distintas, de serem o mesmo gênero ou uma nova espécie, visto que função é fator importante para a categorização de espécie, tipo e gênero como defendido anteriormente.

Por meio da linguagem, os falantes atuam nos processos de interlocução de modo a atenderem seus objetivos de comunicação. Para isso, o produtor de textos (visando a adequar sua produção às suas intenções sociais, culturais e históricas) mobiliza recursos linguísticos e expressivos para organizar sua argumentação. Ao mobilizar tais recursos, que são variados na língua – como adjetivos, advérbios, operadores lógicos e até a própria entonação –, o autor, ao mesmo tempo em que intenciona adequar seu texto a um objetivo comunicativo, acaba por deixar pistas sobre o seu ponto de vista a respeito do que é dito. A linguística tem denominado esse conjunto *recursos*; quando recortados para serem analisados como indicadores de força argumentativa, como modalizadores. Os modalizadores têm sido estudados, principalmente, pelos campos de Semiótica, Análise do Discurso, Linguística Textual, Semântica e Pragmática. Para este trabalho, a abordagem das duas últimas áreas é a escolhida, a partir dos estudos de Castilho e Castilho (1993) e Castilho (2010).

Castilho e Castilho (1993), ao estudarem advérbios modalizadores, explicam que esses elementos denotam um julgamento do falante perante a proposição, ou seja, ao selecionar um recurso modalizador em função da força argumentativa que se pretende alcançar, é o locutor que expressa e realiza uma avaliação, deixando pistas na estrutura linguística para orientar a forma como quer seu discurso seja lido pelo interlocutor. No caso da pesquisa desses autores, os modalizadores adverbiais são recursos valiosos para denotar o ponto de vista do produtor de texto sobre o conteúdo de sua proposição ao recorrer a eles para reforçar suas afirmações, negações, ordens, permissões, certezas, dúvidas ou distanciamentos. Vale destacar que os advérbios modalizadores estendem seu

escopo semântico às sentenças como um todo e não apenas a um sintagma verbal, principalmente quando estão na posição mais à direita da oração; assim, eles operam sobre o conteúdo proposicional ou sobre a asserção de que é objeto.

Castilho (2010) classifica os modalizadores em três conjuntos, a depender do valor semântico e pragmático que expressam. O primeiro contém os epistêmicos, que denotam juízo de valor, uma avaliação do locutor sobre o dito, sua proposição como verdadeira tanto ao negá-la quanto ao afirmá-la. São exemplos desses elementos: realmente, com certeza, evidentemente, absolutamente, inegavelmente, exato, lógico, de forma alguma, de jeito nenhum, entre outros. O segundo conjunto descrito de modalizadores diz respeito aos deônticos, os quais expressam dever ou obrigação; por exemplo, os verbos ter, querer, poder, dever, ordenar, determinar, permitir, etc. O terceiro conjunto abriga modalizadores discursivos, isto é, os recursos linguísticos que deixam entrever, por parte do locutor, os sentimentos, as emoções ou as relações intersubjetivas entre os interlocutores. São exemplos desse último conjunto recursos como: felizmente, infelizmente, espantosamente, sinceramente, lamentavelmente etc.

Mesmo breve, essa explicação sobre o uso de modalizadores permite ampliar o olhar para a textualização dos verbetes alocados em enciclopédias Wiki, tendo mais um ponto da organização linguística desses textos como referência para análise dos tipelementos de Travaglia (2007a, 2007b). Isso porque, conforme o proposto aqui, *tipo* pode ser identificado e caracterizado por instaurar um modo de interação e uma maneira de interlocução, podendo variar no gênero conforme o objetivo comunicativo. Tipos ainda podem estar entrelaçados com espécies, cuja organização macroestrutural também tem a possibilidade de entrar em cena para a percepção da função comunicativa, ou seja, para o reconhecimento do gênero. Assim, a averiguação de ocorrências de modalizadores pode ser chave para descrição das tipologias e espécies que sustentam os gêneros, inclusive para avaliar se verbetes em softwares Wiki são um gênero próprio, uma *espécie* de verbe ou, ainda, apenas verbe tradicional. Para observarmos isso, segue a análise.

4 ANÁLISE: A QUESTÃO DO GÊNERO WIKIS E HIPERTEXTO

A realização do estudo foi determinada por uma sequência de procedimentos metodológicos a partir do ponto de vista da pesquisa qualitativa, visto que os dados coletados foram interpretados, analisados e descritos de modo comparativo em uma perspectiva integrada, isto é, considerando o fenômeno da organização do gênero verbe em suas nuances textuais e contextuais. Ainda para a comparação dos dados, buscou-se referencial teórico sobre descrições já existentes a respeito da produção de verbetes enciclopédicos tradicionais, bem como a formação dos gêneros discursivos e os processos de modalização na linguagem. A amostragem aqui é probabilística, por ser a pesquisa ainda inicial e exploratória.

Sob esse olhar é que estão apresentados os dados deste artigo e sobre a seleção deles é necessária uma ressalva. Como as enciclopédias foram escolhidas por apresentarem pontos de vista opostos, a fim de sustentarem mais claramente uma análise de comparação entre seus verbetes, as versões em língua portuguesa precisaram ser descartadas, visto

que ainda não têm representatividade suficiente entre os internautas/colaboradores – basta ver a ínfima quantidade de material elaborado em seus bancos de dados. Assim, as versões inglesas da Conservapedia e da RationalWiki foram preferidas para análise. Diante do ponto de vista da teoria linguística, na verdade, isso não se apresenta como um problema, pois como os verbetes fazem parte das interações sociais letradas de diferentes comunidades, com a mesma função sociocomunicativa, independentemente da língua compartilhada, o estudo das configurações linguísticas desse gênero textual permite – para o inglês ou para o português – que se verifiquem, sob o mesmo enfoque teórico, as construções de sentidos, os temas e a estrutura global do texto, bem como fatos da macroestrutura.

Ao observar os dados, isto é, os verbetes de Conservapedia e RationalWiki, primeiramente na sua organização geral, pode-se pensar que são elaborados de modo totalmente distinto daqueles de enciclopédias tradicionais analógicas, justamente por serem hospedados em enciclopédias apresentadas por um *software* organizador de informações em páginas da Web: o Wiki. Então, o primeiro procedimento de pesquisa precisou ser o de verificar o funcionamento desse software e as características que ele define para suas páginas, uma vez que isso pode, entre outras coisas, alterar a superestrutura do verbete. Poder-se-ia hipotetizar, por exemplo, como em Lima (2016) e Xavier (2010), que o emprego de *hiperlink* nesses casos já indica alteração na estrutura dos verbetes aqui investigados. Para observar melhor esse ponto, vale considerar a estruturação dada pelo sistema Wiki às páginas Conservapedia e RationalWiki.

Wiki, do havaiano “veloz”, é definido como “um site que pode ser modificado ou incrementado por seus usuários” (DENNIS, 2016, p. 1), ao que se acrescenta aqui, para preencher qualquer vagueza, a condição de que pode ser modificado *diretamente* por seus usuários. Para que um site funcione dessa forma, no entanto, o processo não é tão puro e simples, ou assim não o foi até a criação do software Wiki, desenvolvido em 1994 pelo programador Ward Cunningham; o software, pois, permite a edição de uma página diretamente do navegador, sem recursos adicionais.

O ano de 2001 foi fundamental para o desenvolvimento das páginas colaborativas, pois, enquanto Cunningham publicava, com Bo Leuf, o livro *The Wiki Way*, um guia para instalar e utilizar o software Wiki, a Wikipedia saía do papel ao ser fundada por Jimmy Wales e Larry Sanger. Esse projeto levava adiante o que ambos haviam começado com a Nupedia, outra enciclopédia colaborativa, porém desprovida do software Wiki. Qualquer pessoa que tenha utilizado a Wikipedia na última década já se deparou com a onipresença – e o acervo – do site em questão. Somente sua parte anglófona, por exemplo, contém quase 5 milhões de artigos. De acordo com o New York Times (COHEN, 2014), em todas as línguas da enciclopédia (mais de 200), o número mensal de acessos beira os 18 bilhões, o que qualifica a plataforma como uma das mais visitadas de toda a internet. Até o momento, são 291 línguas utilizadas pela Wikipedia, que mantém versões em Guarani e Aimará. Entre os fatores que a levaram à consagração na era digital estão a gratuidade do serviço e a praticidade da edição, impulsionada pelo sistema Wiki, o qual permite realizar edição no próprio navegador. Sua influência foi tão notável que a *Encyclopaedia Britannica*, uma das mais prestigiadas enciclopédias da história, descontinuou a versão impressa em prol de sua contraparte online (McCarthy, 2012).

Além disso, surgiram enciclopédias temáticas, como as que servem de objeto para este artigo. Apropriando-se do *design* geral da Wikipedia, sustentado pelo software Wiki – aberto e replicável sem consequências jurídicas – elas têm se espalhado pela rede, sintoma de que a utilização do *software* por si só vem formando raízes na internet. Na base de tudo isso, figura ainda a navegação por meio de *hiperlinks*, um fator de suma importância para a fluidez dessas páginas. Embora a referência por *links* sempre tenha feito parte da organização da informação em rede nas enciclopédias, com indicações dentro dos verbetes (por exemplo, orientando para outros significados da palavra buscada ou páginas em que ela aparece relacionada a outros temas...), obviamente um sistema de busca automática pode ajudar o leitor a encontrar as repostas que procura, otimizando, inclusive, o uso de espaço para relacionar e atualizar centenas de livros, notícias e artigos nas referências de cada verbete. Basta conferir as subdivisões de que um artigo desenvolvido dispõe: a página “Segunda Guerra Mundial”, por exemplo, aponta para páginas autônomas, porém relacionadas, como “Cronologia da Segunda Guerra Mundial”, “Causas da Segunda Guerra Mundial” e “Dia da Vitória na Europa”, entre várias outras. Essas redes também se formam com os verbetes das enciclopédias analógicas – o que muda é a quantidade de dados que o sistema automático tem à disposição para a busca, a qual é muito mais rápida do que o próprio leitor revirando as páginas indicadas nos verbetes impressos.

Em uma plataforma colaborativa, “a arquitetura do hipertexto otimiza tecnicamente este espaço de livre exposição, construção e debate de múltiplos discursos” (XAVIER, 2010, p. 220). O autor ainda afirma sobre esse assunto que, atrelado à natureza colaborativa da Wikipedia, o hipertexto tem evidenciada a sua condição de lugar de coprodução dos sentidos. Sendo a leitura hipertextual não a exceção, mas o padrão do artigo enciclopédico digital, a textualização realizada por *hiperlinks* aumenta a intertextualidade e possibilita sincronicidade de interações virtuais – vide Marcuschi (2010). Sobre isso, Xavier (2010) aponta características sinestésicas e deslinearizadas ao hipertexto, com o qual o leitor adquire maior grau de emancipação; porém, o autor destaca que ele pode se ver perdido na quantidade massiva de informações. Este trabalho concorda com essas proposições de Xavier, mas observa, de modo distinto, que essa organização de informações em rede também subjaz à estruturação das enciclopédias analógicas, com menor intensidade de busca e banco de dados, mas com a mesma exigência de certa maturidade do leitor para aplicar habilidades e estratégias a fim de atribuir sentidos mais coesos e coerentes aos textos com esse formato.

Diante dessa configuração das enciclopédias, então, principalmente as de natureza colaborativa, cuja tessitura se dá também pela aplicabilidade de hiperlinks, é preciso retomar a discussão sobre gêneros textuais, considerando esses pontos. A partir dessa condição, algumas opções são possíveis para caracterizar o verbete produzido para Wiki: 1) encarar esse verbete como gênero das enciclopédias tradicionais; 2) como uma espécie do gênero verbete enciclopédico em meio digital; 3) considerar o verbete de enciclopédia digital como gênero novo e próprio.

Na primeira opção, uma página interna, seja “Guerra das Malvinas” ou “Miguel de Cervantes”, seguiria a mesma linha de um verbete publicado, por exemplo, na *Encyclopaedia Britannica*, uma enciclopédia digital desprovida da plataforma Wiki e,

portanto, não editável pelos próprios usuários. Nesse caso, independentemente da escrita colaborativa ou da premissa digital, o gênero verbete pode ser considerado apresentando a mesma organização tradicional. Essa hipótese não é de todo impossível, basta lembrar que desde a primeira enciclopédia produzida, como mostra Dionísio (2005), vários atores anônimos participaram da seleção e elaboração dos verbetes; o único ponto que se identifica como realmente diferente seria o que registrou Lima (2016), ou seja, o tempo de publicação e alteração entre as obras analógicas e as digitais. Mas esse fator não parece gerar diferença de organização linguística nem na superestrutura nem na macroestrutura do verbete Wiki, visto que uma versão impressa dele, ainda que inferior a seu potencial de navegação instantânea por *hiperlinks*, não anula sua condição de verbete enciclopédico.

Com relação à segunda hipótese, a anterior também é válida, então, para distinguir a proposta de verbete sem alteração de textualização da que pode considerá-lo como espécie do gênero geral “verbetes”; é preciso recorrer ao trabalho de Travaglia (2007b), no qual o pesquisador defende que uma espécie de um gênero só seria viável se apresentasse diferença no valor global da perspectiva sociocomunicativa, isto é, que se percebesse, na sua superestrutura, alteração de sua função/objetivo e temáticas. Não parece ser esse o caso aqui: embora Conservapedia e RationalWiki tenham temáticas opostas, a função sociocomunicativa de seus verbetes continua sendo o de explicar um conceito com padrões sistemáticos. Além disso, mantém o que Dionísio (2005) apontou sobre verbetes tradicionais: significados independentes entre si, não obrigação de sequencialidade, não formam uma prosa contínua. Então, analisando a superestrutura, parece que a primeira hipótese é mais plausível do que a segunda, isto é: o verbete digital é o mesmo tradicional.

Já se apresenta também, por esses dois argumentos para as hipóteses um e dois, que tomar a colaboração anônima ou a existência de *hiperlinks* para defender o surgimento de um novo gênero, o verbete digital, não parece se sustentar. Mais, ainda que o meio digital e condições tecnológicas tenham sido essenciais para o desenvolvimento do *software* (e, conseqüentemente, de qualquer site) Wiki, isso não anula a condição do verbete em wiki como, afinal, um verbete acima de qualquer outro fator (outros elementos que justificam essa proposta serão explorados na análise dos modalizadores). Conforme aponta Marcuschi (2010, p. 31), o hipertexto “não pode ser tratado como um gênero e sim como um modo de produção textual que pode estender-se a todos os gêneros dando-lhes neste caso algumas prioridades específicas”. Pensando assim, verbetes de enciclopédias Wiki não têm sua essência estrutural alterada em relação aos seus correspondentes analógicos apenas por apresentar *hiperlinks*, visto que esses podem ser considerados como parte da organização dos tipos que podem sustentar diferentes gêneros. Destaque-se que *hyperlink* nem seria um tipo essencial para textualização dos verbetes de páginas Wiki, pois, considerando a proposta de Travaglia (2007a, 2007b), o gênero não poderia aparecer sem seu tipo essencial, e esse não é o caso dos verbetes aqui analisados.

Assim, a partir dessa argumentação, a análise se faz na tentativa de comprovar que, com base em verbetes da Conservapedia e da RationalWiki, não há produção de gênero novo na textualização dos verbetes desses sites.

4.1 DESIGN GRÁFICO: MODELOS TEXTUAIS GLOBAIS

Para continuar a descrição dos verbetes produzidos para Conservapedia e para RationalWiki, vale comparar o design das páginas iniciais anglófonas, pois a interface de ambas é muita parecida e remete à estrutura básica das páginas produzidas com o uso do software Wiki, o que as deixa, na verdade, iguais à Wikipedia, por exemplo, ao apresentarem barra lateral com menu à esquerda e caixas com informações espalhadas pelo centro. Essas informações não são fixas, isto é, costumam ser atualizadas e alteradas constantemente. A estrutura é tão similar entre os sites que os recursos se repetem e todas dispõem de links para mudanças recentes, artigos aleatórios, versão adaptada para impressão, páginas novas e seção de ajuda para novatos.

Vale dizer que há um Livro de Estilo, um manual para que colaboradores postem ou organizem verbetes na Wikipedia. Embora a formatação ali descrita não seja obrigatória, ela se faz valer pelo argumento apresentado de que a manutenção da identidade, tanto na organização do design pelo uso da plataforma Wiki, quanto de recursos expressivos da linguagem, auxiliam o reconhecimento mais imediato da página pelos leitores.

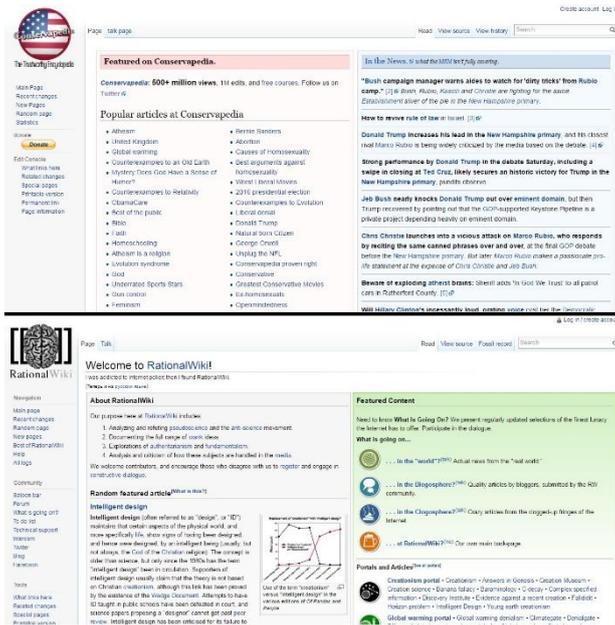
Seguindo o princípio da navalha de Occam, parece que a resposta da razão por que Conservapedia e RationalWiki escolherem manter o formato original é a mais simples: o *design* funciona porque a interação com o usuário, essencial para o sucesso de uma página, tira proveito da familiaridade. Isto é, quanto mais facilmente um site for reconhecido como Wiki, maior será a propensão de que o leitor assuma o papel de colaborador direto – e nada mais prático para isso do que deixar as páginas idênticas à Wikipedia, embora o software Wiki permita algumas alterações que poderiam dar uma identidade diferenciada tanto para a Conservapedia quanto para a RationalWiki. Observe-se, na página seguinte, o design semelhante ao das duas.

Diante da imensa variedade de modelos de sites no universo digital contemporâneo, resta o fato curioso de duas enciclopédias formadas por comunidades discursivas tão distantes não demonstrarem qualquer diferença em seu design. Porém, para este trabalho, o que importa é que a própria apresentação dos verbetes nessas enciclopédias não é alterado, ou seja, dificilmente, o design das páginas estaria de algum modo interferindo na estrutura sociocomunicativa desses textos, até porque também a enciclopédia analógica apresenta um design que relaciona imagens junto aos verbetes, como mapas, tabelas, fotos, gráficos, infográficos, como pode ser visto na figura 2 a seguir:

4.2 A ESTRUTURA GERAL DOS VERBETES NA CONSERVAPEDIA E NA RATIONALWIKI

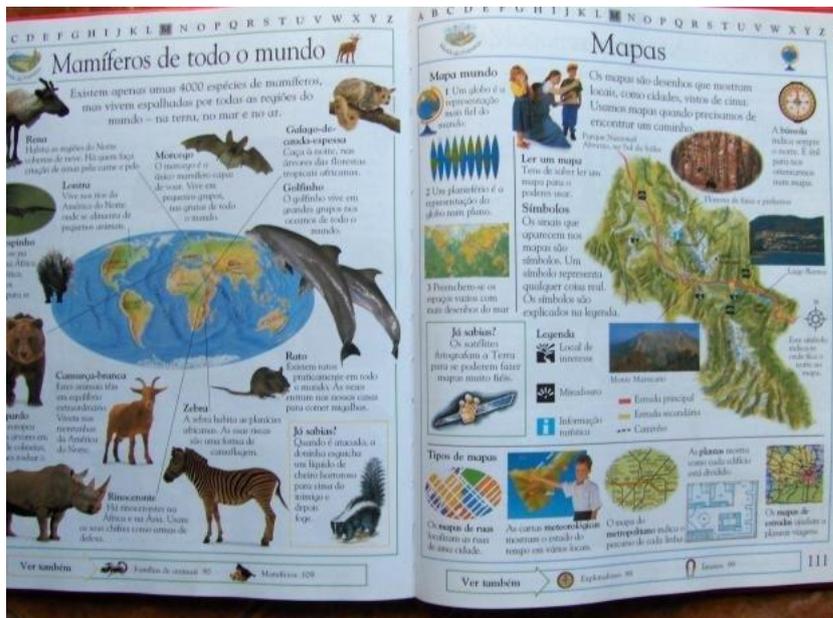
Após a análise com foco no contexto geral em que são produzidos os verbetes, isto é, observando a organização dos suportes em que eles ocorrem, enciclopédias digitais e analógicas, agora as lentes são dirigidas para a estrutura do próprio verbete. Para isso, será apresentada uma comparação entre as duas enciclopédias no que tange a um mesmo artigo. Dessa forma, foram separados os verbetes da Conservapedia e da RationalWiki sobre *aborto*, dado que as explícitas diferenças entre as comunidades discursivas quanto ao tema servem aos propósitos da análise.

Figura 1 – <Conservapedia.com> (topo) e <RationalWiki.org>: equivalência visual
Figure1: <Conservapedia.com> (top) and <RationalWiki.org>: visual equivalence



Fonte: Captura de tela das páginas iniciais de Conservapedia e RationalWiki.

Figura 2 – Exemplo de diagramação de enciclopédia tradicional impressa
Figure 2 – Examples of a traditional print encyclopedia's design



Fonte: <https://goo.gl/9V6i2o>. Acesso em nov. 2016.

Diante de duas abordagens para o mesmo verbete, percebe-se que ambas as páginas apresentam a diagramação típica de conteúdo elaborado para a Wikipedia, isto é, texto escrito somado a recursos visuais que auxiliam a navegação e dispõem de informações diretas por meio de quadros e tabelas. Tanto na Conservapedia quanto na RationalWiki, um texto sucinto – se comparado à totalidade do artigo – precede os pontos aprofundados nas seções. Além disso, há uma caixa de conteúdos em cada um dos artigos, a qual serve como resumo dos tópicos, listando as seções dos verbetes, e se localiza após o texto inicial deles. No caso da RationalWiki, uma outra caixa foi incluída à direita da página, agrupando temas relacionados ao assunto *aborto* – uma prática comum da Wikipedia. Já na Conservapedia, a imagem de um feto pode ser vista logo no topo da página. Ambas contêm imagens ao longo do verbete.

Esse texto inicial sugere outro traço interessante no que diz respeito à comparação. Os dois artigos – e isso muito se repete nas duas enciclopédias, assim como acontece nas impressas – iniciam os verbetes com as informações mais notáveis sobre o assunto e seus dados gerais. Após a caixa de conteúdos, com hiperlinks para as seções da página, o texto inteiro se desenrola – é nesse segundo momento que o artigo se aprofunda de fato. Novamente, trata-se de outro padrão estrutural típico empregado pela Wikipedia: sem prestar atenção, pode-se levar um tempo navegando pela Conservapedia ou pela RationalWiki até entender que não se trata da Wikipedia, pois além da identificação visual dos sites em si, a estrutura dos verbetes segue um padrão claro. Em outro ponto comum, nota-se que as duas enciclopédias não poupam o uso de hiperlinks, conforme o esperado para suas mídias. Qual a Wikipedia, é padrão transformar qualquer ano, país e pessoa em hiperlink para outro artigo, mesmo que o artigo de destino ainda nem exista – e nesse caso, ao invés de azul, o link aparece na cor vermelha. Vale destacar que essa estrutura também é a que orienta a informação em rede nas enciclopédias tradicionais e, geralmente, inclusive a cor azul é a usada para destacar a palavra que tem mais informações indicadas em outras páginas.

Seja pelos artigos sobre aborto, seja por verbetes biográficos ou de assuntos variados, não se observam discrepâncias estruturais notáveis entre a Conservapedia e a RationalWiki: do conservadorismo ao ceticismo racional, não há nada novo sob o sol, muito menos sob a formatação dos verbetes em sua configuração geral. Basta verificar que enciclopédias escolares geralmente são mais ilustrativas, como o exemplo apresentado anteriormente, ou seja, a depender da temática da enciclopédia, seus verbetes apresentarão maior ou menor relação entre linguagem verbal e não verbal.

4.3 A QUESTÃO DA MODALIZAÇÃO

Ajustando ainda mais o foco de análise, a investigação recai sobre a regularidade linguística ao verificar a ocorrência de elementos mais finos da macroestrutura do texto, ou seja, se propõe a comparar os modalizadores empregados nos verbetes das duas enciclopédias de sistema Wiki com aqueles que a literatura linguística diz que fazem parte da organização do tipo textual que sustenta esses gêneros nas enciclopédias tradicionais.

Sobre isso, Schneuwly e Dolz (2004), por exemplo, elencam os verbetes como pertencentes à tipologia da exposição, pois essa seria a capacidade de linguagem dominante para as ações de transmissão e construção de saberes. Porém, Travaglia (2007b) defende que pode ocorrer cruzamento de tipos nos gêneros e que o argumentativo frequentemente se cruza com o dissertativo, e isso tem levado, conforme o autor, muitos estudiosos a confundir os dois, ou a propor o tipo expositivo, quando se tem apenas a dissertação. E esse tipo, isto é, dissertativo é a categoria do texto do conhecer abstraído do tempo e do espaço, no qual o que

importa como informação são as entidades, as proposições sobre elas e as relações entre estas proposições, sobretudo as de condicionalidade, causa/consequência, de oposição (ou contrajunção), as de adição (ou conjunção), de disjunção, de especificação, inclusive exemplificação, de ampliação, de comprovação, etc. (TRAVAGLIA, 2007a, p. 43).

Como este trabalho segue a análise dos tipelementos propostos por esse autor, o verbe, então, será considerado como exemplar de gênero cujo tipo essencial é dissertativo e não expositivo, pelos motivos já descritos.

Desse modo, as características propostas para esse tipo deveriam fazer parte da regularidade linguística do verbe, e, como defendido aqui, até o momento com base nas questões sobre superestrutura, a macroestrutura também não apresentaria diferença ao se comparar os textos das enciclopédias de Web e as impressas, ou seja, não haveria o surgimento de novo gênero nas Wikis, nem mesmo de espécie de verbe. Então, é importante verificar se as características elencadas por Travaglia (2007a) aparecem nos verbetes de ambos os suportes. Em síntese, o que o pesquisador destaca como responsável pela textualização do tipo dissertativo é a ocorrência de maior número de verbos gramaticais, sobretudo os auxiliares modais, e a grande presença tanto de verbos dinâmicos quanto estáticos, bem como de verbos enunciativos de pensar. Com relação ao tempo verbal, Travaglia (2007a) nota que aparecem todos os tempos verbais (categoria), mas a predominância é do onitemporal, tendo em vista a característica da dissertação de apresentar ideias vistas como válidas para todos os tempos, o conhecer abstraído do tempo. A marcação cronológica dos fatos enunciados parece ser característica do texto dissertativo. Sobre a aspectualidade, o estudioso diz ser recorrente o aspecto imperfectivo, começado, o cursivo e os de duração ilimitada (indeterminado e habitual), já que pretendem apresentar fatos como válidos para todos os tempos.

É preciso dizer que a análise dos dados dos verbetes aqui avaliados parece sustentar todas essas características, ou seja, não se diferenciam do tipo dissertativo que sustenta os verbetes tradicionais. No entanto, a característica mais importante para este estudo e que foi investigada com maior profundidade diz respeito ao fato de que, para Travaglia (2007a), no tipo dissertativo, as modalidades que ocorrem com maior frequência são a certeza e a possibilidade.

Para investigar essa questão, retoma-se a descrição de Castilho (2010) para observar que, no verbe sobre *aborto* da Conservapedia, os modalizadores epistêmicos, aqueles que denotam juízo de valor, ocorrem mais com o uso da negação da proposição do que com expressões adverbiais. Também nota-se que a negação acompanha, em quase todas as ocorrências, a modalização deôntica, aquela que se apropria do sentido de obrigação, dever, principalmente com os verbos *can* como permissão, *should* como conselho. Note-

se que não houve ocorrência de *must* (obrigação) ou *may* (permissão); este último teve apenas uma ocorrência como possibilidade. Seguem as sentenças:

- 1) ...and may indicate pressure to abort comes not so much from husbands now as other relationships.
- 2) Liberals believe that the unborn child has no right to life.
- 3) ...and the mother who can never forget the loss she caused...
- 4) A right to privacy would not permit the taking of life when that life is inconvenient.
- 5) Saying one can't criticize a woman's choice to murder her children is like saying one can't criticize the president without being the president...
- 6) ...for once it is we should not take its life lightly...

Mais raras do que as ocorrências de modalização epistêmica negativa, as afirmativas registradas no verbete da Conservapedia foram:

- 7) ...often causing fetal pain.
- 8) These are 60 thousand abortions each year that are clearly murder...
- 9) Just 25% believe abortion should be legal under all circumstances, and an additional 13% believe it should be legal under most circumstances. Most Americans believe abortion should usually be illegal save in rare cases.

Observe-se que em **2** e **9** também ocorre o verbo *believe*, o qual pode ser encaixado no terceiro grupo proposto por Castilho (2010), os modalizadores discursivos. Porém, esses usos estão se dando de modo a colocar a atitude proposicional de “crença” no discurso não do produtor do verbete, mas da opinião pública. Além da presença desse verbo, mais três ocorrências se destacaram para essa categoria de modalização:

- 10) A growing body of evidence increasingly suggests that abortion is linked to Breast Cancer.
- 11) ...women's health has dramatically improved there due to fewer abortions.
- 12) Rape or life of the mother are extremely rare circumstances accounting for less than 1% of all abortions,...

Os dados da RationalWiki mostram um número maior de ocorrências de modalização epistêmica pelo emprego de advérbios. Diferentes da Conservapedia, a modalização dessa categoria por meio da negação só teve uma ocorrência, em **8**, justamente a que também apresenta modalização deôntica com o uso do verbo *could* (poder). Não foram encontradas ocorrências de modalizadores discursivos. Seguem as sentenças do verbete:

- a) ...focuses on this debate about the legality of induced abortion, specifically within modern "Western" culture.
- b) In most parts of the world these issues continue to be debated, especially over what specific legal limits should be placed on abortion throughout the...
- c) The debate about the legality of abortion generally divides into two camps.

- d) ...are most often called "pro-choice", and are often called "anti-life" by their opposition.
- e) It is likely that the desire to terminate a pregnancy has been around as long as women have understood the cause of pregnancy...
- f) It is known that every culture studied has some form of abortifacient, or at least something they believed to be and accepted as an abortifacient.
- g) The morality and legality of abortion are hotly contested issues, certainly within the United States but also across many countries of the world. Generally, debate will focus...
- h) If this was the case, then the act of causing a miscarriage could not be construed as 'murder'.

É possível notar que a Conservapedia apresenta mais ocorrências de modalização do que a RationalWiki, provavelmente por isso, o leitor, diante do verbete da primeira, tem uma sensação maior de defesa de um ponto de vista, lembrando que, aliás, esse é o propósito da enciclopédia. Analogamente, de modo invertido, para atender ao objetivo de cientificidade, a RationalWiki apresenta um número menor tanto de ocorrências quanto de categoria de modalização. Mas a questão é: essas organizações se dão pela produção de um gênero novo ou uma espécie nova do gênero verbete?

Para responder a essa pergunta, é válido rever a proposta de Travaglia (2007a) sobre o tipo dissertativo, considerado aqui como base para o gênero verbete de enciclopédia. O autor afirma que em um texto do conhecer conceitual predominam as modalidades da certeza (83,7%), da possibilidade (10,37%) – entendidos aqui, a partir de Castilho (2010), como pertencentes, respectivamente, às categorias epistêmica e deôntica. Exatamente a categoria epistêmica foi a que mais ocorreu em ambos os verbetes e, justamente, a deôntica apresentou-se em segundo lugar, ainda que com maior presença na Conservapedia do que na RationalWiki. Travaglia (2007b) ainda observa a ocorrência de modalização da probabilidade (4,08%) no tipo dissertativo, a qual também teve baixa presença nos verbetes aqui analisados.

Ou seja, embora as duas enciclopédias tenham objetivos fortemente aplicados para a apresentação de seus conteúdos, ao elaborar seus verbetes parece haver uma preocupação em limitar a modalização discursiva, assim como acontece nos verbetes tradicionais. Talvez isso se dê porque as enciclopédias de Wiki, embora abertas para colaboração, editam seus verbetes seguindo normas que regem o andamento das publicações por meio do Guia de Estilo. A Wikipedia, possivelmente seguida pelas outras não apenas em seu design gráfico, mas também no padrão da organização retórica, propõe a uniformização dos verbetes, em termos de forma e estilo, recomendando, por exemplo, que se evite a utilização de termos especializados ou palavras rebuscadas. Pode ser que, no momento de edição dos verbetes, ainda prevaleça o protótipo de macroestrutura dos verbetes tradicionais e isso os leve a cuidar, intuitivamente, do emprego de modalizadores. Fato é que os verbetes não fogem da organização linguística tradicional desse gênero mesmo em enciclopédias Wiki com objetivos tão opostos, portanto, ainda é preciso mais investigações para poder afirmar que os verbetes elaborados para suporte são novos, como proposto por autores aqui apresentados.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tomando os pressupostos de Araújo (2016), pode-se acrescentar à conclusão da análise aqui conduzida o fato de que, no *continuum* entre reelaboração estandardizada e emergente, os suportes dos verbetes de Web não se desvencilham do estilo proposto para a primeira enciclopédia desse modelo: a Wikipedia. Todas parecem manter a referência dela para organizar o *design* da página, as suas funcionalidades e as subdivisões textuais do próprio verbete. Mais que isso, tal *design* relaciona linguagem verbal e não verbal tanto quanto a diagramação dos suportes tradicionais impressos, ou seja, mantém um *remix* existente no gênero analógico, a depender da necessidade da complementaridade entre linguagens diferentes para ampliar os sentidos do tema.

A segunda questão observada nos verbetes sustentados por Wiki é a de que o uso de *hiperlink* não parece ser característica suficiente para determinar o surgimento de um gênero novo nesse caso – ideia defendida por Lima (2009) –, visto que a informação organizada em rede também existe nas enciclopédias impressas a partir de palavras, expressões, datas nomes, como indicadores para referência de busca complementar. A diferença está no sistema de busca automático, mas não na textualização dos verbetes. Ou seja, não parece ser possível defender uma atualização emergente para os verbetes Wiki graças ao uso de *hiperlink*, visto que no *continuum* desse gênero já havia nos originais analógicos certas formas de informação em rede.

Uma última proposição, ainda, para corroborar a hipótese de que não há surgimento de verbete novo com a criação de enciclopédias digitais, e nem mesmo uma nova espécie desse gênero, mas apenas uma atualização estandardizada, vem da análise da ocorrência de modalizadores nesses textos, a qual indica que a regularidade linguística no uso de elementos responsáveis pela modalização se mantém nos exemplares aqui investigados, ou seja, a estrutura é a mesma entre os verbetes de Web e os analógicos, não sendo possível observar ainda sequer alteração no propósito comunicacional.

Assim, ao se considerar também a proposta de Araújo (2016), a manipulação de padrões do gênero verbete Wiki para atuar, interagir por meio da Web, parece estar ainda muito próxima do gênero analógico original no movimento de formação em um *continuum* discursivo, tendendo à estandardização, visto que sequer um *remix* se dá de outra forma na organização textual, muito menos se observa *mashups*, nem da super nem da macroestrutura. Com esses apontamentos, espera-se que esses resultados acrescentem alguns pontos à discussão dos gêneros digitais, instigando a proposição de novos questionamentos para o estudo, ressaltando que este é um trabalho inicial sobre o tema.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, J. Reelaboração de gêneros em redes sociais. In: ARAÚJO, J.; LEFFA, V. (Org.) *Redes sociais e ensino de línguas: o que temos de aprender?* São Paulo: Parábola Editorial, 2016.
- BAKHTIN, M. M. *Estética da criação verbal*. São Paulo, Martins Fontes, 2011[1979].
- CASTILHO, A. T.; CASTILHO, C.M.M. Advérbios modalizadores. In: ILARI, R.: *Gramática do português falado*. Vol. 2. São Paulo, Unicamp, 1993. p. 213-260.
- CASTILHO, A. T. *Nova Gramática do português brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2010.

- COHEN, N. *Wikipedia vs. the Small Screen*. New York Times, Nova York, p. B14, fev. 2014.
- CONSERVAPEDIA. *Abortion*. Disponível em:
<<http://www.conservapedia.com/index.php?title=Abortion&oldid=1191931>>. Acesso em: abr. de 2016.
- COSTA, R.R. A TV na Web: percursos da reelaboração de gêneros audiovisuais na era da transmídia. Dissertação de mestrado. Fortaleza: PPGL-UFC.
- DENNIS, M. A. *Encyclopaedia Britannica* [versão eletrônica]. Encyclopaedia Britannica Inc. Disponível em: <<http://www.britannica.com/topic/wiki>>. Acesso em: jan. 2016.
- DIONÍSIO, A. P.. Verbetes: um gênero além do dicionário. In: DIONÍSIO, A. P.; MACHADO, A. R.; BEZERRA, M. A. (Org.). *Gêneros textuais e ensino*. 4. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005. p. 125-137.
- LIMA, V.W. *Gênero e colaboração: a construção do verbete da Wikipedia*. (2009). Disponível em: <<https://www.ufpe.br/nehte/hipertexto2009/anais/g-l/genero-e-colaboracao.pdf>>. Acesso em 21 de abril de 2016.
- MARCUSCHI, L. A. Gêneros textuais emergentes no contexto da tecnologia digital. In: MARCUSCHI, L.A.; XAVIER, A. C. (Org.). *Hipertexto e gêneros digitais: novas formas de construção de sentido*. São Paulo: Cortez, 2010.
- MCCARTHY, T. *Encyclopedia Britannica halts print publication after 244 years*. The Guardian [internet], Londres, mar. 2012. Disponível em <<http://www.theguardian.com/books/2012/mar/13/encyclopedia-britannica-halts-print-publication>>. Acesso em: abr. 2015.
- MILLER, C. Genre as social action. In: FREEDMAN, Aviva; MEDWAY, Peter, (Org.). *Genre and the new rhetoric*. London: Taylor & Francis, 1994. p. 23-42.
- RATIONALWIKI. *Abortion*. Disponível em:
<<http://rationalwiki.org/w/index.php?title=Abortion&oldid=1642188>>. Acesso em abril de 2016.
- SCHNEUWLY, B; DOLZ, J. *Gêneros orais e escritos na escola*. Trad. e org. Roxane Rojo e Gláís Sales Cordeiro. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2004.
- TRAVAGLIA, L. C. A caracterização de categorias de texto: tipos, gêneros e espécies. *Revista Alfa*, São Paulo, v. 51, n. 1, p. 39-79, 2007a.
- _____. Das relações possíveis entre tipos na composição de gêneros. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE ESTUDOS DE GÊNEROS TEXTUAIS, 4., 2007, Tubarão. *Anais... Tubarão-SC: UNISUL*, 2007b. p. 1297-1306.
- VAN DIJK, T. A., KINTSCH, W. *Strategies of discourse comprehension*. New York: Academic Press, 1983.
- XAVIER, A. C. Leitura, texto e hipertexto. In: MARCUSCHI, L. A; XAVIER, A. C. (Org.). *Hipertexto e gêneros digitais: novas formas de construção de sentido*. São Paulo: Cortez, 2010.
- _____. *A era do hipertexto: linguagem e tecnologia*. Pipa Comunicação, 2013.
- WIKIPÉDIA. Página do projeto: enciclopédia. Disponível em:
<<https://pt.wikipedia.org/wiki/Enciclop%C3%A9dia>>. Acesso em: abr. 2016.

Recebido em:02/05/17. Aprovado em: 22/02/18.

Title: *Textualization of encyclopedic entries in Wiki systems*

Authors: *Rossana Aparecida Finau; Mateus Lourenço Reibeirete*

Abstract: *This article aims to analyze textualization in entries of Wiki encyclopedias in order to find out if they form a new genre or a new kind of genre, from the perspective of tipelementos proposed by Travaglia (2007a, 2007b), or whether they keep their main characteristics from paper encyclopedias. Thereunto, from the perspective of a qualitative research, two articles from different Wikis are compared from their superstructure organization to their macrostructure, taking the occurrence of modalization as specific data of linguistic regularity. To describe modalization, a link with the tipelementos theory is proposed. Analysis then parts from a general focus, following Araújo's (2016) approach to the re-elaboration of new genres in digital media, from the genre's formation context to its intern structure. We observed there are not enough differences between entries to the point of arguing for the emergence of a new entry genre merely because of its digital medium.*

Keywords: *Technology. Hypertext. Wiki. Articles. Tipelementos.*

Título: *Textualización de entradas enciclopédicas en sistemas Wiki*

Autores: *Rossana Aparecida Finau; Mateus Lourenço Reibeirete*

Resumen: *Este artículo tiene el objetivo de analizar la textualización de entradas de enciclopedias Wiki para verificar se son resultantes de la creación de un nuevo género, una innovación que genera la emergencia de nueva especie – en la perspectiva de tipelementos de Travaglia (2007a, 2007b) – o si mantienen las características tradicionales de los textos impresos. Para ello, en una investigación cualitativa, dos entradas de enciclopedias de la Web son comparadas desde su organización de superestructura hasta la macro estructura, adoptando como dato más específico de las regularidades lingüísticas la ocurrencia de modalizadores en entradas. El análisis parte de un foco más general, siguiendo la orientación de Araújo (2016) para análisis de reelaboración de géneros en medios de comunicación digitales, comprobando el contexto de formación del género. Se observa que no hay diferencias suficientes entre la textualización de los ejemplares a punto de defender el surgimiento de un nuevo género de entrada por ser presentado de modo digital.*

Palabras-clave: *Tecnología. Hipertexto. Wiki. Entrada. Tipelementos.*



Este texto está licenciado com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1982-4017-180107-6117>

CONSTRUÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA IDENTIDADE ORGANIZACIONAL: ANÁLISE DO SÍLIO WEB DE UMA ORGANIZAÇÃO

Rosa Maria Sobreira***Instituto Politécnico de Coimbra – CEIS20/UC
Coimbra, Portugal****Gorete Marques******Instituto Politécnico de Leiria
ESTG-IPLeiria/CELGA-ILTEC
Leiria, Portugal**

Resumo: *O modo como as organizações se posicionam atualmente perante seus múltiplos stakeholders e a sociedade passa, necessariamente, pelo recurso a diferentes meios tecnológicos. Este artigo, de índole interdisciplinar, pretende analisar práticas semiótico-discursivas presentes na primeira página do sítio web de uma empresa portuguesa em 2011 e em 2016. Para tal, o texto baseia-se nos princípios da Comunicação Organizacional, da Linguística Sistémico-Funcional e da Semiótica Social aplicados ao Discurso Empresarial, utilizando o sistema da transitividade de Halliday (2004) e as estruturas de representação de Kress e van Leeuwen (2006) como instrumentos de análise. Com este enquadramento, procura saber como é que a empresa se representa, como se define e apresenta no tempo, em um exercício de adaptação à sua realidade contextual. Os resultados apresentados revelam uma clara evolução no modo como a empresa se representa, mas algum desequilíbrio nas dimensões que os estudos de identidade apresentam como orientadores.*

Palavras chave: *Comunicação Online. Representações. Identidade Organizacional.*

1 INTRODUÇÃO

As motivações subjacentes ao presente estudo sustentam-se em dois grandes eixos, por um lado, na vontade de concretizar um trabalho interdisciplinar entre áreas – a Comunicação Organizacional e da Linguística Aplicada – que parecem distantes por serem integradas em áreas científicas distintas, mas que, na realidade, não podem deixar de ser entendidas como complementares ou mesmo interdependentes. Por outro lado, pela forma como a academia tem reagido à importância das novas tecnologias, o que vem

* Doutorada em Ciências da Comunicação, (Especialização Comunicação Institucional), pela Universidade Nova de Lisboa, Professora Adjunta do Instituto Politécnico de Coimbra nas áreas de Comunicação Estratégica, Relações Públicas, Comunicação de Marketing e Assessoria de Imprensa e membro do Grupo de Investigação da Comunicação e Jornalismo e Opinião Pública, do CEIS20, da Universidade de Coimbra. E-mail: rsobreira@esec.pt

** Doutorada em Linguística – Especialização Linguística Aplicada pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Professora Adjunta do Instituto Politécnico de Leiria nas áreas de Comunicação, Português Jurídico, Metodologia e Francês Empresarial e membro do centro de investigação CELGA-ILTEC, da Universidade de Coimbra. E-mail: gorete.marques@ipleiria.pt

sendo objeto de reflexão (JACKSON, 2007). Ora, com este exercício de estabelecer pontes, motiva-nos também encontrar elementos que sirvam de referência orientadora, tanto para os profissionais como para formadores do domínio da comunicação organizacional, na definição de programas de ação no âmbito das temáticas abordadas, ou seja, na produção de conteúdos sobre identidade organizacional e sua disponibilização nas páginas online.

A aplicação das novas tecnologias da informação e da comunicação no âmbito da comunicação das organizações veio mudar a forma de relacionamento das organizações com os seus públicos e “stakeholders”, abrindo novos horizontes e obrigando-as a inovar na busca de novas formas de relação, interação e gestão de conhecimento. Observamos, no caso concreto das organizações, o recurso a diferentes meios, como os sítios web, para mostrarem o que são, o que fazem, como o fazem, e como devem agir e provar que são as melhores no seu ramo, já que o sucesso não passa simplesmente pela questão da produtividade, da produção de produtos ou da prestação de serviços de qualidade, mas também pela forma como se posicionam perante os seus múltiplos “stakeholders” e a sociedade.

Pretendemos, com este artigo, analisar práticas discursivas verbais e visuais presentes na primeira página do sítio web de uma empresa portuguesa em 2011 e em 2016 (estudo de caso único) para perceber o que revelam as escolhas semióticas sobre a sua identidade e sobre a representação que pretende para si própria. Para tal, seguimos os princípios da Linguística Sistémico-Funcional e da Semiótica Social aplicados ao Discurso Empresarial, em concreto o sistema da transitividade de Halliday (2004) e as estruturas de representação de Kress e van Leeuwen (2006), com vista a responder à seguinte questão: o que revelam as escolhas semióticas, nos dados em análise, sobre a identidade da empresa? A análise das escolhas léxico-gramaticais e visuais permite observar como os sistemas semióticos verbais e visuais constroem determinadas dimensões da identidade organizacional revelando de que modo a empresa se representa e como se define e apresenta no tempo, num exercício de adaptação à sua realidade contextual.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA E DISCUSSÃO BIBLIOGRÁFICA

2.1 IMPACTOS DAS NOVAS TECNOLOGIAS NO CONTEXTO ORGANIZACIONAL

Em termos de propagação, nenhuma inovação tecnológica teve um período de difusão e aceitação tão curto como a internet. A título de comparação, o telefone precisou de 70 anos, a televisão de 25 anos para serem distribuídos e utilizados de forma a serem considerados objetos comuns. A internet precisou apenas de 7 anos - entre 1990 e 1997 - para ser amplamente aceite (PINHO, 2002), ou seja, menos de uma década. Mas uma década com um impacto tal que Castells (2002) descreve como sendo de ruptura e que é a responsável pelo “alvorço” tecnológico em que vivemos hoje. Esta capacidade de aceitação e penetração contribuiu, certamente, para o acelerado desenvolvimento sinérgico a que assistimos e que veio impor um novo paradigma comunicacional. Este novo paradigma tem sido de tal forma valorizado, na sociedade contemporânea, que chega a ser considerado um dos raros momentos em que uma nova configuração técnica é responsabilizada pela invenção de um «novo estilo de humanidade» (FERREIRA, 2009, p 186).

O desenvolvimento no âmbito da internet, no final da década de 1990, ligando e dando poder às organizações em todo o mundo, confirmou a mudança de uma sociedade, não só de massa, mas verdadeiramente “ligada” e globalizada (FUCHS, 2009; GUILLMOR, 2005; STOHL, 2001). Foi precisamente na década de 1990 que as organizações começaram a apostar em páginas online, como sinónimo de modernidade e de prestígio.

Segundo Middleberg (2001), em muitos dos casos, essa modernidade não passava de fachada e as empresas não estavam verdadeiramente preparadas para lidar com este novo meio, ou seja, esta mudança confrontou as organizações com uma inevitável falta de imaginação, liderança e de flexibilidade para se adaptar, não por falta de inteligência ou de consciência, mas simplesmente porque a velocidade da mudança foi muito grande (BUTSHI; STEYN, 2006; WAKEFIELD, 2008). No entanto, a situação rapidamente mudou e as páginas designadas de “fantasmas”, sem atualizações durante meses, desapareceram tornando-se cada vez mais sofisticadas e multifuncionais.

Este desenvolvimento foi ainda mais potenciado pela evolução da Web 1.0 para a Web 2.0. A segunda foi considerada uma nova revolução, com a internet a deixar de ser considerada uma simples rede de computadores estática para se centrar na interatividade (SOBREIRA, 2013). Arriscamos dizer que esta nova dinâmica tornou a internet num elemento central da cultura organizacional, não só como ferramenta de trabalho diário do elemento humano, mas também como forma de as organizações se manifestarem sobre as suas preocupações, interesses e motivações.

São, aliás, vários os estudos que têm demonstrado a importância da internet e de sítios organizacionais como ferramentas de comunicação que são usadas para posicionar as organizações relativamente a temáticas que a opinião pública valoriza, como a responsabilidade social e corporativa e a sustentabilidade (MELÃO; LOPES, 2013; CAPRIOTI; MORENO, 2007). Neste sentido, há muito que o foco da web deixou de ser a tecnologia em si e passou para a utilização que as pessoas e as organizações fazem dessa tecnologia em termos de conceção ou produção de conteúdos para disponibilizar nessa tecnologia, enquanto sujeitos discursivos. Nas palavras de Poster (1995), a internet deixou de ser uma simples tecnologia para ser uma verdadeira extensão das organizações e dos indivíduos. Uma extensão na medida em que permite não só descobrir e inventar novas formas de conhecimento sobre ela própria, mas também ser o repositório de todo o tipo de manifestações sobre as suas atividades e os seus actores (SOBREIRA, 2013; THORNE, 2005).

Face às profundas e rápidas alterações dos contextos externos, considera-se que o conhecimento desenvolvido e apresentado a pensar em contextos locais, nacionais, estáveis, deixam de servir à organização atuante em novos contextos de natureza global, subjetiva, virtual e, até, multicultural (THORNE, 2005; HEATH, 2002; STOHL, 2001). Nesta medida, entendemos que, do ponto de vista das estratégias de comunicação das organizações, os sítios das organizações são exercícios de assertividade que procuram ser “montras” de conhecimento ou da “profissão” das organizações como descrevem Cunha *et al.* (2005) e Thévenet (1997). Assim, os sítios online transformam-se em plataformas de conhecimento sobre as organizações, traduzidas em declarações de missão e visão, enumeração de atributos, competências, valores, ideologias, políticas e estratégias, objetivos ou procedimentos. Transformam-se, pois, naquilo que a organização é, no presente, no que ela faz, e no que quer ser no futuro e, na perspectiva de Van Riel e

Frobrum (2007) e Ruão (2006), naquilo que a torna singular e distinta enquanto agente social e económico.

2.2 OS SÍTIOS ONLINE COMO MANIFESTAÇÃO DE IDENTIDADE ORGANIZACIONAL

O fenómeno da identidade organizacional deve ser equacionado sem limitações de fronteiras, por se tratar de uma temática que implica a construção de conhecimento a partir de diferentes áreas. Só no âmbito das organizações, o conceito de identidade tem sido desenvolvido por um número crescente de investigadores através de uma variedade de disciplinas, incluindo Comportamento Organizacional, Marketing, Comunicação, Sociologia, Publicidade, Relações Públicas, e Estratégia Organizacional (BROWN; DACIN; PRATT; WHETTEN, 2006).

Independentemente das disciplinas, a identidade das organizações surge como uma questão autoreflexiva no interior da organização no sentido de captar as suas características centrais, distintivas e duradouras (RUÃO, 2006). Esta dimensão interna diz respeito ao que é percebido como sendo essencial para o que a organização é, o que a torna distinta e o que é percebido pelos seus membros como as características que mantêm e desenvolvem a ligação entre o passado e presente da organização (e presumivelmente) o seu futuro.

No entanto, a identidade organizacional possui também uma dimensão externa. Descrita como um conceito de emissão, esta dimensão diz respeito às características únicas de cada organização, que orientam a sua actuação no mercado, e que devem refletir preocupações de construção de imagem externa, ou seja, tudo aquilo que, através de uma multiplicidade de sinais, mensagens e produtos, é oriundo do emissor. É com base nesta multiplicidade de elementos que se definirá a imagem organizacional, como uma interpretação que os públicos fazem dos traços divulgados do carácter da organização (FAVEIRO, 2004; BROWN; DACIN; PRATT; WHETTEN, 2006; RUÃO, 2006). Esta interpretação assume grande relevância na medida em que se consubstanciam em dimensões estratégica para as organizações. Essas dimensões, para além da imagem, são os conceitos de posicionamento e reputação.

Analisar os processos de construção e evolução de identidade implica observar a influência de múltiplos factores, os quais são o reflexo da forma como as organizações fazem “construções”/configurações sobre si próprias, das forças extraindividuais (como os contextos sociais, os grupos de elite ou os agentes organizacionais), dos discursos organizacionais, (como narrativas, estratégias, lideranças), do discurso social e cultural (BROWN; DACIN; PRATT; WHETTEN, 2006).

Para alguns investigadores, a identidade diz, sobretudo, respeito à luta consciente para responder às seguintes questões básicas: O que sou? O que faço? Como devo agir? (ALVESSON, 2001; SVENINGSSON; ALVESSON, 2003; CARROL; LEVY, 2008; ALVESSON *et al.*, 2008). Trata-se de responder ao como é que uma organização se descreve, enquanto persona corporativa “falante” no sentido de “orientar” a interpretação e “significação” que os “stakeholders”, que lhe são pertinentes, fazem do discurso organizacional. Nesta linha de pensamento, e do ponto de vista metodológico, para se

analisar e perceber a identidade das organizações, faz sentido incidir a atenção sobre que discurso as mesmas produzem sobre elas e nas alterações que esse discurso sofre, a fim de descobrir qual a representação que pretendem delas próprias. Assim, centraremos a análise a partir de princípios da Linguística Sistémico-Funcional e da Semiótica Social, seguindo o entendimento de Silvestre (2003, p.16), que defende que o discurso empresarial “não se refere apenas ao discurso que ocorre nas empresas, mas também ao facto de estas existirem como resultado da sua constituição em função de práticas discursivas diversas.”

2.3 AS REPRESENTAÇÕES NO QUADRO DA LSF E DA SEMIÓTICA SOCIAL

Estudar as representações requer um referencial teórico que permita uma análise dos significados produzidos em contexto. Optámos por seguir princípios da Linguística Sistémico-Funcional, uma teoria funcional da linguagem desenvolvida por M. A. K. Halliday, que questiona de que forma o falante usa a língua e a mesma é estruturada no seu uso. A língua é, pois, vista como um sistema semântico de produção de significados que residem em padrões sistémicos de escolha (HALLIDAY, 2004, p. 23). Neste sentido, considera-se que, de entre um potencial de escolhas linguísticas, o falante de uma comunidade discursiva realiza determinadas escolhas numa determinada situação, num determinado contexto cultural e social. Essas escolhas produzem significados, dado que assim se constroem experiências, negociam relações e organizam mensagens com sucesso. Em suma, a linguagem serve para construir simultaneamente aspetos de experiência, de relações e de organização da mensagem e, quando um falante faz uma escolha, realiza três tipos de significado, o que nos remete para as três metafunções de Halliday: ideacional, interpessoal e textual. Estas metafunções são analisadas na oração, unidade central da léxico-gramática, visto que o texto é uma unidade semântica realizada léxico-gramaticalmente, sendo o produto das três metafunções (HALLIDAY, 1978, p. 112).

A abordagem de Halliday foi fulcral para o desenvolvimento da Semiótica Social, que, apesar de adaptar alguns conceitos da Semiótica tradicional, se distancia. Não estuda o signo abstrato e descontextualizado, mas tem em conta o seu uso motivado, com ênfase nos usos e funções sociais dos diferentes sistemas semióticos. Neste âmbito, Kress e van Leeuwen (2006, p. 15) seguem a abordagem de Halliday, como modelo e fonte para pensar sobre processos sociais e semióticos, e desenvolvem a Gramática do Design Visual (KRESS; VAN LEEUWEN, 2006, p. 20).

Estes autores propõem os significados representacional (representação do mundo), interativo (interação com os participantes) e composicional (interação com os seus elementos), que se realizam simultaneamente nas estruturas visuais, e explicitam claramente que não pretendem uma transposição direta entre as estruturas linguísticas e visuais já que nem tudo o que é realizado pelo verbal o é pelo visual ou vice-versa.

Como objetivamos estudar a representação, ou melhor, a (re)construção de experiências, centramo-nos na metafunção ideacional, para o sistema verbal, e no significado representacional, para o visual, seguindo o entendimento de multimodalidade

descrito por Kress e van Leeuwen (2001, p. 20): “The use of several semiotic modes in the design of a semiotic product or event, together with the particular way in which these modes are combined”. Em particular, utilizaremos nos textos multimodais (os sítios web) os seguintes instrumentos analíticos: (i) o sistema da transitividade e (ii) as estruturas de representação, respectivamente.

Considerando a extensão da descrição dos referidos instrumentos, procederemos a uma breve descrição geral dos mesmos. No que respeita a (i), a análise é realizada pelo sistema da transitividade na oração. Este sistema constrói o mundo da experiência através de um conjunto de seis tipos de processos (HALLIDAY, 2004, p. 170). Destes seis tipos, há três principais: (i) os processos materiais (o fazer), (ii) os processos mentais (o saber, o sentir, a consciência, o mundo interior) e (iii) os processos relacionais (relações de experiência, classificação e identificação); e três que se situam na fronteira entre diferentes tipos por partilharem características: verbais, comportamentais e existenciais. O sistema da transitividade permite que se analise a inter-relação entre as categorias semânticas, entre processos (realizados pelo grupo verbal), participantes no processo (realizados por grupos nominais e sintagmas preposicionais ou não representados explicitamente) e circunstâncias associadas ao processo (realizadas por grupos adverbiais e preposicionais). Assim, quando um falante opta por um tipo de processo (o elemento que especifica o participante), representa uma determinada visão da realidade. Para exemplificar esta ideia, atente-se nos seguintes exemplos:

- a) A empresa realiza projetos sustentáveis e inovadores;
- b) A empresa acredita em projetos sustentáveis e inovadores;
- c) A empresa é sustentável e inovadora.

As escolhas “realiza”, “acredita” e “é” materializam concepções da realidade situadas no plano material, mental e relacional (processo material, mental e relacional, respectivamente). No enunciado a), observamos a representação da empresa como um ator social que age, que concretiza acções com potencial criativo e transformador, realçando a sua produtividade e dinamismo; a empresa é denominada Ator. Em b), verifica-se o realce da vertente mental cognitiva da empresa no plano dos seus princípios e valores orientadores; neste caso, o seu papel é de Experienciador. No último enunciado, há uma atribuição de qualidades da empresa que se apresentam como sólidas e imutáveis, remetendo para aspetos da sua estabilidade e fiabilidade; A empresa tem o papel de Portador de determinados atributos. Como se observa, as formas verbais permitem representar visões da realidade situadas em diferentes planos (da transformação do mundo, da cognição, da emoção, da identidade, entre outros).

Para a análise do visual, recorreremos às estruturas de representação que se dividem em dois tipos: a representação narrativa e a representação conceptual. Estas estruturas subdividem-se e não são estanques pois, à semelhança do verbal, o texto visual pode ser multidimensional. A representação narrativa descreve os participantes em processos de ação ou de transformação, havendo sempre a presença de um vetor e que, de acordo com o seu tipo e número de participantes, se inclui em determinado processo. A representação concetual diz respeito à representação estática, em particular, à classificação (características) dos participantes, à sua estrutura e à sua essência, havendo lugar a diferentes tipos de processos.

3 METODOLOGIA: SELEÇÃO DE CASO E TRATAMENTO

Para avançar no estudo desta realidade, centramo-nos num estudo de caso. O tipo de estudo que apresentamos enquadra-se no que a metodologia descreve como estudo de caso. Neste âmbito, pretendemos realizar um estudo de caso único (a análise da primeira página web de uma empresa) e instrumental, pois pretendemos que a análise permita compreendermos um assunto geral (STAKE, 1995, p. 39). Este pode ser descrito como uma pesquisa empírica que investiga um fenómeno contemporâneo no contexto da vida real (YIN, 2003, p. 13) e que pode ser adequada a entidades como grupos sociais, comunidades, instituições ou organizações (DUFF, 2008, p. 33-34), no âmbito da Linguística Aplicada, da Sociologia, da Antropologia, da Educação e da Ciência Política. Deste modo, o nosso estudo de caso é único, de natureza exploratória e comparativa, no sentido em que se reporta a uma empresa, em particular na sua primeira página internet a dois momentos temporais: 2011 e 2016. Com a incidência da análise sobre dois momentos temporais com um intervalo de 5 anos, pretendemos verificar a (in)existência de alterações, relevantes, tanto do ponto das escolhas verbais como das visuais, que sugiram alguma mudança na representação pretendida pela organização. E, como os sítios são processos contínuos e não estáticos (LYNCH; HORTON, 2001, 2), é fulcral datar a informação à qual se acede. Assim, para efeitos de análise de *corpora*, em 2011, a página foi recolhida a 10 de fevereiro, e, em 2016, a 3 de março.

O primeiro passo do estudo consistiu na recuperação dos resultados do estudo realizado por Marques (2011), a partir dos quais se procedeu à comparação dos elementos discursivos verbais e visuais entre os períodos acima referidos, considerando que a página de 2011 já não se encontra disponível online.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Numa primeira análise, observámos a semelhança na estrutura de cada uma das primeiras páginas dos sítios web (quadro 1):

Quadro 1 – Comparação da estrutura das páginas

1ª Página	
2011	2014
<u>Link para:</u> . Empresa . Produção . Obra . Contactos	<u>Link para:</u> . Empresa . Produção . Projectos . Notícias . Contactos

Numa segunda fase, observámos a existência de uma discrepância no que respeita à quantidade de informação na 1.ª página, como se resume no quadro 2:

Quadro 2 – Comparação da quantidade de informação nas páginas

DISCREPÂNCIA	
2011	2014
.1 texto com 62 palavras	. 1.º texto com 92 palavras . Notícias: início e link para notícias . Fotos de projetos . Mapa com os mercados . 2.º texto com 50 palavras . Números (área coberta, capacidade de produção, colaboradores, expansão).

Para além da quantidade de informação, a diferença entre as páginas reside também no tipo de página: a primeira é estática enquanto a segunda é dinâmica. Também realçamos o facto de a página de 2016 já conter a tradução da informação em Inglês e em Francês, o que revela, naturalmente, interesse na internacionalização. Cingindo-nos ao foco desta investigação, interessa observar se o discurso entre as páginas se mantém ou se existem diferentes escolhas léxico-gramaticais e visuais. Como tal, não se apresenta uma análise exaustiva: observa-se apenas a inclusão/exclusão da empresa e o tipo de representação (visual) e de processos utilizados (verbal).

Na primeira página de 2011, a empresa não é apresentada verbalmente como participante, conforme se pode observar no texto:

Actualmente, as grandes construções exigem uma execução mais rápida, estruturas mais leves e versáteis.

As interpretações arquitectónicas trazem novas formas volumétricas e os prazos de execução são cada vez mais curtos. Neste quadro a construção metálica e/ou mista (betão/aço) apresenta-se como mais vantajosa a todos os níveis.

A sua grande versatilidade e a incorporação de menor mão-de-obra torna-a uma opção cada vez mais frequente. (ELECTROFER, 2011)

Verifica-se aqui o recurso a nominalizações (e.g. as grandes construções; as interpretações arquitectónicas), pelo que não se representa o envolvimento humano, ou melhor, são conferidas qualidades humanas a entidades abstratas. Decorrente das nominalizações, verifica-se um predomínio de processos relacionais (e.g. “A construção metálica e/ou mista (betão/aço) apresenta-se como mais vantajosa.”) e de processos materiais (e.g. “As interpretações arquitectónicas trazem novas formas volumétricas.”) e de um processo mental (“As grandes construções exigem uma execução mais rápida, estruturas mais leves e versáteis.”). Os primeiros participantes das orações remetem para a Construção, excluindo-se a representação verbal da empresa. Que implicações têm estas escolhas?

Observe-se o seguinte enunciado: “As grandes construções exigem uma execução mais rápida, estruturas mais leves e versáteis.” Em primeiro lugar, as construções surgem com consciência, seguidas de uma nominalização “execução”. Ora, o produtor do texto poderia manter o mesmo participante, incluindo a empresa em enunciados como:

- as grandes construções exigem que executemos o trabalho rapidamente;
- ... exigem que a [nome da empresa] execute ou

c) ... exigem que a nossa empresa execute.

Mais, o produtor do texto poderia dar primazia à empresa, colocando-a como primeiro participante:

d) nós desenvolvemos grandes construções... ou

e) a [nome da empresa] desenvolve grandes construções... .

Se assim fosse, a empresa seria incluída como Actor visto o processo ser material (de ação, fazer). No entanto, todo o texto está construído por nominalizações. É uma escolha que implica uma organização do texto em termos de ideias (EGGINS, 2004, p. 95) e não em termos de nós próprios. O uso de nominalizações permite a construção de um discurso objectivo que, pela sua natureza, se associa ao discurso técnico-científico (THOMPSON, 2004, p. 230) e que apresenta dados adquiridos objetivos. Também, de acordo com Halliday (2004, p. 657), esta escolha do uso de nominalizações remete para um discurso especialista, passando a ser uma marca de poder ou de prestígio.

Quanto ao texto visual, a página apresenta o logótipo seguido da fotografia de parte de uma ponte moderna. Trata-se, neste caso, de uma representação concetual, de acordo com a Gramática do Design Visual. A representação concetual subdivide-se em três tipos, de acordo com as características do texto visual. Neste caso, encontramos uma estrutura de Parte-Todo, o que se encaixa na representação analítica. Como a fotografia permite que se veja parte de uma construção metálica, situamo-nos numa representação parcial do elemento, integrando-se na representação analítica inclusiva. Especificando, entendemos que a construção metálica faz parte de um Todo. É, pois, um Atributo Possessivo (que, por não estar totalmente representado, é inclusivo) que pertence ao Todo, ao Portador. Neste caso, o Portador é empresa, representado pelo seu logótipo.

No conjunto da primeira página, que relações são estabelecidas entre o verbal e o visual? Em ambos os textos o principal participante é a construção, os processos e os materiais utilizados. São as obras que “exigem” enquanto a empresa não está representada. No visual, repete-se a ideia de inovação, pela estrutura metálica, mas a empresa está presente como Portador.

Em termos de relações intersemióticas, concluímos que se verificam relações de complementaridade de significado que se realizam ao nível da expansão de significado. Em concreto, o texto verbal expande o visual em termos de significados.

No que respeita ao novo sítio, em termos gerais, observa-se, ao contrário do sítio anterior, a presença da empresa no texto verbal. Não obstante, verificam-se nominalizações cujo impacto na representação foi enunciado anteriormente, as quais, à semelhança da página de 2011, enfatizam a Construção. Na página, disponível em <<http://www.electrofer.pt/pt/>>¹, a empresa é representada verbalmente de formas distintas: (i) logo no início, no slogan em destaque, na desinência da 1.ª pessoa do plural, com projeção no futuro (“Estamos no futuro”); (ii) através do seu nome associado à terceira pessoa do singular (“Electrofer percorreu os últimos 30 anos”); (iii) também, ao incluir o cliente como participante, se inclui, pelo uso do pronome pessoal: “Conheça agora o que nos trouxe até aqui”; (iv) como segundo participante pós-modificador em “tornaram as soluções Electrofer”. Estas escolhas de inclusão de participante refletem representações diferentes, nomeadamente em termos de inclusão do traço semântico

¹ <http://www.electrofer.pt/> (acedido em 22/01/2018).

“humano”. Com efeito, no primeiro caso, a empresa é um participante humano, mas não se encontra materializado visto haver uma elipse do pronome pessoal sujeito. Note-se igualmente que, ao contrário do sítio de 2011, observa-se o estabelecer de relação com o público “Conheça agora o que nos trouxe até aqui”.

Salienta-se ainda que, entre o slogan e o restante texto, há uma discrepância de projeção futuro-passado, pois, no slogan, o participante projeta-se para o futuro (“Estamos no futuro”), como Portador, mas, no texto, remete para a experiência acumulada ao longo dos anos, como Ator (“Electrofer percorreu os últimos 30 anos desenhando soluções chave-na-mão”).

No que respeita ao conteúdo seguinte, “NOTÍCIAS”, procedeu-se à análise geral do que se encontra visível nesta primeira página (os destaques). Nestas notícias, relacionadas com obras/parcerias internacionais, a empresa surge também com o seu nome, sujeito na 3.ª pessoa do singular, tendencialmente como Ator de processos materiais. Na 1.ª notícia, podemos afirmar que existe uma complementaridade de processos entre visual e verbal no sentido em que há um processo material (“Fábrica de papel Venezuela” “A Electrofer ganhou concurso para fábrica de papel na Venezuela”) repetido (“A Electrofer ganhou o concurso para obra de construção [...]” e no visual há uma representação narrativa (num estaleiro, encontram-se pessoas, material de construção, um camião e uma grua). Distinguem-se no sentido em que na fotografia é dada total ênfase à Meta (o participante a quem é dirigida a ação), ou seja, os elementos relativos à construção, com menor enfoque nos humanos, enquanto no verbal essa ênfase é partilhada entre empresa e obra.

Na 2.ª notícia, em termos visuais, observa-se uma fotografia com uma paisagem correspondente a um grande rio e às suas margens. Trata-se de uma representação concetual simbólica. Associada ao texto verbal, corresponde ao complemento circunstancial de lugar. No texto verbal, o local descrito é estendido a “Serra Leoa”, funcionando como complemento e como principal participante. No entanto, aí, a empresa está representada como Portador num processo Relacional Circunstancial (“está em consórcio”): “Consórcio Electrofer/MSF” “Pontes metálicas em Serra Leoa” “Para o concurso da construção de pontes metálicas em Serra Leoa, a Electrofer está em consórcio com a MSF [...]”.

Na última notícia, observa-se uma imagem onde se destacam prédios. É uma estrutura narrativa que, à semelhança da primeira fotografia, tem ações constituídas pelos vetores e pelas Metas que decorrem sem que se saiba quem ou o que as desencadeou. Neste caso, a Meta é o que no texto verbal é “soluções habitacionais” e “habitações modulares”. Verbalmente há a presença da empresa como Ator (“A Electrofer acaba de estabelecer protocolos [...]”).

É importante salientar que as fotografias em questão devem ser encaradas como uma representação complexa no sentido em que, por um lado, se pode analisar individualmente a fotografia apenas na sua relação com o texto verbal, ou, por outro lado, se pode considerar o logótipo da empresa, mesmo sem se proceder a uma análise da metafunção textual. Com efeito, este último entendimento compreende o conjunto como uma unidade visto que o logótipo da empresa permanece no topo da página web, mesmo quando se percorre o sítio no sentido vertical.

Quanto aos “PROJECTOS”, representados por fotografias de obras realizadas, observamos uma representação concetual analítica inclusiva para todos os casos, i.e., incidência nos Atributos. A representação deste tipo caracteriza-se pela ausência,

nomeadamente, de vectores ou de simetria composicional, que Kress e van Leeuwen (2006, p. 91) entendem ser a opção mais elementar do sistema de representação visual (KRESS; VAN LEEUWEN, 2006, p. 91). Considerando a estrutura de Parte-Todo, relembra-se a presença recorrente do logótipo da empresa, que funcionou como Portador, e dos Atributos da empresa, representados pelas obras em construção e já realizadas.

Para além da presença do logótipo, que se mantém presente ao longo da página dinâmica, já referido anteriormente, consideramos o elemento cor como elemento integrador da identidade da empresa. A cor é, pois, usada ideacionalmente por denotar especificamente a empresa. Pese embora este estudo não se centre no propósito do uso das cores e da tipografia, que se entendem como recursos semióticos, nem na metafunção textual, observamos a função da cor pela promoção de coesão, criando unidade entre as diferentes partes do sítio.

Na parte “MERCADOS”, associado a um mapa há um texto verbal. Em termos visuais, observam-se no mapa todos os continentes e países onde a empresa está presente. A opção de representação visual corresponde a uma representação analítica, pois consideram-se os países como Atributos da empresa (o Portador). Dentro da dimensão analítica, o processo pode ser estruturado, por estar presente o Portador ou, na sua ausência, não-estruturado. No caso em análise, consideramos a presença da empresa por meio da cor (laranja), pelo que se trata de um processo analítico estruturado. Em termos verbais, verifica-se complementaridade de participantes e de processo: “A Electrofer tem presença industrial em Portugal e a sua presença global afirma-se em construções na Europa, América do Sul, Ásia e África.” Em concreto, trata-se de uma complementaridade com expansão de significados, já que o mapa é mais especificador.

Com a explanação da análise, procuramos responder ao objetivo do artigo: perceber o que revelam as escolhas semióticas desta organização sobre a sua identidade presentes na primeira página da internet. Da análise realizada, verifica-se a existência de alterações, relevantes, tanto do ponto verbal como visual, que sugerem uma mudança de objetivos na representação pretendida pela organização, em termos de reforço de alguns dos traços de identidade.

Se, quando falamos de identidade, procuramos respostas para o que somos, fazemos e de como devemos agir (ALVESSON, 2001; SVENINGSSON; ALVESSON, 2003; CARROL; LEVY, 2008; ALVESSON *et al.*, 2008), na análise da componente verbal do sítio de 2011, encontramos elementos claros para responder ao *que a organização faz*. É evidente: (i) o esforço de enquadramento no setor de actividade das construções metálicas e (ii) a ênfase dada a entidades abstratas (“construção”, “materiais”) que remetem para o seu *saber fazer*. No entanto, a empresa exclui-se verbalmente (não há nome, pronome ou elemento humano). Esta exclusão pode ser entendida, pelo menos, como alguma falta de assertividade do ponto de vista de uma resposta à pergunta quem é.

A análise da componente verbal de 2016 permitiu identificar elementos que apontam para uma evolução de representação. Se, por um lado, o que ela faz, ou seja a sua “profissão”, segundo Téveneth (1997) ou os seus atributos, de acordo com Cunha et al. (2005) continua presente e até é reforçado, por outro, encontramos elementos explícitos de representação *do quem sou*. Este reforço é observável pela inclusão de elementos como o nome da empresa (“Electrofer percorreu”), pronomes pessoais (“o que nos trouxe...”) e desinência da primeira pessoa do plural (“estamos no futuro”).

Arriscamos afirmar que esta inclusão revela um esforço de se mostrar mais participante e mais ativa no seu sector de actividade por oposição a 2011.

Da análise da componente visual do sítio, concluímos que o número de imagens aumenta substancialmente de um período temporal para outro, sendo mesmo dominante relativamente ao verbal. Tal pode revelar uma estratégia do ponto de vista da representação pretendida que passe mais pela dimensão visual do que verbal. Com efeito, o predomínio da imagem pode visar reforçar a ênfase na “construção” (o que faz).

Em termos de relações intersemióticas, verifica-se, em geral, uma complementaridade de significados. Esta complementaridade identificada entre as componentes verbais e visuais permite-nos, também, confirmar que é ao domínio das “soluções de construções metálicas” que a empresa procura dar centralidade e singularidade, de acordo com o descrito por Van Riel e Frobrum (2007) e Ruão (2006).

Os argumentos usados para sustentar a centralidade são obtidos por unidades de texto como “obra feita” e a capacidade actual de se aliar a outros, ou seja, pelo que fez e pelo que faz. É neste referencial histórico que encontramos, igualmente, elementos que permitem identificar o esforço de continuidade, como descrevem Van Riel e Frobrum (2007), que estabelece a ponte entre o passado (“[...] apoiadas por 30 anos de experiência e logística em montagem, conseguem responder a desafios tão diferentes em todo o mundo.”), o presente (“[...] está em consórcio [...]”; “[...] acaba de estabelecer protocolos [...]”) e o futuro (“Estamos no futuro”). As alterações encontradas parecem indicar que organização procura explorar mais as potencialidades deste meio de comunicação do ponto de comunicar os traços centrais da sua identidade. Podemos afirmar que este sítio online é um espaço para a organização se expressar, como persona corporativa, se dar a conhecer em busca de determinado posicionamento no ambiente que lhe é relevante, ou seja, é uma verdadeira “extensão” daquilo que ela é e faz, de acordo com Poster (1995). Os “exercícios” semiótico-discursivos que evidenciámos revelam que houve uma evolução da sua identidade, no espaço de quatro anos. Essa evolução é visível, sobretudo, na sua dimensão de atuação: nesse período de tempo, passa de uma empresa de dimensão local/nacional para uma empresa com dimensão global. Ao introduzir mais dinamismo, mais do que uma opção linguística, mais informação, e complementada com imagens que reforçam o texto, como a referência aos quatro continentes e a inclusão do mapa, a organização procura também um novo posicionamento e imagem. Uma organização que evolui de um posicionamento e imagem assentes na sua capacidade de actuação local ou nacional para um posicionamento que a coloque em ação num contexto globalizado.

Contudo, se, por um lado, este caso revela que houve uma evolução, no sentido em que o seu discurso se tornou mais assertivo em termos de quais os traços da sua identidade que a empresa pretende projetar, por outro, partindo da matriz orientadora dos estudos de identidade (o que sou, o que faço e como devo agir), seria de esperar que a organização fosse mais além, no discurso sobre si própria.

Como referimos anteriormente, o discurso desta organização está centrado na sua “expertise”, nos seus atributos “profissionais”, ou seja, assenta em variáveis de natureza factual, tanto na dimensão verbal como visual. A organização pretende projetar-se sobretudo pelo que faz. Ora, de acordo com literatura sobre identidade (ALVESSON, 2001; SVENINGSSON; ALVESSON, 2003; BROWN; DACIN; PRATT; WHETTEN, 2006; RUÃO, 2006; VAN RIEL; FROBRUM, 2007; CARROL; LEVY, 2008;

ALVESSON *et al.*, 2008), seria expectável encontrar, na sua expressão de identidade, também elementos da cultura organizacional não só factuais, mas também de natureza emocional, com carácter filosófico e ideológico, como a sua missão, os seus valores e princípios orientadores.

5 CONCLUSÕES

O impacto que o surgimento da internet teve nas organizações, nomeadamente na capacidade de gerar e divulgar conhecimento sobre as suas estratégias de ação, no sentido de se posicionarem como personas corporativas com capacidades discursivas relevantes para os contextos em que actuam, é hoje inegável.

A análise da página online desta organização permite perceber que, neste caso, e em cinco anos, (a) a organização percebeu a importância e as potencialidades que este meio oferece do ponto de vista comunicacional. Reflexo dessa evolução é o facto de ter evoluído de estática para dinâmica, tornar-se mais apelativa do ponto de vista visual e mais completa do ponto de vista textual; (b) claramente este meio é usado como plataforma de expressão da sua identidade, usada para gerar conhecimento, sobretudo sobre as capacidades técnicas da organização (c) cinco anos depois é possível saber mais sobre essa identidade e as escolhas semióticas-discursivas revelam mais assertividade e mais complexidade, na forma como se representa; (d) essa evolução demonstra que, nesse período de tempo, a organização fez um esforço de desenvolver a sua identidade, tornando-a mais complexa, na forma como pretende ser percebida (posicionamento e imagem).

No entanto, do ponto de vista das potencialidades deste meio, como plataforma de projeção de identidade organizacional, a análise das escolhas semiótico-discursivas revelam algum desequilíbrio nas dimensões que os estudos de identidade apresentam como orientadores. Este desequilíbrio faz-se sentir na medida em que a organização se apresenta sobretudo como um agente económico com capacidade técnica, descurando a dimensão social que hoje é exigida às organizações e esta discrepância pode ter repercussões nos referidos elementos estratégicos como o posicionamento e imagem.

6 CONTRIBUTOS E LIMITAÇÕES DO ESTUDO

Estes resultados devem, sobretudo, servir para profissionais e formadores em comunicação refletirem sobre a mais valia de abordagens de natureza multidisciplinar, no estudo dos processos comunicacionais das organizações, e sobre a forma como os objetivos de comunicação são definidos, construídos e geridos no contexto das organizações. O conhecimento e a aplicação dos princípios provenientes da Linguística Sistémico-Funcional e da Semiótica Social podem ser (a) uma preciosa ferramenta de avaliação para a qualidade do discurso e atuação organizacional, (b) um instrumento orientador para a produção de conteúdos (verbais e visuais) nos meios online, e não só, (c) um suporte director para a definição de objetivos sobre a identidade das organizações e suas ações comunicacionais.

No que respeita às **limitações** identificadas, salientam-se dois aspectos: o facto de (i) esta investigação se tratar de um estudo de caso de natureza exploratória que incide apenas numa dimensão de análise da identidade (interna) e (ii) se realizar uma análise restrita a apenas a uma pequena parte dos elementos verbais e visuais que integram o sítio da organização. A identificação destas limitações permite, no entanto, a progressão da investigação. Para tal, como **perspetivas futuras**, pretende-se alargar o estudo: (i) à totalidade dos elementos que integram o sítio online e comparar resultados e (ii) no sentido de entender as dimensões externas da identidade desta organização. Também se objetiva estendê-lo a outras organizações com características similares e aplicar outras tipologias qualitativas, como entrevistas aos protagonistas.

REFERÊNCIAS

- ALVESSON, M.; ASHCROFT, K.; THOMAS, R. Identity matters: Reflections on the construction of identity scholarship in Organizations Studies. *Organization*, v. 15, n. 1, p. 5-28, 2008.
- ALVESSON, M. Knowledge work: Ambiguity, image and identity. *Human Relations*, v. 54, n. 7, p. 863-886, 2001.
- BROWN, T. J.; DACIN P. A; PRATT .G.; WHETTEN, D. A. Identity, intended image, construed image, and reputation: An interdisciplinary framework and suggested terminology. *Journal of the Academy of Marketing Science*, p. 34-99, 2006.
- CARROL, B.; LEVY, L. Defaulting to management leadership, defined by what is not. *Organizations Articles*, v. 15, n. 1, p. 75-96, 2008.
- CASTELLS, M. A. *Sociedade em rede: A era da informação: Economia, sociedade e cultura*. (Vol. I). Lisboa: Fundação Calouste de Gulbenkian, 2002.
- CUNHA, M.P.; REGO, A.; CUNHA R.C.; CABRAL-CARDOSO, C. *Manual de comportamento organizacional*. Lisboa, RH: Editora, 2005.
- DUFF, P. *Case study research in Applied Linguistics*. New York: Lawrence Erlbaum Taylor & Francis Group, 2008.
- EGGINS, S. *An introduction to Systemic Functional Grammar*. 2nd ed. London/New York: Continuum, 2004.
- ELECTROFER (2011). Primeira página. Disponível a 10 de fevereiro de 2011. Link não ativo.
- ELECTROFER (2016). Primeira página. Disponível a 03 de março de 2016 em <<http://www.electrofer.pt/pt>>
- FAVEIRO, M. H. *Identidade e imagem organizacional*. Lisboa: Universidade Lusíada, 2004.
- FERREIRA, G. B. *Comunicação, media e identidade: Intersubjetividade e dinâmicas de reconhecimento nas sociedades modernas*. Lisboa: Edições Colibri, 2009.
- FUCHS, C. Information and communication technologies and society: A contribution to the critique of political economy of the internet. *European Journal of Communication*, v. 24, n. 1, p. 69-87, 2009.
- HALLIDAY, M. A. K. *Language as social semiotic: The social interpretation of language and meaning*. London: Edward Arnold, 1978.
- HALLIDAY, M. A. K. *An introduction to Functional Grammar*. 3rd ed. revised by C. M. I. M. Matthiessen. London: Arnold, 2004.
- HEATH, R. L. New communication technologies: An issues management point of view. *Public Relations Review*, v. 24, n. 3, p. 273-288, 2000.
- JACKSON, M. Should emerging technologies change business communications scholarship? *Journal of Business Communication*, v. 44, n. 1, p. 3-12, 2007.
- KRESS, G.; VAN LEEUWEN, T. *Multimodal Discourse: The modes and media of contemporary communication*. London: Arnold, 2001.

- KRESS, G.; VAN LEEUWEN, T. *Reading images: The grammar of visual design*. 2nd ed. Oxford: Routledge, 2006.
- LYNCH, P.; HORTON, S. *Web Style-Guide: Basic design principles for creating Websites*. 2nd ed. New Haven: Yale University Press, 2001.
- MARQUES, G. *Representações na cultura empresarial: Um estudo de caso*. 2011. Tese de doutoramento não publicada, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- MELÃO, N. F.; LOPES, L. A. O desempenho de websites organizacionais: Uma proposta de modelo avaliador. *Gestão e Desenvolvimento*, n. 21, p. 57-81, 2013.
- MIDDLEBERG, D. *Relaciones públicas en un mundo interconectado*. Barcelona: Deusto, 2001.
- PINHO, J. B. *Internet como instrumento de Relações Públicas: Vantagens e limitações*. 2002. Disponível em: <www.portal-rp.com.br>. Acesso em: 22 set. 2002.
- POSTER, M. CyberDemocracy: Internet and the public sphere. 1995. Disponível em: <http://se.unisa.edu.au/vc~essays.html>. Acesso em: 21 jan. 2010.
- RUÃO, T. *Marcas e identidades*. Porto: Campo de Letras, 2006.
- SILVESTRE, C. *Permanências e mudanças nas relações de género no discurso empresarial: das representações às práticas de chefia - um estudo de Análise Crítica do Discurso*. 2003. Tese de doutoramento não publicada, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- SOBREIRA, R., O impacto de factores de natureza tecnológica na comunicação das organizações e nas profissões da comunicação. *Exedra: Revista Científica*, n. 7, p. 51-62, 2013.
- STOHL, C. Globalizing organizational communication. In: JABLIN, F. M.; PUTNAM, L. L. (Eds.), *The new handbook of communication: Advances in theory, research and methods*. Sage Publications, p. 323-375, 2001.
- SVENINGSSON, S.; ALVESSON, M. Managing Managerial Identities: Organizational Fragmentation, Discourse and Identity. *Human Relations*, v. 56, n. 10, p. 1163-1193, 2003.
- THÉVENET, M. *Cultura de empresa – Auditoria e mudança*. Lisboa: Monitor, 1997.
- THOMPSON, G. *Introducing Functional Grammar*. 2nd ed. London: Edward Arnold, 2004.
- THORNE, K. Designing virtual organizations? Themes and trends in political and organizational discourses. *Journal of Management Development*, v. 24, n. 7, p. 580-607, 2005.
- VAN RIEL, C. B. M.; FOMBRUM, J. *Essentials of corporate communications*. New York: Routledge, 2007.
- WAKEFIEL, R. I. Theory of International Relations, the Internet and Activism: a Personal Reflection. *Journal of Public Relations Research*, v.20, n. 1, p. 138-157, 2008.
- YIN, R. *Case study research*. 3rd ed. London: Sage, 2003.

Recebido em: 09/05/17. Aprovado em: 12/01/18.

Title: *Construction and Development of the Organizational Identity: Analysis of an Organization's Website*

Authors: *Rosa Maria Sobreira; Gorete Marques*

Abstract: *The way organizations nowadays position themselves in front of their multiple stakeholders and society necessarily implies the use of different technological means. This article of an interdisciplinary nature intend to analyze verbal and visual discursive practices present on the first page of the website of a Portuguese company in 2011 and 2016. Thereunto, the text follows the principles of Systemic Functional Linguistics and Social Semiotics applied to the Business Discourse, using the transitivity system (HALLIDAY, 2004) and the structures of representation (KRESS; VAN LEEUWEN, 2006). With this framework, the work seeks to know how the company represents itself and how this representation has evolved in time in an exercise of adaptation to its own contextual reality. The results show a clear evolution in the way the company is represented, but some imbalance in the dimensions that the studies of identity present as guiding.*

Keywords: *Online communication. Representations. Organizational identity.*

Título: *Construção y desarrollo de la Identidad Organizacional: análisis del sitio Web de una organización*

Autoras: *Rosa Maria Sobreira; Gorete Marques*

Resumen: *El modo como las organizaciones se tienen posicionado actualmente, frente sus múltiples stakeholders y la sociedad pasa necesariamente por el recurso a diferentes medios tecnológicos. Este artículo de índole interdisciplinar pretende analizar prácticas semiótico-discursivas presentes en la portada del sitio web de una empresa portuguesa en 2011 y en 2016. Para ello, el texto se basa en los principios de la Comunicación Organizacional, de la Lingüística Sistemico-Funcional y de la Semiótica Social, aplicados al Discurso Empresarial, utilizando el sistema da transitividad de Halliday (2004) y las estructuras de representación de Kress y van Leeuwen (2006) cómo instrumentos de análisis. Con este encuadramiento, procura saber cómo la empresa se representa, cómo se define y se presenta en el tempo, en un ejercicio de adaptación a su realidad contextual. Los resultados presentados revelan una clara evolución en el modo como la empresa se representa, pero alguno desequilibrio en las dimensiones que los estudios de identidad presentan como orientadores.*

Palabras clave: *Comunicación en línea. Representaciones. Identidad Organizacional.*



Este texto está licenciado com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1982-4017-180108-6317>

EU, NÓS E A INSTITUIÇÃO: FORMAÇÕES IMAGINÁRIAS SOBRE A AULA*

Eliane Maria Cabral Beck**

União de Ensino Superior do Paraná
Faculdade de Ciência e Tecnologia
Palotina, PR, Brasil

Resumo: Este artigo discute as formações imaginárias relativas a manifestações discursivas de docentes, gravadas em aulas em uma instituição de ensino superior privada. Alguns questionamentos nortearam a investigação: como o professor imagina sua aula e de onde vem esse imaginário; o que ele ensina para além dos conhecimentos sistematizados; e como a relação professor/aluno via discurso ocorre em sala de aula. O corpus é constituído de recortes de cinco aulas gravadas no curso de Administração, de cinco professores com formação em diferentes áreas. O referencial teórico é a Análise do Discurso de Linha Francesa. Como resultado, o texto constatou que, no momento em que o professor verbaliza, ocorre a incompletude, a falha, pois o conhecimento que possui está imbricado com o simbólico. Também verificou que a aula é mais do que uma prática de transmissão de conhecimentos científicos, pois o professor, determinado pelo imaginário constituído socialmente, reproduz valores, papéis e modos de pensar socialmente cristalizados.

Palavras-chave: Formações imaginárias. Aula. Professor.

1 INTRODUÇÃO

Ao analisar as aulas proferidas por professores de uma instituição de ensino superior privada, observou-se que a transmissão dos conhecimentos chamados científicos, na grande maioria das vezes, ocorre por meio de aulas expositivas. Prevalece, portanto, o método tradicional, em que o professor se posta em frente aos alunos e expõe os conteúdos, por meio de aula expositiva, método este utilizado no processo de ensino/aprendizagem, não só no ensino superior, como também no ensino médio e nas séries mais avançadas do ensino fundamental. Essa utilização da exposição oral deve-se, segundo Gil (2007), a fatores como a economia, a flexibilidade, a versatilidade, a rapidez e a ênfase no conteúdo.

Na maioria das vezes, “o intenso uso da exposição oral deve-se muito mais a circunstâncias de natureza administrativa, por ser uma estratégia econômica, flexível, rápida e que pode ser aplicada mesmo por quem não detenha muitos conhecimentos pedagógicos.” (GIL, 2007, p. 138). Há, também, a ideia de que a aula expositiva facilita a apresentação organizada do conteúdo, permite a comunicação e é útil para a

* Este texto é parte da tese de Doutorado em Letras apresentada na Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Unioeste, sob orientação do professor Dr. João Carlos Cattelan.

** Doutora em Letras pelo Programa de Pós-Graduação em Letras, Campus de Cascavel. Coordenadora do Curso de Artes Visuais – Uespar/Facitec – Palotina-Pr. E-mail: eliane.c.b@uol.com.br

apresentação de conteúdos que ainda não estão disponíveis nos livros. Percebe-se que tudo se organiza para que o conteúdo tenha um lugar de destaque, pois é para isto que o professor é contratado: transmitir os conteúdos de determinadas disciplinas que fazem parte de um curso que tem como objetivo certificar os acadêmicos para uma determinada profissão, neste caso, formar administradores de empresas.

A exposição de conteúdos em sala de aula está sujeita, portanto, ao uso de uma língua, submetida a uma ideologia e condicionada por visões de mundo. Ao entrar em sala de aula para trabalhar com ementas já determinadas, o professor não só transmite conteúdos, mas produz modos de pensar, veicula valores, enuncia palavras por trás de outras palavras. Os professores deixam transparecer, via discurso, não ditos, palavras sob palavras, valores, produzindo efeitos de sentido que permitem a continuidade e a repetição do sempre lá e do mesmo.

Palavras, expressões e sequências, ao serem retomadas pelo professor em situação de ensino, não têm os mesmos sentidos utilizados pelo cientista, pelo banqueiro, pelo matemático ou pelo engenheiro. Ao utilizá-las em situação de ensino, o professor trabalha com efeitos de sentido que escapam ao que os profere. Na posição de quem ensina, há palavras sob as palavras, misturando o científico e o não científico e o conceito e o senso comum. Há uma mescla entre quem enuncia e o professor e a pessoa que ocupa outra posição fora da instituição: não um e outro, mas o mesmo que, devido às restrições a que está submetido, cristaliza via discurso aquilo que não pode ser dito por meio dos desvios.

No discurso do professor em sala de aula, percebe-se que tudo já foi dito em outro lugar e em outro momento e ele reforça isso: “vocês já viram”, “vocês já sabem”. Porém, ao retomar, em outra condição histórica, o dito de outra forma, com outro “valor”, é um professor universitário numa instituição de ensino superior quem diz. Que outro valor é esse? As aulas são paráfrases de outras aulas, porém o professor se responsabiliza como dono do dizer; é ele quem diz e isso auxilia a cristalização de valores e crenças.

Se a aula é um momento em que o professor estabelece um diálogo com o aluno e o conhecimento é construído nessa relação, esses enunciados produzidos em sala têm uma base que é a língua. Como aponta Pêcheux (2010 [1969]), existe uma base linguística regida por leis internas sobre a qual se constituem os processos discursivos. A língua, assim, deve ser vista como em funcionamento e se deve, então, tornar operacional o léxico e as regras, sem cair no subjetivismo empírico. Deve-se, ainda, entender que, para o linguista, os efeitos de sentido não são subjetivos: eles passam por uma fase de análise linguística, mas esta deve ser deslinearizada, sem cair na tentativa de uma semântica universal.

Pêcheux e Fuchs (2010 [1975], p.175) fazem referência à enunciação, vista como processo que consiste em uma série de determinações sucessivas que têm como características colocar o dito e rejeitar o não dito. A enunciação equivale, pois, a colocar fronteiras entre o que é selecionado e tornado processo aos poucos e o que é rejeitado, porém com a ciência de que ela é dirigida pelo inconsciente, que conduz a escolha dos recursos, da sintaxe e da modalização, dentre outros.

Ao examinar como as aulas são ministradas, busca-se, na análise a seguir, perceber o que os professores dizem de si e da relação com os acadêmicos e como o conteúdo é trabalhado em sala.

2 APONTAMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

As aulas foram gravadas com a anuência dos professores. No entanto, não foram revelados os dias, nem quais e nem quando, para que não houvesse, por parte destes, uma alteração em sua prática, já que poderia haver um “controle” maior do discurso do professor em sala.

A perspectiva teórica da pesquisa em que se fundamenta o analista do discurso é de base interpretativa e o método é aquele próprio à AD. Dessa forma, quando se embasa a pesquisa sob o enfoque interpretativo da AD, parte-se da premissa maior de que se desenvolvem interpretações da vida social e do mundo sob uma perspectiva cultural e histórica. Uma pesquisa de cunho interpretativo sempre é adjetivada como sendo crítica, pois todo conhecimento é influenciado por relações de poder, que são de natureza social e estão historicamente constituídas, e os discursos não podem ser separados do campo dos valores e da ideologia.

Neste trabalho, os sujeitos são os professores de um curso de Administração de faculdade particular. A pesquisa realizada pode ser caracterizada como de campo, pois a pesquisadora, além de buscar as informações naquele espaço, é também professora da instituição. Os participantes, portanto, sujeitos professores, com formação advinda de áreas diferentes, e compõem um grupo que leciona em um curso específico.

A escolha dos termos *instrumentos* e *procedimentos* na pesquisa foram adotados a partir dos seguintes critérios: os instrumentos são vistos como meios de coleta do *corpus*, neste caso, entrevistas semiestruturadas e gravação de aulas na forma de áudio, que também foram objeto de investigação; os procedimentos são vistos como a análise das aulas gravadas, que não seguem um roteiro elaborado por meio de fichas, mas correspondem à teoria adotada: foi realizada a transcrição das aulas e recortadas as sequências discursivas na forma de segmentação do *corpus* baseada na unidade temática definida para a investigação proposta.

O *corpus* foi coletado por meio da análise das respostas produzidas pelos professores nas entrevistas e dos enunciados produzidos em sala de aula por cinco professores pertencentes à instituição.

Nesse sentido, a pesquisa teve um caráter qualitativo-interpretativista, com o intuito de desenvolver o que Orlandi (2015, p. 61) denomina como “exaustividade vertical”, que considera os objetivos da análise e a temática, ou seja, a análise dos enunciados produzidos em sala, para compreender se uma aula tende à transmissão de conhecimentos científicos, que apenas informa, ou se o professor está preso ao imaginário ilusório de uma aula e o que se tem é a reprodução de valores que se cristalizam socialmente.

A análise desenvolvida, portanto, baseia-se em enunciados resultantes das entrevistas e das gravações de sala de aula. O conjunto é formado por cinco professores, com diferentes áreas de conhecimento, que ministram aulas em um curso de Administração. Eles são designados de 1 (um) a 5 (cinco), para mantê-los anônimos. A professora 1 (um) trabalha com Matemática Financeira; o professor 2 (dois) com Metodologia Científica; o professor 3 (três) com Filosofia; o professor 4 (quatro) com Fundamentos da Economia, e o professor 5 (cinco) com Estatística Aplicada à Administração.

A realização da pesquisa ocorreu pelo fato de a pesquisadora ser professora do curso e por ter realizado uma pesquisa anterior em parceria com a coordenação do curso, que tinha como preocupação verificar a metodologia utilizada pelos professores. Durante as discussões que ocorriam entre os colegas, havia, por parte da maioria dos professores, uma avaliação positiva de suas aulas, com declarações de que as aulas eram dialogadas, por meio de uma relação de troca. Por outro lado, havia um discurso repetido de que, apesar de explicarem muito o conteúdo e de repetirem a mesma coisa, os alunos não aprendiam, com expressões como “você fala, fala e eles não aprendem”, ou “repeti várias vezes e foram mal na prova”.

Ao realizar a análise e, portanto, atribuir sentidos, evidenciam-se situações que ocorrem em um espaço em particular, mas que podem auxiliar a compreender a prática do professor em sala de aula. A interpretação desenvolvida é, no limite, uma possibilidade dentre tantas outras.

3 A AULA: A POSIÇÃO ASSUMIDA PELOS PROFESSORES

Ao transcrever recortes das aulas ministradas, percebe-se que o lugar central do processo pertence ao professor; raras vezes, ao longo das gravações, há a voz dos acadêmicos. Ouvem-se apenas murmúrios ou conversas entre eles, e que parecem não se relacionar com o conteúdo trabalhado. Assim, a aula, imaginariamente entendida como um momento de troca e de diálogo, não se confirma nas gravações analisadas, já que se ouve apenas a voz do professor. Apesar de, nos enunciados recortados e apresentados a seguir, a aula se assemelhar a um momento de diálogo, de troca e de tentativa de construção conjunta, é o professor que fala. As aulas são, comumente, expositivas, sendo seguidas de exercícios de fixação.

As seqüências discursivas a seguir foram recortadas de um *corpus* mais amplo (72 SDs), aqui numeradas de 1 a 13, e demonstram como ocorre a condução das atividades pelos professores, já se podendo afirmar que cabe a eles a iniciativa:

SD 01 Pessoal, *vamos fazer* a correção? (Professor 1) Então vamos lá. (Professor 2) Vamos ver se vocês entenderam, certo? (Professor 3) Então vamos continuar? (Professor 4) [...] vamos começar a trabalhar com o exercício propriamente... (Professor 5).

O exame desse recorte discursivo indica que é o professor que dirige os alunos, referentes específicos de um espaço que é a sala de aula. Ao utilizar a primeira pessoa do plural, num sentido coletivo, ele simula socializar o dizer, como quem se coloca na mesma posição de aprendiz, ficando, assim, a posição de autoridade neutralizada. Os verbos na primeira pessoa do plural buscam caracterizar um trabalho coletivo, como se fosse nós: eu, professor, e vocês, alunos. Indursky (2013), em seus estudos, avalia o *nós* como uma não pessoa discursiva, que corresponde ao referente não especificado ao qual o *eu* se associa para constituir *nós*. Assim, simula-se uma simetria entre professor e aluno como em situação de iguais e como se não houvesse posições distintas. Mariani (2001) refere-se ao “nós” como a projeção de uma imagem de coletividade, como se, ao utilizar-se do “nós”, houvesse um reforço do grupo como homogêneo e coeso.

Ao utilizar “vamos”, a posição assumida pelos professores, de forma geral, é a daquele que faz parte do grupo, como se não houvesse professor e alunos. Com “Nós vamos”, o professor simula uma simetria entre ele e os alunos, criando a imagem de um espaço de igualdade, pois o eu pessoal se ausenta da enunciação. O uso desse recurso tem, muitas vezes, o objetivo de influenciar o interlocutor, no caso, o aluno, para que realize a ação sugerida evitando polêmicas e desafios.

Mas há momentos em que o docente usa a primeira pessoa do singular:

SD 02 Sei que não ficou claro para vocês... (Professor 1) Eu sei que tem gente precisando introduzir a fórmula na calculadora para que possa fazer o trabalho... (Professor 1) Vocês já leram o texto e eu não vou precisar fazer a leitura novamente, ok? (Professor 2) Eu vou resolver, então, contigo essa. (Professor 3) Se existem dúvidas e quiserem pedir eu vou tentar explicar, ok? ... (Professor 3) Eu quero que vocês desenvolvam certinho... (Professor 5).

O lugar reassumido pelos professores muda e o “eu” que fala reforça o poder e a autoridade que tem, como se todo o saber fosse daquele que fala, e apresenta o que diz como incontestável (eu sei, portanto, é verdade). Na voz do professor, há a voz da experiência daquele que detém o conhecimento; logo, ele ensina e assume o papel de quem está ali para ensinar. Desse modo, o professor se divide entre um “eu”, quando se refere ao trabalho do professor (esclarecer, explicar uma fórmula, resolver, explicar e desenvolver um exercício certo) e um “nós”, quando se refere ao trabalho dos alunos. De acordo com Barthes (2004), ocorre, neste caso, o conforto da relação docente: o bom professor e o bom aluno são aqueles que aceitam filosoficamente o plural de suas determinações e o vivem adequadamente.

No entanto, essa não é uma constante. Em alguns momentos, o *eu* não se refere àquele que diz *eu*, mas, segundo Indursky (2013), aparece como se houvesse a opacificação do sujeito professor como se ele estivesse separado do discurso que enuncia; ao mesmo tempo, o uso da primeira pessoa parece indicar um sujeito interpelado pelo saber institucionalizado em que se encontra o saber e o poder. E isto ocorre não só nos chamados para as atividades, mas também quando acontece a exposição dos conteúdos trabalhados:

SD 03 ...quando eu falava no balanço... eu quero que você fale a fórmula de juro simples e essa fórmula, mas se eu quiser calcular a taxa... é a mesma fórmula... porém eu quero conhecer a taxa, eu vou a taxa é igual ao valor de juro dividido pelo capital multiplicado pelo período eu vou conhecer a taxa de juros e se eu quiser o tempo eu inverto a fórmula, eu vou pegar juro eu vou dividir pelo resultado do capital multiplicado pela taxa... (Professor 1).

Como se pode notar, a professora reflete sobre a fórmula como se ela fosse parte do problema apresentado e como se fosse ela a autora do que diz: “se eu quiser... eu inverto”. Com isso, cria um efeito ilusório de subjetividade, passando a imagem de quem tem o poder de mudar ou de alterar o que quiser.

SD 04 Transformando: 0 é igual a 1 mais o período que eu tenho, elevado ao período que eu quero, dividido pelo período que eu tenho menos um. Eu quero o inicial, então isto é igual a um mais, qual é a taxa que eu tenho? Qual é a taxa que eu tenho? Qual é o período que eu

quero descobrir a taxa? Eu quero descobrir a taxa de um mesmo. Qual é o período que eu tenho? Eu tenho uma taxa, essa taxa que é variável a esse valor aqui, então o período aqui está sempre vinculado a essa taxa aqui. Então eu tenho, atualmente, uma taxa anual e eu quero descobrir uma taxa mensal. Então, um sobre uma, mas como eu falo em dinheiro, eu devo falar em dinheiro, eu devo falar a mesma linguagem, então, um dividido por doze. (Professor 4).

“Eu tenho”, “eu quero” e “eu devo”, apesar de linguisticamente criarem este efeito, obviamente não se referem ao professor, mas permitem criar um efeito de simulação de alguém que tem, que quer e que deve algo, como se isso pertencesse a uma decisão pessoal e subjetiva. Assim, ao falar de taxas e valores o professor, utilizando “eu”, simula, sem o saber, uma aproximação com aquilo que diz e também com aquele que ouve.

SD 05 Se eu chegar, tô devendo um título, uma nota promissória, uma nota promissória de mil reais, eu chegasse com dinheiro, pagasse, desse mil reais pra ela, ela me devolve a nota promissória, eu me liberei da dívida? Estou liberado da dívida? Tenho algum compromisso ainda? Não, eu estou liberado. (Professor 4).

A exemplificação dada pelo professor simula que todos devem e pagam dívidas, inclusive o “eu” que fala, inculcando a obrigação de, no caso de contrair dívidas, pagá-las. Ele está, portanto, pautado num imaginário que se apoia num “conhecimento teórico” que aparece exemplificado e concretizado pela aproximação com o mundo do capitalismo e com a obrigação de atender a seus ditames, como em “eu me liberei”, “estou liberado”.

Balanços, taxas, capital, fórmulas, promissórias e dívidas vão sendo falados pelo professor: “eu vou pagar juro”, “a taxa que eu tenho”, “eu me liberei da dívida”, como se ele ocupasse esses lugares enunciados e permitisse que os alunos se identificassem com ele ou com o que está “ensinando”. No limite, nos três casos o “eu” não remete ao professor, mas é o “eu” do discurso da matemática, ou outro. A instituição fala nele; ele é o suporte. Eis a ilusão por parte do professor, que se vê como figura central do discurso quando é apenas seu porta-voz. Pêcheux e Fuchs (2010 [1975], p.175) afirmam, em relação ao sujeito, que ele não é uma entidade, mas uma posição dada pela linguagem, que não é a dupla face do sujeito, mas exterior a ele; o sujeito não é mais do que uma posição, dada pelo sempre-já-lá da linguagem. Neste sentido, Pêcheux (2010 [1983]) se coloca entre o sujeito da linguagem (eu digo eu) e o sujeito da ideologia (quem é este eu): no limite, o confronto ocorre entre a evidência subjetiva da língua e a evidência de interpelação pela ideologia que coloca o discurso entre a linguagem e a história. Para Pêcheux e Fuchs (2010 [1975]), abre-se, então, a possibilidade de estabelecer a articulação entre o sujeito que se crê fonte de seu discurso e aquele que é tão somente interpelado.

O efeito de sentido produzido é que, linguisticamente, o “eu” é sempre o mesmo, mas a posição adotada é diferente em cada uso, delimitando o lugar que ocupa o sujeito que ensina e o que aprende. É a linguagem que estabelece esses ditames e não o sujeito, já que não há como escapar dessa armadilha, segundo Barthes (2007, p. 14), porque “a língua é mesmo fascista”. Ainda, segundo Barthes (2004), o professor, ao falar para e diante de alguém que não fala, é aquele que diz “eu” e pouco importam os subterfúgios de “a gente”, do “nós” ou da frase impessoal. Ele expõe um saber e propõe um discurso,

que não sabe como será recebido, pois não há garantia de imagem definitiva. Em regra, não é o saber que é exposto, é o sujeito que se expõe com um discurso que é atravessado, disjunto e laminado.

Assim, a aula se constrói nesse jogo entre um “eu” e um “nós”, que vai demarcando a posição de cada um, com um distanciamento do professor em relação ao aluno, mesmo quando ele utiliza “nós”, pois isso ocorre no momento em que o aluno precisa realizar as atividades e isto revela uma atitude imperativa. Poder-se-ia, neste caso, pensar no que Huizinga (2014) fala sobre o “jogo”. Para ele, o jogo tem seus domínios próprios, principalmente na religião, no direito e na ética. E, num jogo, ganhar indica a superioridade do vencedor, que ganha mais do que o jogo: ganha estima e conquista honrarias. Mas, mais do que isso, demonstra ser melhor do que os outros.

Para o autor, sempre houve uma relação de poder entre aqueles que têm o conhecimento e os que não têm: o filósofo desafiava seus rivais, submetia-os à crítica, afirmava suas opiniões como verdadeiras, falava invariavelmente na primeira pessoa e fazia o jogo da pergunta e resposta para exhibir seus conhecimentos. Os homens, nas disputas diárias, estabelecem seus jogos, que servem para disputar espaços físicos e confirmar espaços existenciais, o que ocorre a partir da força ou pela palavra, pela imposição ou a partir de uma aula, neste caso.

“Sem” imposição e por meio de uma relação relativamente estável, os professores assumem a posição de detentores do conhecimento, que é reforçada por meio de expressões como ‘explicar’, ‘aprender’, ‘ensinar’ e demonstram que a sua fala nem sempre é apreendida por todos, destacando que o papel do professor é estar ali para ensinar, papel que lhe foi conferido por uma instituição da qual faz parte. Isto tudo corrobora a afirmação de Pêcheux (2010 [1969], p. 81) de que não se deve entender o discurso como simples transmissão de informação, mas como efeito de sentido entre A e B, os quais designam lugares determinados na estrutura de uma formação social, a partir das formações imaginárias que designam os seus lugares e como estes se veem e veem o lugar do outro. Na relação em sala, o professor e o aluno ocupam os lugares que a instituição impõe, colocando a um hierarquicamente superior ao outro, mesmo quando a relação parece se tornar simétrica.

SD 06 Já falei, mas vou repetir... (Professor 1) [...] vocês aprenderam lá na matemática financeira vocês darão sequência agora. (Professor 1) Vou explicar rapidamente... Vocês já aprenderam isso lá no Ensino Médio... (Professor 2) Isso é para vocês aprenderem o que é uma pesquisa de campo... (Professor 4) Isso que eu tô querendo ensina pra vocês. (Professor 5) Vamos ver se vocês entenderam, certo? Pessoal, o que eu quero dizer de fato..., que vocês entendam como é feito o trabalho, se vocês entenderem como que faz o projeto vocês não vão ter dificuldade nenhuma no TCC (Professor 5) Conseguiram entender qual é o objetivo do nosso trabalho? (Professor 5).

Nos enunciados acima nota-se que, na relação estabelecida em sala de aula, é constante, por parte dos professores, a verificação, se houve compreensão, entendimento e aprendizagem. Essa necessidade passa pela visão de que algo que é “ensinado” precisa ser aprendido imediatamente pelo outro, como se conhecer, aprender e entender fossem ações que ocorressem na relação entre o dizer e o receber imediato: o sujeito professor

expõe e o sujeito aluno aprende. O professor vive o imaginário de que, ao “transmitir” o conhecimento a alguém, por meio da linguagem, este é imediatamente apreendido, o que materializa a visão humanista que prega a centralização do conhecimento na figura do professor, que transmite informações que devem ser apreendidas como verdades. O que entenderam ou como entenderam são problemas que não podem ser respondidos, pois a organização do modelo de ensino que se tem é o de uma sala com vários alunos e um professor que ensina a partir do repasse de conteúdos definidos pela instituição a partir de uma ementa já pronta, em geral copiada de outros lugares.

O professor, vivendo a aula como uma ilusão no modo do “como se”, utiliza enunciados como “vamos ver se vocês entenderam” ou “vocês conseguiram entender”, como se o conhecimento pudesse ser percebido e assimilado apenas a partir de um exercício resolvido ou uma resposta bem elaborada.

Mesmo que esse espaço seja conhecido e institucionalizado e mesmo sabendo que não há como verificar se o que foi dito foi apreendido da maneira que o professor espera, a ilusão da transparência da linguagem e do sentido surge como um ato falho que impulsiona (digo e explico, logo todos deveriam aprender) os questionamentos do docente após a explicação dos conteúdos que, em muitos momentos, são enfáticos:

SD 07 Vocês não entenderam? Você não entenderam a divisão dos ativos financeiros?
(Professor 4) Entenderam? Entenderam? (Professor 5).

Nos enunciados acima, a presença da negação no questionamento do professor 4 permite uma leitura diferente da do professor 5. Quando o primeiro questiona da forma como fez, é possível perceber o não dito¹, a indireta ou o implícito, que não pode vir à tona e nem ser dito explicitamente. Há, portanto, uma insinuação, que não pode ser dita, pois pode se transformar em uma ofensa ou uma agressão verbal. Na posição que o professor ocupa, ele só pode dizer de forma indireta. Além disso, esse é o papel do professor: ele deve ensinar e, se os alunos não aprenderam, há um contradiscurso, que pesa sobre o docente: o da instituição e dos próprios alunos de que foi incompetência sua a não aprendizagem.

Por outro lado, o não dito pode vir marcado por meio de perguntas de cunho irônico. Ao se dirigir aos seus interlocutores, o professor 4 pergunta, responde e faz uma apreciação que pode ser compreendida de duas formas: a primeira, que há uma compreensão por parte do grupo sobre o assunto apresentado, e isso é “ótimo”; a segunda, que o grupo não faz perguntas, pois não compreendeu o assunto e há, no caso, uma ironia presente na expressão “ótimo”, que equivale, mais ou menos, a: “ainda bem, não preciso repetir”.

SD 08 Alguma dúvida? Não? Ótimo! (Professor 4).

¹ Não entenderam, são ignorantes? Como não entenderam?

Novamente, percebe-se a aula como um espaço de jogo entre o que é dito e o que é compreendido ou não pelos alunos. São relações conturbadas de demarcação de espaço, pois o professor “sabe” que não pode dizer tudo o que pensa e o aluno “sabe” que não pode retrucar gratuita e descuidadamente, pois precisa respeitar o professor, afinal depende também disso para ter uma boa nota e seguir a vida acadêmica. Estes são sentidos que permeiam o espaço escolar, mas que não são revelados, pois isso não é assunto para discutir. Há uma espécie de contrato imaginário, conforme Barthes (2004), que não é quebrado, já que o professor está ali para honrar seu emprego e o aluno para buscar uma carreira. O professor espera que o aluno o reconheça como cumpridor do seu papel, pois ele detém autoridade, é benevolente, não pode ser contestado, ele sabe, etc. e o aluno imagina que esteja sendo conduzido para uma boa carreira profissional.

Em outros momentos, os questionamentos feitos pelos professores, de forma repetitiva e constante, ora por meio de perguntas retóricas, ora pela necessidade de manter o diálogo com a turma, reforçam a posição ocupada por cada um dos sujeitos na relação em sala de aula. É o professor que, unilateralmente, questiona os alunos, e isso deve ser aceito e não pode ser discutido, ou negociado, como indicam os enunciados a seguir:

SD 09 O dinheiro tem grau de liquidez absoluta e o cheque tem grau de liquidez relativa. Por quê? (Não há respostas por parte dos alunos) Por quê? (Eu pergunto, diz um aluno) Perguntei primeiro, diz o professor. (PROFESSOR 4).

A relação estabelecida entre quem tem o saber e quem supostamente não tem, como se vê, é constantemente mantida no processo de perguntas que os professores fazem, mesmo que, aparentemente², às vezes, pareça haver uma relação de diálogo:

SD 10 Posso seguir? (Professor 1) Dúvidas? Não dúvidas? (Professor 1) Tudo bem? Vocês preferem que eu atribua letras ou números? (Professor 1) Sabem por quê? (Professor 2) Estão lembrados? (Professor 3) Vocês entendem o que seria? (Professor 4) Alguma dúvida mais pra responder? Não? (Professor 4)

Na fala do professor 3, ao longo das SDs, a incidência de perguntas é constante e as interrogativas procuram fazer com que o interlocutor se comprometa com o assunto discutido. No entanto, não há resposta por parte dos alunos; o próprio professor vai respondendo suas perguntas e, dessa maneira, tem a sensação de que a ação desejada é orientada, como no caso em que ele sugere aos alunos que anotem as partes que “eles” consideram mais importantes, mas ele próprio reforça o que considera essencial.

Parece que, ao agir assim, “dialogando”, “perguntando”, os professores produzem um efeito de que em suas aulas há uma participação efetiva por parte dos alunos e que há uma troca de experiências; porém, na prática, eles não permitem, em nenhum dos momentos analisados, que os alunos intervenham ou sejam estimulados a participar de fato. Bourdieu e Passeron (2012) dizem que o professor pode convocar a participação ou a objeção dos alunos, sem jamais correr o risco de que realmente se instaurem, pois as interrogações são apenas interrogações oratórias ou retóricas, com o objetivo apenas de confirmações.

² Nas aulas gravadas, não há respostas por parte dos acadêmicos.

É o professor quem fala de forma ininterrupta:

SD 11 Vocês leram o texto em casa? Não? Então vamos ler aqui. Então, na quinta-feira, nós vamos fazer uma leitura rápida e vocês vão, com uma caneta marca-texto, sublinhando, anotando os principais tópicos do texto, até o seu final. - Na quinta-feira. Na outra terça-feira, nós vamos retomar, sem o texto, aliás, vocês vão ficar com a mesma nota, mas nós vamos sinalizar e apontar, no quadro, os principais tópicos, que vocês leram, que vocês apontaram como mais importante, concorda? Porque é melhor assim? Porque aí eu respeito o ritmo de cada um, não é verdade? O que nós vamos fazer agora, no círculo de leitura aqui, nós não vamos respeitar o ritmo de cada um, vamos ter que ir lendo, debatendo e coisa e tal. Vamos ter que ler, debater, coisa e tal, observar o quadrado, está certo? Na próxima aula, nós vamos sair um pouquinho do texto, vamos ter um debate, um pouco melhorado. Vocês já leram o texto e eu não vou precisar fazer a leitura novamente, ok? (PROFESSOR 3).

Há momentos em que ocorre a presença de verbos injuntivos, como “ter que ler”, “vamos fazer”, “vamos ter”, que revela um discurso com poder que não permite aos interlocutores uma atitude contrária à “sugerida”. Para Bourdieu e Passeron (2012), a linguagem do magistério é uma das mais eficazes e sutis para conseguir o distanciamento de que a instituição dota seus agentes. Ao falar, o professor carrega o poder concedido pela instituição e, por mais que procure se distanciar de uma figura tradicional (estrado, toga e centralização) ele faz sempre o uso professoral de uma língua professoral.

Ao final, o professor 3 reforça o discurso a partir de uma pergunta, o que não deixa nenhuma dúvida sobre o que está propondo/impondo. Há um discurso de tom aparentemente conciliatório e de aproximação entre professor e aluno, em que se observa uma reiteração de acordos estabelecidos, porém vê-se que se sobrepõe a voz daquele que pode dizer: “vão sim, terão”:

SD 12 Vão sim. Na quinta-feira. Porque hoje vocês ainda terão que ir atrás desse material, nós vamos fazer uma leitura conjunta, então, e quinta-feira vocês vão fazer isso aqui, porque eu havia prometido pra vocês, lá na primeira série, que nós não faríamos trabalho em casa, lembra? Tá lembrado? (Professor 3).

No trecho abaixo, ocorre a presença do verbo no imperativo e, por meio da pergunta feita, o professor procura conduzir, a partir da referência a uma aluna, a direção de uma determinada perspectiva sobre o assunto. Apesar do objetivo de estimular a aluna a entrar na discussão, atribuindo-lhe o papel de interlocutora crítica, não há sucesso no intento e é o professor que responde:

SD 13 - Leia então. - Espera um pouquinho aí. Só um pouquinho aí. C..., o que você entendeu destas duas frases que a, que, que a E... leu? - Nada. - Ah, tá bom. Sabe por quê? Porque aí nós estamos mexendo num objeto, num campo antropológico muito sério que nós vamos a partir de..., tá certo? (Professor 3).

De forma geral, pode-se dizer que a aula vai sendo construída por meio dessa relação de perguntas (na maioria das vezes sem) e respostas, o que consolida uma prática que vai se instaurando de forma silenciosa, pois há sentidos que não são discutidos, vazios que não são preenchidos e isso acaba sendo manifestado nas atitudes das pessoas e nas práticas sociais.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebe-se que os questionamentos, em sua maioria, não provocam o outro no sentido de buscar respostas, de justificar e de argumentar, ficando no teste dos conhecimentos e no apoio ao que diz o professor. A interação, como efetiva participação, mesmo quando ocorre o uso do “nós” ou do “eu” ou da instituição simulada num “eu” científico, ocorre pela fala de um e pelo silenciamento do outro num “movimento” claramente monofônico, homogêneo e centralizador.

Imaginariamente, porém, o professor é aquele que dirige o espetáculo, além de ser o mediador, o motivador e o transmissor de conteúdos. No entanto, nas aulas gravadas e analisadas, os professores trabalhavam os conteúdos que estavam previstos nas ementas e assumiam o lugar de detentores do saber e os alunos eram aqueles que estavam ali para aprender.

O que se percebe é que o professor se tornou alguém que tem o papel de controle do tempo, da postura e dos comportamentos dos alunos durante a relação com o conhecimento. A instrução ocorre por meio do que sinalizam as ementas e compete ao professor distribuir o tempo e os grupos e verificar se houve “fixação” do conteúdo (GERALDI, 2010), que é repassado como se fosse “natural”, simulando algo como “é assim que as coisas são”: a “ciência socializada e imóvel” (BACHELARD, 1996, p. 30). O professor, diante do que lhe permite a instituição, repete o que já está posto como regra: aulas de tantos minutos, provas por bimestres, livros de chamada e conteúdos por série/ano.

Porém, mesmo sendo interpelados pelo processo imaginário do que são professor, aluno e conteúdo, os docentes “esquecem” as condições em que estão inseridos e defendem, muitas vezes, a “percepção” de que os alunos não aprendem porque não querem, porque não estudaram, porque não quiseram aprender e, por isso, eles são “culpados” por sua ineficiência, pois eles, professores, cumpriram o seu papel: ensinaram, participaram ativamente e contribuíram para a aprendizagem dos alunos, sem se dar conta do mascaramento imposto sobre o “real” do papel que o professor desempenha e que é ditado pela instituição.

REFERÊNCIAS

- BACHELARD, G. *A formação do espírito científico: contribuição para uma psicanálise do conhecimento*. Trad. Estela dos Santos Abreu. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.
- BARTHES, R. *O rumor da língua*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- _____. *Aula: aula inaugural da cadeira de semiologia literária do Colégio de França*. Trad. Leyla Perrone. São Paulo: Cultrix, 2007.
- BOURDIEU, P.; PASSERON, J.-C. *A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino*. Trad. Reynaldo Bairão. Petrópolis RJ: Vozes, 2012.
- GERALDI, J. W. *A aula como acontecimento*. São Carlos: Pedro & João Editores, 2010.
- GIL, A. C. *Didática do Ensino Superior*. São Paulo: Atlas, 2007.
- HUIZINGA, J. *Homo ludens: o jogo como elemento da cultura*. São Paulo: Perspectiva, 2014.
- INDURSKY, F. *A fala dos quartéis e as outras vozes*. 2. ed. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2013.

- MARIANI, B. Questões sobre a solidariedade. In: ORLANDI, E. P. (Org.). *Cidade atravessada: os sentidos públicos no espaço urbano*. Campinas, SP: Pontes, 2001. p. 43-50.
- ORLANDI, E.P. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. 12. ed. Campinas, SP: Pontes, 2015.
- PÊCHEUX, M. Análise automática do discurso (AAD-69). In: GADET, F.; HAK, T. (Org.). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Trad. Bethania S. Mariani. 4. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2010 [1969]. p. 59-158.
- _____. A análise de discurso: três épocas (1983). In: GADET, F.; HAK, T. (Org.). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Trad. Bethania S. Mariani et al. 4. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2010 [1983]. p. 307-315.
- PÊCHEUX, M.; FUCHS, C. A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas (1975). In: GADET, F.; HAK, T. (Org.). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Trad. Bethania S. Mariani et al. 4. ed. Campinas, SP: Unicamp, 2010 [1975]. p. 159-249.

Recebido em: 15/05/17. Aprovado em: 29/11/17.

Title: *Me, us, the institution: imaginary formations on the classroom*

Author: *Eliane Maria Cabral Beck*

Abstract: *This paper discusses the imaginary formations related to discursive manifestations of teachers, recorded in classes in a private higher education institution. Some questions guided the investigation: how the teacher imagines his class and where this imaginary comes from; what he teaches beyond systematized knowledge; and how the teacher / student relationship via speech occurs in the classroom. The corpus consists of five class cut-outs recorded in the Administration course, of five teachers from different areas. The theoretical reference is the French Discourse Analysis. The text found, as a result, that at the moment the teacher verbalizes, the incompleteness occurs, the failure, because the knowledge he possesses is imbricated with the symbolic. It also verified that the class is more than a practice of transmission of scientific knowledge, because the teacher, determined by the socially constituted imaginary, reproduces socially crystallized values, roles and ways of thinking.*

Keywords: *Imaginary formations. Class. Teacher.*

Título: *Yo, nosotros y la institución: formaciones imaginarias sobre la clase*

Autora: *Eliane Maria Cabral Beck*

Resumen: *Este artículo discute las formaciones imaginarias relativas a manifestaciones discursivas de docentes, registradas en audio en clases en una Institución de Enseñanza Superior privada. Algunos cuestionamientos nortearan la investigación: cómo el profesor imagina su clase y de adonde viene ese imaginario; lo que él enseña allá más de los conocimientos sistematizados; y cómo la relación profesor/alumno vía discurso ocurre en clase. El corpus es constituido de recortes de cinco clases registrados en audio en el curso de Administración de cinco profesores con entrenamiento en diferentes áreas. El referencial teórico es el Análisis del Discurso de Línea Francesa. Como resultado, el texto ha constatado que en el momento en que el profesor habla ocurre la incompletud, la falta, pues el conocimiento que posee está imbricado con el simbólico. También ha verificado la clase es más que una práctica de transmisión de conocimientos científicos, pues el profesor, determinado por el imaginario constituido socialmente, reproduce valores, roles y modos de pensar socialmente cristalizados.*

Palabras clave: *Formaciones imaginarias. Clase. Profesor.*



Este texto está licenciado com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1982-4017-180109-7017>

MATERIALIDADES DA AUTORIA NA SESSÃO DE AUTÓGRAFOS

Lucas Piter Alves-Costa*

Universidade Federal de Santa Maria

Centro de Artes e Letras

Departamento de Letras Vernáculas

Laboratório CORPUS

Marilda Aparecida Lachovski**

Universidade Federal de Santa Maria

Departamento De Letras Vernáculas

Santa Maria, RS, Brasil

Resumo: Este artigo tem por objetivo aproximar as noções de autor, autoria e enunciado a partir, sobretudo, de pressupostos de Foucault (2008, 2009) e Costa (2016), em diálogo com Orlandi (1987, 1998, 2005), Gregolin (2003, 2004) e Pêcheux (2009), para, então, problematizar a dupla dimensão do nome de autor, a saber: o autor tomado como sujeito e como um enunciado. Em seguida, este trabalho discute sobre algumas materialidades próprias do nome de autor enquanto enunciado. Para isso, a discussão é pautada nos aspectos de uma sessão de autógrafos do discurso quadrinístico. Os resultados das reflexões aqui propostas reforçam a conceituação de enunciado complexo (COSTA, 2016) a partir da função que o nome de autor desempenha nos discursos que nele se fundam.

Palavras-chave: Autoria. Enunciado complexo. Sessão de autógrafos. Corporalidade. Assinatura.

1 APRESENTAÇÃO

A problemática estabelecida em torno da noção de autor parece estar longe de ser esgotada. À medida que vão surgindo materialidades distintas – sobretudo pelas mídias eletrônicas e virtuais, capazes de abrigar as mais diversas formas de expressão passíveis de autoria –, a questão legada por Foucault (2009) ressurge, principalmente na Linguística, para permanecer sem uma resposta satisfatória: afinal, *o que é um autor?*

O fato é que há, em uma sociedade centrada na escrita, como a nossa, certos discursos que necessitam da função-autor para se instituírem de tal forma e não de outra,

* Doutor em Estudos Linguísticos pela Universidade Federal de Minas Gerais. Bolsista CAPES de pós-doutorado no Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Santa Maria, Rio Grande do Sul. E-mail: alvescosta.lp@gmail.com.

** Mestre em Letras e suas Interfaces pela Universidade Estadual do Centro-Oeste, Unicentro, Paraná; doutoranda em Letras na Universidade Federal de Santa Maria, Rio Grande do Sul. E-mail: lachovkimarilda@gmail.com.

ou seja, discursos que só se fundamentam, atualmente, em torno da noção de autor, tal qual parece ter sido pensada por Foucault (2009). Desses discursos, a Literatura tem sido o *carro-chefe* na proposição de questões sobre a autoria, mas ela não é, de modo algum, o único discurso capaz de pôr em funcionamento *nomes autorais*. Podemos citar o Cinema, a Música, as Artes, a Ciência, os Quadrinhos, e possíveis outros, que COSTA (2016) chamou de *discursos autorais*, “aqueles discursos para os quais a função-autor é fundamental, ou seja, em que o nome de Autor é o centro de uma instituição, sendo ele construído de maneira coletiva por meio de uma rede de aparelhos e com base em um arquivo.” (COSTA, 2016, p. 69). Nos discursos autorais, o nome de Autor, distinto de quaisquer nomes próprios, é indício de práticas muito específicas: ele manifesta, como o disse Foucault (2009), a ocorrência de um certo conjunto de discursos com um *status igualmente distinto* no interior de uma sociedade e de uma cultura.

Amparado por noções do arcabouço de Foucault (2008, 2009) em diálogo com pressupostos de Costa (2016), Orlandi (1987, 1998, 2005), Gregolin (2003, 2004), Pêcheux (2009) e Fraenkel (1992), este trabalho visa, em um primeiro momento, aproximar as noções de *autor* e *enunciado*, para, a partir daí, discutir a dupla dimensão do *nome de autor*, a saber: aquela que remete ao autor enquanto sujeito (quer dizer, o autor personificado ocupando uma *posição-sujeito*) e aquela que remete a um conjunto de regras de formulação de sentidos (quer dizer, o autor enunciado, um efeito de sentido para os discursos autorais), correlato da obra, *l’homme-et-l’œuvre*. Em seguida, em um segundo momento, discutiremos sobre algumas materialidades ínsitas desse enunciado em uma *dédicace*¹ quadrinística – o nome, a obra, o corpo e o gesto da assinatura – e como elas fazem a autoria funcionar para os Quadrinhos.

2 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Na análise de Foucault (2009), vê-se que a emergência da função-autor no interior de certos discursos se deu, de fato, atrelada ao sujeito enquanto responsável por um produto textual, à medida que os discursos se tornaram transgressores. A origem do texto, o autor, passou a ser responsabilizado. Instaurou-se, a partir de então, um regime de propriedade dos textos. A função-autor, nesse viés, relacionou-se inicialmente ao sistema jurídico e institucional. No entanto, os direitos e deveres legais sobre um texto estariam longe de mostrar perfeitamente o funcionamento da autoria. O direito autoral é um fato demasiado atrelado ao sujeito empírico para permitir vislumbrar o potencial da problemática instaurada em torno da função-autor àquela época, entre os séculos XVIII e XIX.

Na Antiguidade, os textos eram colocados em circulação e possuíam valor por si mesmos, ainda que não estivessem ligados a nomes próprios com o estatuto de autor. A antiguidade desses textos, verdadeira ou suposta, garantia sua importância no sistema de produção no qual surgia. Atualmente, certos discursos não são mais aceitos sem que a

¹ No campo quadrinístico francófono, é comum a prática da *dédicace* – uma sessão de autógrafos – quando um autor de BD (*bande dessinée*) lança sua obra. E nos grandes eventos da área, são organizados stands de cada autor, mesmo que este não esteja lançando obra alguma.

eles possam ser atribuídos nomes próprios autorais, sem que se pergunte de onde eles vêm, quem os escreveu, em que circunstâncias ou a partir de que projeto (FOUCAULT, 2009). Apesar desse questionamento, para Foucault (2009), a função-autor de um texto não pode ser atribuída espontaneamente a um indivíduo – e frisar isso direciona toda a análise.

A instauração da função-autor consiste em movimentar um conjunto de práticas complexas (e coletivas) que constroem uma instância ou posição-sujeito denominada *autor*, que funciona especificamente para um tipo de domínio social, linguístico, discursivo. Portanto, não se constrói uma instância de autor filosófico como a de um poeta, e nem a de um autor de romances no século XVIII como atualmente (FOUCAULT, 2009). Mais do que designar a existência daquele que escreve, a função-autor estabelece um nome em torno do qual delimita-se uma teia de discursos. É nesse sentido que podemos corroborar a observação de Gregolin (2003), na qual ela diz que o nome de autor “não transita do interior do discurso para o indivíduo real e exterior que o produziu, mas, de alguma maneira, bordejando os textos, recortando-os, delimitando-os.” (GREGOLIN, 2003, p. 50). Dito de outro modo, as observações de Gregolin (2003) nos permitem compreender que a função-autor estabelece uma certa maneira de abordar os discursos de uma determinada área ou domínio social, que seu funcionamento tem sua razão para essa determinada área com suas práticas discursivas específicas (a função-autor se manifesta diferentemente nos Quadrinhos, no Cinema, na Literatura...), e que o indivíduo real/empírico, e exterior a esse domínio discursivo, pouco importa para o funcionamento da função-autor.

Uma vez que é ressaltado que a função-autor não está no indivíduo (mas sim nos discursos), parece importante tentar contornar a hegemonia do sujeito sobre ela. A busca do *gesto autoral*, das marcas de *estilo*, da *genialidade*, enfim, da *subjetividade* do autor em textos de natureza diversa como tentativa de definir a autoria não faz mais do que inserir a função-autor em um dispositivo comunicacional, dando à pessoa do autor uma função que não é dela, mas sim *do nome* que ela porta. Do ponto de vista que adotamos, esse gesto autoral, efetivado por um sujeito em posição de autor, pode ser entendido como apenas uma evidência de uma prática de escrita passível de autoria, já que a criação de uma obra pode carregar a ilusão de ser o sujeito a sua origem e seu fim.

Tal postura tem feito surgir reflexões sobre a função-autor em textos ordinários, efêmeros, que não podem suportar o estatuto de *opus* (do latim, *obra*), como redações escolares, confissões em *blogs* ou redes sociais, poemas nunca publicados, etc. Essa autoria marcada exclusivamente pela presença de um sujeito em um texto qualquer na medida em que é tido como responsável pela escrita não aponta para um *opus*, não traz o Autor como correlato de uma Obra. Não pode haver aí, então, uma função-autor, exercida por um nome de Autor que perdure indiferentemente do(s) sujeito(s) que escreveu(ram) o texto. A autoria presente aí não seria mais do que uma responsabilidade efêmera pelo texto.

Pode-se supor que a pergunta sobre *o que é um autor* tem sido respondida como se fosse sobre *quem é o autor*, na medida em que se busca uma resposta focando a origem ou propriedade dos textos (a questão dos direitos autorais é centrada nisso, por exemplo). Mas se pensarmos o nome de autor com uma função na formação de certos discursos, que

função seria essa, senão mostrar que ali, num dado domínio, acontece um fenômeno discursivo que é a autoria, correlacionando autores e obras? O que seria preciso existir e acontecer para que um nome fosse mais do que um *nome de alguém*, mas sim um nome de Autor, ainda que fosse um pseudônimo? “Se o pseudônimo [ou nome de Autor] faz convergir referente e significado até se tornar um substituto do sujeito, não faria ele desaparecer este último quando ele se confunde com o discurso?”² (CISLARU, 2009, p. 56). O nome de Autor está além da *persona* do autor. Por esse viés, a convergência entre nome autoral e discurso se operaria via um simulacro de apagamento do sujeito. Mas podemos tratar desse apagamento do sujeito empírico em outra perspectiva também.

Orlandi (2005), em seus estudos, aponta para a noção de autor ou efeito-autor deslocando a noção posta por Foucault (2009), e afirma que um texto (enquanto obra) é sempre produzido por diversas mãos. Texto, no sentido que Orlandi (2005) adota, não se refere apenas ao gesto da escrita, mas compreende as mais diversas produções que pressupõem um autor; o texto, enquanto “peça”, funciona diferentemente em condições específicas de produção. O texto é um objeto simbólico, logo, não é só um objeto empírico, mas um espaço de circulação e produção de sentidos. Nesse sentido, a autora coloca uma questão crucial para sua concepção de autoria, já que, na Análise de Discurso à qual se filia, é preciso intervir a leitura e a interpretação. A obra, por este viés, é espaço de uma correlação entre sujeito/autor; discurso/texto (ORLANDI, 2005). Aprender essas relações sob o viés da autora é entender que “o sujeito só se faz autor se o que ele produz for interpretável. Ele inscreve sua formulação no interdiscurso, ele historiciza seu dizer.” (ORLANDI, 2005, p. 70). Podemos dizer que o efeito de unidade da obra permite a produção (ilusória) de fechamento e unidade dela, no entanto, esse “efeito discursivo deriva do princípio de autoria”, como afirma Orlandi (2005, p. 75). Portanto, a autoria seria uma função discursiva que regula a entrada do sujeito na ordem do dizer, sua tomada de posição dentro de determinadas condições estabelecidas e condicionadas pelas formações discursivas (e ideológicas, se por uma perspectiva pècheutiana).

Para Foucault (2008) a noção de formação discursiva está ligada à unidade e dispersão, e, como unidade, integra e compõe um dado conjunto de enunciados inscritos sob um índice de repetibilidade. No entanto, mesmo repetíveis os objetos que estruturam os enunciados, estes funcionam como únicos, uma vez que sobre eles atuam as diferenças, entendendo o enunciado como nunca repetível, mas ligado aos modos de produção e circulação dos saberes que os inscrevem na historicidade. Logo, segundo Foucault (2008), sempre que, na descrição, houver,

[...] entre um certo número de enunciados, semelhante sistema de dispersão, e no caso em que entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, se puder definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições e funcionamentos, transformações), diremos, por convenção, que se trata de uma formação discursiva. (FOUCAULT, 2008, p. 43, grifos do autor).

² Si le pseudonyme [...] fait converger référent et signifié jusqu'à devenir un substitut du sujet, ne fait-il pas disparaître ce dernier lorsqu'il se confond avec le discours ? (A tradução do francês é de nossa responsabilidade).

Já para Pêcheux (2009, p. 147), a formação discursiva é “aquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estado de luta de classes, determina o que pode e deve ser dito [...]”, sendo que as formações discursivas, segundo o autor, “representam ‘na linguagem’ as formações ideológicas que lhes são correspondentes”. (PÊCHEUX, 2009, p. 147). Podemos dizer que a formação discursiva orienta e regula não só o que pode e deve ser dito, mas também os modos de produção, circulação e legitimação dos discursos em um campo, ou ainda, como postula Pêcheux (2009, p. 148-149), “dissimula, pela transparência do sentido que nela se constitui, sua dependência ao ‘todo complexo com dominante’ das formações discursivas”, ou seja, o interdiscurso, submetido às leis de “desigualdade-contradição-subordinação”, próprio das formações ideológicas. É relendo Pêcheux que Orlandi (1998, p. 58), afirma ser a formação discursiva “o lugar de constituição do sentido e da identificação do sujeito”.

Logo, uma obra, pelo viés discursivo, não é definida como um produto, mas como materialidade sempre em processo, sempre aberta ao simbólico e ao político, à interferência de outros sujeitos – leitores e mediadores – coletivamente. Se estamos tomando Obra e Autor como correlacionados/correlatos, é mister um esforço teórico para apreender a autoria como produção coletiva em um campo.

3 O AUTOR COMO ENUNCIADO COMPLEXO

De acordo com Lecolle *et al.* (2009), o sentido dos nomes próprios está estreitamente ligado às diferentes ancoragens sociais dos discursos: histórica, geográfica, sociológica, literária etc. O nome próprio tem, assim, uma função pontual numa dada formação discursiva. Mas, afinal, quando é que um nome próprio adquire historicidade? Quando e como ele passa a ser ponto central de práticas e discursos de uma certa comunidade, de certos registros, de certos investimentos simbólicos? Colocar em questão o nome próprio, e, mais especificamente, o nome de Autor, mobiliza, de modo inevitável, sua relação com o social e com o histórico, pois, como todo nome próprio, o nome de Autor tem uma função, o que sinaliza, para sua posição sujeito-autor, um sujeito duplamente afetado, pelo real da língua e da história.

Sendo a autoria a função mais afetada pelo contato com o social e as coerções, ela está mais submetida às regras das instituições e nela são mais visíveis os procedimentos disciplinares. [...] Não basta falar para ser autor. A assunção da autoria implica uma inserção do sujeito na cultura, uma posição dele no contexto histórico-social. Aprender a se representar como autor é assumir, diante das instâncias institucionais, esse papel social na sua relação com a linguagem [...]. (ORLANDI, 2005, p. 75-76).

O excerto acima aponta para a inscrição do sujeito nas práticas sociais efetivas, na história e no político, como divisão tanto de sentidos quanto do sujeito, que, em sua ilusão de origem do dizer, “esquece” que não domina nem os sentidos, nem o que diz, sendo, portanto, também ele, o sujeito, um efeito, e por isso assume uma posição, filia-se e inscreve-se em formações discursivas para que assim, possa entrar na ordem do dizer.

Contudo, o nome de Autor que nos interessa habita não só no sujeito; ele é, ao mesmo tempo, uma construção social, coletiva, ideológica: um efeito de sentido no interior de certos discursos nos quais se funda e que ajuda a fundar, na sua constituição na/pela linguagem. Como se vê, esse raciocínio nos permite aproximar a noção de função-autor daquela de efeito-autor, proposta por Orlandi (2005), e de enunciado complexo, adiante, de Costa (2016).

Muitos autores adotam pseudônimos bem distintos (por exemplo, Taumaturgo Borges tem por pseudônimo Mike Deodato, famoso quadrinista). Mesmo que um nome de Autor seja igual ao nome civil da *persona*, ele será um pseudônimo à medida que a distância entre a *persona* e o Autor se intensificar pelo investimento simbólico a esse nome. Neste caso, não se trataria mais de um *nome falso*, mas sim de uma pessoa qualquer que não consegue mais portar o seu nome verdadeiro, civil, a não ser em condições sociodiscursivas específicas, restritas ou até mesmo obrigatórias.

Os nomes próprios autorais exercem mais do que a função de especificar seus portadores. Eles são também um modo de agregar significados dispersos sob um só termo. É nesse sentido que nos encontramos com a concepção de enunciado de Foucault (2008):

Um enunciado não tem diante de si (e numa espécie de conversa) um *correlato* – ou uma ausência de *correlato*, assim como uma proposição tem um referente (ou não), ou como um nome próprio designa um indivíduo (ou ninguém). Está antes ligado a um “referencial” que não é constituído de “coisas”, de “fatos”, de “realidades”, ou de “seres”, mas de leis de possibilidade, de regras de existência para os objetos que aí se encontram nomeados, designados ou descritos, para as relações que aí se encontram afirmadas ou negadas. O referencial do enunciado forma o lugar, a condição, o campo de emergência, a instância de diferenciação dos indivíduos ou dos objetos, dos estados de coisas e das relações que são postas em jogo pelo próprio enunciado; define as possibilidades de aparecimento e de delimitação do que dá à frase seu sentido, à proposição seu valor de verdade. (FOUCAULT, 2008, p. 103).

Como um conjunto de regras de possibilidades para os discursos, os enunciados se formam por meio de regulações dentro de formações discursivas. Lembremos que Foucault (2008) define a formação discursiva como um conjunto de enunciados articulados por um sistema de dispersão e de regularidade, e que, deslocando-se para Pêcheux (2009) e Orlandi (1998), as formações discursivas são o que “determinam o que pode e deve ser dito [...] a partir de uma posição dada numa conjuntura” (PÊCHEUX; FUCHS, 1997, p. 166).

A cada enunciação, essas regras de existência para um determinado objeto transformam-se, acumulam-se, opõem-se, enfim, tornam-se outras devido ao caráter histórico da enunciação e do enunciado. A noção de enunciado é particularmente importante neste trabalho. Para Foucault (2008), o enunciado é um acontecimento:

[...] único como todo acontecimento, mas está aberto à repetição, à transformação, à reativação [...], porque está ligado não apenas a situações que o provocam, e a consequências por ele ocasionadas, mas, ao mesmo tempo, e segundo uma modalidade inteiramente diferente, a enunciados que o precedem e o seguem. (FOUCAULT, 2008, p. 31-32).

Ainda sobre o enunciado, Orlandi (1998) aponta para a relação texto/discurso/enunciado, concebendo o texto como *unidade de análise*, mas não sendo por si só a unidade de construção do discurso, ou seja, ainda segundo Orlandi (1998), se a unidade de construção do discurso é o enunciado, ele não o é isoladamente, mas deve ser referido ao texto para poder ser apreendido no processo de construção do discurso. Logo, o texto não é um objeto empírico, com início, meio e fim, mas objeto simbólico, aberto e múltiplo, uma vez que outros textos o margeiam, o compõe e o constituem. Há, portanto, um determinado índice de repetibilidade, mas também de dispersão, de divisão, movimentos que desdobram-se na historicidade e retornam pelo funcionamento da memória.

Um enunciado, portanto, pode se repetir em materialidades diferentes. Por exemplo, uma narrativa romântica pode aparecer materializada em várias edições distintas, com línguas diferentes e em épocas diferentes, mas será o mesmo enunciado, ao menos até certo limite de inovação. Neste caso, há um esforço silencioso, coletivo, não pensado, naturalizado em preservar o enunciado a despeito das múltiplas ocorrências em materialidades outras. Mas pode ocorrer que esse esforço não seja importante, pode ocorrer de os sujeitos enunciarem nos entremeios deixados pela dispersão de um enunciado. Neste caso, as várias materialidades fazem retomar o enunciado através da memória, atualizando os seus sentidos, agregando ou silenciando sentidos outros (aludimos às adaptações literárias, por exemplo). A descrição almejada do enunciado “deve ser capaz de se mover com o seguinte paradoxo: o enunciado é ao mesmo tempo não visível e não escondido”. (ORLANDI, 1987, p. 17).

A autoria, portanto, é também um efeito, pois sinaliza para uma tomada de posição do sujeito, que atesta para a ilusão de autonomia, e que pelo efeito de unidade pode conduzir ao nome de autor como produto, mas “o discurso não é um conjunto de textos, é uma prática” (ORLANDI, 1998, p. 56). Dito isso, podemos considerar discursivamente o nome de Autor como processo, logo, é móvel, não homogêneo, não uno, não mero produto, mas funcionamento. Enquanto processo discursivo, é sempre um efeito tendo em vista que não condiz com a busca pela gênese, pela autoria como princípio de autonomia e responsabilidade do autor (sujeito empírico), não é só um “projeto totalizante de um sujeito, projeto este que se converte em autor”. (ORLANDI, 1998, p. 56). E o que se diz desse nome, os sentidos produzidos acerca de sua produção, pode ser vasto ou não, dependendo do quão memorável é o Autor. E como enunciado, os nomes de Autor, nos termos de Gregolin (2004, p. 31): “agenciam a memória, constroem a história, projetam-se do passado ao futuro”, e diríamos, constroem diferentes temporalidades, permitem o deslizamento de sentidos produzidos sobre o Autor, constituindo-o na sua heterogeneidade. Mas, nem tudo se pode dizer. Os sentidos e os sujeitos estão, como já destacamos, inscritos em diferentes formações discursivas.

A partir da concepção *foucaultiana* de enunciado, COSTA (2016) desenvolveu o conceito de *enunciado complexo*: aquele tipo de enunciado que assume a forma de um nome próprio, cujo funcionamento consiste em permitir e regular os dizeres de uma dada comunidade de fala (para a qual esse nome tem importância social, teórica, ideológica), ainda que sejam dizeres contraditórios, de modo que as partes, os dizeres, sejam relativamente autônomos uns em relação aos outros, mas que sejam também responsáveis

pela construção dos sentidos do todo. O *enunciado complexo* assume, como indica o nome, a forma de um *complexo*: um todo divisível, mas cujas partes, ainda que visem excluir umas às outras, delas precisam concomitantemente para formar o todo. Para manter essa ilusão de unicidade, o enunciado complexo precisa se abrigar sob um nome próprio. Esse nome, que seria, em qualquer enunciação, naturalmente um enunciado, assume a função de enunciado complexo se preencher alguns requisitos, dentre os quais, o de *indexar* discursos, enunciados outros, funcionando como nome de Autor.

Assim, o nome de Autor seria, segundo COSTA (2016), um enunciado complexo: fala-se de William Shakespeare, mas tudo o que é dito de importante sobre ele é regulado institucionalmente; do mesmo modo, Shakespeare permeia o imaginário de alguns estudiosos, pergunta-se “quem foi Shakespeare”, e os estudos de sua Obra, bem como os de sua biografia, respondem “o que foi Shakespeare”. Tem-se, assim, que o nome “Shakespeare” remete ao mesmo tempo a alguém que foi autor e a um enunciado com função de autor, logo, o nome “Shakespeare” funciona como índice para uma série de discursos que abrigam e constituem tanto a obra, quanto o autor.

Diremos, então, que a instância autor atrelada unicamente a um dispositivo de comunicação não é a mesma categoria Autor que é tomada como índice e correlato da Obra. A primeira corresponde a um lugar discursivo atribuído, *grosso modo*, ao sujeito-comunicante/sujeito-enunciador. A segunda, que é uma categoria construída coletivamente (e sempre em contrução) por meio de todo um aparato instituído discursivamente, é um *enunciado*. Quando se fala do autor enquanto instância produtora de sentidos, inclui-se aí, direta ou indiretamente, uma instância coprodutora de sentidos, que é a do leitor. Mas quando se fala do Autor enquanto correlato do *Opus*, não se situa do outro lado uma categoria Leitor que seja sua contraparte, porque não se trata de categorias de sujeito, ou de posições de sujeitos. Esse Autor do qual estamos fazendo distinção aqui não é algo presente no dispositivo comunicacional como instância de sujeito, mas sim produto e processo desse mesmo dispositivo em que há uma instância que também é chamada “autor”. Trata-se do “Autor” como enunciado, e não como enunciador.

Ao enunciar sua obra, o autor enuncia também a si mesmo, o seu nome e em seu nome. Ele diz, num só tempo e num só gesto complexo, a “Obra” e (se) diz “Autor” (esse dizer é mais do que um falar sobre, é todo um enunciar e os aspectos pragmáticos que isso implicaria). Sua atividade de tomar a palavra não é uma enunciação corriqueira, efêmera, mas uma enunciação que lega para a posteridade enunciados sobre os quais e por meio dos quais toda uma categoria muito específica de discurso se funda – a dos discursos autorais, que adquirem forma pela instauração progressiva de Autores e Obras. Mas, tal como disse o próprio Foucault (2008), deixaremos de lado...

[...] a análise histórico-sociológica do personagem do autor. Como o autor se individualizou em uma cultura como a nossa, que estatuto lhe foi dado, a partir de que momento, por exemplo, pôs-se a fazer pesquisas de autenticidade e de atribuição, em que sistema de valorização o autor foi acolhido, em que momento se começou a contar a vida não mais dos heróis, mas dos autores, como se instaurou essa categoria fundamental da crítica “o homem-e-a-obra”, tudo isso certamente mereceria ser analisado. (FOUCAULT, 2009, p. 267).

O traço entre “o-homem-e-a-obra” é sintomático de uma percepção acurada por parte do filósofo francês de que não se trata, de um lado, do autor, do *homem*, e do outro, do texto, da *obra*, mas sim de um amálgama dos dois. Não se trata da união dos elementos “o sujeito que enuncia” e “a obra enunciada”, mas sim de um elemento outro, à parte, nem autor/sujeito, nem obra/texto, mas que ainda assim aponta para ambos, para o portador do nome de Autor e para o produto de sua autoria. Os hifens significam uma só palavra, uma só coisa, substantivada, embora ainda abstrata, e tal expressão conota um aspecto particular na produção de sentidos dos discursos autoriais: há um tipo de enunciado tão complexo que não se permite notar na cisão entre autor e obra, pois tal enunciado é, de fato, produzido no autor e na obra. Em *l’homme-et-l’oeuvre*, como traz o original, reside essa ambiguidade necessária para a existência de autores e obras da maneira que ocorre (um funcionamento muito menos problemático na Literatura, na Filosofia, e em discursos autoriais em que a coautoria é uma rara exceção, do que em discursos como a Música ou os Quadrinhos).

Assim, nomes de Autor como *Giraud* ou *Moebius* podem ter a mesma *persona* responsável por eles. De fato, *Giraud* se consagrou igualmente com o pseudônimo *Moebius*. Outro exemplo é o Autor *Claude Guylouis*, que nada mais é do que um pseudônimo composto pela *persona* de três autores: Claude Klotz, Jean-Louis Robert e Guy Vidal. Juntos, e sob a assinatura de Guylouis, foram autores de diversas histórias do personagem *Lucky Luke*. Guylouis também assinou com Emmanuel Boëm uma banda desenhada intitulada *Sam et Léna* (1992), pela editora *Dargaud*. Porém, Klotz já tinha um outro pseudônimo solo: *Patrick Cauvin*. Tanto Klotz quanto Cauvin tiveram uma produção autoral vasta, incluindo nela outras peças além de bandas desenhadas.

E o que dizer, também, do caso de autores que se escondem sob um nome feminino? Ou, melhor ainda, sobre um caso bem particular: o que dizer *do Laerte/da Laerte*? O nome de Autor, enquanto enunciado, não tem gênero masculino ou feminino como ocorre com as pessoas em seu estatuto civil e/ou biológico. Seu funcionamento discursivo – sua função-autor – independe do gênero, e apenas sua ancoragem à dimensão personificada do Autor faz precisar gênero. Ainda que o autor mudasse de sexo, seu nome de Autor permaneceria indiferente em sua função.

A trajetória de Laerte no campo quadrinístico é polêmica, tanto por suas obras, quanto por sua *persona*. Sua carreira começou em 1985, com o lançamento de seu livro de charges, desenhos e cartuns, *O tamanho da coisa*. Nessa época, sua *persona* ainda assinava como um *autor*. Mas, recentemente, sua *persona* assumiu outro papel genérico. O autor passou por um processo de mudança cívico-estatutária para autora (que, em alguns casos, inclui mudança fenotípica), daí o nome *transgênero*. Em entrevista, quando questionada sobre sua sexualidade, Laerte Coutinho (2015, web) disse: “Escolhi Sonia porque pareceu, literalmente, a minha cara: ‘olhei no espelho e me chamei de Sônia’”, e acrescentou: “Gosto de Laerte, tenho uma vida inteira com ele, nunca tive aversão por ele ou por outros aspectos da minha vida em masculino.” (COUTINHO, 2015, web). Inferimos, desta declaração de Laerte, que sua posição enquanto Autor não foi modificada por sua opção e mudança de gênero, o que nos permite pautar mais eficientemente o exposto acima – não é, de fato, nem só o nome, nem só a *persona*, nem só a obra que designa e faz funcionar a noção de Autor: toda essa rede de discursos construídos nos/pelos enunciados que o determinam e o nomeiam o particularizam entre outro(a)s Laertes: regularidade e dispersão.

O personagem Hugo, criado em 1995, como uma espécie de *alter ego* do autor Laerte, também sofreu mudança, a partir de 2005, quando Laerte iniciou a prática do *crossdresser*. Mas, ao contrário de Laerte, que não assumiu pseudônimo, o personagem passou a se chamar também Muriel: “É como se a vida tivesse me levado a essa circunstância e, quando eu me vi, percebi que aquilo representava uma busca pra mim. Foi mais ou menos isso que senti. Quando vi, comecei a fazer tiras do Hugo virando a Muriel” (COUTINHO, 2010, web). A obra de Laerte expõe, assim, uma visível identificação com sua trajetória de posicionamento no campo discursivo quadrinístico (COSTA, 2016). Não se trata, então, de dois Autores diferentes: analisar o conjunto da Obra de Laerte significaria levar em conta a trajetória de sua *persona*, que mudou de gênero, mas a compilação de sua Obra estaria unicamente sob seu nome de Autor, indiferente a seu estatuto atual de *autora*. Ainda que o nome pareça sofrer uma cisão estatutária no nível social, o Laerte ou a Laerte continua a fazer referência a um Autor enquanto enunciado complexo.

E no caso dos autores mortos, muitas vezes fala-se deles como se estivessem presentes no mundo: “Por que tal autor é tão bom? Ele é um autor transgressor”. Fala-se como se suas *personas* ainda fossem agentes no mundo, como se eles mesmos ainda gerissem seus posicionamentos no campo. Mas eles não existem mais como agentes civis. O que resta são seus nomes. E nomes estão mais para enunciados do que para sujeitos, muito embora sejam constitutivos deles. Talvez, insiste-se na personificação desse enunciado, que se resume ao nome do Autor, por ser essa sua natureza, por ele ter esse funcionamento além daquele de indexar ‘n’ obras.

O fato de a correspondência e os rascunhos de um Autor serem passíveis de publicação não faz deles um elemento de seu *Opus*. Primeiro, porque esses textos periféricos só foram publicados por serem de tal ou tal Autor – é o seu nome que os legitima para a publicação. Segundo, porque esses textos, que, de fato, auxiliam na construção da imagem de Autor (e alguns até na leitura das obras), não foram, a princípio, realizados para serem constituintes do *Opus*. Ainda que o fossem, ou melhor, ainda que o passassem a ser, essas correspondências ou esses esboços, por exemplo, sofreram considerável mudança em seu estatuto de gênero: esses textos periféricos em relação à Obra deixaram de atender à função para a qual foram originalmente designados.

No Discurso Quadrinístico, é comum a editora publicar um *sketch book* com os estudos sobre um determinado personagem por parte de um desenhista. Os rascunhos são compilados e recebem um tratamento editorial próprio, mas não são histórias em quadrinhos: eles, por si só, não são capazes de fazer um autor *persona* ou autor-ator ascender ao *status* de Autor. Se não fosse pelo nome já consolidado do Autor, eles seriam esboços sem nome, identificáveis, talvez, pelo estilo pessoal, mas contra isso sempre poderia haver imitadores.

4 AS MATERIALIDADES DO ENUNCIADO

Reduzir os estudos sobre o *funcionamento da autoria* (que é também o *funcionamento de um nome próprio* no contexto de uma prática institucional específica) ao entorno pragmático dos direitos autorais seria relegar à periferia toda a importância que a Renascença estabeleceu para o papel do artista e das obras no cenário cultural mundial. Como afirmou

Bagnariol (2004), foi na Renascença que a concepção de artista e obra de arte que conhecemos hoje começou a se consolidar, e a assinatura do autor acabou por se tornar parte fundamental da obra e do processo de reconhecimento do artista.

É verdade que faltaria ainda mais de dois séculos para que a autoria se tornasse uma questão jurídica, mas é fato que, bem antes disso, o *nome de um artista* já estava sendo convencionalmente imbuído de significados e valores a ponto de determinar toda sorte de práticas institucionais em torno dele. Esses sujeitos já se beneficiavam do reconhecimento estatutário resumido em seu nome. Bem antes de indicar uma propriedade, a *assinatura* (que é um *senal* específico), *assinava* a qualidade de uma peça que poderia ser ajuntada a outras de igual *status quo*. Nesta seção, abordamos algumas características da *assinatura* no contexto dos Quadrinhos enquanto discurso autorial, e, mais especificamente, em uma sessão de autógrafos.

Assinar é uma prática comum a muitas pessoas, mas as condições que as levam a fazê-lo são regidas por regras tão específicas que podem modificar tanto o signatário quanto a própria situação. Como disse Fraenkel (1992), assinar é um ato que não é nem estritamente escrever e nem estritamente desenhar, mas um meio-termo entre os dois: o nome próprio fornece a base linguística, o alfabeto e as formas das letras, mas a mão deve estar *treinada* a transformar esses elementos em um material gráfico personalizado e convencional, que tem um pouco de escrita e de imagem.

A assinatura é o vestígio de um verdadeiro sistema de signos de identidade do qual se desprende no séc. XVI e, desde então, persiste sozinha como um signo isolado. Além disso, ela pertence a esses signos chamados de “validação” cuja função é transformar algum documento escrito em ato jurídico. É, então, no interior de um universo de signos e de práticas que se deve inseri-la se queremos dar ao signo sua dimensão verdadeira.³ (FRAENKEL, 1992, p. 7).

Nos discursos autoriais, a assinatura é um signo que apresenta três importantes funções, a saber, a de *individualização* do signatário (marcar a sua presença e singularidade), a de sua *autorialização* (reconhecer o seu nome de Autor e autoridade enunciativa) e a de *validação* (validar esse processo de instituição de si e de sua obra). Essas funções são interdependentes, cada uma se nutre do processo que a outra desencadeia.

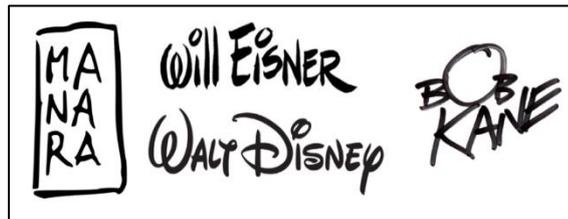
Enquanto signo de individualização, a assinatura é única, intransferível e inalienável. A assinatura não assinala apenas o autor, uma vez que o nome próprio citado, por exemplo, numa biografia, numa entrevista ou na capa de uma obra, já cumpriria esse papel. Por meio dela, certifica-se a presença consciente de um indivíduo atrelado a práticas sociodiscursivas exclusivas, sua corporalidade enquanto autor.

Mas a assinatura é um signo que faz referência também à singularidade do autor, da *persona* que assinou/assinou sua *marca* – a assinatura não se limita ao nome

³ La signature est le vestige d'un véritable système de signes d'identité dont elle se détache au XVI^e siècle et, dès lors, persiste seule, tel un signe isolé. En outre, elle appartient à ces signes dits de « validation » dont la fonction est de transformer un quelconque document écrit en acte juridique. C'est donc à l'intérieur d'un univers de signes et de pratiques qu'il faut l'insérer si l'on veut rendre au signe sa dimension réelle.

propriamente dito. De fato, alguns desenhistas têm uma marca tão estilizada para a assinatura, que ela difere em tudo de caracteres linguísticos. E não é raro encontrar autores que, literalmente, desenham a sua assinatura. A enunciação gráfica, que traz com ela um *efeito-assinatura*, de acordo com Stefanelli (2012), é também uma *impressão-assinatura*, um traço idiossincrático que remonta à relação existente entre a subjetividade do autor e o corpo treinado do desenhista (STEFANELLI, 2012).

Figura 1 – Assinaturas de autores



Fonte: Costa (2016). Acervo pessoal.

Diferentemente do que ocorre nas esferas jurídicas, comerciais e/ou políticas, em que o signatário pode subscrever seus poderes, nas *dédicaces* não se pode dar um autógrafo por procuração. Não se trata, portanto, de qualquer signatário, mas da *persona* de um Autor. Trata-se de um sujeito previamente reconhecido e individualizado por uma função: a de ser porta-voz de um nome de Autor, sendo esse o segundo elemento para o qual aponta o signo da assinatura.

Com a função de autorização (ou, no caso dos discursos autoriais, de autorialização, conforme COSTA (2016)), a assinatura dá ao objeto assinado um nome próprio por ele responsável e/ou possuidor de certo *status quo* dentro de um contexto, de uma convenção. Amparada pela instituição discursiva, a *persona* que autografa uma obra não o faz em seu nome (embora faça *o seu* nome), antes, ela autografa em nome dessa mesma instituição da qual é porta-voz. Numa sessão de autógrafos, o autor utiliza o seu pseudônimo ou nome de Autor, e não o seu nome civil (Walt Disney, e não Walter Elias Disney, por exemplo).

O terceiro elemento para o qual a assinatura aponta é a *obra* enquanto *Obra*. A performatividade instituída no ato de autografar uma obra só se fundamenta em razão dessa última. Essa não é uma constatação tão óbvia quanto parece, pois o que está em jogo não é puramente a existência da obra para que se possa autografá-la, mas sim um ritual de dupla legitimação cujo instrumento é a assinatura. Ou seja, o autógrafo não existe apenas *porque* a obra existe, mas ele existe *para que* a obra reafirme sua existência.

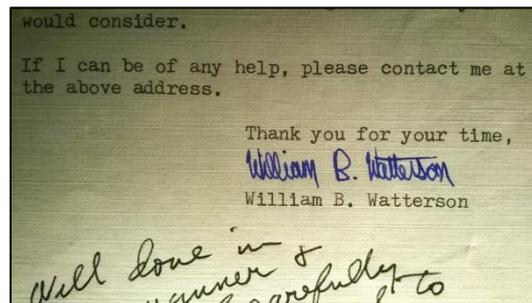
A partir do binômio *l'homme-et-l'œuvre*, vê-se que a performance da sessão de autógrafos consagra também o Autor como enunciado (e não apenas como sujeito). A assinatura, em relação à obra, tem, assim, a função de validar o objeto assinado – o quadrinho, o romance, a pintura – como *Obra*, pois porta um nome de Autor. Ao mesmo tempo, ela valida o Autor em sua dimensão personificada, pois só a *persona* pode autografar sua *Obra*.

Dos muitos ritos institucionais nos quais a assinatura é fundamental (o casamento civil, o contrato de trabalho, o decreto de Lei, por exemplo), a sessão de autógrafos é um daqueles em que a própria assinatura é também uma meta, e não um estatuto ou ações posteriores dependentes e/ou conseqüentes dela. Ela é ao mesmo tempo o ato (“eu autógrafo”) e o resultado do ato (“o autógrafo”).

A presença de uma assinatura pode modificar radicalmente a natureza de um ato, é ela que lhe confere esta autenticidade sem a qual a escrita restaria como letra morta. Esse poder, a assinatura o deve à sua função principal, aquela de servir de signo de validação.⁴ (FRAENKEL, 1992, p. 18).

Cada situação de uso da assinatura confere-lhe um estatuto próprio, que transita entre a identidade e a autoridade. O uso da assinatura está intimamente ligado à prática em questão, às suas condições de produção e de eficácia. A assinatura de um contrato de edição, por exemplo, tem um valor diferente daquela empregada em uma sessão de autógrafos – a primeira situação pode exigir que a *persona* assine com o seu nome próprio de registro civil, já a segunda exige o nome de Autor, comumente na forma de pseudônimo. Bill Watterson, em uma carta ao editor Bill Yates, da *King Features*, assinou com o seu nome civil, William Boyd Watterson.

Figura 2 – Assinatura civil de Bill Watterson



Fonte: Costa (2016). Acervo pessoal.

Para os discursos autoriais, a prática da assinatura do nome de Autor está amparada por toda uma instituição discursiva, quer dizer, a prática do autógrafo é tão mais prevista e esperada sem estranhamento quanto maior for o reconhecimento do capital simbólico de tal instituição. A assinatura apresenta-se, assim, nessa situação amplamente performática, como um elemento constituído e constituinte da autorialidade, e “se ela caracteriza o signatário, revela igualmente uma certa concepção social da identidade do indivíduo”⁵ (FRAENKEL, 1992, p. 8). Uma sessão de autógrafos é um rito que faz comprovar a existência da *persona* do Autor, a distinção de seu nome em relação a um nome qualquer, e, não menos importante, a existência de uma Obra. A partir do nome próprio de Autor, situado no tempo e no espaço, a *escrita autorial* adquire:

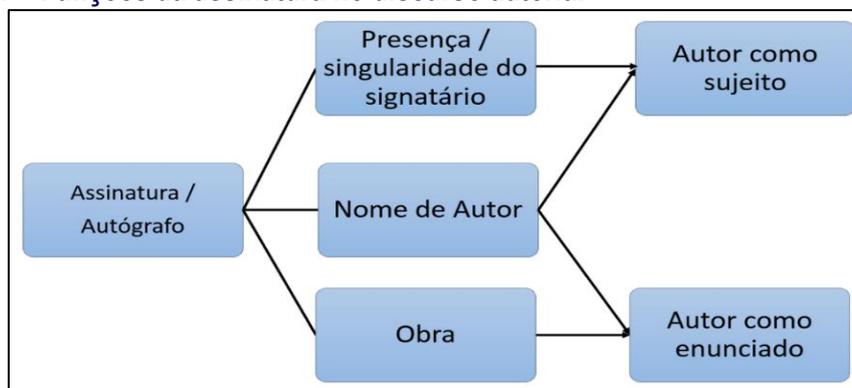
⁴ La présence d’une signature peut modifier radicalement la nature d’un acte, c’est elle qui lui confère cette authenticité sans laquelle l’écrit resterait lettre morte. Ce pouvoir, la signature le doit à sa fonction principale, celle de servir de signe de validation.

⁵ [...] la signature, si elle caractérise le signataire, révèle également une certaine conception sociale de l’identité de l’individu [...].

[...] a corporalidade de um “autor” e, com ele, a representação estética de um estilo, de uma “obra”, de uma “autoridade” sobre o discurso aí enunciado. A atribuição de uma assinatura de autoria a um texto constitui a escrita como expressão de uma individualidade que fundamenta a autenticidade da obra, atribuindo ao autor a ideia de *invenção individual e criação original*. (GREGOLIN, 2003, p. 50).

O nome de Autor é a base da prática da *dédicace*, e é em torno dele que esse ato adquire o seu valor simbólico. Esse nome já é resultado de investimento prévio por parte de toda a instituição discursiva. A assinatura, quando faz referência a esse nome e confirma sua corporalidade (pois ela deve ser uma ação de próprio punho), legitima a *persona* como sujeito dessa instituição, o *quadrinista* em sua função. E quando ela faz referência, ao mesmo tempo, ao nome e à Obra, ela legitima o Autor como um enunciado construído nessa instituição. Essa distinção pode ser sintetizada pelo diagrama a seguir:

Diagrama 1 – Funções da assinatura no discurso autorial



Fonte: Costa (2016)

Nota-se que a assinatura em uma *dédicace* opera, ao mesmo tempo, a cisão e a união do sujeito, do nome, do corpo e da obra. Mas como não há razão de existir uma *dédicace* sem o dedicatário, esse assume um papel tão importante como o do autor nesse tipo de discurso. Podemos dizer que nesse ritual intervém a dupla relação exterioridade/interioridade que constitui não só a obra (enquanto texto), nem só a *persona* (enquanto sujeito), mas também a Obra e o Autor, instituindo-se o *homem-obra* na(s) materialidade(s) do enunciado. Se tratamos da materialidade do enunciado, é preciso que pontuemos também a materialidade do sujeito, uma vez que sentido(s) e sujeito(s) são, por sua vez, indissociáveis (MALDIDIÉ, 2003). Nesse sentido, trabalhamos, mesmo que sucintamente, a noção de corpo atrelada ao sujeito, aos sentidos e ao próprio ato de assinatura na *dédicace*.

Pensar o corpo do sujeito implica compreendê-lo como lugar de significação, de produção de sentidos, não sendo apenas um invólucro do sujeito, mas parte de sua constituição, na medida em que não há como desvinculá-lo do social. É do corpo e no corpo que se estabelecem as transferências e deslocamentos de sentidos, é também por ele que o sujeito se inscreve no social, no político, significando e sendo significado. No ritual de assinatura, portanto, o corpo do autor, em sua materialidade enquanto sujeito inserido em determinadas condições, é lugar de interpretação, lugar de legitimação e circulação de enunciados.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O sujeito no/do discurso é um sujeito duplo: ele está no discurso, pois a linguagem em sua não transparência e não completude pode ser tomada como um ambiente de interação. Em seu interior, o sujeito se comporta de tal ou tal maneira. Mas ele é também o sujeito do discurso, pois a linguagem tem os seus conteúdos, os seus efeitos de sentido, e, pela produção desses efeitos, o sujeito é um deles. É parte constitutiva dessa ilusória totalidade significante e significada. O sujeito é parte do sentido também.

A sessão de autógrafos reforça a existência da categoria de autor – ou melhor, põe em funcionamento o nome de Autor e dá a ele visibilidade e corporalidade. A sessão de autógrafos possibilita ver o Autor em funcionamento em várias materialidades: o Autor enquanto formulação discursiva, ou melhor, como um enunciado, materializa-se no nome de Autor (que pode ser um pseudônimo), na Obra em si, na *persona* do autor (em sua corporalidade, podendo ser constituída por mais de um corpo, como no caso dos pseudônimos de coautoria) e no gesto do autógrafo (que só pode ser executado pela *persona* do autor e que reforça o nome de Autor como outra materialidade). O corpo do autor, o nome grafado, a obra reconhecida, o gesto da assinatura.

Na sessão de autógrafos, o corpo do autor cumpre a exigência de verdade. Ele se torna uma materialidade significante, sua presença pode ser interpretada. Assim, o corpo, como construção simbólica, é textualizado pelos sujeitos envolvidos na *dédicace*, que significam-se mutuamente, inscrevendo-se como seres simbólicos. A relação com o espaço da *dédicace* promove os deslocamentos de sentido dos corpos ali envolvidos. Dessa forma, o corpo da *persona* do autor enquanto materialidade significa por meio do sujeito em uma posição-autor que assina a obra (um processo amparado pela materialidade daquele que recebe a obra assinada). Podemos dizer que sujeito e corpo só significam, no trabalho da linguagem, pela inscrição do sujeito em formações discursivas que corroboram as práticas *autorais* e *autorais*, que as regulam e que as inscrevem no político, no histórico e no simbólico.

A problemática sobre a relação do nome verdadeiro com o pseudônimo, isso quer dizer, a função que esses nomes próprios exercem na sociedade, leva-nos a perguntar se é possível não estabelecer relação interdiscursiva entre sua dimensão ordinária e sua inevitável dimensão extraordinária (o nome de Autor). Enfim, vê-se que os nomes de Autor são nomes que transcendem seus portadores, seus sujeitos, e demandam refletirmos sobre a linguagem em seu funcionamento, na língua que os regula, que os constitui e os organiza também como discursividade.

REFERÊNCIAS

- BAGNARIOL, P. Graffiti e quadrinhos na história da arte. In: BAGNARIOL, P. et al. *Guia ilustrado de graffiti e quadrinhos*. Belo Horizonte: Fapi, 2004, p. 5-74.
- CISLARU, G. Le pseudonyme, nom ou discours ? D'Etienne Platon à Oxyhre. In: LECOLLE, M.; PAVEAU, M.-A.; REBOUL-TOURÉ, S. *Les carnets du Cediscor: le nom propre en discours*, n.11. Paris: PSN, 2009. p. 39-57.

COSTA, L. P. A. *Uma análise do discurso quadrinístico: práticas institucionais e interdiscurso*. 2016. 223 f. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Minas Gerais, 2016.

COUTINHO, L. Cartunista Laerte diz que sempre teve vontade de se vestir de mulher. Entrevista concedida a Ivan Finotti. *Folha de S. Paulo*, 2010. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/825136-cartunista-laerte-diz-que-sempre-teve-vontade-de-se-vestir-de-mulher.shtml>>. Acesso em: 7 maio 2016.

_____. *Crossdresser, travesti, trans: Laerte fala sobre sexualidade*. Entrevista concedida a Bárbara Therrie. Terra, 2015. Disponível em: <<https://www.terra.com.br/vida-e-estilo/mulher/comportamento/crossdresser-travesti-trans-laerte-fala-sobre-sexualidade,c6d4497a0e2a8c81220e7b5168cb0bb15arfRCRD.html>>. Acesso em: 28 maio 2017.

FOUCAULT, M. *A arqueologia do saber*. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

_____. O que é um autor?. In: FOUCAULT, M. *Estética: literatura e pintura, música e cinema*. Org. Manoel Barros da Motta. Trad. Inês Autran Dourado Barbosa. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009, p. 264-298.

FRAENKEL, B. *La signature: genèse d'un signe*. Paris: Gallimard, 1992.

GREGOLIN, M. do R. V. Sentido, sujeito e memória: com o que sonha nossa vã autoria? In: GREGOLIN, M. do R. V.; BARONAS, R. (Org.). *Análise do discurso: as materialidades do sentido*. São Carlos: ClaraLuz, 2003, p. 47-58.

_____. *Foucault e Pêcheux na análise do discurso: diálogos e duelos*. São Carlos: ClaraLuz, 2004.

LECOLLE, M.; PAVEAU, M.-A.; REBOUL-TOURÉ, S. Les sens des noms propres en discours. In: LECOLLE, M.; PAVEAU, M.-A.; REBOUL-TOURÉ, S. *Les carnets du Cediscor: le nom propre en discours*, 11, 2009. Paris : PSN, 2009, p. 9-22.

MALDIDIÉ, D. *A inquietação do discurso: (Re) ler Michel Pêcheux hoje*. Trad. Eni P. Orlandi. São Paulo: Pontes, 2003.

ORLANDI, E. P. *A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso*. Campinas: Pontes, 1987.

_____. *Discurso e leitura*. São Paulo: Cortez/Unicamp, 1998.

_____. *Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. Rio de Janeiro, Petrópolis: Vozes, 2005.

PÊCHEUX, M. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas: Editora da Unicamp, 2009.

PÊCHEUX, M.; FUCHS, C. A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas (1975). In: GADET, F.; HAK, T. (Org.). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Trad. Bethania Mariani et al. 3. ed. São Paulo/Campinas: Editora da Unicamp, 1997.

STEFANELLI, M. Aux marges d'une ambiguïté médiaculturelle: quatre questions brûlantes pour une théorie culturelle de la bande dessinée. In: MAIGRET, É.; STEFANELLI, M. *La bande dessinée: une médiaculture*. Paris: Armand Colin, 2012. p. 253-266.

Recebido em: 31/05/17. Aprovado em: 25/02/18.

Title: *Materialities of the authorship in the autograph session*

Authors: *Lucas Piter Alves-Costa; Marilda Aparecida Lachovski*

Abstract: *This paper aims to approximate the notions of author, authorship and enounced based, above all, on presuppositions from Foucault (2008, 2009) and COSTA (2016), in dialogue with Orlandi (1987, 1998, 2005), Gregolin (2003, 2004) and Pêcheux (2009), in order to problematize the double dimension of the author name, which are: the author seen as subject and as an enounced. Then, this work discusses some materialities of the author's name seen as an enounced. Thereunto, the discussion is based on the aspects of an autograph session of the Comics Discourse. The result of the reflections proposed reinforce the conceptualization of a complex enounced (COSTA, 2016) based on the function that the author's name plays in the discourses that are based on that name.*

Keywords: *Authorship. Complex enounced. Autograph session. Corporality. Signature.*

Título: *Las materialidades de la autoría en la sesión de autógrafos*

Autores: *Lucas Piter Alves-Costa; Marilda Aparecida Lachovski*

Resumen: *Este artículo tiene por objetivo aproximar las nociones de autor, autoría y enunciación, desde sobretodo supuestos de Foucault (2008, 2009) y Costa (2016), en diálogo con Orlandi (1987, 1998, 2005), Gregolin (2003, 2004) y Pêcheux (2009), para entonces problematizar la doble dimensión del nombre de autor, es decir: el autor tomado como sujeto y como una enunciación. En seguida, este trabajo discute sobre algunas materialidades propias del nombre de autor mientras enunciación. Para ello, la discusión es guiada por aspectos de una sesión de autógrafos del discurso de historietas. Los resultados de las reflexiones aquí propuestas refuerzan la conceptualización de enunciación compleja (COSTA, 2016) desde la función que el nombre de autor desarrolla en los discursos que en él se fundan.*

Palabras-clave: *Autoría. Enunciación compleja. Sesión de autógrafos. Corporalidad. Firma.*



Este texto está licenciado com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1982-4017-180110-8117>

REPRESENTAÇÃO DA SITUAÇÃO DE RUA NO JORNALISMO ELETRÔNICO EM TEXTOS VERBO-VISUAIS – A VIOLÊNCIA EM DISCURSO NO *CORREIO BRAZILIENSE* (2011-2013)

Viviane de Melo Resende*
Universidade de Brasília
Departamento de Linguística
Brasília, DF, Brasil

Maria Carmen Aires Gomes**
Universidade Federal de Viçosa
Departamento de Letras e Artes
Viçosa, MG, Brasil

Resumo: Este artigo é recorte de projeto de pesquisa em que se investigam os textos publicados entre 2011 e 2013 nos jornais web *Correio Braziliense*, *O Globo* e *Folha de S. Paulo* sobre população em situação de rua. Neste recorte, analisam-se apenas os 95 textos publicados no *Correio Braziliense* cruzando as temáticas situação de rua e violência, e as 19 imagens que compõem estes textos. As análises apresentadas são favorecidas pelo uso de software para análise qualitativa e têm por base teórico-metodológica a análise de discurso crítica e a gramática do design visual. Tomados juntos, os resultados de análise sugerem naturalização da violência contra a população em situação de rua, em um efeito retórico de distanciamento, que não provoca empatia entre quem lê o jornal e as pessoas vítimas da violência representada.

Palavras-chave: Análise de discurso crítica. Situação de rua. Violência. Jornalismo web.

1 INTRODUÇÃO

“Sabemos que há relação entre a violência institucionalizada e a violência privada.
Não podemos fingir que não sabemos disso.”
(Angela Davis)

No projeto de pesquisa “Representação midiática da violação de direitos e da violência contra pessoas em situação de rua no jornalismo on-line” (CNPq 304075/2014-0), investigamos colaborativamente, com a participação da professora Carolina Lopes Araújo (FUP/UnB), das pesquisadoras Daniele Mendonça e Ingrid Ramalho (PPGL/UnB)

* Docente do Programa de Pós-graduação em Linguística – Laboratório de Estudos Críticos do Discurso, e do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional – Núcleo de Estudos de Linguagem e Sociedade. E-mail: vivianemelo@unb.br.

** Docente do Programa de Pós-graduação em Letras da UFV e do Programa de Pós-graduação em Estudos Linguísticos da Universidade Federal de Minas Gerais. E-mail: mcgomes@ufv.br.

e das bolsistas Mariana Moura, Dara Abreu e Lygia Vaz (LIP/UnB), dados de notícias sobre a situação de rua no jornalismo web. Tomamos por base os estudos discursivos críticos, e tiramos proveito dos ambientes de investigação constituídos na Rede Latino-Americana de Análise de Discurso Crítica e Pobreza (REDLAD), no Núcleo de Estudos de Linguagem e Sociedade (NELiS/UnB), no Laboratório de Laboratório de Estudos Críticos do Discurso (LabEC/UnB), no Programa de Pós-Graduação em Linguística (PPGL/UnB) e no Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos ¹ (Poslin/UFMG).

O objetivo do projeto é mapear representações da situação de rua na produção discursiva dos portais de três jornais – *Folha de S. Paulo*, *O Globo* e *Correio Braziliense*. Foi realizado mapeamento abrangente, com coleta de todos os textos publicados no período considerado para a pesquisa – de 2011 a 2013 – que resultaram das buscas pelas palavras-chave: “morador(a)(es) de rua”, “pessoa(s) em situação de rua” e “população (em situação) de rua”. As buscas nos três portais levaram a 752 textos.

Este artigo focaliza apenas as 95 notícias do *corpus* do *Correio Braziliense* (CB) que tematizam violência, objetivando responder às questões: (1) Quando o CB cruza os temas da situação de rua e da violência, quais são as vozes convocadas a falar? (2) Como a população em situação de rua é avaliada nesses casos? (3) Como a população em situação de rua é representada imageticamente nesses veículos jornalísticos eletrônicos quando se trata desse corte temático? Essas perguntas são abordadas na perspectiva panorâmica possibilitada pelo *software* de organização e análise de dados qualitativos que usamos na pesquisa.

Na seção 2, discutimos noções necessárias para o estudo focalizado – conceitos e categorias da análise de discurso crítica, da gramática do design visual e da sociologia do corpo. Na seção 3, apresentamos procedimentos de organização, classificação e codificação dos dados. Na seguinte, focalizamos textos verbais, considerando, quando pertinente para comparação, o *corpus* de 166 textos do CB, mas com as lentes voltadas principalmente para os 95 textos sobre violência. Na seção 5, a análise volta-se para a representação imagética da violência nos dados do jornal. Por fim, apresentamos algumas considerações sobre esta etapa da investigação.

2 DISCURSO, IMAGEM E CORPO: LINHAS GERAIS DE UM REFERENCIAL TEÓRICO-PRÁTICO

A análise de discurso crítica, na versão que vimos discutindo e formulando (VIEIRA; RESENDE, 2016; RESENDE, 2017) com base na vertente de Fairclough (2003, 2010) e na escola latino-americana de ADC (PARDO, 2011; BOLIVAR, 2010; PARDO ABRIL, 2008), é uma teoria de discurso de base realista, que compreende que

¹ Este artigo apresenta um recorte dos resultados do projeto de pesquisa “Representação visual de pessoas em situação de rua no jornalismo *on-line* – *Correio Braziliense* e *O Globo*, de 2011 a 2013”, projeto de pós-doutorado de Viviane de Melo Resende, com supervisão de Maria Carmen Aires Gomes, realizado junto ao Poslin, e parte integrante do projeto mais amplo CNPq 304075/2014-0. No projeto realizado junto à UFMG, consideram-se apenas os *corpora* do *Correio Braziliense* (166 textos) e de *O Globo* (121 textos).

embora o discurso seja constitutivo da realidade, esta não se esgota em nosso conhecimento sobre ela. Trata-se, então, de uma abordagem que recusa perspectivas relativistas sobre realidade e discurso.

O mesmo se aplica à gramática do design visual: assim como as estruturas linguísticas, as estruturas visuais apontam para interpretações específicas da experiência e da interação social (KRESS; VAN LEEUWEN, 1996). Nessa abordagem, entende-se que “[e]struturas visuais não reproduzem simplesmente as estruturas da realidade. Ao contrário, elas produzem imagens da realidade que estão vinculadas ao interesse das instituições sociais dentro das quais são produzidas, distribuídas e lidas” (p. 64). Não se trata tampouco, portanto, do elemento discursivo como reflexo da realidade, mas como construção resultante de ordenações discursivas próprias de cada sociedade, com ênfase também no aspecto constitutivo do discurso (VAN LEEUWEN, 2005).

Três noções decorrentes do aspecto duplo-constitutivo do discurso são teoricamente relevantes para discutir relações de discurso-e-sociedade. Em primeiro lugar, discursos materializados em textos têm efeitos: realizam mudanças no mundo. Em segundo lugar, diferentes discursos são diferentes modos de representar realidades, e trata-se sempre de diferenças posicionadas – situadas e decorrentes de posições em jogos de interesses e relações de poder. Em terceiro lugar, discursos identificam e participam, portanto, na construção discursiva de identidades. Esses três aspectos são base da teoria de discurso formulada por Fairclough (2003).

Discursos como modos de representação são concebidos como formas de conhecimento socialmente construído sobre algum aspecto da realidade, e que impactam a própria realidade social e as identidades-alteridades constituídas nesse entremeio, o que é sempre desenvolvido em contextos específicos. Entrecruzam-se, portanto, os eixos do poder, do saber e da ética (FOUCAULT, 1984): o poder de definir como se compreende um aspecto da realidade e como se deve identificar em relação a ele.

Por isso, à semiótica social interessam os modos como pessoas usam recursos semióticos em contextos específicos, em práticas e instituições, e como esses recursos são regulados. Quando se toma um *corpus* de dados textuais oriundos de um domínio discursivo e temático, por exemplo, do jornalismo eletrônico sobre a situação de rua, observam-se continuidades muito marcantes que apontam para as ordens de discurso postas em relação. A ordenação social do potencial semiótico torna-se então um elemento de investigação.

A análise de notícias para a abordagem de problemas sociais como as representações da violência justifica-se porque se entende a notícia reorganizando séries de eventos relatados fora de sua ordem lógica e cronológica, e por isso é uma forma de regulação social. Assim, para Fairclough (2003), a produção de histórias em notícias é reconstrução de acontecimentos fragmentários como eventos distintos e separados, incluindo certos acontecimentos e excluindo outros, assim como organizando esses eventos construídos em relações particulares. A produção de notícias, portanto, é um processo interpretativo e construtivo, e não simplesmente um relato.

Para Seara (2016, em palestra), “[t]oda violência física é sempre precedida de violência verbal; há toda uma gramática da violência que leva à opressão e à perda de direitos”. À população em situação de rua, avaliações como *incômoda, perigosa e*

oportunista são mais recorrentes em notícias. É classificada de *perigosa* mesmo sendo vítima de violência; é classificada de *incômoda*, mesmo sendo ela a sofrer o impensável incômodo da vida nas ruas; é classificada de *oportunista*, mesmo estando na mais periférica margem do sistema de vantagens desigualmente distribuídas no modo de produção capitalista. Essas classificações, produzidas ordinariamente, e circuladas nos mais variados contextos, reificam a violência.

Poderíamos nos perguntar que atores sociais são representados imagetivamente, em fotografias publicadas em jornais, como corpos mortos que se mostram pelo chão, cobertos com trapos e sem velórios. Somos todos humanos, mas a humanidade de alguns é diluída ou mesmo negada em textos e imagens que expõem corpos com os quais não nos identificamos (FANON, 2015). Aí se realiza a gramática de violência de que nos fala Seara (2016). Butler também ressalta a fragilidade de determinados corpos em certas regulações de instituições de poder, chamando a pensar que os conceitos de precariedade e vulnerabilidade estão diferentemente distribuídos, pois certas vidas são merecedoras de amparo, de existência, e outros corpos/vidas são vistos como dispensáveis. As pessoas em situação de rua não se encaixariam em corpos atuantes, mas em um ‘não-lugar’ que, embora muito visível, adquire visibilidade negativa. Os jornais reiteram práticas de desumanização dessas pessoas, estimulando potencialmente semioses de precariedade, não demandando outro tipo de resposta moral.

Le Breton (2017) enfatiza que o estatuto do corpo é variável através da história: “Num mundo difícil de discernir, o corpo se torna espaço de uma soberania fugidia”, e se mercantiliza, torna-se suporte para encarnar identidades de decoração na coautoria de si mesmo. Mas aqui podemos nos perguntar como articular o debate sobre a mercantilização do corpo no caso de pessoas que não possuem meios de adquirir essa corporeidade simbólica no mercado. Se nas sociedades capitalistas a identidade se dissolve no exterior de si, em função das informações que se mostram aos outros, então a impossibilidade de acessar estilos mercantilizados de seu corpo coloca as pessoas em situação de rua em situação de ‘não ser’? Ademais, pessoas em situação de rua têm pouco ou nenhum domínio sobre as formas como são representadas em notícias.

Nos dados do *CB*, veremos a cobertura noticiosa de casos de assassinato de pessoas em situação de rua, inclusive pelo fogo. O assassinato pelo fogo pode ser pensado como aniquilação total do corpo, totalmente destruído, apagado da existência. Ao tratar deste tema, não podemos esquecer os 20 anos do assassinato de Galdino, indígena Pataxó que, em 1997, tendo vindo a Brasília para as comemorações da assim chamada ‘semana do índio’, e não tendo onde pernoitar na cidade, decidiu dormir em um ponto de ônibus, na Asa Sul, próximo ao centro da cidade. Enquanto Galdino dormia, um grupo de jovens – que depois veio a público tratar-se de filhos da elite local – considerou uma boa diversão jogar combustível sobre seu corpo e atear fogo. Antes de morrer, Galdino teria perguntado “Por que fizeram isso comigo?”. A resposta veio nos tribunais, quando os advogados de seus assassinos justificaram o crime: os jovens não sabiam que se tratava de um indígena, pensaram que fosse “um mendigo”, que assassinaram por “brincadeira”. Estar em situação de rua passou a ser ali uma justificativa para aniquilação completa da existência por meio do fogo. Essa justificativa não envolve apenas a destruição física de que padeceu Galdino, mas traz em si a destruição simbólica de todo um grupo social, que não se

percebe como merecedor da existência, que não tem “resistência ontológica”, nos termos de Fanon (2015). Como afirma Tiburi (2013, p. 23), essa exclusão “é produzida no discurso: seu lugar é o silêncio que, em termos sociais muito concretos, realiza-se na injustiça de não poder existir”.

3 A COMPOSIÇÃO DO CORPUS E O TRATAMENTO DOS DADOS

Nesta seção, dedicamo-nos a detalhar procedimentos adotados no projeto integrado, desde a coleta de dados até sua análise. O projeto tem como objetivo central analisar representações que circulam no domínio discursivo do jornalismo *on-line* a respeito de pessoas em situação de rua. Foram considerados três jornais de circulação nacional no Brasil: *O Globo* (oglobo.globo.com/), *Correio Braziliense* (correioweb.com.br) e *Folha de S. Paulo* (folha.uol.com.br), e foram coletadas todas as notícias publicadas entre 2011 e 2013 e acessíveis por meio de argumentos de busca ligados à situação de rua.²

Os dados foram organizados com auxílio do NVivo 11 Pro. Primeiro, criamos pastas para a simples separação dos dados em função dos anos de publicação e das temáticas desenvolvidas nos textos. A leitura inicial dos dados sugeriu a separação dos dados em cinco temas: drogas, políticas públicas, violação de direitos, violência e outros temas. Os 166 textos publicados pelo *CB* no intervalo considerado organizam-se assim em termos temáticos: drogas: três; outros temas: 18; políticas públicas: 32; violação de direitos: 18; violência: 95. A frequência muito maior de textos tematizando violência levou-nos à escolha desse foco para esta reflexão.

O uso de pastas foi uma forma eficiente de iniciar a organização dos dados, mas para conseguirmos fazer cruzamentos entre essas informações (anos e temas) com os demais itens de codificação (ver a seguir), foi necessário transferi-las também para classificações (RESENDE, 2016). Os dados também foram organizados em categorias de preparação, com o objetivo de separar os dados em termos de mais dois conjuntos de informações: a assinatura (trata-se de texto assinado ou não?) e a editoria de publicação (em quais cadernos dos jornais publicam-se notícias e reportagens sobre a população em situação de rua?). Os textos publicados na plataforma *on-line* do jornal *Correio Braziliense* entre os anos de 2011 e 2013 são predominantemente narrativos (118 de 166), massivamente localizados no caderno *Cidades* (147 de 166) e frequentemente não incluem a assinatura de quem escreveu a matéria (114 de 166). Isso já nos leva a alguns indícios sobre a abordagem da situação de rua no jornal: trata-se antes de narrar fatos (em notícias) do que de refletir sobre eles (em reportagens) ou traçar relações causais; há mais notícias locais de âmbito policial, pois é no caderno *Cidades* que esse tipo de notícia se concentra nesse jornal, e há predominância de textos não assinados, o que já sugere não se tratar de reportagens, artigos, crônicas, colunas, mas de notícias ou curtos informes que reproduzem boletins das forças de ordem pública.

² Os argumentos de busca utilizados nos portais *on-line* desses jornais foram “morador(a)(es) de rua”, “pessoa(s) em situação de rua”, “população (em situação) de rua”. Dessas buscas, resultaram 752 textos: 166 do *Correio Braziliense*; 121 de *O Globo*, e 465 da *Folha de S. Paulo*. Diante desses *corpora*, julgamos necessário o uso de *software* para a organização dos dados.

No caso das imagens, interessou-nos investigar os corpos representados, então as classificações acrescentadas foram referentes a pertencimentos de classe, raça e gênero. Dos 166 textos publicados sobre situação de rua no *CB* entre 2011 e 2013, apenas 35 contêm fotografias em sua composição e, desses, 19 são sobre violência, a temática mais presente nas notícias e também a mais representada imagetivamente no jornal.

Em seguida, realizamos a principal etapa do trabalho de codificação: o mapeamento das categorias de análise. Nesta etapa pré-analítica de exploração do NVivo, consideramos as seguintes categorias de análise para os aspectos verbais: ‘intertextualidade e fontes jornalísticas’; ‘modos de avaliação de pessoas em situação de rua’; ‘modos de referência a pessoas em situação de rua’ e ‘modos de representação de pessoas em situação de rua’. À exceção da categoria ‘modos de representação de pessoas em situação de rua’, em que a codificação foi teoricamente dirigida pela teoria de representação de atores sociais proposta por van Leeuwen (1997, 2008), as demais categorias foram preenchidas indutivamente, isto é, os códigos foram registrados conforme o mapeamento sugerido pela leitura dos próprios dados. Assim, temos um conjunto de vozes mapeadas em ‘intertextualidade’ que não é necessariamente o mesmo para cada veículo, e assim também para os ‘modos de avaliação’ e os ‘modos de referência’.

As categorias analíticas para mapeamento das fotografias³ foram teoricamente motivadas pela gramática do design visual proposta por Kress e van Leeuwen (1996), cujas categorias foram apropriadas de acordo com as necessidades analíticas apresentadas nos dados. A codificação nessa etapa considerou, para o significado composicional, a ‘saliência’, que diz respeito ao elemento mais proeminente na imagem e cujas categorias foram levantadas indutivamente dos dados; para o significado interativo, os sistemas de olhar (categorias: demanda e oferta) e enquadramento (categorias: plano geral, plano médio e primeiro plano); e, para o significado representacional, as categorias de ‘cenário’ e ‘corpo representado’ foram preenchidas indutivamente dos dados, e os ‘tipos de estruturas de representação’ tiveram mapeamento teoricamente motivado.

Na próxima seção, vamos explorar os dados verbais cruzando uma informação classificatória – o tema ‘violência’ – e dois sistemas de codificação – ‘intertextualidade e fontes jornalísticas’ e ‘modos de avaliação de pessoas em situação de rua’.

4 AVALIAÇÃO DE PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA NO CORREIO BRAZILIENSE: UMA FORMA DE VIOLÊNCIA

As perguntas que orientam nossas descobertas nesta seção, favorecidas por recursos do *software*, são duas, a saber: (1) Quando o *CB* cruza os temas da situação de rua e da violência, quais são as vozes convocadas a falar? (2) Como a população em situação de rua é avaliada nesses casos?

³ Os textos não usaram desenhos, ilustrações ou qualquer tipo de infográfico (tabelas, quadros) para representar a violência ou os atos de violência, mas fotografias, predominantemente naturalísticas e realísticas, com saturação, modulação e diferenciação de cores, ou seja, não são monocromáticas ou estão em preto e branco, e há uma construção de gradação de alta modalização do “real”.

A definição dessas perguntas foi orientada por pesquisas anteriores, em que percebemos que, em jornais, a população em situação de rua é frequentemente avaliada, por outros grupos sociais, como perigosa, incômoda e oportunista (RESENDE, 2015b, por exemplo). Percebemos isso em estudos bastante localizados, voltados à análise de poucos textos, ou mesmo de apenas um texto por vez, tomado como objeto suficiente para o estudo de um caso específico (RESENDE; SILVA, 2017; RESENDE, 2015a; 2015b; 2012; RESENDE; RAMALHO, 2013; RESENDE; SANTOS, 2012). Agora que contamos com três *corpora* que dão conta de todos os textos que referem diretamente a população em situação de rua em três jornais pelo período de três anos, podemos nos perguntar, de forma mais abrangente, sobre as vozes convocadas quando se trata de pautar o assunto. Aqui, nosso foco serão apenas os 95 textos do *CB* classificados na temática da violência, mas quando pertinente para fins de comparação, faremos referência ao *corpus* total do *CB*, que já foi apresentado em Resende (2016).

Para chegar aos resultados analíticos que passamos a apresentar, utilizamos a ferramenta de análise ‘matriz de codificação’, que nos permite cruzar informações codificadas em diferentes nós/ classificações. Assim, tomamos os dados do *CB* classificados na temática da violência e observamos como se preenchem os subnós de ‘intertextualidade e fontes jornalísticas’, o que nos permite ver quais grupos sociais são convocados a falar sobre situação de rua e violência no jornal entre 2011 e 2013. A Tabela 1, a seguir, mostra resultados de matriz que permitem comparar a presença de vozes nos textos sobre violência com o resultado para os dados totais do projeto. Obviamente, cada texto pode incluir um conjunto de variadas vozes.

Tabela 1 – Intertextualidade e fontes jornalísticas CB/ CB-Violência

Voices convocadas a falar	Correio Braziliense	CB Violência
Ativistas e religiosos	4	3
Coletivos de pessoas em situação de rua	6	0
Empresários	1	0
Entidades escolares	3	0
Familiares de pessoas em situação de rua	3	2
Moradores e trabalhadores locais	50	17
Outras pessoas	10	5
Pessoas em situação de rua	67	20
Polícia	67	58
Testemunhas	23	18
Voices da lei	91	61
Voices de especialistas	69	10
Voices do governo	60	3
Voices médicas	12	9
Total	166	95

Fonte: Elaboração própria

Comparando as duas colunas com dados de números de referências codificadas para essas vozes, dois aspectos chamam a atenção: vozes da lei, vozes de especialistas e vozes de pessoas em situação de rua, embora tenham presença expressiva no *corpus* total, aparecem pouco quando se trata de tematizar violência, especialmente se considerarmos que nesse tema se classifica mais da metade dos textos desse *corpus* (95 de 166). Quanto

às vozes do governo e de especialistas, o mapeamento dessas vozes nos dados mostra que sua presença é mais recorrente nos textos classificados na temática de políticas públicas e violação de direitos, para o caso do governo, e de políticas públicas e outros temas para o caso de especialistas. À população em situação de rua, por sua vez, o espaço de fala reservado é mais expressivo em textos classificados como outros temas.

Trata-se de textos que narram histórias singulares, como a aprovação de uma pessoa em situação de rua no vestibular, o caso de uma pessoa desaparecida que foi encontrada por um homem em situação de rua, um “andarilho-jardineiro” que cuida de jardins públicos por iniciativa própria etc. Como são poucos os textos classificados nessa temática (cinco de 2011, cinco de 2012 e nove de 2013: 19 textos), é notável que estejam aí as mais frequentes falas de pessoas em situação de rua. (RESENDE, 2016, p. 26).

O tema da violência é o mais carregado de diferentes vozes, o que pode indicar um tratamento mais complexo desse tema no jornal, ou pode ser simples decorrência do fato de que a violência é o tema mais frequente nos dados do *CB*, demandando maior articulação intertextual. É de se notar, também, que com tantas vozes convocadas a tratar de violência os coletivos de pessoas em situação de rua (seus movimentos sociais) não tenham espaço de fala sobre o assunto (nem sobre violação de direitos), especialmente num quadro de violência como o observado em Brasília. Muitas vozes falam sobre violência, mas a presença é muito mais expressiva, em relação às demais, quando se trata das vozes da lei e da polícia. Por um lado, pode-se dizer que essa presença é esperada, já que trata, na maior parte dos casos, de notícias de teor policial. Por outro lado, isso mostra também que a violência contra a população em situação de rua é tratada muito mais no âmbito do caso policial que da vida mesmo das pessoas – por exemplo, familiares de pessoas em situação de rua só são convocados/as sobre esse assunto duas vezes nos textos do *corpus*. Os relatos não tratam da vida das pessoas, mas do viés muito específico da segurança e da ordem públicas.

Salvando os resultados da consulta anterior especificamente no que se refere às vozes que se articulam para falar de violência, e cruzando esse resultado (violência/intertextualidade) com os modos de avaliação de pessoas em situação de rua, podemos mapear as avaliações que o jornal atribui a outras vozes nos textos:

Tabela 2 – Violência/Intertextualidade X Modos de avaliação

Avaliação CB	Violência X Intertextualidade
Discriminadas	3
Incômodas	7
Pacíficas	1
Perigosas	10
Queridas	2
Trabalhadoras	2
Tranquilas	3
Viciadas	9
Violentas	1

Fonte: Elaboração própria

No conjunto de textos que tematizam a violência, vimos que 11 diferentes vozes são convocadas a falar. Nem sempre nessas vozes articulam-se avaliações, mas, algumas vezes, sim. Nesses casos, os modos de avaliação mais presentes são ‘perigosas’, ‘viciadas’ e ‘incômodas’, mas também aparecem avaliações positivas, como ‘pacíficas’, ‘queridas’, ‘trabalhadoras’ e ‘tranquilas’. No caso dessas últimas, é importante acrescentar que aparecem em apenas dois textos: uma no texto “Corpo de morador de rua que morreu queimado é enterrado nesta tarde”, e as demais no texto “Moradores de rua do Guará temem retorno de agressores”, cuja manchete é assim ampliada: “Na última quinta-feira um morador de rua teve o corpo queimado por agressores e morreu neste sábado”.

Tomando-se todas as avaliações positivas de pessoas em situação de rua nos 166 textos do *corpus* do CB, articuladas ao mapeamento de intertextualidade ou não, observamos que as avaliações positivas concentram-se em duas classificações temáticas: violência e outros temas, e em apenas seis textos: esses dois de violência e os textos “Ex-morador de rua se forma em Pedagogia na UnB”, “Ex-morador de rua supera as dificuldades e comanda restaurante na Asa Norte”, “Morador de rua encontra Felipe após duas semanas”, “Morador de rua que encontrou universitário também estava desaparecido”, “Familiares de estudante desaparecido adotam morador de rua como herói” e “Morador de rua que encontrou Felipe Dourado fala com a mãe após cinco meses”. Os quatro últimos textos referem-se todos à mesma história: de um jovem estudante universitário com problemas psiquiátricos, desaparecido e que foi encontrado graças a Adeilson Mota, então em situação de rua. Assim, nos 166 textos do CB analisados, apenas quatro pessoas em situação de rua recebem avaliação positiva, e uma delas é assim avaliada após ter sido brutalmente assassinada. No conjunto dos 166 textos, as avaliações mais recorrentes são, nesta ordem, perigosas, incômodas, viciadas e oportunistas, que juntas somam mais de 80% das avaliações mapeadas no *corpus*.

Figura 1 – Nuvem de Palavra, com destaques



Fonte: Elaboração própria a partir do NVivo 11 Pro, com destaques acrescentados

Os textos que articulam nesse *corpus* a situação de rua e a violência são quase sempre notícias de fatos violentos dos quais pessoas em situação de rua são vítimas. O modo de referência mais frequente é, como já se espera, morador/a de rua. Mas o segundo modo mais frequente como os textos desse *corpus* referem pessoas em situação de rua é vítima (102 referências em 56 textos). São histórias de pessoas que tiveram o corpo queimado, de pessoas que foram envenenadas, que foram alvejadas enquanto dormiam. Parece paradoxal que o mesmo grupo populacional a que se dirige forma tão terrível de violência como o assassinato pelo fogo seja tão frequentemente avaliado como perigoso, e não seja avaliado como vulnerável (RESENDE, 2016).

Na próxima seção, nosso foco restringe-se aos 19 textos articulando situação de rua e violência no *corpus* do *CB* que contêm fotografias em sua composição.

5 IMAGENS DA VIOLÊNCIA NO CORREIO BRAZILIENSE

Agora, buscamos responder à terceira questão que orienta este artigo: (3) O que as imagens presentes nos textos, quando é o caso, nos dizem a respeito do cruzamento dos temas da situação de rua e da violência no *CB*?

Tomamos como categorias analíticas para mapeamento das 19 fotografias categorias da gramática do design visual (GDV; KRESS; VAN LEEUWEN, 1996), considerando a ‘saliência’, no significado composicional; os sistemas de olhar e enquadramento, no significado interativo; e o sistema de ‘estruturas de representação’, no significado representacional. Para este último significado, agregamos ao quadro analítico da GDV as categorias de ‘cenário’, referente à contextualização, um dos critérios para se analisar a modalidade visual, e ‘corpo representado’, um acréscimo indicado por necessidades analíticas de nosso *corpus* e dos objetivos da pesquisa.

Para cada um dos três significados (composicional, interativo e representacional), a discussão analítica aqui será organizada pelos padrões mais recorrentes para cada categoria. Iniciemos pelo significado composicional, cujos resultados analíticos estão resumidos a seguir na Tabela 3.

Tabela 3 – Resumo do mapeamento de categorias para imagens: significado composicional

IMAGENS - TEXTOS <i>CORREIO BRAZILIENSE</i> : VIOLÊNCIA SIGNIFICADO COMPOSICIONAL	
Saliência	
Agressor/a de pessoa em situação de rua	2
Escrita	1
Força de segurança	4
Não humano	9
Pessoa em situação de rua	3

Fonte: Elaboração própria

O significado composicional refere-se a como recursos semióticos operam na composição da imagem como texto, e nesse sentido a saliência diz respeito a recursos utilizados na imagem que acarretam a colocação dos participantes representados em maior ou em menor evidência, atribuindo proeminência e projetando valor sobre o que é representado na imagem, pelo uso de cores, tamanho e contraste. Como a Tabela 3 indica, o padrão mais recorrente nas 19 imagens é salientar elementos não humanos. As nove imagens que se compõem assim referem-se a cinco eventos:

1. Santa Maria, 6/3/2012: grupo de pessoas em situação de rua foi atacado com fogo, e uma pessoa morreu – o *CB* publica uma notícia, no mesmo dia.
2. Taguatinga, 10/3/2012: duas pessoas em situação de rua foram assassinadas a tiros – o *CB* publica uma notícia, no mesmo dia.
3. Guará, 1/8/2013: grupo de pessoas em situação de rua foi atacado com fogo, e uma pessoa morreu – o *CB* publica quatro notícias entre 1º de agosto e 6 de setembro.
4. Guará, 10/8/2013: pessoa em situação de rua foi atacada com fogo, tem 32% do corpo queimado e sobrevive – o *CB* publica uma notícia, no mesmo dia.
5. Brazlândia, 21/8/2013: pessoa em situação de rua foi espancada até a morte – o *CB* publica uma notícia, no mesmo dia.

Veremos cada caso considerando as fotografias e as manchetes correspondentes. As oito imagens com codificação de saliência em “não humano” conduzirão esta análise, mas aproveitaremos a reprodução de cada imagem para comentar também sua codificação em outras categorias.

O primeiro caso foi noticiado no texto “Polícia prende suspeitos de incendiarem moradores de rua em Santa Maria”, e a fotografia que compõe a notícia tem em saliência um elemento metafórico: uma árvore queimada no ataque que representa o evento noticiado.

Figura 4 – Fotografia 6/3/2012 com faixa de codificação



Fonte: Elaboração própria a partir do NVivo 11 Pro e de imagem disponível na Internet⁴

⁴ http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2012/03/06/interna_cidadesdf,292122/policia-prende-suspeitos-de-incendiarem-moradores-de-rua-em-santa-maria.shtml.

O elemento saliente aparece destacado pela intensidade do foco, com alta proximidade em primeiro plano e elevado detalhamento de cores e textura. O ataque com fogo é representado por uma árvore, que se torna uma representação metafórica do corpo de José Edson de Freitas, que tinha 26 anos, “teve cerca de 63% do corpo queimado pelas chamas” e “faleceu, horas depois do crime”, bem como das pessoas que estavam com ele e sobreviveram ao ataque. Essa representação impersonalizada do grupo afina-se com o conteúdo verbal da manchete, em que se lê “Polícia prende suspeitos de incendiarem moradores de rua em Santa Maria” – essa colocação do verbo ‘incendiar’ com um complemento humano (“moradores de rua”) não é um padrão, e portanto a manchete também objetifica o grupo representado. Uma busca no próprio portal do *CB* por “suspeito(s) de incendiar” retorna resultados como “suspeitos de incendiar ônibus” e “suspeito de incendiar casa”: a colocação com meta [+humana] encontrada apenas com o complemento “moradores de rua”. Essa ruptura no padrão e a ocorrência apenas de “moradores de rua” como complemento humano de ‘incendiar’ nos diz a respeito da representação desse grupo populacional no *CB* e do quadro interpretativo que o jornal sugere.

Trata-se de uma representação imagética conceitual por meio de um processo simbólico sugestivo, pois além de a árvore portar o atributo “queimado”, o seu entorno sugere que algo ali aconteceu. Realiza também uma estrutura representacional de evento, ou seja, há uma ação representada (a de atear fogo), mas essa ação se representa apenas pela meta: José Edson de Freitas, cujo corpo é representado metaforicamente pela árvore queimada, em cenário externo. Segundo Biasi-Rodrigues e Nobre (2010), podemos assumir que há um processo simbólico subjacente à estrutura representacional de evento.

O segundo texto com saliência não humana tem manchete “Dois moradores de rua foram executados na manhã deste sábado em Taguatinga”. A seguir, a fotografia que compõe o texto com as faixas de codificação obtidas no NVivo:

Figura 5 – Fotografia 10/3/2012 com faixa de codificação



Fonte: Elaboração própria a partir do NVivo 11 Pro e de imagem disponível na Internet⁵

⁵ http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2012/03/10/interna_cidadesdf,292790/dois-moradores-de-rua-foram-executados-na-manha-deste-sabado-em-taguatinga.shtml

A fotografia atribui saliência a elementos não humanos, que estão postos à esquerda, influenciando uma trajetória de leitura que vai da presença policial representada na faixa que isola o cenário – em primeiro plano e delimitando uma linha de *frame* – ao espaço ocupado e sua desordem e, por fim, ao corpo morto e coberto com um lençol branco. A intensidade do foco é maior sobre as árvores e o sofá – retratado em ângulo horizontal oblíquo, sugerindo distanciamento de realidade entre o/a leitor/a da imagem e o mundo desordenado, o que assim reforça os modos de avaliação recorrentes, que vimos anteriormente. A fotografia mostra um detalhamento desse evento por meio da meta (corpo envolto pelo lençol) que sugere que ocorreu um crime; não aparece nenhuma referência a quem cometeu o assassinato, mas há um esforço em descrever o espaço em que a vítima residia. Assim como na imagem anterior, há também uma representação conceitual simbólica que traz em si um atributo específico de não corpo, não lugar, não existência.

Em cenário externo, a imagem inclui as circunstâncias espaciais na representação, e as pessoas ao fundo fazem parte dessa contextualização, fora da linha de *frame* formada pela faixa da polícia. Trata-se de uma imagem a ser contemplada: um corpo angularmente distante do/a leitor/a, sugerindo efeito de não identificação, sem proximidade ou contato.

O próximo evento representado no *CB* com imagem de saliência não humana refere-se ao grupo atacado com fogo no Guará. Entre os casos que vimos, este é o único que recebeu atenção em mais de uma notícia, propagando-se no tempo. Em termos composicionais, as imagens que acompanharam a maior parte das notícias sobre o caso são bastante similares à fotografia reproduzida na Figura 4, a da árvore. Vejamos um exemplo na Figura 6:

Figura 6 – Fotografia 1/8/2013 com faixa de codificação



Fonte: Elaboração própria a partir do NVivo 11 Pro e de imagem disponível na Internet⁶

A fotografia compõe a notícia “Homens ateam fogo em morador de rua; vítima fica com 63% do corpo queimado”. Essa manchete é expandida com “Um grupo de mendigos estava próximo a uma fogueira usada para se esquentar quando suspeitos passaram por eles e atiraram gasolina”. A referência ao grupo como “mendigos” é importante aqui, pois sinaliza um modo representacional de avaliação negativa.

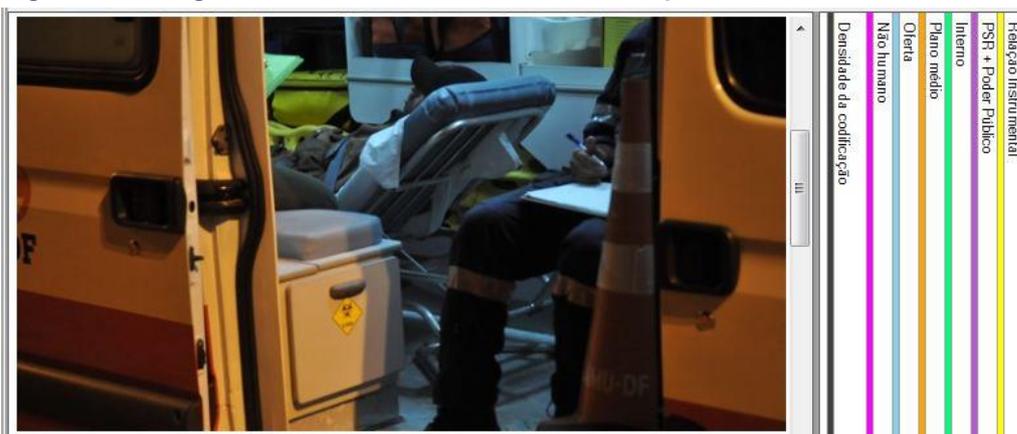
⁶ http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2012/03/10/interna_cidadesdf,292790/doi-moradores-de-rua-foram-executados-na-manha-deste-sabado-em-taguatinga.shtml

Assim como no caso do assassinato de José Edson de Freitas, aqui também o ataque com fogo a um grupo de pessoas em situação de rua é representado por uma imagem do local com as marcas deixadas pelo fogo, em saliência pelo espaço que ocupa na imagem, pela intensidade do foco e da cor preta em contraste com o marrom da terra seca, com *zoom* e detalhamento da imagem, pelo contraste e pelo enquadramento. Mais uma vez, trata-se de representação subjacente entre evento (ação representada apenas pela meta) e estrutura conceitual simbólica do não corpo metaforicamente representado pela marca do fogo no chão. Esse padrão composicional se repete em outras imagens que viriam a compor notícias sobre o mesmo caso.

O assassinato⁷ de Edvan Lima foi mencionado no *CB* em 15 notícias, entre 1º de agosto e 7 de outubro de 2013. Para outro trabalho, estamos realizando análises detalhadas da cobertura deste caso; por ora apenas dois breves comentários. O primeiro retoma a análise de avaliação na seção anterior: vimos que há poucas avaliações positivas de pessoas em situação de rua no *corpus*, afeitas a notícias de histórias singulares (outros temas) e a casos de violência; acrescentamos agora que a maior parte das avaliações positivas de pessoas em situação de rua, como pacíficas, trabalhadoras e tranquilas, aparece em notícias sobre o martírio de Edvan Lima. A segunda observação é associada a esta primeira: essas avaliações positivas são articuladas no jornal a vozes de moradores/as locais, e suspeitamos que a mobilização da vizinhança em torno da exigência de justiça para Edvan esteja vinculada à representação mais efetiva desse caso no jornal quando comparada a casos similares.

Poucos dias depois da morte de Edvan Lima, outra pessoa em situação de rua foi atacada com fogo, em 10 de agosto, também no Guará. O homem, identificado como “Paulista”, teve 32% do corpo queimado e sobreviveu ao ataque. A imagem que compõe a única notícia sobre o caso é reproduzida a seguir:

Figura 7 – Fotografia 10/8/2013 com faixa de codificação



Fonte: Elaboração própria a partir do NVivo 11 Pro e de imagem disponível na Internet⁸

⁷ Na ocasião desta notícia, em 1º de agosto de 2013, Edvan Lima, de 49 anos, ainda estava vivo, hospitalizado com “aproximadamente 65% do corpo queimado”. Sua morte ocorreu dois dias depois do ataque, mas só viria a ser noticiada no *CB* em 20 de agosto, quando a polícia prendeu os assassinos. Embora na ocasião do ataque o jornal sugerisse crime entre grupos rivais de pessoas em situação de rua e motivado por briga, depois se descobriu que moradores da cidade do Guará, entre eles a filha de um agente da Polícia Federal, de forma premeditada, haviam atacado o grupo e assassinado Edvan Lima, que dormia na ocasião.

⁸ http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2013/08/10/interna_cidadesdf,381860/briga-motivou-incendio-a-morador-de-rua-no-guara-ii-diz-testemunha.shtml

Diferente das imagens anteriores codificadas com saliência não humana, nesta aparecem duas pessoas, embora uma representada metonimicamente (mão e pernas, mas enfatizando a ação de escrever algo) e outra de costas. A saliência aqui é não humana porque o que recebe intensidade de foco, com maior grau de detalhamento na imagem, não são as pessoas, mas o instrumental do atendimento representado na imagem, que realiza linha de *frame*: a ambulância. O ângulo horizontal é novamente oblíquo, construindo distanciamento do participante pessoa em situação de rua, que é inclusive retratado de costas.

Em termos da estrutura de representação, codificamos a imagem como de relação instrumental, quando o foco se dá no manuseio de ferramentas. Na imagem, Paulista é representado recebendo atendimento, o que se realiza não pela presença de alguém que lhe preste cuidados, mas pela maca em que está posicionado, e o agente público também se representa de modo instrumental na ação de preencher dados em uma prancheta. Os corpos representados são de uma pessoa em situação de rua e um representante do poder público, mas eles não se relacionam diretamente na imagem, e não há vetores que estabeleçam conexões entre eles. A imagem configura ação não transacional, pois não há relação entre os participantes humanos ali representados. Observamos um cenário com duas ações acontecendo ao mesmo tempo de maneira encaixada.

No significado interativo, a imagem, diferente das anteriores, é tomada em plano médio, com relativa proximidade com a cena e os participantes representados. Entretanto, no sistema de contato, realiza oferta, já que os participantes representados são oferecidos aos/às observadores/as da imagem como itens de informação, como objetos de contemplação que não voltam olhares para os/as observadores/as.

Temos ainda o último caso: o espancamento de Diego Henrique Vieira Monteiro, de 23 anos, que, ocorrido em 21 de agosto de 2013 em Brazlândia, levou-o à morte:

Figura 8 – Fotografia 21a/8/2013 com faixa de codificação



Fonte: Elaboração própria a partir do NVivo 11 Pro e de imagem disponível na Internet⁹

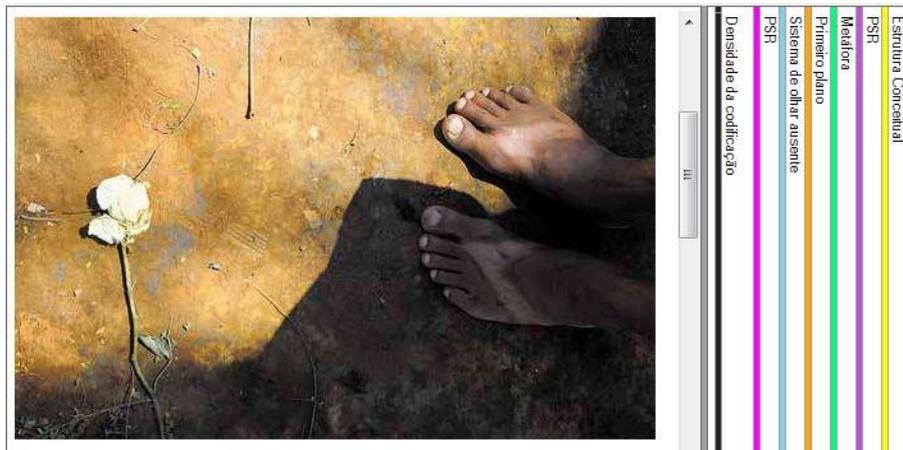
9

http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2013/08/21/interna_cidadesdf,383614/morador-de-rua-morre-apos-ser-espancado-com-pedras-e-barras-de-ferro.shtml

A imagem compõe a notícia “Morador de rua morre após ser espancado com pedras e barra de ferro”. A faixa de codificação à direita da imagem é idêntica à faixa que indica os códigos de análise para a imagem sobre o assassinato de Edvan Lima. Aqui também o corpo é representado conceitualmente por meio de processo simbólico discursivo, mas desta vez pelo rastro de sangue em frente a um estabelecimento comercial, em cenário externo tomado em plano geral, em perspectiva horizontal oblíqua, o que reforça a ideia de rastro do corpo. Codificamos essa imagem, em termos da representação, como de evento, com ação representada apenas pela presença metafórica do corpo de Diego Monteiro, ou seja, pela meta (participante que sofre a ação). Observamos novamente uma construção conceitual ideológica negativa e desimportante subjacente à representação deste não corpo. O crime ocorreu numa praça, mas a imagem sugere uma aproximação da morte de Monteiro com o bar, ao retratar esse evento por meio do ângulo horizontal oblíquo iterando relações causais entre pessoas em situação de rua, álcool e violência, o que potencialmente serviria de justificativa para o assassinato.

Antes de encerrar as análises das imagens que põem em saliência elementos não humanos, precisamos atentar para outra notícia sobre o caso do assassinato de Edvan Lima. A última imagem assim codificada acompanha a notícia “Morador de rua queimado vivo deve ter enterro social”, publicada em 2 de setembro de 2013:

Figura 9 – Fotografia 2/9/2013 com faixa de codificação



Fonte: Elaboração própria a partir do NVivo 11 Pro e de imagem disponível na Internet¹⁰

A manchete da notícia é expandida com “O crime ocorreu em 1º de agosto. Os acusados passaram pelos mendigos, jogaram gasolina e incendiaram as vítimas”. Esta imagem tem a seguinte legenda: “Morador de rua, colega de Edvan, na praça onde ocorreu o crime: medo”. Embora, pelo contexto, consideremos plausível identificar o corpo representado em primeiro plano à direita da imagem como sendo o de uma pessoa em situação de rua, aqui o que nos parece metafórico é o cenário, que a legenda informa ser a própria praça no Guará onde Edvan Lima foi morto.

10

http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2013/09/02/interna_cidadesdf,385747/morador-de-rua-queimado-vivo-deve-ter-enterro-social.shtml

Trata-se de uma imagem singular em nosso *corpus*, absolutamente diferente das demais, com uma composição manipulada para criar um efeito artístico, quase sem diferenciação de cores, em plano muito fechado e uma elevação de ângulo vertical que a afasta da representação imagética própria desse domínio discursivo. Nesse sentido, a imagem, embora naturalística, de representação metonímica, não se adequa às imagens fotojornalísticas que tratam de violência urbana. A composição, com o pé descalço com marcas de sandália, o solo seco e a flor murcha, não parece saída de um jornal. Diferentemente das outras imagens, há aqui humanização deste sempre-não-corpo, que reforça talvez o sentimento descrito: medo, que implica dessa vez sua humanidade.

Há uma construção representacional conceitual simbólica, tendo a flor branca e murcha como elemento em proeminência por três motivos: a flor encontra-se à esquerda, uma posição privilegiada na imagem pela condução que opera sobre a leitura; a luz está projetada sobre a flor e não sobre o pé descalço; há muito maior contraste entre a flor e o fundo, representado pelo solo, que entre o elemento humano e o solo seco. Essa é uma imagem conceitual: aqui não há ação representada, mas antes a atribuição de características. Entre os participantes representados não há uma relação acional; simplesmente são portadores de atributos que nos remetem a sentidos ligados à pobreza e à aridez.

A seguir, apresentamos o quadro-resumo do mapeamento de categorias do significado interativo, com atenção aos sistemas de contato e de distância.

Tabela 4 – Resumo do mapeamento de categorias para imagens: significado interativo

IMAGENS - TEXTOS <i>CORREIO BRAZ/LIENSE</i> : VIOLÊNCIA SIGNIFICADO INTERATIVO	
Contato	
Demanda	3
Oferta	6
Sistema de olhar ausente	10
Distância	
Plano geral	11
Plano médio	3
Primeiro plano	5

Fonte: Elaboração própria

Consideradas as 19 imagens que compõem os textos cruzando as temáticas *situação de rua* e *violência*, as codificações mais recorrentes para o significado interativo são o sistema de olhar ausente, para o sistema de contato, e o plano geral, para o sistema de distância.

Das 10 imagens com sistema de olhar ausente, já vimos cinco (de 6 e de 10 de março de 2012, de 1º e de 23 de agosto de 2013 e de 6 de setembro de 2013). Outras três compõem imagens do mesmo cenário em que ocorreu o assassinato de Edvan Lima, em produções bastante semelhantes à primeira que vimos sobre o caso, e duas destas reproduzem uma mesma fotografia. Vamos, então, focalizar agora as duas outras imagens que realizam representações com sistema de olhar ausente.

A Figura 10, a seguir, compõe a notícia “Morador de rua é encontrado morto com sinais de envenenamento no Plano”, publicada em 30 de agosto de 2012, que narra o assassinato do jovem de 25 anos apresentado no texto simplesmente como “Alex”. Ele “foi encontrado morto” no Setor Comercial Sul, no centro de Brasília. Outras duas pessoas, referidas na notícia como “mendigos”, também foram envenenadas, e embora tenham sido socorridas e levadas ao hospital, também morreram, dias depois.

Figura 10 – Fotografia 30/8/2012 com faixa de codificação



Fonte: Elaboração própria a partir do NVivo 11 Pro e de imagem disponível na Internet¹¹

A fotografia tomada em plano geral inclui circunstâncias locativas em cenário externo, que tem em saliência um corpo morto coberto com um lençol. Há pessoas no plano de fundo do cenário, mas o sistema de olhar está ausente, não havendo nenhuma possibilidade de contato entre os participantes representados e o/a observador da imagem. Em termos representacionais, temos mais uma estrutura de evento em que se mostra apenas o alvo da ação violenta representada, em situação de encaixe com estrutura conceitual simbólica. Estrutura representacional semelhante apresenta-se na Figura 11 a seguir, embora com distinta saliência:

A imagem compõe a notícia “Morador de rua leva dois tiros e morre na região do Pombal, em Planaltina”. Na faixa de codificação, vemos a descrição da imagem nas categorias mapeadas nos dados: em termos representacionais, a imagem realiza estrutura similar à anterior, com subjacência entre representação de evento e estrutura conceitual simbólica, mas com saliência da força de segurança pública, pelo espaço que a viatura ocupa, pela intensidade do foco sobre ela, pela perspectiva no primeiro plano, por seu contraste com o cenário no plano de fundo, onde se vê o corpo da pessoa assassinada, coberto e enquadrado por cones que também remetem às forças da ordem pública. Embora haja um policial dentro da viatura, o sistema de contato aqui também está ausente, pelo efeito de sombra projetado sobre o rosto do policial.

¹¹

http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2012/08/30/interna_cidadesdf,319927/morador-de-rua-e-encontrado-morto-com-sinais-de-envenenamento-no-plano.shtml

Figura 11 – Fotografia 2/12/2012 com faixa de codificação



Fonte: Elaboração própria a partir do NVivo 11 Pro e de imagem disponível na Internet¹²

Nosso mapeamento também apontou predominância de imagens em plano geral: 11 das 19 imagens de nosso *corpus* têm plano aberto, incluindo cenários e características circunstanciais locativas. Das 11 imagens em plano geral já vimos nove; vejamos, então, as duas que nos faltam:

Figura 12 – Fotografia 5/7/2012 com faixa de codificação



Fonte: Elaboração própria a partir do NVivo 11 Pro e de imagem disponível na Internet¹³

A fotografia compõe a notícia “Morador de rua morre esfaqueado na Quadra 6 do Setor Comercial Sul”, publicada em 5 de julho de 2012. Em plano aberto, com ângulo horizontal oblíquo, a imagem inclui detalhes do cenário, e a linha de *frame* formada pela faixa policial posta ao fundo separa a zona focal, onde estão os representantes da ordem pública que agem na narrativa instrumental e o corpo coberto por lençol, e a zona de

¹²

http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2012/12/02/interna_cidadesdf,336934/morador-de-rua-leva-dois-tiros-e-morre-na-regiao-do-pombal-em-planaltina.shtml

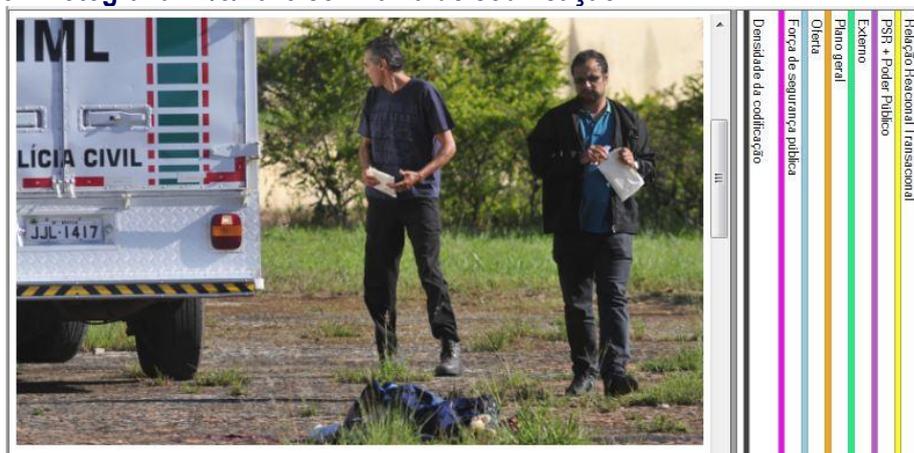
¹³

http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2012/07/05/interna_cidadesdf,310801/morador-de-rua-morre-esfaqueado-na-quadra-6-do-setor-comercial-sul.shtml

fundo, onde estão outras pessoas. O homem morto não é identificado, pois tanto ele quanto o suspeito do crime, segundo a voz policial referida na matéria, não portariam documentos de identidade. O elemento em saliência é a força da ordem pública, tanto pela posição que ocupa na imagem quanto pelo contraste de cores. A imagem projeta-se como oferta: não há olhar direto entre participantes representados e observador/a da imagem. Os participantes representando a ordem pública estão fotografados de costas ou de perfil para o/a leitor/a, oferecendo uma imagem sugestiva de sua ação em prol da segurança pública.

A última imagem de plano geral que nos falta analisar foi publicada na notícia “Flanelinha é suspeito de matar desabrigado a facadas no Parque da Cidade”, de 12 de março de 2013:

Figura 13 – Fotografia 12/3/2013 com faixa de codificação



Fonte: Elaboração própria a partir do NVivo 11 Pro e de imagem disponível na Internet¹⁴

Nesse caso, temos outro tipo de estrutura de representação, que codificamos como uma relação reacional transacional. Segundo Kress e van Leeuwen (1996, p. 84), “[q]uando o vetor é formado por uma linha dos olhos, pela direção do relance de um ou mais dos participantes representados, o processo é reacional”. Na imagem, os policiais são reagentes, pois observam e reagem, um ao corpo da pessoa em situação de rua, junto ao chão; o outro olhando em direção à viatura. O plano aberto permite vislumbrar o cenário, que é dominado pela viatura policial alinhada aos policiais, uma extensão da ordem e da segurança. A saliência é evidente neste caso – a força de segurança pública – representada tanto pela viatura como pelas duas figuras humanas de pé. O corpo no chão, entretanto, é bastante obscurecido, tanto por sua posição muito baixa quanto pela vegetação que o cobre parcialmente. Ao contrário dos corpos mortos nas imagens antecedentes, que aparecem destacados sob lençóis claros, este está quase camuflado pelo mato. Como os policiais não realizam vetor de olhar com o/a observador/a, esta é também uma imagem de oferta, em que se oferece antes a ideia de proteção, de ordem e de segurança do que a do corpo da vítima.

14

http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2013/03/12/interna_cidadesdf,354196/flanelinha-e-suspeito-de-matar-desabrigado-a-facadas-no-parque-da-cidade.shtml

Por fim, vejamos ainda o que a Tabela 5, que resume a codificação para o significado representacional, nos aponta como recorrências:

Tabela 5 – Resumo do mapeamento de categorias para imagens: significado representacional

IMAGENS - TEXTOS <i>CORREIO BRAZ/LIENSE</i> : VIOLÊNCIA SIGNIFICADOS REPRESENTACIONAIS	
Cenário	
Externo	15
Interno	5
Metáfora	1
Corpo representado	
Agressores de pessoas em situação de rua	2
Coletivo	1
Metáfora	6
Polícia	1
Pessoa em situação de rua	5
Pessoa em situação de rua + Poder público	4
Tipos de estruturas de representação	
Conceitual	4
Narrativa Transacional	1
Narrativa Não Transacional	1
Narrativa Eventual (inclui metáfora)	9
Narrativa Instrumental	2
Narrativa Reacional Transacional	1
Narrativa Reacional Não Transacional	1

Fonte: Elaboração própria

A Tabela 5 mostra o mapeamento de categorias de representação nas 19 imagens do *corpus* do *CB* cruzando situação de rua e violência. Das 15 imagens codificadas em cenário externo, já vimos quase todas, faltando apenas uma. As seis imagens em que o corpo representado foi codificado como corpo-metáfora já foram analisadas, assim como as nove imagens que receberam codificação em tipos de estrutura de representação de evento com processos conceituais simbólicos subjacentes. Assim, neste olhar dirigido pelas recorrências representacionais na codificação do *corpus*, só nos falta uma imagem para cumprir a tarefa (ver figura 14, na página seguinte):

A imagem é incluída em nossa análise de recorrências por ser a única codificada em cenário externo – codificação de 15 das 19 imagens – que ainda não havia sido apresentada. O elemento em saliência nessa imagem é claramente a força de ordem pública: a viatura policial aparece ocupando a maior parte da fotografia, em ângulo horizontal oblíquo que favorece o foco na palavra escrita no carro em letras garrafais: “criminalística”. Além disso, há outro veículo policial, um carro menor ao fundo, e todas as figuras humanas na imagem remetem às corporações policiais e interação entre si.

A imagem realiza estrutura representacional narrativa transacional, pelo vetor que se forma entre os dois policiais à esquerda da imagem, mas a narrativa que se projeta entre os dois policiais mais à direita poderia ser classificada como relação reacional transacional, em que o policial mais ao fundo reage com o olhar ao outro que se aproxima. A imagem é fechada no escopo policial: todos os participantes representados são assim identificados, sua ação é circunscrita a eles mesmos e a imagem é dominada pela viatura, sobre a qual recai toda atenção, por aspectos como tamanho das letras, intensidade do foco, detalhes da imagem, contraste, tonalidades, brilho, perspectiva e posicionamento.

Figura 14 – Fotografia 28/9/2012 com faixa de codificação



Fonte: Elaboração própria a partir do NVivo 11 Pro e de imagem disponível na Internet¹⁵

Embora a notícia “Moradora de rua é encontrada morta atrás de supermercado em Taguatinga”, de 28 de setembro de 2012, seja sobre o assassinato de uma jovem em situação de rua, que teria sido, segundo a voz policial articulada na matéria, “estuprada e asfixiada”, a imagem se limita a mostrar a ação policial se desenrolando nos fundos do supermercado, cenário da morte dessa mulher sem nome, identificada apenas como “uma moradora de rua”.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo, foram considerados 166 textos, com ênfase em 95 que tematizam violência e em 19 destes que incluem fotografias em sua composição. A análise panorâmica do material verbal pautou-se pelas categorias de intertextualidade e avaliação, e a análise das imagens considerou saliência, contato, distância, estrutura de representação, cenário e corpo representado.

O mapeamento aponta a violência como o tema mais carregado de diferentes vozes, e as principais avaliações sobre pessoas em situação de rua orbitam discursos de incômodo e risco, fato paradoxal em relação à predominância de casos em que pessoas em situação de rua são vítimas de violência (RESENDE, 2016; RESENDE, RAMALHO, 2017). Os modos mais recorrentes de referência a pessoas em situação de rua são ‘morador de rua’ (em 58 referências), ‘vítima’ (em 24 referências) e ‘mendigo’ (em 21 referências).

Se retomarmos esses três modos de referência no *corpus* total do CB, encontramos outras 36 referências como ‘morador de rua’, mas apenas mais uma como ‘mendigo’. Assim, a utilização desse item lexical de teor pejorativo é bastante restrito aos casos em que pessoas em situação de rua são assassinadas. Isso pode tender a funcionar como uma

¹⁵

http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2013/03/12/interna_cidadesdf,354196/flanelinh-a-e-suspeito-de-matar-desabrigado-a-facadas-no-parque-da-cidade.shtml

espécie de justificativa, operando uma mitigação da violência – do mesmo modo como ocorreu no caso do assassinato do pataxó Galdino. Os padrões de colocação de fogo (atear fogo), de queimado (corpo queimado, morador de rua queimado) e de incendiar (incendiar morador de rua) também indicam naturalização (sobre isso, ver também RESENDE; RAMALHO, 2017).

Nas imagens, são recorrentes: saliência de elementos não humanos, em estruturas representacionais que tendem ao eventual com representação metafórica do alvo da violência, com subjacência de processo conceitual simbólico; conceituação da ordem policial de maneira classificatória, em que viaturas, policiais, faixas de segurança e cones se relacionam de maneira taxonômica, subordinando-se ao conceito de segurança pública; tomada em plano geral de cenário externo com detalhamento e teor circunstancial, produzindo cenários marcantes de violência; realização de imagens de oferta, com efeito potencial de distanciamento em relação à situação representada, especialmente quando em composição com ângulo horizontal oblíquo.

As análises sugerem naturalização da violência contra a população em situação de rua, num efeito retórico de distanciamento, que não provoca empatia entre quem lê o jornal e as pessoas vítimas da violência representada. Essa violência, ainda que bárbara e dirigida a pessoas com pouca chance de defesa, é normalizada. Retomando a epígrafe com que iniciamos este texto, não podemos desvincular a violência privada da violência institucionalizada: cada martírio descrito no *corpus* que tomamos para esta investigação tem seus autores individuais, mas não se descola da rotineira violência institucional. Referimo-nos à violência simbólica da representação, mas também à violência da violação de direitos. São pessoas que sofrem a carência, vítimas preferenciais da violência institucional da polícia, da justiça e da sociedade de modo mais amplo. Sua representação pejorativa sugere a mais completa falta de solidariedade, essa desidentificação que nos permite viver tranquilamente nossas vidas, nos ocupando de nossos corpos mercantilizados, enquanto outras pessoas padecem e outros corpos são deixados para morrer.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos ao CNPq o reconhecimento, na forma da bolsa de pesquisa concedida pelo projeto de investigação “Representação midiática da violação de direitos e da violência contra pessoas em situação de rua no jornalismo on-line” (CNPq 304075/2014-0). À Ingrid Ramalho agradecemos por haver coletado e organizado dados do portal do Correio Braziliense; à Mariana Moura, por igual trabalho no portal de O Globo; à Lygia Vaz, pelo empenho com os dados intermináveis da Folha de S. Paulo; à Dara Abreu e à Daniele Mendonça, por darem continuidade ao extenso trabalho com a Folha de S. Paulo, e a esta última também por nos enriquecer com seus conhecimentos de jornalismo; à colega Carolina Araújo, por seu apoio com o NVivo, e por estar presente nas sempre necessárias orientações que lhe demandamos, sendo ativa colaboradora do Laboratório de Estudos Críticos do Discurso (LabEC/UnB) e do Núcleo de Estudos de Linguagem e Sociedade (NELiS/UnB); ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da UFMG, pela oportunidade da parceria no pós-doutorado, em que os dados de imagens do Correio Braziliense e de O Globo foram analisados.

REFERÊNCIAS

- BIASI-RODRIGUES, B; NOBRE, K.C. Sobre a função das representações conceituais simbólicas na gramática do design visual: encaixamento ou subjacência. *Linguagem em (Dis)curso*, v. 10, n. 1, p. 91-109, 2010.
- BOLÍVAR, A. A change in focus: from texts in contexts to people in events. *Journal of Multicultural Discourses*, v. 5, n. 3, p. 213-226, 2010.
- DAVIS, A. *Feminismo negro e a luta mundial por equidade*. Conferência proferida no *Festival Latinidades*. Brasília: Museu da República, 24 jul. 2014.
- FAIRCLOUGH, N. *Analysing discourse: textual analysis for social research*. London: Routledge, 2003.
- _____. *Critical discourse analysis: the critical study of language*. 2ed. New York: Longman, 2010.
- FANON, F. *Pele negra máscaras brancas*. Salvador: UFBA, 2015.
- FOUCAULT, M. What is Enlightenment? In: P. Rabinow (Org.). *The Foucault Reader*. New York: Pantheon Books, 1984. p. 32-50.
- KRESS, G.; VAN LEEUWEN, T. *Reading images: the grammar of visual design*. London; New York: Routledge, 1996.
- LE BRETON, D. *O paradigma da corporeidade na contemporaneidade*. Conferência proferida na Universidade de Brasília, Instituto de Ciências Sociais, 10 mar. 2017.
- PARDO ABRIL, N. G. *Programa Diálogos*, entrevista à UnBTV. Brasília, novembro de 2016. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=U11np5KY260>>. Acesso em: 6 mar. 2018.
- PARDO, M. L. Latin-American discourse studies: state of the art and new perspectives. *Journal of Multicultural Discourses*, v. 5, n. 3, p. 183-192, 2010.
- RESENDE, V. Representação de pessoas em situação de rua no jornalismo on-line: quais são as vozes convocadas para falar sobre a situação de rua? *Revista de Estudos da Linguagem*, v. 26, n. 3, p. 955-988, 2016.
- _____. Reflexões teóricas e epistemológicas quase excessivas de uma analista obstinada. In: RESENDE, V.; REGIS, J. (Org.). *Outras perspectivas em análise de discurso crítica*. Campinas: Pontes, 2017. p. 11-52.
- _____. Representação discursiva de pessoas em situação de rua no *Caderno Brasília: naturalização e expurgo do outro*. *Linguagem em (Dis)curso*, n. 12, n. 2, p. 439-465, 2012.
- _____. A violação de direitos da população em situação de rua e a violência simbólica: representação discursiva no jornalismo on-line. *Revista Latinoamericana de Estudios del Discurso*, v. 15, p. 71-92, 2015a.
- _____. Violência simbólica: representação discursiva da extrema pobreza no Brasil – relações entre situação de rua e vizinhança. *Discurso & Sociedad*, v. 9, p. 106-128, 2015b.
- RESENDE, V. M.; RAMALHO, I. S. Representação midiática da violação de direitos e da violência contra pessoas em situação de rua no Correio Web. *Calidoscópio*, v. 15, n. 3, p. 529-541, 2017.
- RESENDE, V. M.; RAMALHO, V. Inequality and representation: critical discourse analysis of news coverage about homelessness. In: PASCALE, C. M. (Org.). *Social inequality & the politics of representation: a global landscape*. Washington: Sage, 2013. p. 21-34.
- RESENDE, V. M.; SANTOS, A. A. A representação de pessoas em situação de rua quando vítimas de chacina: uma análise discursiva crítica. *Revista Latinoamericana de Estudios del Discurso*, n. 12, p. 81-102, 2012.
- RESENDE, V. M; SILVA, R. B. Análise de discurso crítica e comunicação: quem é Rafael Braga Vieira em *O Globo.com*? In: MAGALHÃES, L. (Org.). *Análise de Discurso Crítica e Comunicação: percursos teórico e pragmático de discurso, mídia e política*. Teresina: UFPI, 2017.
- SEARA, I. R. Palestra na mesa redonda “Discurso e exclusão em contextos midiáticos”, *IV Simpósio Internacional de Análise de Discurso*, setembro de 2016, não publicada em anais. Belo Horizonte: UFMG, 2016.
- TIBURI, M. Judith Butler: feminismo como provocação. *Revista Cult*. Ano 16, n. 185, p. 23, 2013.
- VAN LEEUWEN, T. A representação dos actores sociais. In: PEDRO, E. R. (Org.). *Análise crítica do discurso: uma perspectiva sociopolítica e funcional*. Lisboa: Caminho, 1997.
- RESENDE, Viviane de Melo; GOMES, Maria Carmen Aires. Representação da situação de rua no jornalismo eletrônico em textos verbo-visuais – a violência em discurso no *Correio Braziliense* (2011-2013). *Linguagem em (Dis)curso* – LemD, Tubarão, SC, v. 18, n. 1, p. 165-191, jan./abr. 2018.

_____. *Introducing Social Semiotics*. London; New York: Routledge, 2005.

_____. *Discourse and practices*. Oxford: Oxford University Press, 2008.

VIEIRA, V. C.; RESENDE, V. M. *Análise de discurso (para a) crítica: o texto como material de pesquisa*. 2 ed. Campinas: Pontes, 2016.

Recebido em: 17/06/17. Aprovado em: 25/02/18.

Title: *Representation of homelessness in electronic journalism in verb-visual texts – violence in discourse in the Correio Braziliense newspapers (2011-2013)*

Authors: *Viviane de Melo Resende; Maria Carmen Aires Gomes*

Abstract: *This paper discusses part of a research project aiming to investigate texts about homelessness published between 2011 and 2013 in the newspapers Correio Braziliense, O Globo and Folha de S. Paulo. In this paper, we analyze only the 95 texts published in Correio Braziliense crossing the themes homelessness and violence, and the 19 images that compose these texts. To organize data, we have used software for qualitative analysis, and textual analyses were driven by critical discourse analysis and the grammar of visual design. Taken together, the results suggest the naturalization of violence against the homeless population, in a rhetorical effect of distancing, which does not provoke empathy between those who read the newspaper and the victims of the represented violence.*

Keywords: *Critical discourse analysis. Homelessness. Violence. Cyber journalism.*

Título: *Representación de la situación de calle en el periodismo electrónico en textos verbo-visuales – la violencia en discurso en el Correio Braziliense (2011-2013)*

Autoras: *Viviane de Melo Resende; Maria Carmen Aires Gomes*

Resumen: *Este artículo es un recorte de proyecto de investigación en que se han investigado los textos publicados entre 2011 y 2013 en los periódicos web Correio Braziliense, O Globo y Folha de S. Paulo sobre población en situación de calle. En este recorte se analizan sólo los 95 textos publicados en el Correio Braziliense, cruzando las temáticas de situación de calle y violencia y las 19 imágenes que componen los textos. El análisis presentado é favorecido por el uso de software para análisis cualitativo, y tiene por base teórico-metodológico el análisis del discurso crítico y la gramática del diseño visual. Adoptados juntos, los resultados del análisis sugieren naturalización de la violencia contra la población en situación de calle, en un efecto retórico de alejamiento, que no provoca empatía entre quienes lee el periódico y las personas víctimas de la violencia representada.*

Palabras-clave: *Análisis de discurso crítica. Situación de calle. Violencia. Periodismo Web.*



Este texto está licenciado com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1982-4017-180111-10817>

MODELOS CULTURAIS: TEORIA, ESTUDOS E MÉTODOS

Heloísa Pedroso de Moraes Feltes*

Universidade de Caxias do Sul

Área do Conhecimento de Humanidades

Caxias do Sul, RS, Brasil

Resumo: Este artigo é uma revisão teórica sobre o construto modelos culturais, focalizando, inicialmente, suas definições em Antropologia Cognitiva, Linguística Cognitiva e Linguística Antropológica. Apresenta em seguida, como exemplo, quatro estudos em Linguística Cognitiva e Antropologia Cognitiva sobre modelos culturais que seguem metodologias, técnicas e procedimentos diferentes: o de RAIVA, os RACIONALISTA E ROMÂNTICO DE PADRONIZAÇÃO LINGUÍSTICA, o de CASAMENTO, e o JIHADISTA SUNITA DE RELAÇÕES POLÍTICAS. Na sequência, traz uma breve discussão sobre questões-problema a serem levantadas no tratamento de modelos culturais em Antropologia Cognitiva. As considerações finais desenvolvem uma análise geral dos métodos priorizados em investigações sobre modelos culturais.

Palavras-chave: Modelos Culturais. Linguística Cognitiva. Antropologia Cognitiva. Métodos.

1 INTRODUÇÃO

‘Modelo cultural’, como um construto teórico, é tratado na interface linguagem, cultura e cognição, constituindo, nas últimas quatro décadas, a ontologia de diferentes modelos teóricos em campos de investigação diversos (por exemplo, Antropologia, Ciências Cognitivas, Inteligência Artificial).

Esta revisão teórica tem duas motivações: (a) a proficuidade da interface linguagem humana, cognição e cultura, o que leva à interdisciplinaridade já construída entre as grandes áreas da Linguística, Antropologia e Ciências Cognitivas, e (b) a necessidade de mapear diferentes concepções de modelos culturais e métodos que permitem ao investigador reconstruí-los a partir de manifestações linguísticas, tendo como pressuposto a metáfora que orienta muitas pesquisas em Ciências Cognitivas: a da LINGUAGEM COMO JANELA PARA A MENTE.

O artigo inicia com uma seção dedicada a definições de modelos culturais a partir de autores da Antropologia Cognitiva, Linguística Cognitiva e Linguística Antropológica. Em seguida, na seção 3, a título de ilustração, descrevem-se quatro estudos que visam a reconstruir os seguintes modelos culturais: o de RAIVA (LAKOFF, 1987; LAKOFF; KÖVECSES, 1987; KÖVECSES, 1995, 2005); o de CASAMENTO (QUINN, 1987, 1997),

* Doutora em Letras – Linguística Aplicada pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Professora do Programa de Pós-Graduação em Letras e Cultura da Universidade de Caxias do Sul. E-mail: helocogn@terra.com.br.

os RACIONALISTA e ROMÂNTICO DE PADRONIZAÇÃO LINGUÍSTICA (GEERAERST, 2003) e o JIHADISTA SUNITA DE RELAÇÕES POLÍTICAS (SIECK, 2011).¹ Na seção 4, apresenta-se a perspectiva de Kessing (1987) sobre questões problemáticas ligadas ao tratamento de modelos culturais. As considerações finais retomam e ampliam questões metodológicas relativas à pesquisa sobre modelos culturais.

2 MODELOS CULTURAIS: ABORDAGENS TEÓRICAS

Bennardo e Munck (2014), cuja obra é uma espécie de manual sobre fundamentos, teorias, métodos e aplicações relativos a modelos culturais, entendem, de modo geral, que modelos culturais são representações ou configurações mentais de conteúdo cultural minimamente saliente, compartilhadas por membros de uma cultura, as quais funcionam no sentido de dar sentido e interpretar *inputs* sensoriais, assim como produzir e dar forma a comportamentos intencionais e comunicativos. Para os autores, modelos culturais não são operações cognitivas, mas uma organização de conteúdo cultural estocado no cérebro. Modelos culturais são utilizados para ler intenções, atitudes, emoções e contexto social. Além disso, para os autores, modelos culturais são tipicamente flexíveis e fluidos. Isso se justifica pelo fato de que as pessoas podem não estar conscientes deles ou porque eles estão além da capacidade de elas os articularem. Esses modelos, como consequência, são usados em uma ampla variedade de situações por pessoas com diferentes perspectivas ou características psicológicas (por exemplo, história de vida, idade, *status* social). Entretanto, pode haver modelos culturais altamente específicos ou até mesmo prescritivos.

Bennardo e Munck, a partir da contribuição de diferentes autores, definem modelos culturais como organizações molares de conhecimento, cuja estrutura interna é composta de um núcleo (*core*) e nós “periféricos” que são preenchidos por valores padrão (*default*). Esses valores são instanciados – alterados para valores específicos ou deixados em seus valores padrão – quando o indivíduo experiencia “eventos” de qualquer natureza. A partir disso, surge a possibilidade de reconhecer e categorizar eventos como representantes do mesmo modelo cultural, mesmo que ligeiramente diferentes em cada uma das suas ocorrências específicas.² A hipótese é a de que modelos culturais desempenham um papel importante na geração de comportamentos, e tais comportamentos são geralmente interpretados pelos outros como intencionais. Além disso, os autores defendem que modelos culturais são unidades fundamentais de análise para uma abordagem da cultura que vai além da dicotomia entre o indivíduo (a cultura apenas na mente) e o coletivo (cultura só no domínio social).

Kronenfeld (2008), por sua vez, entende modelos culturais como modelos cognitivos distribuídos que incorporam o conhecimento de como se comportar de diferentes formas, de como interpretar o comportamento de outros e de como definir a

¹ Em Feltes (2007), apresentamos de modo mais detalhado a análise de RAIVA e de modo mais superficial o de CASAMENTO. Neste artigo, damos a essas análises outra direção e mais especificidade para a questão dos modelos culturais subjacentes.

² Percebe-se a similaridade desta definição com a de *frame* (cf. MINSKY, 1975, p. 212).

pertença a um grupo e, por consequência, entidades sociais. O autor vê modelos culturais como “unidades básicas de conhecimento cultural no que se refere à ação” (p. 176). E como se poderá constatar na abordagem de outros autores na sequência desta revisão teórica, Kronenfeld também associa o desenvolvimento das pesquisas sobre modelos culturais em Antropologia Cognitiva com a teoria dos esquemas da Psicologia Cognitiva e Inteligência Artificial. Para ele, esquemas são, de forma simplificada, estruturas cognitivas relacionadas a valores, objetivos, planos e conhecimento, processo e interpretação da ação. Tais esquemas “produzem o comportamento específico e detalhado de pessoas individuais” (2008, p. 200). Desse modo, “modelos culturais podem ser vistos simplesmente como esquemas que são amplamente compartilhados” (p. 200).

Em geral, no âmbito da Antropologia Cognitiva, um modelo consiste, de modo amplo, em um conjunto de elementos que se ajustam para representar algo (D’ANDRADE, 1995). D’Andrade (1987, p. 112) define modelo cultural (ou modelo *folk*) como “um esquema cognitivo que é intersubjetivamente compartilhado por um grupo social”. Todo esquema, afirma o autor, é um modelo simples, uma representação de algum objeto ou evento. Ou seja, uma das propriedades de um esquema é a de ser uma organização abstrata da experiência.

Para D’Andrade (1987), “[u]m esquema é *intersubjetivamente compartilhado* quando todos num grupo conhecem o esquema, e todos sabem que alguém mais sabe o esquema, e todos sabem que alguém sabe que alguém sabe que alguém sabe o esquema” (p. 113, grifo do autor). O autor apresenta duas consequências dessa intersubjetividade: (a) as interpretações feitas sobre o mundo na base de um modelo *folk* são tratadas como se fossem fatos óbvios do mundo; e (b) uma grande parte da informação relacionada a um modelo *folk* não precisa ser explicitada. O autor esclarece que modelos *folk* são relativos ao conhecimento ou entendimento do senso comum das pessoas na vida cotidiana, em contraste com o conhecimento relativo aos modelos científicos e especializados. E mais: D’Andrade (1992) introduz a questão de que construtos psicológicos como esquemas e motivos podem dar conta de como a cultura se relaciona com a ação e defende que formas de motivação fazem a ligação entre cultura e ação. E a força de eliciação de um esquema pode depender de fatores específicos envolvidos em instâncias interpretativas.

Ainda nessa perspectiva, para Quinn e Holland (1987), modelos culturais

são pressupostos, modelos de mundo aceitos que são amplamente compartilhados (embora não necessariamente com a exclusão de outros modelos alternativos) pelos membros de uma sociedade e que desempenham um papel enorme em seu entendimento do mundo e seus comportamentos nele (p. 4).

Quinn (1997), com outras palavras, afirma que modelos culturais são esquemas culturais complexos que organizam todos os tipos de domínios da experiências, sejam eles de natureza perceptual, conceitual, relativos a objetos ou eventos, com o propósito de elaborar sistemas de conhecimento. Desse modo, organizam e inter-relacionam conjuntos de elementos, servindo como modelos operacionais para domínios de atividade no mundo.

Strauss (2014), na mesma linha de pensamento, trata de modelos culturais a partir da noção de esquema. Para a antropóloga, esquemas culturais derivam de experiências compartilhadas, aprendidas; do que é experienciado pessoalmente por vários membros de um grupo ou daquilo que é comunicado entre eles. Esses esquemas são modelos locais de como operam os mundos natural, sobrenatural, interpessoal e sociopolíticos mais amplos. Eles são utilizados para acessar processos cognitivos e permitem explicar o modo como interpretamos percepções e emoções, reconstruímos memórias e planejamos as ações, atuando também na produção e interpretação de comportamento verbal e não verbal. Esquemas são simplificados e podem incluir conceitos genéricos como estereótipos, com ou sem crenças perniciosas, porque esquemas codificam nossas suposições relativas ao que é tipicamente associado com o quê. Da mesma forma que D'Andrade (1992), Strauss entende que uma das características dos modelos culturais é que eles se conectam com sentimentos e motivações, ou seja, eles têm uma “força diretiva”, no sentido de que não são explicações neutras, já que carregam avaliações e objetivos que motivam a ação.

Quinn e Holand (1987) estabelecem uma diferença entre as propostas de linguistas e de antropólogos quanto à forma de abordar tais modelos ou esquemas cognitivos. Dizem que os linguistas se preocupam com as implicações dos modelos culturais subjacentes para teorias sobre metáforas, polissemia entre outros fenômenos linguísticos. Nesse sentido, os modelos culturais são a chave para o uso linguístico. Já os antropólogos vão numa direção oposta ao tratarem os usos linguísticos “como pistas para modelos culturais subjacentes, trabalhando em direção a uma teoria mais satisfatória da cultura e seu papel em tais tarefas não linguísticas [...], avaliando o comportamento de outros” (1987, p. 24). Aqui o uso linguístico são os melhores dados para a reconstrução dos modelos culturais.

Sieck (2011) adota uma noção de cultura como conhecimento compartilhado da Antropologia Cognitiva, mas na perspectiva epidemiológica de Dan Sperber. Para Sperber (1985), a mente dos seres humanos é suscetível a representações mentais do mesmo modo que são suscetíveis a doenças. E esclarece:

Entendo [...] as explicações causais de fatos culturais como necessariamente incorporadas em um tipo de epidemiologia das representações. Há, para começar, algumas similaridades superficiais óbvias. Por exemplo, uma representação pode ser cultural de diferentes formas: algumas são lentamente transmitidas ao longo de gerações; elas são o que chamamos de tradições e são comparáveis a endemias; outras representações, típicas das culturas modernas, espalham-se rapidamente através de uma população toda, mas têm uma vida curta de *span*; elas são o que chamamos modismo e são comparáveis a epidemias. (SIECK, 2011, p. 74)

Desse modo, para Sperber, o termo ‘epidemiologia cultural’ diz respeito ao modo como ideias são distribuídas entre uma população.

Sieck, Rasmussen e Smart (2010), seguindo a perspectiva epidemiológica, partem do reconhecimento de que as mentes individuais contêm grande quantidade de conteúdo mental, e o termo ‘ideia’ se refere a qualquer conteúdo mental sobre concepções de como as coisas são ou como elas deveriam ser. Como consequência, redes de ideias constituem teorias *folk* ou *modelos mentais*, os quais, por sua vez, resultam em julgamentos e decisões que afetam o comportamento das pessoas.

Para os autores, modelos mentais estão na “cabeça” dos indivíduos e, quando indivíduos entram em contato uns com os outros, geram-se pensamentos associados que produzem modelos mentais que se assemelham uns aos outros. Ocorre que, quando modelos mentais se espalham dentro de uma população e persistem por longos períodos de tempo, eles se tornam *modelos culturais*, ou seja, há o compartilhamento de uma *rede* de conteúdos mentais (ideias) entre os membros dessa população.

Sieck (2011) afirma que seu método compartilha algumas características com abordagens como a de D’Andrade em Antropologia Cognitiva, mas oferece alguns elementos distintos, tais como a ênfase em assegurar a relevância de modelos culturais para a tomada de decisões, no sentido de fornecer uma ligação mais direta com o comportamento real no interior de uma cultura (perspectiva ‘êmica’); de modelar redes inter-relacionadas de ideias; e de buscar estimar a prevalência de ideias numa *network*, o que evitaria confiar em noções vagas como a de “compartilhamento” de ideias.

No âmbito da Linguística Cognitiva, Kövecses (1995) diz adotar a definição de cultura dos antropólogos cognitivos, ou seja, o de “cultura como um conjunto de entendimentos compartilhados sobre o mundo” (p. 49). Kövecses (2005) posiciona-se da seguinte forma:

[...] na visão de cultura com a qual tenho trabalhado [...] há uma noção [...] que desempenha um papel crucial: aquela de modelos culturais. Modelos culturais são importantes em nossas tentativas de descrever e caracterizar o sistema conceptual humano e, conseqüentemente, a cultura. [...] Modelos culturais são melhor concebidos como quaisquer organizações coerentes da experiência humana compartilhadas por pessoas. (p. 193).

Geeraerst (2004), por sua vez, afirma que:

[é] comum a ideia em Linguística Cognitiva de que modelos culturais que subjazem ao raciocínio e à argumentação são em alguma medida entidades idealizadas [...], são em alguma medida abstratos, gerais, até mesmo simplistas, precisamente porque os usamos para fazer sentido de fenômenos que são intrinsecamente mais complicados. (p. 49).

Para o autor, no que diz respeito a fenômenos sociais, modelos culturais podem ser entidades idealizadas, mas também ideológicas. Modelos culturais podem ser ideologias: (a) quando seu caráter idealizado é esquecido: quando é negligenciada a diferença entre o modelo abstrato e as circunstâncias reais; ou (b) quando são utilizados de forma prescritiva ou normativa: “quando são utilizados como modelos de como as coisas deveriam ser em vez de como as coisas são” (GEERAERST, 2004, p. 49). No primeiro caso, “uma ideologia é sempre, em certa medida, um acobertamento, um simulacro, uma deturpação deliberada da situação real, e uma descrição de tais ideologias deve ser necessariamente crítica”. No segundo caso, para Geeraerts, “uma ideologia é basicamente um guia para a ação social, um sistema compartilhado de ideias para a interpretação da realidade social a despeito da avaliação dos pesquisadores sobre essa perspectiva” (p. 49).

Já para Palmer (2007), como linguista antropológico, modelos cognitivos idealizados, mapas, domínios da experiência esquema de imagens, metáforas e metonímias conceituais, protótipos, categorias complexas, categorias radiais e

conhecimento enciclopédico apresentam, quase sempre, componentes culturais, na medida em que tomam formas específicas a partir do que os falantes aprendem ao longo de sua socialização e aculturação. Palmer esclarece: “[*m*]odelos cognitivos que são culturalmente específicos podem ser denominados modelos culturais” (p. 1046, grifo nosso).

Como é possível observar, o entendimento do que é um *modelo cultural* varia entre os diferentes autores, mas pode-se dizer, resumidamente, de que se trata de um *construto teórico* que abarca: (a) a ideia de ser uma entidade idealizada com alto grau de simplificação; (b) a noção de esquemas cognitivos complexos, relativos a todos os domínios da experiência humana (perceptual, conceptual e sociocultural), que estruturam sistemas de conhecimento; (c) a condição de ser intersubjetivamente compartilhado em uma cultura, grupo social ou comunidade; (d) a relação com valores, motivação, objetivos, expectativas, sentimentos e emoções; (e) a função de organizar domínios de conhecimento de modo a servir de modelo para a eliciação e interpretação das ações humanas; (f) o entendimento de que pode ter natureza ideológica; e (g) a condição de não ser diretamente acessível, devendo ser “abstraído” ou “reconstruído” a partir da linguagem e/ou comportamento humano.

3 MODELOS CULTURAIS: ESTUDOS

3.1 MODELO CULTURAL DE RAIVA

Kövecses (1995) afirma que há um modelo cultural de RAIVA que é compartilhado pelos falantes da língua inglesa americana e que é parte da cultura como um todo, no sentido de que um contexto cultural mais amplo impacta sobre como modelos culturais são conceptualizados.

Lakoff e Kövecses (1987) dizem que o estudo sobre RAIVA se baseia em suas próprias observações intuitivas, e que são necessários estudos empíricos para verificar sua consistência. Consideram que, estando certos, o modelo cultural proposto para RAIVA teria “realidade psicológica”, mas permanece indeterminado tanto o grau dessa realidade psicológica, assim como de que tipo ela é. Em outras palavras, Lakoff (1987) alerta para o fato de que sua metodologia (e a de Kövecses) não o capacita a falar do *status* psicológico do modelo de RAIVA. Sobre isso, indaga: “Quanto dele as pessoas utilizam para compreender raiva? As pessoas baseiam suas ações nesse modelo? As pessoas são conscientes do modelo? [...] E de forma mais intrigante, o modelo tem algum efeito sobre o que as pessoas sentem?” (p. 408). O que é claro é que “a evidência linguística é um guia extraordinariamente preciso de tais modelos” (LAKOFF; KÖVECSES, 1987, p. 221).

Segundo Lakoff (1987), Lakoff e Kövecses (1987) e Kövecses (1995), o estudo da emoção raiva revela que os modelos culturais fazem uso de mecanismos imaginativos, como metáfora, metonímia, cenários abstratos; e que os modelos culturais podem ser motivados pela experiência corpórea e, portanto, não são puramente imaginativos.

Lakoff (1987) inicia sua análise³ com a apresentação da teoria popular do senso comum sobre os efeitos fisiológicos da raiva: “Os efeitos fisiológicos da raiva são aumento de calor do corpo, aumento da pressão interna (pressão sanguínea, pressão muscular), agitação e interferência na percepção” (p. 381). Segundo a teoria popular, se a raiva cresce, os seus efeitos fisiológicos também crescem, até um ponto em que tais efeitos prejudicam o funcionamento normal do organismo.

Quando aplicada a coisas fluidas, a metáfora geral é RAIVA É O CALOR DE UM FLUIDO NUM RECIPIENTE, motivada por CALOR, PRESSÃO INTERNA e AGITAÇÃO. Quando aplicada a coisas sólidas, a metáfora passa a ser RAIVA É FOGO, motivada por CALOR E VERMELHIDÃO. Essas metáforas específicas seriam mais elaboradas, principalmente porque se baseiam numa metáfora mais geral do sistema conceitual global: O CORPO É UM RECIPIENTE PARA AS EMOÇÕES, expressa, por exemplo, em: *Ela não podia conter sua alegria.*

No caso da metáfora A RAIVA É O CALOR DE UM FLUIDO NUM RECIPIENTE, há, de um lado, a ideia de calor associada à presença da raiva; de outro, a de frio associada à sua ausência, como em (a) *Você faz o meu sangue ferver* e (b) *Fique frio.*

Lakoff divide as correspondências entre o domínio-fonte (FLUIDO NUM RECIPIENTE) e o domínio-alvo (RAIVA) em dois tipos: as ontológicas, relativas à correspondência de entidades num e noutro domínio, e as epistemológicas, relativas a “correspondências entre os conhecimentos sobre o domínio-fonte e o conhecimento correspondente sobre o domínio-alvo” (p. 387). Assim, de um lado, teríamos as seguintes *correspondências ontológicas*: (a) o recipiente é um corpo, (b) o calor do fluido é a raiva, (c) a escala do calor é a escala da raiva, (d) o calor do recipiente é o calor do corpo, (e) a pressão no recipiente é a pressão interna no corpo, (f) a agitação do fluido e do recipiente é a agitação física, (g) a explosão é a perda de controle; e (h) a frialdade no fluido é a ausência de raiva.

De outro lado, teríamos, por exemplo, as seguintes *correspondências epistemológicas*:

O efeito do calor intenso do fluido é o calor do recipiente, pressão interna e agitação.

→O efeito da raiva intensa é o calor do corpo, pressão interna e agitação.

Não o provoque, ele logo fica esquentado!

Ela pulava de raiva.

Ele ficou vermelho de raiva.

Se ultrapassado um certo limite de aquecimento do fluido, a pressão aumenta até o ponto em que o recipiente explode.

→Se ultrapassado um certo limite de aumento da raiva, a pressão aumenta até o ponto em que a pessoa perde o controle.

Ele quase teve uma hemorragia ao falar no assunto.

³ Essa análise é apresentada, de diferentes formas, em Lakoff (1987), Lakoff e Kövecses (1987) e Kövecses (1995). O trânsito por essas diferentes publicações justifica-se apenas pela forma como alguns aspectos na análise são tratados.

*Não toleramos mais suas **explosões**.*

*Eu estava tão furioso que **nem podia ver direito**.*

*Ele estava **fora de si**.*

Com base nessas correspondências, é construído o **cenário prototípico** da RAIVA, o qual tem cinco estágios temporais:

Vítima/*Self* = **S**

Agente de Retribuição/*Self* = **S**

Alvo da Raiva = Malfeitor (**M**)

Causa Imediata da Raiva = Evento Ofensivo (**EO**)

Comportamento Ofensivo = Retribuição (**R**)

ESTÁGIO 1 – EVENTO OFENSIVO

M ofende **S** [intencional e injustamente].

M está em falta com **S** [**M** está enganado e **S** é inocente].

O **EO** degrada **S**.

A intensidade da ofensa supera a intensidade da **R** [que é igual a zero neste ponto], criando um desequilíbrio.

A ofensa provoca a raiva.

ESTÁGIO 2 – RAIVA

A raiva existe.

S experimenta efeitos fisiológicos [aumento da temperatura corporal e da pressão interna, agitação física].

A raiva exerce força sobre **S** para tentar um ato de **R** a **M**.

ESTÁGIO 3 – TENTATIVA DE CONTROLE

S exerce uma contraforça na tentativa de controlar sua raiva [porque os atos de **R** são danosos e/ou socialmente inaceitáveis].

ESTÁGIO 4 – PERDA DE CONTROLE

A intensidade da raiva vai além do limite.

A raiva toma o controle de **S**.

S exhibe comportamento raivoso [perda do julgamento, ações agressivas].

Há danos em **S** [fora do controle não é responsável por suas ações].

Há perigo para **M**.

ESTÁGIO 5 – ATO DE RETRIBUIÇÃO

S realiza um ato de **R** contra **M** [em geral, um comportamento raivoso dirigido a **M**].

A intensidade **R** equilibra a intensidade da ofensa [o que equilibra a escala da justiça].

A intensidade da raiva cai para zero.

A raiva desaparece.

Os casos não prototípicos de RAIVA seriam, por exemplo:

RAIVA INSATISFEITA: No estágio 5, a intensidade da raiva continua alta.

RAIVA REDIRECIONADA: Em vez de direcionar a raiva para **M**, **S** direciona-a para uma outra pessoa ou coisa.

RESPOSTA CONTROLADA: **S** mantém-se sob controle e não chega ao ato de **R**.

EXPLOÇÃO IMEDIATA: **S** sente a raiva e, de uma vez, perde o controle.

Lakoff e Kövecses (1987) afirmam que a metáfora RAIVA É CALOR é baseada no “modelo cultural dos efeitos fisiológicos de raiva, segundo o qual o aumento do calor do corpo é o principal efeito da raiva” (p. 203). Esse modelo cultural também sustenta que outro efeito importante é a agitação, que é parte de nosso modelo cultural de INSANIDADE. A sobreposição entre os modelos culturais dos efeitos de raiva e insanidade provê a metáfora: RAIVA É INSANIDADE, como se pode constatar na expressão que manifesta raiva: *Eu estou louco*. Segundo os autores, em nosso modelo cultural, a raiva é vista como uma emoção negativa, que produz reações fisiológicas indesejáveis, as quais conduzem à inabilidade de agir normalmente e, ao mesmo tempo, é perigosa para os demais. Reconhecendo esse perigo, a pessoa raivosa passa a ver a raiva como um oponente. Desse modo, surge a metáfora A RAIVA É UM Oponente, como em *Estou lutando contra minha raiva*.

Com relação a essa análise de RAIVA, Quinn e Holand (1987) sustentam que, porque as primeiras análises feitas por Lakoff e colaboradores não se basearam em discursos sistematicamente coletados, há pelo menos duas consequências: (a) o *corpus* de metáforas utilizadas em um dado domínio é incompleto, e os resultados obtidos são tendenciosos e maldirecionados, como superestimar a afirmação de que FLUIDO NUM RECIPIENTE seria a metáfora central para RAIVA; e (b) as metáforas fora do contexto de seu uso efetivo em discurso não garantem sua verificabilidade, pois somente um estudo dessa natureza poderia dar conta do modo como as metáforas são internalizadas e utilizadas, revelando, assim, como operam.⁴

3.2 MODELOS CULTURAIS RACIONALISTA E ROMÂNTICO DE PADRONIZAÇÃO LINGÜÍSTICA

Geeraerts (2003) argumenta que o modo de pensar sobre questões de variação e padronização linguísticas pode, de um modo geral, ser reduzido a modelos culturais subjacentes e opostos: o modelo cultural RACIONALISTA e o modelo cultural ROMÂNTICO.

Seu estudo parte de teorias sobre as origens da linguagem formuladas, inicialmente, no século XVIII, no qual ele situa as fontes intelectuais das concepções romântica e racionalista, assim como a tensão entre elas, tendo como base o ponto de vista de Johann Gottfried Herder (em *Abhandlung über den Ursprung der Sprache*, 1772), Skutnabb-

⁴ Naturalmente, nos últimos 30 anos desde esta crítica, a Linguística Cognitiva avançou no sentido de ser uma abordagem baseada no uso, partindo de eventos de fala e discursos naturais.

Kangas (em *Linguist genocide in education – or Worldwide diversity and human rights?*, 2000), Verlooy (*Verhandeling op d’Onacht der Moederlyke Tael in de Nederlanden*, 1788), Etienne Bonnot de Condillac (em *Essai sur l’Origines des Sciences humaines*, 1746), Bertrand Barère (em *Rapport du Comité de Salut Public sur les idiomes*, 1794) e Henri-Baptiste Grégoire (em *Rapport sur la nécessité et les moynes d’anéantir les patois et d’universaliser l’usage de la langue française*, 1794).

Geeraerts analisa fragmentos das obras desses filósofos, evidenciando, num primeiro momento, que a abordagem romântica inicia com uma concepção expressiva da linguagem, enquanto a racionalista tem como ponto de partida uma concepção comunicativa da linguagem. Na perspectiva romântica, as línguas são primariamente expressivas: elas expressam uma identidade à medida que incorporam uma concepção particular do mundo, uma visão de mundo, e, assim sendo, a imposição de uma língua padrão pode discriminar identidades culturais específicas. Na perspectiva racionalista, a língua comum tem uma função emancipatória, como um instrumento de participação política e educacional.

O autor, nessa pesquisa, pergunta-se: (a) Se a língua é uma realidade social e cultural, quais são os modelos [culturais] que dão forma à nossa concepção de língua? (b) Especificamente, quais são os modelos que dão forma ao nosso pensamento sobre a língua como um fenômeno social? (c) Quais são os paradigmas que utilizamos para pensar sobre a língua, não primariamente em termos de estrutura linguística, mas em termos de variação linguística: modelos sobre a forma como as variedades da língua estão distribuídas em uma comunidade linguística e sobre a forma como tal distribuição pode ser avaliada? Conforme Geeraerts, para responder a essas questões é necessário explorar a estrutura subjacente e o desenvolvimento histórico de dois modelos culturais que competem entre si e que se encontram na base das políticas linguísticas e educacionais nos debates sobre a padronização linguística. Segundo ele, há duas possibilidades de abordagem: variedades de análises críticas do discurso ou de ideologias da linguagem. As primeiras analisam criticamente o texto com relação à sua posição (reproduzir ou antagonizar) no jogo de forças sociais existentes. As segundas concentram-se em como as crenças sobre variação linguística e variedades linguísticas específicas manifestam-se explícita ou implicitamente, respectivamente, (i) em políticas linguísticas e práticas educacionais (ii) e em como interagem com questões identitárias, econômicas, organizações políticas, etc.

É na perspectiva da segunda abordagem que o autor discrimina dois modelos culturais sobre a padronização e variação linguística: o modelo RACIONALISTA e o modelo ROMÂNTICO. Sumariamente, o autor apresenta os resultados que revelam a relação dialética entre os dois modelos e, em seguida, suas características, numa perspectiva temporal contemplando o (*) século XVIII com modelos culturais básicos; (**) o século XIX com a transformação nacionalista dos modelos; e (***) o século XX, com a transformação pós-moderna desses modelos:

MODELO CULTURAL RACIONALISTA

A linguagem é um meio de comunicação.

Há um ideal democrático: a padronização é um meio neutro de participação social.

A variação da linguagem impede a emancipação.

(*) A língua comum é um instrumento de participação política e educacional.

(**) A nação é a base da democracia liberal.

(***) O inglês global é uma oportunidade, e o multilinguismo é uma especialização funcional.

MODELO CULTURAL ROMÂNTICO

A língua é um meio de expressão.

Há um criticismo anti-ideológico: a padronização é um meio de exclusão social.

A variação da linguagem expressa diferentes identidades.

(*) A língua padrão é vista como discriminatória de identidades específicas.

(**) A nação é o foco da identidade cultural e étnica.

(***) O inglês global é uma ameaça, e o multilinguismo é a expressão de identidades pós-modernas fragmentadas.

Com essas distinções o autor quer mostrar que “faz sentido pensar sobre os processos reais de padronização [linguística] em termos de modelos culturais”. Tais modelos culturais são reais “não apenas à medida que eles dão forma a debates públicos, mas também à medida que repousam na base das atitudes linguísticas dos usuários da língua” (GEERAERTS, 2004, p. 81). Ou seja, os dois modelos podem ser utilizados para examinar debates e argumentações numa análise de discurso, assim como podem dar forma a atitudes linguísticas de comunidades linguísticas. Se sua presença for real, tais modelos aparecem não apenas no modo como as pessoas falam sobre padronização, mas também no modo como elas agem com relação a essa padronização. De qualquer modo, segundo o autor, além de prover um melhor entendimento da lógica subjacente aos debates sobre padronização, a ligação entre esses modelos e as atitudes linguísticas poderiam conduzir a pesquisas empíricas, como um possível desenvolvimento dessa discussão inicial.

3.3 MODELO CULTURAL DE CASAMENTO

Um exemplo de estudo antropológico de modelos culturais é o de Quinn (1987). A autora entrevistou, separadamente, maridos e esposas em 11 casamentos (22 sujeitos). Cada entrevista teve uma média de 15 a 16 horas de duração (em diferentes sessões) e topicalizava o casamento desses casais. A autora identificou, em seu *corpus* geral, oito esquemas do tipo ‘proposição’⁵ recorrentes a partir de metáforas sobre a durabilidade do casamento, o benefício mútuo que dele se segue, a falta de conhecimento em seu início, dificuldades e o esforço que requer; e três esquemas-tipo proposição que não aparecem

⁵ Como a autora explica, o uso da expressão esquema-proposição sugere que há o reconhecimento de que os esquemas mentais podem organizar outros “materiais” além do que é proposicional.

em todo o *corpus*, mas que parecem desempenhar, também, um papel significativo no modelo cultural de casamento dos americanos, que são a do casamento como compartilhamento, como bem-sucedido ou sujeito ao fracasso e como risco. Constitutivos desse modelo cultural, tem-se, em suma, oito esquemas-proposição:

CASAMENTO É DURADOURO

CASAMENTO É MUTUAMENTE BENÉFICO

CASAMENTO É DESCONHECIDO NO PRINCÍPIO

CASAMENTO É DIFÍCIL

CASAMENTO É ESFORÇO

CASAMENTO É COMPARTILHAMENTO

CASAMENTO PODE SER BEM-SUCEDIDO OU FRACASSAR

CASAMENTO É RISCO.

Quinn (1987) afirma que as metáforas para CASAMENTO fornecem um conjunto de pistas para o modelo cultural de casamento subjacente aos discursos, por exemplo:

O CASAMENTO É UM PRODUTO MANUFATURADO

“Cada uma [das experiências] é tipo como construindo uma a outra, que nossa relação fica mais sólida com o tempo.”

O CASAMENTO É UMA JORNADA EM CURSO

“[...] temos sido capazes de trabalhar ao longo de muitas lutas em nosso casamento e estar num lugar agora onde nós confiamos um no outro [...] E eu me sinto muito confiante sobre ser capaz de continuar este caminho e continuar trabalhando qualquer outra coisa que aparecer. [...] Poderia ter ido em direções muito diferentes [...]. Mas penso que ambos temos muito crédito pela direção em que seguimos [...]”

O CASAMENTO É UM ELO DURADOURO ENTRE DUAS PESSOAS

(Expressões nas entrevistas: “acimentados juntos” (*cemented together*), “ligados juntos”, “amarrados um ao outro” “uma relação *gelled*”.)

O CÔNJUGE É UMA PARTE AJUSTADA (*FITTING PART*)

“A melhor coisa sobre Bill, para mim, é que ele se ajusta a mim tão bem.”

O CASAMENTO É UM INVESTIMENTO

“Por que neste momento você quer parar e não conseguir aproveitar todos os anos que você já gastou junto?”

Quinn (1987) afirma que um esquema prototípico ou idealizado pode funcionar para tarefas de raciocínio. Essas tarefas são mediadas por um modelo mental fornecido culturalmente, “inventado” para esse propósito na forma de uma sequência prototípica ou idealizada de eventos maritais. Cada evento está ligado ao outro, gerando uma sequência de relações causais. A idealização realiza-se através do raciocínio natural dos entrevistados sobre casamento, usando metáforas que fornecem excelentes pistas sobre as suposições compartilhadas.

Para a autora, haveria duas formas de idealização. Na primeira, os eventos são bem circunscritos, em número limitado, seguindo-se um ao outro numa ordem invariante: durabilidade, compartilhamento, benefício mútuo, realização, compatibilidade,

dificuldade, esforço, sucesso, risco ou falha. Os casamentos são idealmente duráveis, compartilhados e mutuamente benéficos; os benefícios são uma questão de realização; os esposos devem ser compatíveis, a fim de prover as necessidades mútuas, o que faz com que seus casamentos sejam satisfatórios e benéficos. Realização e compatibilidade são difíceis de alcançar, mas essas dificuldades podem ser superadas com esforço. Se isso não ocorre, o casamento corre o risco de falhar. Na segunda idealização, as relações entre os pares de eventos na sequência são simplificadas. Um casamento bem-sucedido é durável, e o casamento durável é sempre bem-sucedido. Um casamento benéfico é durável e, sendo durável, é benéfico. Sendo benéfico, traz realização. Compatibilidade é benéfica e, se não for, não há compatibilidade. Incompatibilidade causa dificuldade, e apenas a compatibilidade supera a dificuldade com esforço. O esforço é um requisito necessário, mas não suficiente. Algumas dessas relações causais no raciocínio são ilustradas abaixo por meio de partes dos esquemas-proposição:

DESCONHECIDO NO PRINCÍPIO → ~MUTUAMENTE BENÉFICO
 ~MUTUAMENTE BENÉFICO → DIFÍCIL
 [DIFÍCIL → ~DURADOURO]

DESCONHECIDO NO PRINCÍPIO → ~DURADOURO

DESCONHECIDO NO PRINCÍPIO → ~MUTUAMENTE BENÉFICO
 [~MUTUAMENTE BENÉFICO → DIFÍCIL]

DESCONHECIDO NO PRINCÍPIO → DIFÍCIL

[~ESFORÇO → DIFÍCIL]
 DIFÍCIL → ~DURADOURO

~ESFORÇO → ~DURADOURO

Quinn (1997) conclui que é preciso discernir o padrão de raciocínio subjacente, interno e observável de diferentes falantes de línguas variadas sobre experiências maritais. Por isso, a estrutura deve ser descoberta através de raciocínio verbal, por meio do desempenho em tarefas cognitivas, em uma *etnografia da vida interior*. Quinn afirma que parte da dificuldade de encontrar o padrão linguístico subjacente à variação linguística é a necessidade de, ao interpretar passagens de discurso, decodificar as várias metáforas que os falantes usam para falar de benefício, esforço, sucesso, por exemplo, assim como as construções causais usadas para conectar esses termos.

Além disso, para Quinn, muitos dos esquemas culturais para raciocinar sobre casamento podem vir de várias fontes públicas como programas de TV, livros, etc., as quais desempenham o papel de disseminar as mesmas sequências idealizadas e reforçá-las na mente dos indivíduos, ao mesmo tempo que distorcem, em diferentes graus, os esquemas originais. Essas contradições culturais podem ser disseminadas por períodos curtos de tempo e evocam conflitos internos profundos para os quais não há uma solução cultural automática. Ao analisar esses achados, Quinn (1997) defende que o padrão de

uso dessas metáforas reflete um esquema subjacente que as pessoas compartilham para pensar sobre casamento e que guia a seleção das metáforas.

Finalmente, para Quinn (1997), não há “o” modelo cultural de casamento para os americanos, do modo como se referia em Quinn (1987), mas “um” modelo cultural de CASAMENTO, porque o conjunto de entendimentos compartilhados varia de cultura para cultura e pode diferir em outras sociedades.

3.4 MODELO CULTURAL JIHADISTA SUNITA DE RELAÇÕES POLÍTICAS

Sieck (2011), a partir da abordagem epidemiológica de cultura, descrita anteriormente de forma breve, procura analisar o modelo cultural *JIHADISTA SUNITA DE RELAÇÕES POLÍTICAS*, ou seja, a base cognitiva do terrorismo.

O pesquisador utiliza a *Cultural Network Analysis* (CNA) como um método para descrever ideias que são compartilhadas por membros de um grupo social e que são relevantes para a tomada de decisões em situações particulares. Neste ponto é importante esclarecer o que Sieck entende por grupo cultural. O termo ‘grupo cultural’ “refere-se a uma população ou subpopulação de pessoas que compartilham em larga escala ideias interconectadas de interesse” (SIECK, 2011, p. 6).

A CNA constrói uma base para práticas de pesquisa em campos como a Antropologia Cognitiva e Cultural, Psicologia Cognitiva e Análise de Decisões. Esse método oferece um conjunto de técnicas para construir modelos culturais para grupos, organizações e sociedades mais amplas. A CNA discrimina três tipos de ideias: conceitos, valores e crenças sobre relações causais. Os modelos culturais derivados da CNA são representados graficamente como uma rede de conceitos culturalmente compartilhados, crenças causais e valores que influenciam decisões chaves num contexto particular. Esses diagramas representam como as ideias se inter-relacionam. Conforme Sieck, essa abordagem inclui um conjunto de técnicas para construir *diagramas de modelos mentais*. Os métodos visam “extrair as ideias” de transcrições de entrevistas ou outros textos e analisar o quão comuns essas ideias são entre os e dentro dos grupos culturais analisados. Essas ideias compartilhadas são organizadas, então, em mapas (SIECK, 2011).

Conforme o autor, a CNA compreende uma fase exploratória e uma fase confirmatória. Na primeira, conceitos e modelos mentais são extraídos de fontes qualitativas, tais como entrevistas e mídia aberta (por exemplo, *web*, *blogs*), com o objetivo de desenvolver um entendimento preliminar dos conceitos e características culturalmente relevantes no referido domínio, assim como de obter representações gráficas iniciais dos modelos mentais das pessoas de uma forma aproximada à sua estrutura representacional natural. Na segunda fase, são realizadas entrevistas estruturadas, experimentos de campo, e mineração semântica automatizada de fontes baseadas na *web* para obter dados sistemáticos passíveis de análise estatística. Essas análises são utilizadas para avaliar os padrões e derivar estatísticas que descrevem a distribuição de conceitos, crenças causais e valores. Em seguida, são construídas as representações formais dos modelos culturais que ilustram a informação estatística e qualitativa em diagramas.

Sieck (2011) afirma que os terroristas tentam moldar o ponto de vista de seu alvo de audiência comunicando aspectos específicos de sua ideologia. Para que sejam bem-sucedidos, as ideias que promovem devem ajustar-se a um sistema de significados culturais compartilhados entre uma população-alvo. Desse modo, é necessário um método que possibilite estudar a perspectiva comum dos membros de uma cultura. O resultado seriam modelos culturais que fornecem uma base para *outsiders* começarem a enquadrar eventos a partir do ponto de vista do *insider* da referida cultura. Ao mesmo tempo, esses modelos culturais podem ser usados para antecipar o modo como as mensagens serão interpretadas e avaliadas tanto pelos terroristas como pela sua audiência-alvo.

Uma das aplicações dessa “modelagem cultural” é mapear explicitamente os sistemas de significado cultural relevantes para entender como e por que várias mensagens parecem ser eficazes em influenciar as atitudes das pessoas e angariar seu apoio. Para Sieck, os terroristas atuam e recrutam a partir de fatores que interagem entre si, tais como: aspirações políticas desses grupos, vulnerabilidade dos indivíduos, emprego da ideologia jihadista e apoio social à sua causa. A interação entre esses fatores depende de diferentes modos de comunicação que propagam essa visão de mundo. As estratégias de comunicação das organizações jihadistas, então, motivam pessoas comuns a realizarem atos terroristas de acordo com os objetivos de sua organização, exploram injúria moral e sentimentos de humilhação relativos a eventos políticos e convencem sua audiência-alvo por meio de textos religiosos em favor da ideologia terrorista.

É importante observar, quanto à questão da vulnerabilidade dos indivíduos, o exemplo de um trecho que Sieck traz de uma entrevista com um recruta terrorista no Paquistão: “nenhum tinha baixa instrução, era desesperadamente pobre, simplório ou depressivo” e “todos eram profundamente religiosos”, de modo que seus atos eram “sancionados pela religião do Islam, divinamente revelada” (2011, p. 4). Entretanto, Sieck afirma que “isso não significa que a raiz da motivação terrorista seja a religião, apenas que crenças e valores religiosos são um importante componente das descrições de mundo dos grupos jihadistas” (p. 4).

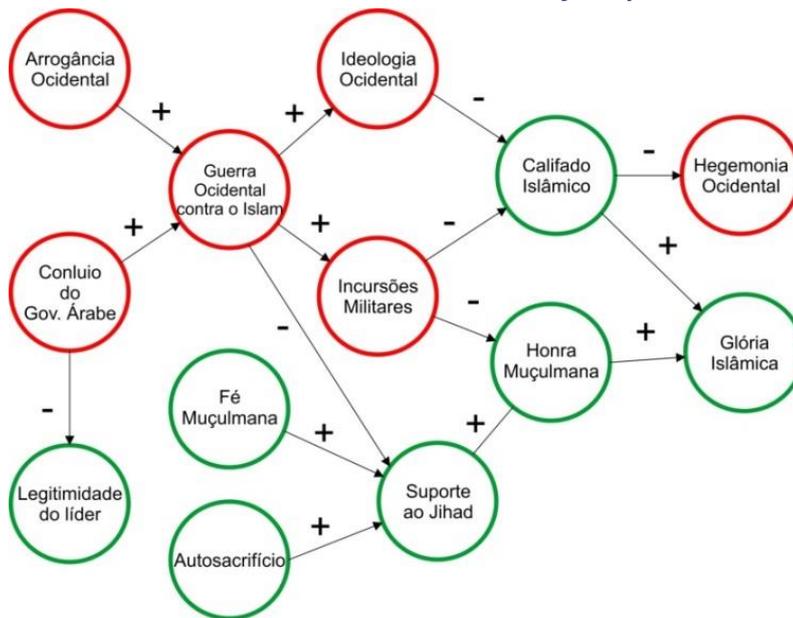
O modelo cultural proposto por Sieck, conforme Figura 1 na página seguinte, toma em consideração a concepção extremista Sunita muçulmana de relações sociopolíticas entre o Islam e o ocidente. Ele contém conceitos individuais de uma pessoa assim como seus entendimentos das relações causais entre as atividades políticas e seus resultados.

A Figura 1 apresenta o resultado da modelagem a partir do *corpus* utilizado por Sieck (2011). São utilizados círculos, setas e cores. Dentro dos círculos são apresentadas “ideias simples”. As setas indicam a direção das relações causais (+/-). Por exemplo: o desenvolvimento de um novo califado islâmico diminuiria (-) a extensão do domínio ocidental, ao mesmo tempo em que promove (+) o retorno de um passado de glória islâmica. As cores indicam ideias ou valores desejáveis (cor verde) pelos jihadistas sunitas.

Esse modelo, para o autor, influencia as expectativas dos indivíduos de como as relações sociopolíticas se desdobrarão, fornecendo um enquadre para selecionar comportamentos e objetivos em dado contexto.

Diferentemente dos demais modelos, este não se estrutura proposicionalmente, tendo, conforme a CNA uma estrutura em rede.

Figura 1 – Modelo cultural **JIHADISTA SUNITA** de relações políticas



Fonte: Sieck (2011, p. 7), traduzido e adaptado pela autora.

4 O PROBLEMA DA CONSTRUÇÃO E ANÁLISE DE MODELOS CULTURAIS

Tendo apresentado, na seção 3, exemplos de estudos que ilustram a (re)construção de modelos culturais, é importante trazer, aqui, o ponto de vista de Kessing (1987) sobre questões problemáticas relacionadas a aspectos metodológicos no tratamento de modelos culturais, antes de, no final do artigo, apresentarmos alguns métodos utilizados para investigar modelos culturais.

Segundo esse antropólogo, passou-se do uso de ‘modelos *folk*’ para ‘modelos culturais’ (expressão esta que chama de versão mutante de modelos *folk*) como uma reformulação ou reconceptualização. Porém, a denominação ‘*folk*’ visava estabelecer uma diferença com os modelos de *experts*, criando-se, assim, a dicotomia *folk/experts*.

Aceitando-se a reconceptualização e a intercambialidade dos termos, Kessing entende que a visão cognitiva de cultura permite, potencialmente, interpretar a distribuição e a variabilidade do conhecimento, assim como a coconstrução de mundos compartilhados. Assim, as noções de modelos *folk* e modelos culturais permitem capturar, ao mesmo tempo, o que é cultural e público e o que é cognitivo. Entende que as regras culturais são historicamente situadas, moldadas, mas não determinadas, por aspectos econômicos e ecológicos, assim como por processos sociais, de modo que “o conhecimento cultural não varia meramente de indivíduo para indivíduo” (p. 387).

Entre várias questões que o autor levanta, há algumas que merecem mais atenção. Kessing (1987) questiona: Como definir modelos *folk* ou culturais de modo que eles sejam úteis para delimitar alguns setores do conhecimento cultural dos indivíduos? Ou, mais sucintamente, o que são tais modelos? E o que os seres humanos sabem que não incluem esses modelos? O que faz deles “modelos”? Para responder a essas questões, o autor assinala duas dimensões a serem analisadas: (a) o compartilhamento como construções

folk ou culturais; e (b) seu caráter de modelo. Quanto a (a), a questão é que tais modelos têm a natureza de senso comum, abarcam domínios culturalmente construídos de senso comum e servem a propósitos pragmáticos. De um modo amplo, modelos culturais “explicam o tangível, o experiencial [...], o provável; assumem uma geologia superficial de causação; mantêm a influência num domínio em que exceções confirmam a regra, e as contradições convivem de forma feliz” (KESSING, 1987, p. 374). Quanto a (b), a natureza dos modelos culturais é paradigmática, é de “propor mundos”, que são simplificados e interna ou externamente contraditórios. Eles não são apresentados a nós por meio do que as pessoas dizem ou fazem em sua vida cotidiana, eles são, em vez disso, representados a partir de facetas fragmentadas superficiais. Desse modo, temos de inferir os mais coerentes, se inarticulados, modelos subjacentes.

O autor é bastante crítico com relação ao caráter cognitivo de modelos *folk* e culturais. E adverte:

Se nossos modelos de modelos de outras pessoas devem ajustar-se às conceptualizações da ciência cognitiva e, ao mesmo tempo, ajustar-se ao empreendimento antropológico mais amplo, precisamos elaborar questões estratégicas sobre a estrutura do conhecimento cultural e o modo como é utilizado na vida social em curso. (KESSING, 1987, p. 381)

Um aspecto extremamente importante a ser observado, segundo Kessing, é o “processo de eliciação” na relação entre modelos culturais, experiência individual e fatores situacionais. A questão provocativa é se o pesquisador e seus informantes não acabam entrando em um processo de “cocriação”. Estaríamos criando modelos mais globais e mais coerentes do que nossos sujeitos conhecem? O autor tem a preocupação com a possibilidade de “modelos *folk* ou culturais não existirem até que nossas estratégias de questionamento levem os informantes a criá-los, ou, pior ainda, até que suas respostas forneçam fragmentos a partir dos quais nós os criamos” (p. 383).

Outra crítica do autor diz respeito ao perigo de imputar aos nossos sujeitos teorias metafísicas que parecem ser implicadas pelas formas convencionais de falar. Essa crítica tem por base justamente a obra de Lakoff e Johnson (1980) e o estudo sobre raiva de Lakoff e Kövecses (1987). Kessing questiona: Em que medida as metáforas convencionais e os esquemas que elas expressam são constitutivos de nossa experiência? Esquemas variados (por exemplo, de emoções, tempo, causalidade, relações sociais) refletem formas da experiência subjetiva, do pensamento e da percepção, ou meramente refletem convenções diferentes para falar sobre o mundo experienciado a partir do tipo de cérebro, equipamento sensorio e corpo que temos?

A observação mais radical de Kessing aos estudos sobre modelos culturais é o fato de que se deve ter em vista a produção, o controle, a distribuição e a força ideológica do conhecimento cultural, incorporando os sistemas cognitivos que são explorados e mapeados dentro de sistemas sociais, atentando para o lugar que essas investigações ocupam nos avanços multidisciplinares das ciências sociais e comportamentais. Isso porque os sistemas sociais são construídos a partir do e restringidos pelo que os seres humanos são; e o modo como os seres humanos conhecem seus mundos restringe e molda a forma como os humanos-em-sociedade os reproduzem. Desse modo, explorar modelos

conceptuais, metáforas, construções e coconstruções de significado pode trazer importantes contribuições para o complexo entendimento dos seres humanos-em-sociedade. Entretanto, faz a ressalva de que seria esperar demais de antropólogos cognitivos e outros estudiosos de modelos conceptuais da realidade cotidiana que fossem, para além disso, teóricos sociais.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS: MODELOS CULTURAIS E MÉTODOS

Bennardo e Munck (2014) apresentam uma metodologia de análise de modelos culturais em termos de uma trajetória de quatro passos: partir de dados e análises etnográficas (por exemplo, observação participante), seguindo-se, então, para dados e análises linguísticas (por exemplo, análise interpretativa de texto, de entrevistas, com foco na palavra, na sentença, no discurso) e dados e análises experimentais (por exemplo, questões *free-list*, tarefas *pile sorts*, eliciação de *frames*, tarefas de memória, tarefas de *rating*), culminando com análise de consenso (com questionários e entrevistas estruturadas)⁶. Os autores reconhecem que muitas pesquisas privilegiam alguns tipos de dados e de análises em detrimento de outros e, raramente, uma investigação segue os quatro passos da metodologia proposta.

Quinn e Holland (1987) revelam que alguns antropólogos admitem a limitação de um programa de pesquisa que valide modelos culturais apenas baseados no comportamento linguístico, *pois as pessoas nem sempre fazem o que pareceria ser uma consequência das crenças que elas enunciam linguisticamente*. Por isso, para reconstruir modelos culturais é necessário ir além de sua influência sobre a fala. Afirmam que a complexidade da relação entre o que as pessoas verbalizam sobre o que elas fazem e a execução de outras atividades não verbais deve-se ao fato de que elas ordinariamente se ocupam com tarefas complexas, com muitos objetivos que podem ou não incluir a produção de uma descrição verbal “verídica” (sobre tais objetivos). Isso inclui, por exemplo, agir de um modo que traga vantagens pessoais, apresentar objetivos de um ponto de vista que lhes seja favorável, ou, então, conduzir planos ocultando os seus verdadeiros objetivos. De acordo com as autoras, ao fazerem isso, os falantes não evocam conceitualizações diferentes sobre a atividade sobre as quais elas falam, eles apenas evocam entendimentos culturais pertinentes à realização da parte linguística relativa à tarefa num dado momento: querem se mostrar sob um ponto de vista favorável, querem ser vistos como boas pessoas, querem distrair a atenção dos demais com relação aos seus reais motivos, etc. Ainda assim, para as autoras, “a maior fonte de dados que os antropólogos cognitivos têm adaptado para a tarefa de reconstruir modelos culturais [...] são duas: uso sistemático das intuições de falantes nativos e análise de discurso natural” (QUINN; HOLLAND, 1987, p. 16).

As autoras ressaltam duas questões fundamentais: enquanto a *questão teórica* envolvida é a de *como o conhecimento cultural está organizado*, a *questão estratégica* seria “reconstruir a organização desse conhecimento compartilhado a partir do que as

⁶ É um método estatístico que procura medir as semelhanças/o consenso entre pessoas por meio de um perfil de respostas. Para detalhes desse tipo de análise, ver Bennardo e Munck (2014, p. 93-99).

peças dizem sobre suas experiências” (1987, p. 18, grifo nosso). Para tanto, comentam, a Antropologia Cognitiva tem adotado algumas das abordagens teóricas da Linguística, sendo a análise semântica “um método poderoso conveniente”. Porém, os esforços atuais nos empreendimentos etnocientíficos “estão mais voltados para a construção de uma teoria do que seguir qualquer metodologia particular” (p. 18).

Quinn (1987) afirma que a razão de os antropólogos terem “rápida e acriticamente” incorporado a suposição de que a metáfora estrutura ou fornece um modelo para o entendimento daquilo que ela captura foi, talvez, a falta de uma teoria mais desenvolvida de significado cultural. A autora defende que, apesar de a linguagem conter pistas para um esquema cultural, este tanto não é isomórfico à linguagem como não é óbvio a partir dela, assim como não é recuperado a partir de qualquer metáfora utilizada pelo falante. E conclui que a “reconstrução de tais esquemas culturais a partir de pistas indiretas fornecidas pela linguagem requer um método apropriadamente sensível” (QUINN, 1997, p. 144).

Strauss (2014), por sua vez, a partir de diferentes autores, afirma que os pesquisadores de modelos culturais debruçam-se sobre discursos extensos, buscando o que é pressuposto a partir do que é dito; que não se deve questionar diretamente o informante sobre dado modelo cultural, mas que se pergunte a ele sobre algo que o faça usar o modelo cultural em sua resposta; que entrevistas semiestruturadas longas são típicas em tais estudos; que a observação participante é difícil porque o tópico em questão surge em momentos imprevisíveis da vida cotidiana, de modo que não se obtêm falas extensas para serem analisadas; e que outros tipos de discursos podem ser coletados, tais como: provérbios, histórias e comunicações *online*.

Seguimos o ponto de vista de Quinn e Holland (1987), segundo o qual não existem procedimentos mecânicos que permitam derivar um modelo cultural a partir dos domínios semânticos a que se faz referência. Entendemos, ainda, que a linguagem possa fornecer pistas sobre o comportamento cultural a partir de diferentes fontes de dados e, finalmente, que se deva explorar de forma eclética várias fontes de dados e diferentes tipos de análises. Na mesma direção, seguimos o ponto de vista de Strauss (2014) para quem novas questões e novos métodos têm como resultado abordagens “mais ecumênicas” (p. 394).

Da mesma forma, como Bennardo e Munck (2014), de fato entendemos que a linguagem é uma “entrada privilegiada” para a mente ou para a estruturação mental do conhecimento, pois análises detalhadas de dados linguísticos revelam, pelo menos em parte, a organização do significado na mente e a organização cognitiva do conhecimento. Desse modo, “descobrir conteúdo e estrutura semântica específicas fornece *insights* plausíveis sobre a organização cognitiva geral e sobre o processamento do conhecimento” (p. 49).

É importante observar, seguindo a revisão teórica de Strauss (2014) que nem todas as crenças são internalizadas e representadas proposicionalmente. Há casos em que as suposições são aprendidas como fortes conexões em uma rede neural, estando ou não as pessoas delas conscientes. Desse modo: “Enquanto os analistas devem usar a linguagem para descrever aquilo em que as pessoas acreditam, o conteúdo cognitivo de conhecimento cultural não é necessariamente discursivo, e o processo de pensamento inclui tanto elementos verbais como não verbais” (p. 396).

A interface dos estudos linguísticos com as antropologias cognitivas promoveu a incorporação de muitas “variáveis” socioculturais aos estudos semânticos e na Linguística Cognitiva como um todo. Analisar sob diferentes perspectivas a questão dos modelos culturais é uma forma de dar relevância a interfaces emergentes que promovem debates mais vigorosos e, por consequência, mais profícuos em Linguística Cognitiva.

REFERÊNCIAS

- BENNARDO, G.; MUNCK, V. C. *Cultural models: genesis, methods, and experiences*. New York: Oxford University Press, 2014.
- D’ANDRADE, R. Schemas and motivation. In: D’ANDRADE, R.; STRAUSS, C. (Ed.) *Human motives and cultural models*. New York: Cambridge University Press, 1992. p. 23-44.
- D’ANDRADE, R. *The development of cognitive anthropology*. New York: Cambridge University Press, 1995.
- FELTES, H. P. de M. *Semântica cognitiva: ilhas, pontes e teias*. Porto Alegre: Edipucrs, 2007.
- KESSING, R. M. Models, “folk” and “cultural”: paradigms regained? In: HOLLAND, D.; QUINN, N. (Ed.) *Cultural models in language and thought*. Cambridge: Cambridge University Press, 1987. p. 369-393.
- KÖVECSES, Z. Metaphor and folk understanding of anger. In: RUSSELL, J. A.; FERNÁNDEZ-DOLS, J.-M.; MANSTEAD, A. S. R.; WELLENBAMP, J. C. (Ed.) *Everyday conceptions of emotions: an introduction to psychology, anthropology and linguistics of emotion*. Springer-Science+Business Media Dordrecht, NATO ASI Series, S. D. *Behavioural and Social Science*, v. 81, p. 49-72, 1995.
- KÖVECSES, Z. *Metaphor in culture: universality and variation*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.
- KRONENFELD, D. B. *Culture, society, and cognition: collective goals, values, action, and knowledge*. New York: Mouton de Gruyter, 2008.
- LAKOFF, G. *Women, fire, and dangerous things: what categories reveal about the mind*. Chicago: The University of Chicago Press, 1987.
- _____; JOHNSON, M. *Metaphors we live by*. Chicago: University of Chicago Press, 1980.
- _____; _____. *Philosophy in the flesh: the embodied mind and its challenge to Western thought*. New York: Basic Books, 1999.
- _____; KÖVECSES, Z. The cognitive model of anger inherent in American English. In: HOLLAND, D.; QUINN, N. (Ed.) *Cultural models in language and thought*. Cambridge: Cambridge University Press, 1987. p. 195-221.
- MINSKY, M. A framework for representing knowledge. In: WINSTON, P. (Ed.) *The psychology of computer vision*. New York: McGraw-Hill, 1975. p. 211-277.
- PALMER, G. B. Cognitive Linguistics and Anthropological Linguistics. In: GEERAERTS, D.; CUYCKENS, H. (Ed.) *The Oxford handbook of Cognitive Linguistics*. New York: Oxford University Press, 2007. p. 1045-1073.
- QUINN, N. Convergent evidence for a cultural model of American marriage. In: HOLLAND, D.; _____. (Ed.) *Cultural models in language and thought*. Cambridge: Cambridge University Press, 1987. p. 173-192.
- _____. Research on shared task solution. In: STRAUSS, C.; QUINN, N. *A Cognitive theory of cultural meanings*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997. p. 137-188.
- _____; HOLLAND, D. Culture and cognition. In: HOLLAND, D.; QUINN, N. (Ed.) *Cultural models in language and thought*. Cambridge: Cambridge University Press, 1987. p. 3-40.
- SIECK, W. R. A cultural models approach for investigating the cognitive basis of terrorism. *Journal of Terrorism Research*, v. 2, n. 1, p. 3-15, 2011.

_____; RASMUSSEN, L. J.; SMART, P. R. Cultural network analysis: a cognitive approach to cultural modeling. In: VERMA, Dinesh (Ed.). *Network science for military coalition operations: information extraction and interaction*. Hershey, Pennsylvania, 2010. p. 237-255.

SPERBER, D. Anthropology and psychology: towards an epidemiology of representations. *Man*, New Series, v. 20, n. 1, p. 73-89, mar. 1985.

STRAUSS, C. Language and culture in cognitive anthropology. In: SHARIFIAN, F. (Ed.) *The Routledge handbook of language and culture*. New York: Routledge, 2014. p. 386-400.

Recebido em: 07/08/17. Aprovado em: 14/12/17.

Title: *Cultural models: theory, studies and methods*

Author: *Heloísa Pedroso de Moraes Feltes*

Abstract: *This paper is a theoretical review about the construct of cultural models, firstly focusing its definition on Cognitive Anthropology, Cognitive Linguistics and Anthropological Linguistics. Subsequently presents, as an example, four studies on Cognitive Linguistics and Cognitive Anthropology about cultural models that have different methodologies, techniques and procedures: the one of the ANGER, the one of the RATIONALIST AND ROMANTIC OF THE LINGUISTIC STANDARDIZATION, the one of MARRIAGE, and the one of the POLITICAL RELATIONS OF SUNNI JIHADIST. Next, it is brought a brief discussion up on problem questions to be raised in the treatment of cultural models according to Cognitive Anthropology. The final considerations developed a general analysis of the main methods in investigations about cultural models.*

Keywords: *Cultural Models. Cognitive Linguistics. Cognitive Anthropology. Methods.*

Título: *Modelos culturales: teoría, estudios y métodos*

Autora: *Heloísa Pedroso de Moraes Feltes*

Resumen: *Este artículo es una revisión teórica sobre el constructo modelos culturales, con foco inicial en sus definiciones en Antropología Cognitiva, Lingüística Cognitiva y Lingüística Antropológica. Presenta, en seguida, cómo ejemplo, cuatro estudios en Lingüística Cognitiva y Antropología Cognitiva sobre modelos culturales que siguen metodologías, técnicas y procedimientos diferentes: de RABIA, RACIONALISTA Y ROMÁNTICO DE ESTANDARIZACIÓN LINGÜÍSTICA, de CASAMIENTO, y JIHADISTA SUNITA DE RELACIONES POLÍTICAS. En secuencia trae una breve discusión sobre cuestiones-problema que serán levantadas en el tratamiento de modelos culturales en Antropología Cognitiva. Las consideraciones finales desarrollan un análisis general de los métodos priorizados en investigaciones sobre modelos culturales.*

Palabras clave: *Modelos Culturales. Lingüística Cognitiva. Antropología Cognitiva. Métodos.*



Este texto está licenciado com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1982-4017-180112-5917>

O OBJETO DA IDEOLOGIA NA TEORIA CRÍTICA DO DISCURSO

Maria Eduarda Gonçalves Peixoto*

Claudiana Nogueira de Alencar**

Ruberval Ferreira***

Universidade Estadual do Ceará

Centro de Humanidades

Fortaleza, CE, Brasil

Resumo: O conceito de ideologia, na segunda metade do século XX, conquistou lugar de destaque nos estudos críticos da linguagem. Entre as principais tradições de investigação na área, a *Análise de Discurso Crítica*, na vertente da *Teoria Crítica do Discurso* (FAIRCLOUGH, 1989, 2001, 2003; CHOULIARAKI, FAIRCLOUGH, 1999), particulariza-se ao situar a noção de ideologia no centro do seu empreendimento teórico-analítico. Com base nisto, este trabalho tem o objetivo de descrever e discutir a constituição conceitual do objeto da ideologia no interior da teoria. Assim, apresentam-se o percurso cronológico-narrativo da abordagem crítica de ideologia, os pressupostos da teoria em foco, a concepção de ideologia articulada e os seus aspectos problemáticos, trazendo à baila alguns desafios que o conceito implica quanto à relação entre discurso e poder.

Palavras-chave: Crítica. Ideologia. Discurso. Desafios.

1 INTRODUÇÃO

Tradicionalmente, a forma crítica predominante na história intelectual do ocidente ao longo do século XX, especialmente a partir da influência dos pensadores da Escola de Frankfurt¹, orientou-se por uma concepção negativa de ideologia. Nessa perspectiva, o termo ideologia foi empregado em referência à fantasia ameaçadora que produz a falsa consciência da realidade no domínio da aparência, tendo como efeito a produção ou a manutenção das relações de assimetrias de poder nas sociedades industriais modernas. De um lado, pela prerrogativa marxista do capital, definiu-se realidade social em termos de um sistema de condições histórico-existenciais mascarado por ideologias hegemônicas. De outro lado, pela arqueologia psicanalítica do sentido, a crítica assumiu a tarefa de

*Doutoranda no Programa de Pós-graduação em Linguística Aplicada. E-mail: eduarda.peixoto@uece.br.

**Doutora em Linguística (UNICAMP). Docente do Programa de Pós-graduação em Linguística Aplicada. E-mail: clauoce@gmail.com.

***Doutor em Linguística (UNICAMP). Docente do Programa de Pós-graduação em Linguística Aplicada. E-mail: ruber.ferreira@uece.br.

¹ Referimo-nos, mais especificamente, a M. Horkheimer, na obra *Teoria Tradicional e Teoria Crítica*, publicada originalmente em 1937, e a T. Adorno e M. Horkheimer, na obra *Dialética do esclarecimento*, publicada originalmente em 1947. Ao usarmos o termo “escola”, não estamos compreendendo a referida tradição de estudos como um campo doutrinário homogêneo, mas diversificado e composto por reflexões que giram em torno da problemática: sociedade, economia, poder e emancipação.

descobrir os véus de opacidade das formas ideológicas e revelar os mecanismos reais de produção que determinam a configuração aparente dos sentidos na vida social.

Pressupõe-se, nesta crítica da ideologia, o que podemos chamar de fetichismo linguístico. Os usos linguísticos obliteram a complexa rede de produção dos sentidos² do mesmo modo que as trocas ocultam o processo de produção da mercadoria. Isto é, a lógica pela qual o fetichismo da mercadoria aliena o sujeito de apreender o processo social de determinação do valor dos objetos assemelha-se ao funcionamento mesmo da linguagem, que opera fazendo parecer naturais aos sujeitos significações social e historicamente determinadas. Esta é a forma clássica de conceber a ideologia, em sua relação com o fenômeno da linguagem, que inspirou uma série de transformações nos diversos domínios dos estudos linguísticos críticos, especialmente a partir dos anos 60 e 80.

Das múltiplas tradições que compõem este sinuoso e fértil terreno, a Análise de Discurso Crítica (ADC) particulariza-se em virtude de situar a ideologia como razão de seu vigor crítico, uma vez que uma análise linguística caracteriza-se como crítica à medida que se torna ferramenta para o estudo dos processos ideológicos que medeiam relações de poder e controle na sociedade (KRESS; FOWLER, 1979). Mais especificamente na vertente da Teoria Crítica do Discurso (doravante TCD), que possui como expoente principal o linguista N. Fairclough, a ideologia faz-se conceito elementar e categoria operacional para a investigação transdisciplinar de processos sociais “relacionados às transformações econômicas e culturais contemporâneas” (MAGALHÃES, 2004, p. 113).

Considerando o lugar privilegiado da ideologia no empreendimento teórico da TCD e tendo em vista que a noção carrega um espectro confuso e controverso ao longo da história do pensamento crítico, este artigo tem o objetivo geral de realizar um mapeamento conceitual do objeto da ideologia no interior da teoria em foco. Mais especificamente, pretende-se descrever e discutir a concepção de ideologia mobilizada na TCD, com atenção para três aspectos problemáticos de sua constituição. Primeiro, a compreensão da natureza material da ideologia nas interações sociais como instituída discursivamente, isto é, se se compartilha da ideia de uma fronteira definida entre construções discursivas e processos ideológicos. Segundo, a relação entre ideologia e formas simbólicas, ou seja, se a TCD utiliza a noção de ideologia em referência exclusivamente àquelas formas simbólicas que servem para estabelecer e sustentar relações sistematicamente assimétricas de poder. Terceiro, as motivações ideológicas da própria prática de análise de discurso crítica, sendo possível para a TCD delimitar um espaço desmistificador da crítica no interior da realidade social.

Para dar conta dessa pauta, inicialmente, apresentamos o percurso cronológico-narrativo de desenvolvimento da abordagem negativa de ideologia, pontuando especificamente os momentos determinantes para a construção conceitual do objeto na TCD. Em seguida, discutimos a ontologia do social de que a teoria lança mão para o investimento na categoria da ideologia em sua proposta de análise crítica. Adiante,

² A respeito da relação entre fetichismo, mercadoria e linguagem, sugerimos as seguintes leituras: Jacques Rancière, em *L'inconscient esthétique* (Galilée, 2001); Slavoj Žižek, em *Menos que nada: Hegel e a sombra do materialismo dialético* (Boitempo, 2013), e Vladimir Safatle, em *Cinismo e falência da crítica* (Boitempo, 2008).

explanamos o modo como a TCD delimita a categoria, quanto a questões de definição, localização nos fatos da linguagem, natureza semiótica e tratamento analítico. Por fim, encerramos nosso debate trazendo à baila alguns aspectos problemáticos em torno da concepção de ideologia na TCD, que merecem atenção cuidadosa para uma reflexão cada vez mais ampliada sobre discurso e poder.

A razão última que motiva este trabalho é argumentar que a ideologia, para além de uma leitura sintomal da realidade, precisa ser pensada em relação aos desafios que o conceito implica no interior dos estudos críticos da linguagem.

2 BREVE ARQUEOLOGIA DA CONCEPÇÃO NEGATIVA DE IDEOLOGIA

Nesta seção, iniciamos nosso debate apresentando o percurso cronológico-narrativo da concepção negativa de ideologia. Nossa intenção, aqui, não é esgotar a história do conceito de ideologia, mas selecionar e narrar aspectos de algumas teorizações acerca da categoria que consideramos relevantes para a compreensão do modo como o termo é apropriado, adiante, pela TCD.

2.1 K. MARX

A abordagem negativa da ideologia conquistou terreno somente a partir dos estudos do filósofo alemão Karl Marx, que, na segunda metade do século XIX, redesenhou o termo dentro de um referencial teórico bastante particular, orientado por um programa político de revolução social, tornando o conceito um instrumental necessário para a análise da sociedade e sua mudança. Familiarizados com diversas entidades e movimentos operários em vários países europeus ocidentais, K. Marx e F. Engels publicaram *A ideologia alemã* (1999), rebatendo a visão positiva de ideologia que L. Feuerbach, B. Bauer e M. Stirner, entre outros hegelianos, defendiam.

Para os autores do materialismo histórico, a crise do mundo ocidental, especialmente na Alemanha, passava ao largo de ser uma batalha de ideias alheias às condições sociais e históricas da vida humana. Desse modo, Marx e Engels empenharam-se para mostrar que a ideologia só pode emergir da divisão do trabalho e da cisão de classes, fundando, assim, o tipo de abordagem negativa de ideologia ou crítica da ideologia, que nos faz compreender o fenômeno ideológico como sendo um compêndio de ideias (resultado do trabalho intelectual, em oposição ao trabalho físico) utilizado para servir às relações de dominação presentes nas sociedades capitalistas.

Marx concedeu a estrutura da sociedade como uma organização constituída por instâncias e níveis, articulados por determinações específicas. Na instância da infraestrutura, encontram-se as unidades das forças produtivas e das relações de produção, em seus distintos níveis. Na instância da superestrutura, encontram-se a lei e o estado, compondo o nível jurídico-político, e as ideologias (as ideias religiosas, éticas, filosóficas, políticas, etc.), compondo o nível ideológico. Por esse diagrama, advoga-se que as ideias, sistematizadas nas ideologias, não se desenvolvem por si mesmas, mas a partir da base de forças e relações de produção da infraestrutura. Ao defenderem,

contrariando o humanismo naturalista de Feuerbach, que a essência humana consiste no conjunto das relações sociais e que estas surgem do trabalho e da intervenção dos homens sobre a natureza, Marx e Engels argumentam que a “produção de ideias, de representações e da consciência está, em primeiro lugar, direta e intimamente ligada à atividade material e ao comércio material dos homens” (MARX; ENGELS, 1999, p. 20).

Quando Marx e Engels definem, nesses termos, que ideologia é consciência falsa da realidade, eles estão afirmando, sobretudo, que ideologia é consciência. Assim, a ideologia é, paradoxalmente, linguagem da vida real e também sua inversão, à medida que, se nela os seres humanos e as suas relações aparecem invertidos, tal como ocorre numa câmera obscura, isso é apenas “o resultado do seu processo de vida histórico, do mesmo modo que a imagem invertida dos objetos que se formam na retina é uma consequência do seu processo de vida diretamente físico” (MARX; ENGELS, 1999, p. 21). Especialmente para Marx, toda formação social surge de um determinado modo de produção dominante, de forma que são os processos de produção que movimentam as forças produtivas, uma vez que a condição elementar da produção é a reprodução das condições de produção (meios de produção, força de trabalho e outras relações). As instituições (tais como igreja, família e escola) têm, pois, a função de assegurar as sujeições às ideologias dominantes, mantendo e naturalizando as condições de produção.

A partir da ruptura que Marx e Engels empreenderam quanto à tradição do pensamento científico, ao fundarem uma ciência da história, com uma nova e ousada forma lógica de produção de conhecimento, o materialismo dialético, os estudos sobre ideologia passaram a compor um importante horizonte para a compreensão da relação entre consciência e realidade (ou entre sujeito e objeto), tão cara à filosofia em particular e às ciências em geral. Essa relação entre percepção/sujeito/consciência, de um lado, e realidade em si, de outro – oposição tal como colocada por Marx, pertencente à engenharia do *modus operandi* da ideologia – só será pesquisada mais densamente anos depois, com o filósofo Louis Althusser, na década de 60 do século XX, momento em que o estruturalismo consolidou-se nas ciências humanas e sociais.

2.2 L. ALTHUSSER

Vimos que, para Marx, a ideologia é um construto ilusório, falso, que tem a realidade como seu oposto, o que implica dizer que verdade e história lhe são externas. Se se parte dessa premissa geral, então, admite-se que, uma vez que as ideologias não correspondem à realidade, embora a elas se refiram efetivamente, é preciso interpretá-las e revelar seus processos de produção, para que se descubra, enfim, a verdade real do mundo, mascarada pela representação imaginária. Esta seria a tarefa da crítica, por excelência. Diante desse quadro, Althusser combate a abordagem da ideologia como falsa consciência da realidade social, definindo-a enquanto dimensão organicamente constituinte das estruturas das sociedades: “as sociedades humanas segregam a ideologia como o elemento e a atmosfera mesma indispensável à sua respiração, à sua vida histórica” (ALTHUSSER, 1985, p. 239).

A primeira lição que extraímos dessa definição é que – enquanto para Marx, nós criamos representações alienadas de nossas reais condições de existência porque tais condições (de trabalho) são alienantes – para Althusser, o que fazemos não é representar tais condições de existência, mas a nossa relação com elas: não são as suas condições reais de existência, seu mundo real que os homens representam na ideologia, “o que nela é representado é, antes de mais nada, a sua relação com as condições reais de existência” (ALTHUSSER, 1985, p. 127). A fronteira entre o real e o imaginário, considerada por Marx uma linha definidora do modo de operação da ideologia pela falsa consciência da realidade, é seriamente rompida por Althusser (1985), com o advento da concepção de prática. Prática, segundo o filósofo, é todo processo de transformação de uma matéria-prima em produto através do trabalho humano realizado por determinados meios de produção. É nesse sentido que a ideologia é compreendida como um nível do modo de produção da sociedade.

Entendamos o raciocínio que Althusser (1985) desenha para nós: presumindo que toda realidade social se constitua a partir de modos de produção dominantes e que, portanto, é o processo mesmo de produção que movimenta as forças produtivas, decorre que a formação da sociedade, ao mesmo tempo em que produz (e para produzir), deve reproduzir as suas condições de produção. Isto não é outra coisa senão o funcionamento mesmo da ideologia. As práticas de (re)produção consistem na materialidade da ideologia (ideologia é prática), uma vez que toda prática existe através de e sob uma ideologia. Quem garante a reprodução das relações de produção, sob formas contraditórias e sobredeterminadas, são os Aparelhos Ideológicos de Estado (AIE). Os AIE referem-se a um certo número de realidades que “se apresentam ao observador imediato sob a forma de instituições distintas e especializadas” (ALTHUSSER, 1970, p. 115), tais como o aparelho ideológico religioso e o familiar, entre outros.

Os AIE distinguem-se dos Aparelhos Repressivos de Estado, uma vez que estes últimos operam geralmente pela violência (visível, física e objetiva) em domínios da vida pública, enquanto os AIE operam pela ideologia, predominantemente, em domínios da vida privada. Diz-se “predominantemente” porque, como bem ressalva o filósofo, os AIE também funcionam pela repressão, disfarçada ou simbólica. O ponto de contato entre ambos os tipos de aparelhos é que os repressivos asseguram a atuação dos ideológicos. Trazendo a noção de prática para pensar essa questão, fica claro, pois, que a unidade dos diferentes aparelhos ideológicos é mantida pelas ideologias dominantes (isto é, ideologias das classes dominantes), pois elas compõem a área de interação, sempre tensa e contraditória, entre os aparelhos repressivos e os aparelhos ideológicos, bem como entre os distintos aparelhos ideológicos.

A materialidade da ideologia na formação simbólica e sobredeterminada das sociedades – materialidade que só existe em aparelhos e em suas práticas regidas por rituais determinados³ - tem como mecanismo de realização o processo discursivo de interpelação (o próprio processo de sujeição), que, em última instância, serve à

³ Por isso, Althusser (1985) prefere falar em teoria da ideologia em geral, em oposição a uma teoria das ideologias particulares, porque aquela está interessada em discutir o mecanismo geral ou universal pelo qual qualquer ideologia opera, isto é, a partir da reprodução das relações materiais de produção.

reprodução das relações de poder da vida social, ao produzir as evidências do sujeito e do sentido. Os AIE prescrevem “práticas materiais reguladas por um ritual material, práticas que existem nos atos materiais de um sujeito” (ALTHUSSER, 1985, p. 92). Nesses termos, Althusser argumenta, a partir da referência à psicanálise lacaniana, que a ideologia opera por uma estrutura de dupla relação especular, posto que “toda ideologia existe pelo sujeito e para o sujeito” (ALTHUSSER, 1985, p. 209). Maneira de dizer que o sujeito é, a um só tempo, o sujeito da ação e o sujeito sujeitado ao Sujeito, ao Outro (que é uma ideologia) como composto por redes de valores e crenças que o interpelam cotidianamente: “toda a ideologia tem um *centro*, o Sujeito Absoluto ocupa o lugar único do centro e interpela, à sua volta, a infinidade dos indivíduos como sujeitos, em uma dupla relação especular” (ALTHUSSER, 1976, p. 118).

A constituição dos sujeitos dá-se, assim, pelos processos simultâneos e necessários de reconhecimento e de desconhecimento. Quando o indivíduo se reconhece como sujeito em e por um discurso – há o reconhecimento mútuo entre os sujeitos e o Sujeito, bem como entre os próprios sujeitos, e há o reconhecimento do sujeito por si mesmo – ele desconhece a sua submissão ao Sujeito, isto é, reconhece-se apenas sob a condição do desconhecimento de sua submissão, sob a condição de que “se os sujeitos reconhecerem o que são e se conduzirem de acordo, tudo irá bem” (ALTHUSSER, 1976, p. 119). A função principal da interpelação é, portanto, a de “conduzir sua auto-sujeição [a do sujeito] ao sistema dominante e, por essa via, assegurar a reprodução social em seu conjunto” (LACLAU, 1979, p. 106).

Embora Althusser tenha inaugurado, na tradição do pensamento crítico, o gesto de conceber a ideologia como prática e de indicar o seu funcionamento por mecanismos simbólico de interpelação, a partir de aparelhos ideológicos e de seus rituais, é somente com o trabalho do filósofo francês Michel Pêcheux que a prática material da ideologia será melhor explorada em sua natureza linguístico-discursiva.

2.3 M. PÊCHEUX

Na década de 70, quando M. Pêcheux, em parceria com o linguista C. Fuchs, aprimora a chamada Análise Automática do Discurso (AAD), à procura de melhor acordar a relação entre os estudos linguísticos e a teoria do discurso e de realizar algumas alterações no quadro epistemológico geral de sua teoria, a AAD avança em sua tarefa crítica: o interesse maior é o modo como os textos significam, em clara oposição ao objetivo da análise de conteúdo, que era o de saber o que os textos querem significar. Para dar conta desta pauta, Pêcheux articula três regiões do conhecimento científico, que servem para sustentar o seu empreendimento quanto a três questões centrais de sua crítica. Primeiro, o referencial teórico-conceitual do materialismo histórico, que serve à ontologia crítica da sociedade de que Pêcheux lança mão para pensar a formação social e a sua transformação. Segundo, o referencial da linguística estruturalista, que serve como teoria de análise dos mecanismos de sintaxe e de enunciação. Terceiro, a teoria do discurso, que serve como referencial conceitual para a compreensão da determinação histórica dos processos de significação. Com mais atenção, podemos notar que a AAD tem como pilares de fundamentação conceitos que foram anteriormente explorados por L. Althusser, sobretudo, sociedade, ideologia e discurso.

Resgatando o ponto de vista de L. Althusser acerca da materialidade da ideologia, Pêcheux tem o propósito de desenvolver uma explicação acerca das condições ideológicas de reprodução/transformação das relações de produção segundo uma teoria materialista do discurso. O autor compreende que esta materialidade é articulada sobre a materialidade econômica. Isso significa dizer que o funcionamento da instância ideológica é determinado pela instância econômica, uma vez que a ideologia aparece “como uma das condições (não-econômicas) da reprodução da base econômica, mais especificamente das relações de produção inerentes a esta base econômica” (PÊCHEUX; FUCHS, 1997, p. 165). Entendendo que tal mecanismo de reprodução opera por processos de interpelação assegurados por AIE, conforme argumenta L. Althusser, Pêcheux (1996) explica que, em determinados momentos da história, a contínua reprodução das relações de classe é rompida quando as classes são marcadas por graves afrontamentos políticos e ideológicos dentro dos AIE’s. Daí a necessidade de se pensar em formações ideológicas (FI).

Uma FI é um conjunto complexo de atitudes e de representações “que não são nem ‘individuais’ nem ‘universais’, mas se relacionam mais ou menos diretamente a *posições de classe* em conflito umas com as outras” (PÊCHEUX; FUCHS, 1997, p. 166, grifo dos autores). Assim, as FI’s são compostas por formações discursivas (FD’s), instâncias sociais e culturais que determinam, em distintos contextos, “*o que pode e deve ser dito*” (PÊCHEUX, 1995, p. 160, grifo do autor). Segundo Pêcheux, a formação ideológica caracteriza o aspecto da luta no interior dos aparelhos de controle, pois diz respeito às forças em confronto na conjuntura ideológica característica de uma formação social em determinado momento (PÊCHEUX; FUCHS, 1997). Nesses termos, o processo de reprodução/transformação deve ser encarado a partir da ideia de que qualquer forma de produção/transformação baseada na luta de classes é intrinsecamente contraditória. Maneira de dizer que não se pode falar em aspectos que contribuem exclusivamente para a reprodução ou exclusivamente para a transformação, dado que a luta de classes atravessa os AIE’s.

Isso significa que não há uma correspondência de um para um entre ideologias e classes (no sentido de que cada classe teria sua própria ideologia) e que os AIE não são a realização ou a expressão de uma ideologia dominante (isto é, ideologia de uma classe dominante) ou de uma ideologia em geral (um tipo de *zeitgeist* imposto *a priori*). Os AIE são, antes, local e meio de realização da dominação: “é através da instauração dos Aparelhos Ideológicos de Estado, em que essa ideologia [a ideologia da classe dominante] é realizada e se realiza, que ela se torna a dominante” (PÊCHEUX, 1996, p. 144). Portanto, os AIE compõem, de modo simultâneo e contraditório, o local e as condições ideológicas da reprodução e da transformação das relações de produção na sociedade.

Nesses termos, faz-se útil pensar a ideologia quanto a formações ideológicas, que se dão regionalmente em distintos domínios (como escola, religião, família) marcados por relações de desigualdade e de subordinação, envolvendo não apenas os objetos ideológicos, mas também seus modos de uso, isto é, suas práticas. As relações de desigualdade e subordinação entre as diferentes regiões dos AIE constituem, pois, a luta ideológica de classes, de tal modo que a transformação das relações de produção só é possível no interior mesmo do complexo em que consistem tais aparelhos, quando se impõem novas relações de desigualdade e subordinação.

Sendo a ideologia, em síntese, a relação entre humanos organizados socialmente, no sentido específico de não ser um fenômeno natural e essencial, o ideológico é eterno, tal como o inconsciente, porque, como este, opera pela ocultação de sua própria existência. Esse mecanismo comum entre o ideológico e o inconsciente, que se dá na formação do sujeito por interpelação, gera, como coloca Pêcheux, as chamadas verdades evidentes. Este é o efeito último da ideologia: a evidência, na produção do sentido e na constituição do sujeito.

Esse caminho de desenvolvimento de visões críticas ou negativas de ideologia, em sua cada vez mais estreita relação com o discurso – tal como revela uma das máximas do Círculo de Bakhtin segundo a qual o signo linguístico é a realidade material por excelência da criação ideológica, uma vez que consiste na arena onde se dão lutas de classe – será problematizado, mais adiante, por J. B. Thompson. Para ao autor, há um elemento importante que, tendo estado na base da concepção marxista de ideologia, perdeu-se na literatura mais recente da teoria social e política, sendo, pois, necessário recuperá-lo: este elemento é o critério de “sustentação das relações de dominação” (THOMPSON, 1995, p. 76). Assim, a questão ideológica passa a ser encarada por meio de uma abordagem crítica ou negativa que dá ênfase a relações e práticas em que o sentido é investido em termos de assimetrias de poder.

2.4 J. B. THOMPSON

A ideologia é “o sentido a serviço do poder” (THOMPSON, 1995, p. 16). Através dela, formas simbólicas tornam-se um “espectro de ações e falas, imagens e textos, que são produzidos por sujeitos e reconhecidos por eles e outros como construtos significativos” (THOMPSON, 1995, p. 79). Assim, para Thompson, as formas simbólicas tornam-se ideológicas apenas quando, em determinados contornos históricos e contingenciais, são mobilizadas em discursos para estabelecer e sustentar relações de dominação e controle.

Já aqui podemos notar que Thompson redescreve a perspectiva marxista de ideologia segundo a forma particular com que o autor reconstrói os pressupostos referentes à associação entre transformação cultural e sociedade industrial moderna, as formas culturais da sociedade moderna: “o desenvolvimento de um conjunto de instituições relacionadas com a produção e com a distribuição massivas de bens simbólicos” (THOMPSON, 1995, p. 113). Para o autor, houve nas últimas décadas um uso generalizado e neutralizado do termo ideologia, que nos fez pensar o conceito relacionado a doutrinas políticas específicas, a regimes políticos isolados ou a determinados sistemas simbólicos. Trata-se de um engano, como argumenta Thompson (1995), que desvia nossa atenção para a verdadeira natureza e papel da ideologia: há variadas maneiras pelas quais as formas simbólicas são utilizadas para estabelecer e sustentar relações de poder em diversos contextos.

O termo ideologia, assim, não deve ser empregado como um conjunto de valores e crenças que submete indivíduos à ordem social, porque o modo como formas simbólicas servem ao poder é muito mais complexo e dinâmico. O que deve ser objeto de

preocupação da crítica é, para Thompson (THOMPSON, 1995, p. 124), examinar “as maneiras como as pessoas localizadas diferencialmente na ordem social respondem e dão sentido a formas simbólicas específicas” e, conseqüentemente, como essas formas simbólicas, analisadas dentro dos contextos de produção, consumo e compreensão, “servem (ou não servem) para estabelecer ou sustentar relações de dominação”.

Há, nessa direção, três aspectos importantes para a recuperação do emprego da ideologia pela teoria social e política. Primeiro, ao enfatizar as relações de poder, o autor rompe com a tese clássica da luta de classes como antagonismo estruturante da sociedade. A preocupação, agora, é mostrar que há outras formas de desigualdade e de exploração a que as ideologias servem, como tensões de gênero e de etnia. Segundo, ao chamar a atenção para as formas simbólicas, o sociólogo evidencia que elas não são representações ou reflexos da realidade, mas elementos constitutivos dela, engajados nos processos de criação e de reprodução de relações e de práticas sociais diversas. Há, ainda, um terceiro aspecto, que fornece tanto um horizonte teórico, pelo qual se compreende a ideologia, quanto uma orientação metodológico-analítica, que sugere examiná-la a partir dos seus modos de operação reiterados nas interações ou quase-interações (THOMPSON, 1995, p. 81).

Quanto a este último aspecto, pode-se falar de mecanismos e estratégias predominantemente empregados nas produções simbólico-discursivas da vida social: i) a legitimação, realizada por meio de estratégias de racionalização, de universalização e de narrativização; ii) a dissimulação, cujas estratégias são a eufemização, o deslocamento e o tropo; iii) a unificação, que consiste na simbolização de coletividades sociais; iv) a fragmentação, possibilitada por recursos de diferença e de expurgo do inimigo, que criam fronteiras entre grupos sociais; e v) a reificação, como modo de naturalizar ou universalizar situações e acontecimentos.

Conceber a ideologia do ponto de vista das lutas de poder, em sua relação com formas simbólicas e com mecanismos discursivos de operação, passa a servir bem aos propósitos de pesquisa da ADC em geral e da TCD em particular, considerando sua agenda de investigação orientada para a mudança social. Para compreendermos de que maneira, então, a TCD investe no objeto da ideologia em sua abordagem crítica, precisamos situar o lugar de onde a teoria, menos por filiações disciplinares que por diálogos, assume uma postura que se possa caracterizar como crítica.

3 A PROPÓSITO DA CRÍTICA: TEORIA CRÍTICA DO DISCURSO E REALISMO CRÍTICO

Longe de supor que a forma crítica possua um percurso bem definido na história intelectual, compreendemos que fazer crítica, como bem lembra M. Foucault (1997) no ensaio *What is Critique?*, é algo que não cessa de se formar, de nascer e renascer pelas veredas da filosofia ou, como diz o autor, no lugar de toda possibilidade de filosofia. Marcada por contingências, lutas por significação e gestos de investimentos e interesses os mais variados, a forma crítica, certamente, pode ser abordada de distintos modos e fins. Tendo em vista que o conceito de ideologia justifica o esforço de crítica empenhado pela

TCD e que toda crítica precede uma ontologia da realidade social e de sua relação com a linguagem como semiose, o caminho que escolhemos neste trabalho para delimitar a forma crítica apresentada pela teoria em foco parte da explanação da conexão conceitual entre realidade e linguagem desenvolvida no Realismo Crítico, cujos princípios ontológicos fundamentam a ADC em geral e a TCD em particular (FAIRCLOUGH; JESSOP; SAYER, 2002).

Para o RC, a realidade social não pode ser concebida pelas ciências como uma entidade imutável, dotada de uma positividade ou literalidade última, nem como totalidade imediata e inteiramente observável, uma vez “as propriedades que tornam sociedades possíveis objetos de conhecimento pressupõem ação humana e mutabilidade” (RAMALHO, 2008, p. 02). Com base nesta premissa, Bhaskar entende que a realidade só pode ser acessada pelo esforço científico através da mediação do conhecimento. Havendo, portanto, uma distinção entre a realidade e o conhecimento acerca dela, temos as seguintes lições extraídas: i) não se conhece tudo o que há, ii) não se pode reduzir o que há ao conhecimento construído a propósito do que existe e iii) a realidade social não é produto direto e imediato das ações dos sujeitos, pois a relação entre estruturas sociais e ações só é possível por processos de mediação ou instanciação, constituídos sincrônica e diacronicamente. Para pensar a realidade social, que consiste irreversivelmente em um sistema aberto, os realistas críticos propõem, então, uma ontologia estratificada do mundo, isto é, o mundo é racionalizado como sendo “estratificado – isto é, estruturado, diferenciado – e mutável” (BHASKAR; CALLINICOS, 2007, p. 98).

Nessa direção, Bhaskar e Callinicos (2007, p. 98) descrevem o sistema aberto da vida social como operado em distintos domínios ontológicos (o real, o actual e o empírico) e em diversos estratos e substratos organizacionais (físico, químico, biológico e semiótico, entre outros). O domínio do real ou potencial abrange tudo o que é possível, considerando a natureza (ao mesmo tempo, de possibilidades e de constrangimentos) das estruturas que compõem a tessitura da realidade social. Segundo Sayer (2000, p. 09), o real consiste no que quer que exista, natural ou social, “independentemente de ser um objeto empírico para nós e de termos uma compreensão adequada de sua natureza”. O domínio do actual ou realizado, por sua vez, engloba o que acontece, através da realização ou efetivação dos poderes e seus efeitos causais. Como esclarece Sayer (2000, p. 10), o actual refere-se ao que acontece “se e quando estes poderes são ativados”, situando-se entre a instância social mais abstrata (a estrutura) e a instância social mais concreta e particular (a ação). O domínio do empírico, por fim, diz respeito ao que conhecemos, àquilo do real e do actual que é experienciado pelos sujeitos.

Os três domínios mencionados funcionam simultaneamente a partir de mecanismos gerativos. Tais mecanismos gerativos consistem em poderes causais, não em relações teleológicas estabelecidas por um tipo de lei determinista ou por uma regularidade necessária, como um julgamento apressado pode supor. A realidade social é tida como governada por mecanismos operacionais, que são os poderes gerativos, de modo tal que as dimensões e os níveis da vida (social e natural, em sua interseção) têm estruturas particulares, que geram (de forma complexa e imprevisível) efeitos através de seus mecanismos de funcionamento. O que se diz com isso é que, dado que o mundo não corresponde ao “espectro de nossos sentidos, sendo idêntico àquilo que experimentamos” (SAYER, 2000, p. 9), nossa capacidade de empiria não consegue esgotar o que existe ou

o que poderia existir. Assim, em vez de confiarmos somente no critério de observabilidade, devemos considerar o critério de causa, como defende Collier (1994), compreendido em termos de efeitos imprevisíveis gerados.

A partir dessa perspectiva, Bhaskar (1989, p. 34), influenciado pela tradição marxista, define sociedade em termos de transformação, ou seja, de uma relação causalmente interdependente ou dual entre estruturas e práticas: a sociedade é, ao mesmo tempo, “condição sempre presente (causa material) e o resultado continuamente reproduzido da agência humana”. Quanto à agência dos sujeitos, tem-se que a práxis é a produção (consciente) e a reprodução (normalmente inconsciente) das condições de produção que constituem a própria sociedade. Observemos que a concepção transformacional de realidade social em Bhaskar aponta para um elemento que se tornará fundamental para a ADC em geral e para a TCD em particular: o conceito de prática social. Motivado por esta inspiração, Fairclough (2003, p. 14) esclarece o consórcio realizado com o RC e a direção por que delimita a concepção tridimensional de realidade social em termos de estruturas, práticas sociais e eventos do seguinte modo: “tanto eventos sociais concretos como estruturas abstratas, assim como as menos abstratas ‘práticas sociais’, são parte da realidade”.

Para Fairclough (2003), o evento social é uma atualização de possibilidades estruturais, pois se trata de acontecimentos particulares, situados social e historicamente, que envolvem sujeitos atuando uns sobre os outros e sobre o mundo em contextos específicos. As estruturas sociais consistem nas condições históricas de fundação ou instituição da vida social, compondo-se por ordens de discurso, que selecionam, regulam e redistribuem discursos, determinando o que pode e o que deve ser dito. A relação entre estruturas e eventos não é, de forma alguma, de simples determinação, mas altamente complexa, dinâmica e dialética. As estruturas sociais definem, relativamente, as possibilidades de realizações nas práticas, que, por sua vez, restringem os eventos. Em contrapartida, ao atuarem e decidirem nos eventos que acontecem, os sujeitos podem, em um movimento dialético, rearticularem práticas e, com o tempo e sob determinados efeitos, estruturas sociais. Entre o evento e a estrutura, há, pois, as práticas sociais, que são “modos habituais, ligados a perspectivas temporais e espaciais específicas, em que os indivíduos aplicam recursos (materiais ou simbólicos) para agirem em conjunto no mundo” (CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999, p. 21).

Assim dispostos estrutura, prática e evento no sistema aberto da vida social, o discurso é considerado, então, a forma de mediação entre a realidade social e a língua. Discurso situa-se na ordem do discurso (FOUCAULT, 1996), que se refere à “totalidade de discursos em uma sociedade ou instituição, à inter-relação entre as práticas sociais, às articulações e rearticulações entre elas” (MAGALHÃES, 2000, p. 91). Uma vez que os discursos são formados por momentos e elementos internalizados e articulados em práticas, é o jogo de articulações e rearticulações que determinam a produção e a transformação de discursos. Este jogo não é outra coisa senão uma luta hegemônica. Precisamente aqui, encontramos o lugar da ideologia na ontologia do social desenhada pela TCD com base no RC: a “hegemonia depende do investimento e do reinvestimento ideológico das convenções discursivas, dos gêneros discursivos e dos estilos” (MAGALHÃES, 2000, p. 91). Logo, ideologia é o termo central para a compreensão e a análise críticas da linguagem em uso no mundo social.

Compreendido o percurso pelo qual a concepção negativa de ideologia veio a se tornar central na TCD e explanada brevemente a ontologia do social de que a teoria lança mão para fundamentar sua forma crítica, passemos, na próxima seção, à apresentação do objeto da ideologia, pontuando os principais aspectos de sua constituição.

4 DELIMITANDO O OBJETO DA IDEOLOGIA NA TEORIA CRÍTICA DO DISCURSO

4.1 DEFINIÇÃO

Na TCD, o conceito de ideologia é fundamentalmente negativo, isto é, relaciona-se aos modos como os sentidos servem para produzir ou manter relações desiguais de poder e controle. Segundo Fairclough (1989, p. 84)⁴, a ideologia está “essencialmente vinculada a relações de poder”, uma vez que se constitui como senso comum e tem como objetivo criar ou sustentar tipos de assimetrias e dominação na vida social. Dessa concepção negativa geral, Fairclough (2001, p. 121) especifica que a ideologia existe somente “nas sociedades caracterizadas por relações de dominação, com base na classe, no gênero social, no grupo cultural, e assim por diante”.

Para a TCD, portanto, os processos ideológicos são concebidos enquanto representações da realidade que são edificadas em várias dimensões das “formas/sentidos das práticas discursivas e que contribuem para a produção, a reprodução ou a transformação das relações de dominação” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 117). Esta forma crítica orienta-se, pois, por uma noção de poder em termos de hegemonia (GRAMSCI, 1971; LACLAU; MOUFFE, 1987), o que define poder como um tipo de aliança ou liderança relativamente instável entre forças diversas. Notemos que há um vínculo estreito entre hegemonia, poder e ideologia: o poder consiste na instauração de uma hegemonia, que, por sua vez, só é possível pela difusão de uma visão ou representação de mundo particular, isto é, uma ideologia, como sendo universal. Nessa direção, a TCD parte de uma concepção de ideologia que é tanto um tipo de vivência espontânea, que só pode ser rompida a partir do esforço intelectual-científico da reflexão, quanto forma discursiva e simbólica de distorção da realidade, contra a qual a crítica deve agir em um movimento de fora para dentro, revelando os processos reais de produção dos sentidos.

4.2 LOCALIZAÇÃO

Situando a ideologia no quadro epistemológico tridimensional do discurso da TCD (o discurso como texto, prática discursiva e prática social), formulado em 1992, Fairclough observa que as práticas discursivas, aquelas que envolvem os processos de produção, de distribuição e de consumo de textos, são formas materiais de ideologia (FAIRCLOUGH, 2001, p. 116). A ideologia é, assim, localizada tanto na macroestrutura social, sob as formas de ordens de discurso⁵, quanto nos eventos discursivos particulares,

⁴ Todas as traduções de originais citados são de nossa autoria.

⁵ As ordens de discurso referem-se aos procedimentos, presentes em toda sociedade, de controle da produção, da seleção, da organização e da (re)distribuição do discurso, com o intuito de “conjurar seus

sob as formas de recursos linguísticos léxico-gramaticais e fonológicos. Observemos, então, que, ao evidenciar que a ideologia é formada também em práticas discursivas, Fairclough (2001, p. 117) está chamando atenção para o fato de que é no interior dessas essas práticas onde a luta ideológica opera-se como uma de suas dimensões constitutivas.

No intervalo de mediação entre as práticas sociais, em escala macrodiscursiva, e os textos, em escala microdiscursiva, as práticas discursivas são tanto lugar de produção de ideologias, quanto espaço de desconstrução de produtos ideológicos. Com tal ênfase, Fairclough (2001) não privilegia a reprodução de ideologias, nem o movimento quase unilateral da estrutura em direção aos eventos. Em vez de focar sobre relações de estabilidade nos processos discursivos, no que diz respeito à questão ideológica, Fairclough prefere pensar esses processos em sua relação com a questão da mudança social.

Pouco tempo depois da publicação de *Language and Power* (originalmente publicado em 1989) e de *Discourse and Social Change* (originalmente publicado em 1992), Fairclough aprofunda o diálogo com a Sociologia, a Ciência Política e a Filosofia, reformulando parte de suas reflexões. Nesse novo contexto, em que o linguista aprofunda a concepção de vida social como sistema aberto, conforme disposto no Realismo Crítico de R. Bhaskar, a episteme crítica do discurso é modificada em alguns pontos. Essa mudança deve-se, especialmente, à recombinação que o autor elabora entre os conceitos de hegemonia, inspirado em A. Gramsci, de prática social e internalização de momentos, em D. Harvey, e de articulação de elementos, em E. Laclau.

A partir de *Discourse in late modernity* (1999) e de *Analysing discourse* (2003), o discurso passa a ser racionalizado como um momento no interior da prática social, não mais como ele mesmo sendo prática social. Práticas sociais são “maneiras habituais [...] pelas quais as pessoas aplicam recursos [...] para agirem sobre o mundo em conjunto” (CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999, p. 21). No movimento de internalização e articulação entre o discurso e os demais momentos das práticas sociais, a saber, o fenômeno mental, a atividade material e as relações sociais, o discurso, enquanto semiose das práticas, é a realização simultânea de modos de agir, de representar e de identificar.

A nova localização do discurso na ontologia do social não alterou a concepção de ideologia. Em vez disso, explorou-se, mais amiúde, o princípio de que as ideologias investem discursos em todas as suas dimensões e que os processos ideológicos “são representações de aspectos do mundo que podem ser apresentados para estabelecer e manter relações de poder, de dominação e de exploração” (FAIRCLOUGH, 2003, p. 218).

4.3 NATUREZA SEMIÓTICA

Com base na definição e localização explicitadas acima, a constituição material da ideologia é concebida segundo algumas características que delimitam a sua natureza semiótica. A primeira característica da ideologia é a sua invisibilidade, pois ela é “mais

poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade.” (FOUCAULT, 1996, p. 8).

PEIXOTO, Maria Eduarda Gonçalves; ALENCAR, Claudiana Nogueira de; FERREIRA, Ruberval. O objeto da ideologia na teoria crítica do discurso. **Linguagem em (Dis)curso** – LemD, Tubarão, SC, v. 18, n. 1, p. 215-233, jan./abr. 2018.

efetiva quando sua ação é menos visível” (FAIRCLOUGH, 1989, p. 85). Isso significa dizer que sua eficácia consiste na naturalização de sentidos (FAIRCLOUGH, 2001, p. 117). Essa propriedade de estabilidade torna a ideologia uma dimensão imprescindível da hegemonia, à medida que “buscar ser hegemônico é tentar universalizar significados particulares, com o intuito de alcançar e de manter a dominação” (FAIRCLOUGH, 2003, p. 59). Pelo caráter estável, automático e (quase) invisível da ideologia, “não se deve pressupor que as pessoas têm consciência das dimensões ideológicas de suas práticas” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 120). Por isso, para o autor, a consciência dos processos ideológicos na realização de determinados discursos é uma crítica (à ideologia): se alguém se torna consciente de um aspecto particular do senso comum que sustenta desigualdades de poder à própria custa, este senso “deixa de ser comum e pode perder a capacidade de manter relações de poder desiguais, isto é, sua capacidade de funcionar ideologicamente” (FAIRCLOUGH, 1989, p. 85)⁶.

A segunda característica da ideologia diz respeito à atuação elementar das produções ideológicas na constituição dos sujeitos, mediante processos de interpelação. Para Fairclough (2003, p. 160), os sujeitos “não são apenas preposicionados na forma como eles participam de eventos sociais e de textos, eles também são agentes sociais”. Assim, o que há são sujeições contraditórias, quando “uma pessoa que opera num quadro institucional único e num único conjunto de práticas é interpelada de várias posições e puxada em direções diferentes” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 121).

A terceira característica da ideologia é a sua eficácia, nas interações comunicativas, como efeito de textos, vinculando-se aos três significados do discurso, quais sejam, representacional, acional e identificacional. As ideologias são representações de aspectos do mundo (e, assim, têm forma em discursos) que criam ou mantêm relações de poder, podendo ser legitimadas em modos de agir (e, portanto, em gêneros que regulam práticas) e inculcadas nas identidades de agentes sociais (e, logo, em estilos). Ainda na concepção tridimensional do discurso, Fairclough (2001, p. 289) já aduzia essa percepção, quando dizia que os principais efeitos ideológicos dos discursos são “sistemas de conhecimento e crença, relações sociais e identidades sociais”.

4.4 TRATAMENTO ANALÍTICO

Esboçadas a definição, a localização e a natureza da ideologia, passemos à discussão de como Fairclough (2003, p. 10) elabora sua proposta metodológica de análise discursiva com foco sobre os processos ideológicos da significação.

Inicialmente, de acordo com a concepção tridimensional do discurso de 1992, a ideologia é encarada como uma dimensão analítica do discurso como prática social, ao lado da hegemonia. Apesar de a ideologia constituir-se nas práticas discursivas, ela é uma categoria analítica da prática social, porque sua investigação tem o objetivo geral de

⁶ Faz-se importante reconhecer que grupos opressores mantêm hierarquias sociais e formas de injustiça precisamente por terem consciência de aspectos do senso comum que sustentam relações desiguais de poder. Em outras palavras, “eles sabem muito bem o que estão fazendo e continuam a fazê-lo.” (ŽIŽEK, 1996, p. 313).

“especificar a natureza da prática social da qual a prática discursiva é uma parte, constituindo a base para explicar por que a prática discursiva é como é, e os seus efeitos sobre a prática social” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 289). Nesse momento inicial da TCD, a análise da ideologia, bem como da hegemonia, é realizada pelo exame i) da matriz social do discurso, que deve especificar de que modo a instância da prática social e discursiva envolve-se com estruturas e relações, ii) das ordens de discurso, com foco sobre as tendências de larga escala, como a democratização e a tecnologização, e iii) dos efeitos ideológicos e políticos do discurso.

Mais recentemente, em conformidade com a ontologia do discurso como modo de agir, de representar e de identificar, a ideologia é tratada como tema de pesquisa social, tal como questões de mudanças de espaço e tempo associadas à globalização, ao hibridismo, à cidadania e ao espaço público (FAIRCLOUGH, 2003, p. 7). No interior do enquadre metodológico-analítico da ADC (FAIRCLOUGH, 1999, p. 60), cujas diretrizes das etapas de pesquisa foram formuladas com base na Crítica Explanatória de Bhaskar (1998) e na Linguística Sistêmico-Funcional (HALLIDAY, 1970, 1994; HALLIDAY; HASAN, 1989), a categoria da ideologia ainda é tratada como instância de análise da prática social, mas considerando o novo lugar do discurso como momento da prática, conforme esclarecemos anteriormente.

Na atual fase de desenvolvimento, a TCD está preocupada, prioritariamente, com a dialética entre o discurso e os outros momentos das práticas sociais particulares, compreendendo o processo de internalização e de articulação, sobretudo, como estratégias de (lutas pelo) poder. Questões de poder não se ligam apenas às práticas particulares, elas estão vinculadas também às instâncias do discurso e da conjuntura social, de maneira que a análise da ideologia contempla as relações entre o momento do discurso de diferentes práticas e as distintas ordens de discurso.

Mapeada a constituição geral do objeto da ideologia na TCD, cabe trazeremos à tona, adiante, alguns aspectos problemáticos em torno do conceito.

5 ASPECTOS PROBLEMÁTICOS DA CONCEPÇÃO DE IDEOLOGIA NA TEORIA CRÍTICA DO DISCURSO

O primeiro problema que trazemos ao debate é a fronteira que a TCD define entre processos ideológicos e produções discursivas, que arrazoa o princípio de que “nem todo discurso é irremediavelmente ideológico” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 121). A TCD parte do princípio de que a natureza material da ideologia nas interações sociais é, parcialmente, instituída discursivamente, embora nem toda produção discursiva envolva, em algum grau, ideologia. Partindo da ideia de que há discursos que não são ideológicos, a TCD encontra um obstáculo em seu baluarte epistemológico. De um lado, tem-se a visão transformacionista da realidade social, do RC, que segue relativamente a tradição do pensamento fenomenológico da filosofia analítica, segundo o qual a realidade existe em si mesma e não pode ser revelada em sua essência e totalidade pela linguagem, pois a consciência dela é sempre um caso de percepção limitada pelos sentidos humanos e por estruturas sociais de racionalidade. De outro lado, tem-se a visão construtivista-

interacionista, presente na teoria pós-estruturalista de E. Laclau e C. Mouffe (1987), cujo caminho de reflexão pós-marxista rompe radicalmente com o racionalismo filosófico ao compreender que a realidade em si já é construída simbolicamente, isto é, ideologicamente através de práticas discursivas articulatórias. Em outras palavras, do ponto de vista do RC, entende-se que a ideologia é uma característica que pode ser ou não investida em um discurso; já do ponto de vista de E. Laclau e C. Mouffe, não há discurso que não seja ideológico, pois a ideologia consiste na própria constituição simbólico-discursiva da realidade.

O segundo aspecto problemático é a relação entre ideologia e formas simbólicas, no sentido de que a noção de ideologia só cabe àquelas formas simbólicas que servem para estabelecer e sustentar relações sistematicamente assimétricas de poder, conforme quer pensar a tradição marxista clássica. Ao conceber a categoria da ideologia nestes termos, a TCD nos possibilita falar de discursos que não estão engajados em lutas de poder por sua criação ou reprodução. A questão que se coloca, aqui, é, se radicalizarmos o conceito de ideologia até o limite de sua coerência, podemos notar que a noção tradicional de ideologia nos faz acreditar que há usos da linguagem imunes ao próprio contexto de tensões e conflitos sociais diversos, isto é, afirma-se que há discursos alheios aos próprios processos de luta hegemônica de instituição simbólica da realidade social, ao se constituírem à margem ou contra determinada forma de poder.

O terceiro aspecto problemático que trazemos à reflexão são as motivações ideológicas da própria prática de análise de discurso crítica, o que tornaria possível para a TCD delimitar um espaço desmistificador da crítica no interior da realidade social. A TCD está preocupada com os tipos de relações desiguais de poder que tornam as sociedades contemporâneas injustas, discriminatórias e perversas, sob distintos aspectos, e, por isso, está interessada na produção de “conhecimento que possa levar a uma mudança emancipatória” (FAIRCLOUGH, 2003, p. 210). Nessa direção, o objeto da ideologia é apropriado na TCD segundo uma leitura sintomal que o reduz a uma instância de análise que acusa as assimetrias presentes na sociedade capitalista, à maneira de um epifenômeno.

Nessa perspectiva, ideologia e crítica possuem, então, naturezas distintas, aliás, opostas. De um lado, a categoria da ideologia indica as formas simbólicas de força hegemônica, que se prestam à reprodução da ordem social e que favorecem determinados segmentos privilegiados na sociedade. De outro lado, a crítica consiste num gesto de intervenção e de contestação, movido pelo desejo de transformar, em alguma medida, o *status quo* de uma realidade social. É em virtude dessa forma simbólica contestatória e desafiadora, a que se refere como crítica, que a TCD projeta a sua prática de análise de discurso interpretativa. Notemos, portanto, que a crítica à ideologia, aqui, é crítica alheia à ideologia, pois a TCD não incorpora a concepção de modo mais amplo e numa situação de análise dentro da qual se poderia reconhecer a crítica mobilizada como não menos ideológica do que aquilo que ela denuncia.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O intuito da discussão empreendida neste artigo foi descrever e discutir o enquadre conceitual de delimitação do objeto da ideologia no interior da Teoria Crítica do Discurso. De acordo com o que aduzimos ao longo deste trabalho, parece cada vez mais pertinente pensar a noção de ideologia como algo mais próximo do complexo processo de fundação simbólica e discursiva da realidade social na dimensão da práxis do que do uso de determinadas formas sógnicas para distorcer a realidade com o propósito de criar ou manter relações de poder. Nenhuma prática de intervenção e de contestação está imune ao componente ideológico, sem o qual a própria instituição simbólica da realidade social se desintegraria.

A denúncia contra o poder não é, portanto, menos ideológica do que o poder denunciado, de tal modo que a emancipação, noção motivadora de toda forma crítica, não deve apontar para a utopia da erradicação do poder, mas para a prática radicalmente crítica de jogos de poder. Disso, podemos concluir que, atualizando as palavras de Laclau (2011, p. 152), se fosse realizável uma eliminação total do poder, através da crítica da ideologia, as relações sociais seriam inteiramente transparentes, a diferença se tornaria impossível e a liberdade seria um termo redundante. Não seria esse o fim mesmo da história? O que a ampliação do conceito de ideologia, que aqui reivindicamos, faz pensar é que a emancipação não quer dizer criar estratégias de eliminação de relações de poder, mas refletir sobre de que poderes nós desejamos nos emancipar e que empoderamentos nós queremos possuir.

REFERÊNCIAS

- ALTHUSSER, L. *Aparelhos Ideológicos de Estado*: notas sobre os aparelhos ideológicos de Estado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.
- _____. *Positions*. Paris: Editions Sociales, 1976.
- _____. *Ideologia e Aparelhos ideológicos de Estado*. Lisboa: Presença, 1970.
- BHASKAR, R. General introduction. In: ARCHER, M.; BHASKAR, R.; COLLIER, A. LAWSON, T.; NORRIE, A. (Org.). *Critical Realism: essencial readings*. London: Routledge, 1998.
- _____. *The possibility of naturalism: a philosophical critique of the contemporary human sciences*. Hemel Hempstead: Harvester Wheatsheaf, 1989.
- BHASKAR, R.; CALLINICOS, A. Marxism and critical realism: a debate. *Journal of Critical Realism*, v. 1, n. 2, p. 89-114, 2007.
- CHOULIARAKI, L.; FAIRCLOUGH, N. *Discourse in late modernity: rethinking critical discourse in analysis*. Edinburgh: Edinburgh University Press, 1999.
- COLLIER, A. *Critical Realism: an introduction to Roy Bhaskar's philosophy*. London: Verson, 1994.
- FAIRCLOUGH, N. *Analysing Discourse: textual analysis for social research*. London: Routledge, 2003.
- _____. *Discurso e mudança social*. Brasília: Editora UnB, 2001.
- _____. *Language and power*. New York: Longman, 1989.
- FAIRCLOUGH, N.; JESSOP, B.; SAYER, A. Critical Realism and Semiosis. *Journal of Critical Realism*, v. 5, n. 1, p. 2-10, 2002.
- FOUCAULT, M. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 1996.
- _____. What is Critique? In: LOTRINGER, S.; HOCHROTH, L. (Org.). *The Politics of Truth*. Tradução de Lysa Hochroth e Catherine Porter. Los Angeles: Semiotext(e), 1997.

- GRAMSCI, A. *Selections from the Prison Notebooks*. London: Lawrence & Wishart, 1971.
- HALLIDAY, M. A. K. *An Introduction to Functional Grammar*. 2 ed. London: Edward Arnold, 1994.
- _____. Language Structure and Language Function. In: LYONS, J. (Ed.) *New Horizons in Linguistics*. Harmondsworth: Penguin Books, 1970.
- HALLIDAY, M.; HASAN, R. *Language Context and Text: aspects of language in a social-semiotic perspective*. 2. ed. Oxford: Oxford University Press, 1989.
- KRESS, G.; FOWLER, R. Interviews. In: FOWLER, R. et al. *Language and control*. London: Routledge & Kegan Paul, 1979.
- LACLAU, E. *Emancipação e diferença*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011.
- _____. *Política e ideologia na teoria marxista*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- LACLAU, E.; MOUFFE, C. *Hegemonía y Estrategía socialista: hacia una radicalización de la democracia*. Madrid: Siglo XXI, 1987.
- MAGALHÃES, I. Teoria crítica do discurso e texto. *Linguagem em (Dis)curso*, v. 4, p. 113-131, 2004.
- _____. O discurso do outro e a identidade da mulher: da colonização à década de 1990. In: BARROS, D. L. (Org.). *Os discursos do descobrimento*. São Paulo: Edusp, 2000.
- MARX, K.; ENGELS, F. *A ideologia alemã*. Edição eletrônica: Ed. Ridendo Castigad Mores, 1999.
- PÊCHEUX, M. O mecanismo do (des)conhecimento ideológico. In: ŽIŽEK, S. (Org.) *Um mapa da ideologia*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.
- _____. *Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1995.
- PÊCHEUX, M.; FUCHS, C. A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas. In: GADET, F.; HAK, T. (Org.) *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.
- SAYER, A. *Realism and Social Science*. London: Sage, 2000.
- THOMPSON, J. B. *Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa*. 2 ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1995.
- RAMALHO, V. Discurso e ideologia na propaganda de medicamentos: um estudo crítico sobre mudanças sociais e discursivas. 2008. 193f. Tese (Doutorado em Linguística). Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade de Brasília, Distrito Federal, 2008.
- ŽIŽEK, S. *Um mapa da ideologia*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

Recebido em: 02/05/17. Aprovado em: 07/12/17.

Title: *The object of ideology in the Critical Theory of Discourse*

Authors: *Maria Eduarda Gonçalves Peixoto; Claudiana Nogueira de Alencar; Ruberval Ferreira*

Abstract: *In the second half of the twentieth century, the concept of ideology gained prominence in critical studies of language. Among the research traditions in the area, Critical Discourse Analysis differs by situating the notion of ideology at the center of its theoretical-analytical approach, especially in the area of Critical Discourse Theory (FAIRCLOUGH, 1989, 2001, 2003; CHOULIARAKI, FAIRCLOUGH, 1999). Thereunto, this paper aims to describe and discuss the conceptual constitution of the object of ideology for theory. The text presents the chronological-narrative course of the critical approach to ideology, the assumptions of the theory, the conception of ideology articulated in the theory and its problematic aspects, revealing some of the challenges that the concept implies in relation to discourse and power.*

Keywords: *Critique. Ideology. Discourse. Challenges.*

Título: *El objeto de la ideología en la Teoría Crítica del Discurso*

Autores: *Maria Eduarda Gonçalves Peixoto; Claudiana Nogueira de Alencar; Ruberval Ferreira*

Resumen: *El concepto de ideología, en la segunda mitad del siglo XX, ha conquistado lugar de despegue en los estudios críticos del lenguaje. Entre las principales tradiciones de investigación en el área, el Análisis del Discurso Crítico, na vertiente de la Teoría Crítica del Discurso (FAIRCLOUGH, 1989, 2001, 2003; CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999), se particulariza al situar la noción de ideología en el centro de su emprendimiento teórico-analítico. Basado en ello, este trabajo tiene el objetivo de describir y discutir la constitución conceptual del objeto de la ideología en el interior de la teoría. Así se presentan el recorrido cronológico y narrativo del abordaje crítico de ideología, los supuestos de la teoría en foco, la concepción de ideología articulada y sus aspectos problemáticos, trayendo para la discusión algunos desafíos que el concepto implica cuánto la relación entre discurso y poder.*

Palabras clave: *Crítica. Ideología. Discurso. Desafíos.*



Este texto está licenciado com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1982-4017-180113-8917>

ENSAIO SOBRE A VOZ

Daiane Neumann*

**Universidade Federal de Pelotas
Centro de Letras e Comunicação
Pelotas, RS, Brasil**

***Resumo:** O presente artigo trata de uma temática pouco considerada e discutida nos estudos da linguagem, qual seja, a voz. Para fazê-lo, lança mão de reflexões propostas acerca da construção do objeto voz em diferentes perspectivas teóricas e em diferentes campos do conhecimento. O objetivo de fazer a passagem por diferentes concepções de voz é buscar elucidar a concepção de linguagem que subjaz a cada uma delas. Por fim, através da alteração do ponto de vista acerca da linguagem, é apresentada a proposta de uma antropologia histórica da voz, ancorada no projeto de uma antropologia histórica da linguagem, apresentado em Meschonnic (1982/2009).*

***Palavras-chave:** Voz. Linguagem. Antropologia histórica da voz.*

1 INTRODUÇÃO

No presente artigo, dedico-me a refletir acerca de uma temática que foi pouco discutida e, conseqüentemente, negligenciada nos debates que se circunscrevem aos estudos da linguagem, qual seja, a voz.

Essa temática esteve presente em diferentes campos de estudos, conforme será percebido ao longo do texto, na filosofia, nos estudos da linguagem, nos estudos literários. No entanto, mesmo quando se elege a voz como objeto de investigação dentro dos estudos da linguagem, as discussões e reflexões não se circunscrevem apenas a esse domínio, mas fazem interfaces com outros campos de estudo, como é o caso de Fónagy (1983), que observa a voz sob a perspectiva cotidiana, artística, psicopatológica e ontogenética, e de Parret (2002), que o faz sob a perspectiva da semiótica, da psicologia da percepção, da retórica, da musicologia.

Decorre desse tratamento interdisciplinar do elemento da voz a necessidade de partir das discussões de outros domínios do conhecimento, e mesmo das discussões através de interfaces, nos estudos da linguagem, para que se possa propor uma nova abordagem, um novo conceito de voz, a partir da perspectiva a que este trabalho se filia.

De acordo com Meschonnic (1989/2006, p. 56-57), "l'idée que vous avez du langage est votre portrait", ou seja, a visão de linguagem que sustentamos é o nosso retrato, não somente porque mostra o que pensamos sobre língua/linguagem, mas também a nossa concepção de sujeito, de subjetividade, da relação entre subjetividades, da relação

* Professora do curso de Letras e do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Pelotas. E-mail: daiane_neumann@hotmail.com

do homem com a língua, com ele mesmo, com o outro, com o mundo, com a cultura, com a sociedade.

Partindo dessa premissa, discutirei, neste artigo, acerca de diferentes abordagens para o tema da voz, buscando observar a concepção de linguagem que subjaz a cada uma delas, para, ao final, levantar considerações basilares e de cunho teórico que estariam envolvidas na elaboração de uma noção de voz que considere a linguagem a partir do ponto de vista de uma antropologia histórica¹.

2 A VOZ FENOMENOLÓGICA

Jacques Derrida, em *La voix et le phénomène*, publicado pela primeira vez em 1967, propõe-se a discutir sobre a voz. Dessa forma, o filósofo, ao retomar a reflexão apresentada pela fenomenologia de Husserl, introduz a voz como o lugar do "privilégio da presença como consciência" (DERRIDA, 1994, p. 23). A fala viva, a espiritualidade do sopro como *phoné* seria o elemento da significação ou a substância da expressão que preservaria melhor ao mesmo tempo a identidade e a presença viva sob todas suas formas.

Existiria, segundo Derrida (1994), um esforço tenaz, oblíquo e laborioso da fenomenologia para conservar a fala, para afirmar a ligação de essência entre o *logos* e a *phoné*. No entanto, no privilégio da consciência estaria a possibilidade da viva voz. Ou seja, seria na voz fenomenológica que o filósofo reconheceria uma afinidade de origem com o *logos* em geral, e não na substância sonora ou na voz física.

A voz fenomenológica é, então, concebida como a voz em sua "carne transcendental" (1994, p. 23), como o sopro, a animação intencional que transforma o corpo da palavra em carne. A voz fenomenológica seria, assim, "esta carne espiritual que continua a falar e a estar presente a si – a ouvir-se – na ausência do mundo" (1994, p. 23).

Mesmo tendo Husserl pretendido manter uma origem silenciosa, "pré-expressiva", do vivido, Derrida mostra que a consciência de si só apareceria na sua relação com um objeto cuja presença poderia ser mantida e repetida, e que essa consciência de si não seria jamais perfeitamente estrangeira ou anterior à possibilidade da linguagem. Em Derrida, é cada vez mais difícil discernir o elemento da consciência do elemento da linguagem.

Para Derrida (1994), a voz não exigiria a intervenção de nenhuma superfície determinada no mundo, se produziria no mundo como autoafecção pura, seria uma substância significante absolutamente disponível. Essa autoafecção pura seria, para o filósofo, a possibilidade da "subjatividade" ou do "para-si". A voz suporia, na profundidade da unidade o som e a *phoné* – o primeiro está no mundo, a segunda é concebida no sentido fenomenológico. Essa unidade de som e de voz é que permitiria a esta última se produzir no mundo como autoafecção pura. Esta instância escaparia à distinção entre a intramundanidade e a transcendentalidade e, ao mesmo tempo, tornaria tal autoafecção possível.

¹ A problemática de uma antropologia histórica da linguagem encontra-se discutida na obra do poeta, linguista e tradutor Henri Meschonnic. Essa problemática, conforme pontua Trabant (2005), constitui-se a partir do pensamento de Wilhelm von Humboldt, Ferdinand de Saussure e Émile Benveniste.

Disso decorre que falar a alguém seria se ouvir falar, ouvir a si mesmo; ao mesmo tempo que, se somos ouvidos pelo outro, este repete imediatamente em si o ouvir-falar na forma mesma como eu o produzi. Ele reproduz a autoafecção pura sem o recurso a uma exterioridade. Essa possibilidade de reprodução ocorre como o fenômeno de uma matriz ou de um poder sem limite sobre o significante, que tem a forma da não exterioridade. Segundo Derrida (1994), na essência teleológica da fala, idealmente, seria possível que o significante fosse absolutamente próximo do significado visado pela intuição e guiasse o querer-dizer. Esse significante se tornaria diáfano em razão da proximidade absoluta do significado.

Essa autoafecção como operação da voz suporia uma diferença pura que dividiria a presença em si e na qual se enraizaria a possibilidade de tudo o que se crê poder excluir da autoafecção: o espaço, o fora, o mundo, o corpo, etc. Nenhuma redução transcendental pura seria possível, ao se admitir que a autoafecção seria a condição da presença em si. No entanto, seria necessário passar por ela, a fim de alcançar a diferença o mais próximo dela mesma. Não se trataria de alcançar sua identidade, sua pureza, sua origem, mas sim o movimento da diferença.

A crítica derridiana à categoria da presença, segundo Cavarero (2011), tem um espectro muito vasto, no qual se inserem a presença do objeto, a presença do sentido à consciência, a presença a si na palavra dita viva e na autoconsciência. Dessa forma, para a filósofa, tal crítica compreende tanto os sistemas de inspiração platônica centrados no objeto (o ser, a ideia, a forma original), como as filosofias modernas centradas no sujeito (consciência, autoconsciência). Contudo, devido a seu interesse por Husserl, Derrida privilegiaria o âmbito inteiramente moderno do sujeito, no qual a evidência do fundamento corresponde a uma forma imediata da presença a si que vê como protagonista a consciência pura.

Derrida estaria trabalhando, assim, com um conceito solipsístico de subjetividade de consciência. Tratar-se-ia, segundo a filósofa, tal como em Descartes, de uma subjetividade toda dobrada sobre si mesma, fechada e autorreferencial, que não tem necessidade de nenhum mundo exterior para fundar o regime de verdade. Portanto, o exercício da palavra acaba por ser entendido como um ouvir-se falar ou como um solilóquio, quase como se os seres humanos abrissem a boca para falar a si mesmos ou, quando falassem a outros, prestassem atenção no que dizem eles mesmos, e não no que dizem os outros. O diálogo se tornaria praticamente uma duplicação de monólogos.

Da mesma maneira, em Derrida, a constituição de uma subjetividade não depende de uma intersubjetividade. Ou seja, o "eu" não necessita de um "tu" para existir, não necessita de um interlocutor, de uma sociedade. Embora Derrida reconheça que a consciência de si e, conseqüentemente, a constituição de objetos ideais não seriam jamais perfeitamente estrangeiros ou anteriores à possibilidade de linguagem, o filósofo não reconhece que a constituição dos sujeitos e, conseqüentemente, da subjetividade, bem como da intersubjetividade, se dê na e pela linguagem. Não há, dessa forma, uma distinção entre o homem e o sujeito da linguagem. Tais posições levam à constatação de que sujeito e sociedade são concebidos em relação de oposição.

Ainda no domínio da filosofia, Adriana Cavarero discute sobre a voz a partir da concepção desta como ontologia vocálica da unicidade. Essa discussão será objeto da próxima seção.

3 A VOZ COMO ONTOLOGIA VOCÁLICA DA UNICIDADE

Em 2003, Adriana Cavarero publica *A più voci: filosofia dell'espressione vocale*, obra que foi traduzida no Brasil em 2011, e tem como título *Vozes plurais: filosofia da expressão vocal*. Em tal reflexão, a autora busca pensar a relação entre a voz e a palavra como uma relação de unicidade que, mesmo soando principalmente na voz que ainda não é palavra, continua a ressoar na palavra a que a voz humana é constitutivamente destinada.

Para Flavio Terrigno Barbeitas, que escreve a apresentação da tradução brasileira da obra, Cavarero enfrenta o tema da voz naquilo que ela possui de mais valioso, o fato de que cada voz é única, singular, capaz justamente de desvelar o ser também único em carne e osso que a emite. A filósofa estaria, assim, voltando-se contra a prática tradicional que, em proveito de abstrações, sempre relegou a um plano absolutamente secundário a existência encarnada, única, singular e irreproduzível daquilo que, nas palavras de Barbeitas, "cada um de nós efetivamente é" (2011, p. 9)

A prevenção ao sonoro fazia parte do próprio léxico utilizado por Platão para dar forma à noção de saber e de conhecimento teórico, na maioria das vezes derivado da visão e a ele sempre referido. Cavarero (2011) mostra que a desconfiança em relação à sonoridade se espalha por seus diálogos com o propósito claro de garantir a supremacia de um *logos* fundado na clareza do conceito contra os efeitos não só diversivos como perigosos de uma palavra misturada ao som. Essa seria, para a filósofa, a principal razão para a célebre expulsão do poeta da cidade, na República.

A liberdade de combinação de palavras, mesmo que comprovada, não seria para a autora um indício suficiente da unicidade de quem fala. No entanto, mesmo que as palavras pronunciadas fossem as mesmas, a voz seria sempre diversa de outras vozes. O prazer, portanto, de dar forma própria às ondas sonoras faria parte da autorrevelação vocálica.

A voz, mais do que revelar, comunicaria precisamente a unicidade verdadeira, vital e perceptível de quem a emite. Assim, uma voz única não sinalizaria nada além de si mesma. Ela comunicaria os dados da existência: a unicidade e a condição relacional, mas também a diferença sexual e a idade.

A postura teórica de Cavarero se contrapõe a uma filosofia tradicional que renega a singularidade, a unicidade, a irrepetibilidade para buscar abstrações generalizadoras que possam resultar em classificações e regularidades. Ademais, a filósofa ressalta que foi imperativo a Platão, a fim de garantir a supremacia do *logos* fundado na clareza do conceito, a desconfiança em relação à sonoridade. O elemento da voz, da sonoridade, transforma-se assim naquele que é responsável pelo elemento da singularidade da unicidade.

A filósofa faz uma crítica à linguística ao afirmar que a "voz – estudada na perspectiva da linguagem e, ainda mais, numa perspectiva que entende a linguagem como

sistema – torna-se a esfera geral das articulações sonoras na qual a unicidade do som é, paradoxalmente, aquilo que *não* soa" (2011, p. 95). Dessa forma, a linguagem concebida como código aspiraria ao universal e, conseqüentemente, tornaria imceptível na voz o próprio da voz, pois "a unicidade plural das vozes não passa pelo filtro metodológico do ouvido linguístico" (2011, p. 25).

No entanto, é exatamente no trabalho de um linguista, Émile Benveniste, que se pode buscar sustentação para pensar a singularidade da voz, na medida em que ele se opõe, ainda em meados do século XX, a um modelo de ciência que busca classificações, regularidades, e propõe que se pense a linguagem a partir da perspectiva do sentido, do singular, do único, do particular.

Apesar de a filósofa italiana citar Benveniste ao final do capítulo 6, intitulado *A voz e a linguagem*, ao dizer que "[...] a relação entre as ideias, a sua originária conexão 'harmônica' funda o princípio relacional que opera em qualquer nível de um *logos* entendido benvenistianamente – como estrutura em que cada elemento recebe a sua razão de ser do todo que ajude a compor" (2011, p. 82), parece estar limitada a uma leitura estruturalista da obra do linguista. Claramente, não reconhece em Benveniste a potencialidade para discutir questões de linguagem, e não apenas de língua enquanto sistema, e para pensar o discurso em sua singularidade, unicidade, particularidade.

Em "Semiologia da língua", Benveniste apresenta uma distinção entre o que denominou mundo semântico e mundo semiótico. O domínio semiótico seria aquele que "designa o modo de significação que é próprio do SIGNO linguístico e que o constitui como unidade" (BENVENISTE, 2006a, p. 64), já no domínio semântico "entramos no modo específico da significância que é engendrado pelo DISCURSO" (BENVENISTE, 2006a, p. 65). Dessa forma, um pensamento da individuação, do singular, do particular só pode recusar o signo que "existe em si, funda a realidade da língua, mas [...] não encontra aplicações particulares", enquanto a frase, "expressão do semântico, não é *senão* particular" (BENVENISTE, 2006b, p. 230).

Na constatação feita por Cavarero de que os estudos linguísticos ligados ao domínio do semiótico não dão conta da unicidade plural da voz, é bastante importante que se observe que estudar a voz não significa necessariamente considerá-la apenas como som, mas sim, e principalmente, em seu caráter singular, único, particular, o que só pode ser feito, em uma perspectiva benvenistianiana, ao pensá-la a partir do domínio semântico, ou seja, do discurso, onde há espaço para a constituição de subjetividades. Prova disso é que a linguística trata dos sons da língua, contudo, isso não significa que se dedique ao estudo da voz. Conforme lembra Parret (2002), a voz é o lugar da alteridade radical. À voz está, assim, muito mais arraigado o pensar a subjetividade, a unicidade, o particular, do que propriamente o som.

Meschonnic (1982/2009) considera que a voz é o elemento mais pessoal e mais íntimo, assim como o sujeito, é imediatamente atravessado por tudo o que faz uma época. Dessa forma, a voz e seu discurso, o discurso e a sua voz são juntos o significante e o significado do signo, são concebidos como necessários um ao outro.

Ao fazer uma investigação sobre a ontologia da voz, Cavarero (2011) afirma que o âmbito da voz seria constitutivamente mais amplo do que o da palavra, na medida em que o excederia, e que um dos vícios capitais do logocentrismo seria reduzir esse excedente à

insensatez. Assim, a filósofa busca pensar a relação entre voz e palavra como uma relação de unicidade que, mesmo soando principalmente na voz que ainda não é palavra, continuaria a ressoar na palavra a que a voz humana é constitutivamente destinada. De acordo com tal proposta, o sentido transitaria da esfera acústica à palavra; nele, comunicar-se-ia, acima de tudo, para além de conteúdos específicos que as palavras comunicam, a racionalidade acústica, empírica e material das vozes singulares.

Em tal reflexão de Cavarero, podemos perceber que sua discussão perpassa a relação especificamente entre voz e língua, enquanto sistema de signos, e não entre voz e linguagem², entre voz e discurso. A voz concebida em sua indissociabilidade com o discurso jamais poderia ser pensada fora da linguagem, pois, conforme postula Benveniste (2005a, p. 48), "o homem não nasce dentro da natureza mas dentro da cultura", dessa forma, "a linguagem está na natureza do homem, que não a fabricou" (2005b, p. 285), o que nos leva à constatação de que "não atingimos nunca o homem separado da linguagem e não o vemos nunca inventando-a", "é um homem falando que encontramos no mundo, um homem falando com outro homem, e a linguagem ensina a própria definição de homem" (2005b, p. 285).

Cavarero (2011), ao tematizar o primado da voz em relação à palavra, apresenta uma perspectiva que não somente pode focalizar uma forma primária e radical de relação ainda não capturada pela ordem da linguagem, mas que tem capacidade de determiná-la como relação entre unicidades. Ou seja, a filósofa italiana percebe que há algo na voz que escapa à ordem da língua, o que foi denominado "unicidade". Em uma perspectiva benvenistiana, poderíamos dizer que essa "unicidade" está ligada à subjetividade, que somente poderia ser observada, analisada, a partir de uma perspectiva que pensa a voz em relação ao discurso, a voz e a linguagem, a partir do que foi denominado por Meschonnic (2008) "semântico sem semiótico".

O ponto de vista adotado por Cavarero para refletir sobre a voz rompe com a tradição metafísica que continua interessada em insistir sobre o *quê* do dito e não sobre o *quem* do dizer. Assim, a filósofa se opõe à ideia de que não seria essencial pensar que as palavras de uma língua remetam ao homem que fala.

Tal preocupação também encontra-se na obra de Benveniste, em especial, quando este diz que "é o ato mesmo de produzir um enunciado, e não o texto do enunciado, que é nosso objeto" (2006c, p. 82). Segundo Dessons (2006), quando Benveniste fala de subjetivação se situa sobre o plano geral da linguagem, onde convém que se situe para construir uma antropologia. Dessa forma, "o plano da enunciação é o lugar legítimo, não aquele do enunciado e de seu emprego de formas linguísticas"³ (p. 170). Em Meschonnic, da mesma forma, conforme postula Dessons (*apud* MESHONNIC, p.137), o ritmo "é o fazer no interior do dizer, organização da enunciação, mais ainda do que do enunciado"⁴.

² Utilizo *linguagem* aqui em contraposição a *língua*, concebendo-a enquanto discurso, composta pelo domínio semântico e semiótico, em termos benvenistianos.

³ Tradução minha; no original, lê-se: [...] le plan de l'énonciation est le lieu légitime, pas celui de l'énoncé et de son emploi des formes linguistiques.

⁴ Tadução minha; no original, lê-se: [...] est le faire à l'intérieur du dire, organisation de l'énonciation, plus encore que de l'énoncé.

Faz-se, no entanto, importante ressaltar que para Benveniste, assim como para Meschonnic, devido à concepção de linguagem que dá sustentação a seus trabalhos, o interrogar-se sobre o *quem* do dizer remete ao sujeito da enunciação, em Benveniste, e ao sujeito do poema, em Meschonnic, não ao homem que fala como em Levinas e Cavareiro. Para Meschonnic (1982/2009), de Saussure e Benveniste parte uma antropologia histórica da linguagem, o que significa dizer que a linguagem é constituidora dos sujeitos, da sociedade, da cultura. A linguagem é fundante, porque é arbitrária, ela cria o mundo, e não o reflete. Assim, observar o *quem* da enunciação é observar o sujeito da enunciação, do poema, construídos *na e pela* linguagem.

A discussão acerca da voz também permeou trabalhos dentro do domínio dos estudos da linguagem. Refletir acerca da proposta de Fónagy, em *La vive voix*, é o que farei a seguir.

4 A VOZ E O DISCURSO EMOTIVO

Roman Jakobson, ao prefaciар a obra *La vive voix*, afirma que o mérito de Fónagy estaria em contrabalancear, através de uma investigação do discurso emotivo, o estudo do discurso cognitivo e de suas transformações mitopoéticas. Dessa forma, Fónagy daria um passo decisivo em relação à investigação das sensações motoras das expressões emotivas.

Na obra *La vive voix*, Fónagy propõe que o princípio da condensação inerente à comunicação à viva voz supõe a distorção de uma mensagem linguística primária. Antes de ser anárquica, essa distorção se conformaria às regras estritas e relativamente simples, que seriam diferentes, contudo, daquelas que engendram os fonemas. Dessa forma, a codificação secundária consistiria em uma deformação semiótica, significativa, de uma mensagem primária. Seria, assim, uma tarefa de um modulador que não está incorporado à gramática.

A informação estética não estaria ligada, assim, a um repertório universal, ela teria um caráter pessoal, na medida em que o ponto de vista estético "não tem o caráter de intencionalidade, ele determina, na verdade, os estados interiores", "a informação estética é específica do canal que a transmite" (MOLES⁵ apud FÓNAGY, 1983, p. 20), não seria, pois, traduzível. No entanto, apesar de seu caráter motivado, as mensagens sonoras, gestuais não escapariam às convenções.

De acordo com Bühler (apud FÓNAGY, 1983, p. 23), "cada fonema deixa margem às realizações possíveis, e é em todas essas margens que pode se elaborar a pintura sonora"⁶. Assim, o estilo verbal consistiria em uma série de manipulações de sequências de sons da acentuação, da entonação, da distribuição de pausas, da ordem dos elementos significativos e transformação do sentido dos signos lexicais e gramaticais nos quais estão incluídos também os signos de pontuação.

⁵ Abraham Moles, *Théorie de l'information* [1958], 1972, p. 133-135, 195 et s.

⁶ Tradução minha; no original, lê-se: "chaque phonème [...] laisse une certaine marge aux réalisations possibles, et c'est dans toutes ces marges que peut s'élaborer la peinture sonore."

À concepção de voz apresentada por Fónagy, é preciso destacar, subjaz a concepção de língua enquanto estrutura. Trata-se de uma reflexão que propõe a lógica do descontínuo, que observa a língua sob a perspectiva de oposição entre som e sentido, postulando que este último é acrescentado, justaposto ao som ou mesmo a um sentido já estabelecido anteriormente.

Ao considerar o estudo da língua no domínio do discurso, do contínuo, cumpre romper com a oposição entre som e sentido, conforme Meschonnic (1989/2006, p. 23):

O discurso é um escândalo, porque ele rompe com a oposição entre o som e o sentido. O escândalo do sentido é a forma. É o som. Essa separação dada por natural entre o som que não tem sentido, e o sentido incarnado em um som. No entanto, a linguagem como matéria da história faz quebrar este círculo⁷.

A história do pensamento da linguagem propõe uma separação entre a história do som e a história do sentido. Embora tenha havido tentativas de associar tais elementos, a história de tal associação não seria mais do que a história de sua separação, como constata Meschonnic (1989/2006). Falar do som, nos estudos da linguagem, suporia uma dualidade, heterogeneidade entre o som e o sentido. Falar de sentido não seria diferente, na medida em que se trata de duas faces de uma mesma dualidade.

O que se percebe na história de tal associação é o pensar o som mais o sentido, o sentido mais o som; contudo, ao conceber o estudo da linguagem a partir do contínuo do discurso, o que se constata é que o "movimento de significar tem seu corpo, seus gestos, sua voz, sua história"⁸ (1989/2006, p. 57). Não se trata mais do som e do sentido, trata-se de um homem, uma mulher realmente falando, "não lhe saem mais da boca as categorias da língua, que deixam sempre um estranho resíduo, mas você é discurso e prosódia por inteiro. O infinito do dizer. O fundo do quadro também mudou. Seu retrato em linguagem o pinta como um mundo."⁹ (1989/2006, p. 57).

A consequência de conceber a linguagem como estrutura, em Fónagy, é que se considera que existiriam níveis de acentuação, níveis de produção de sentido, como se este último pudesse ser acrescentado em camadas e como se a produção de sentidos não fosse transversal à linguagem, ao discurso. Quando se adota, no entanto, o ponto de vista do contínuo, do discurso, percebe-se que a entonação, ao mesmo tempo que é fonológica, é também aquilo que escutamos do sujeito na linguagem. É, de acordo com Meschonnic (1989/2006), sua presença, seu modo de intervenção, que porta, engloba, transborda, e também pode contradizer o sentido das palavras. Não se trataria, portanto, somente da emoção, aí entraria a relação do sujeito com sua psique, sua história. A voz seria, assim, mais que uma simples portadora de palavras, que um órgão de fala.

⁷ "Le discours est un scandale, parce qu'il ronge l'opposition entre le son et le sens. Le scandale du sens, c'est la forme. C'est le son. Cette séparation donné pour une nature, entre le son qui n'a pas de sens, et le sens incarné dans un son. Pourtant, le langage comme matière de l'histoire fait craquer ce cercle."

⁸ Tradução minha; no original, lê-se: "[...] mouvement de signifier a votre corps, vos gestes, votre voix, votre histoire."

⁹ Tradução minha; no original, lê-se: "Il ne vous sort plus de la bouche les catégories de la langue, qui laissent toujours un drôle de résidu, mais tout entier vous êtes discours et prosodie. L'infini du dire. Le fond du tableau aussi a changé. Votre portrait en langage vous peint comme un monde."

Ao discutir a voz na produção artística, Fónagy (1983) afirma que a entonação obedeceria a leis assimiláveis àquelas que regem as formas musicais. Essa interpretação ultrapassaria, portanto, a sua função inicial de transmitir, de modo inteligível a todos, as experiências e, antes de tudo, os sentimentos. Para o teórico, ao distanciar-se da fala de todos os dias e reaproximar-se da música, tal entonação, longe de empobrecer, enriquecer a mensagem, acrescentaria meios de expressão musical às possibilidades de expressão linguística.

Assim, a voz evocaria uma linguagem pré-linguística e translinguística. A musicalidade seria independente da regularidade das vibrações, da musicalidade no sentido técnico do termo, o que significa que os versos de um poema, por exemplo, seriam musicais em um sentido mais largo e mais profundo, em que até mesmo o sussurro ou a ausência de musicalidade física se tornariam expressões "musicais" não verbais de conteúdos pré-conceituais que escapam à língua e que se exprimem em geral com a ajuda da música vocal e instrumental.

Essa reflexão de Fónagy carece, no entanto, de atentar para aquilo que discute Benveniste, no texto "Semiologia da língua", em *Problemas de lingüística geral II*, quando, ao buscar compreender o funcionamento do sistema da língua, o faz a partir da relação, da comparação com outros sistemas semióticos, e percebe que as unidades de cada sistema são diferentes, justamente e porque as leis que as regem são leis que emanam do sistema. Dessa forma, as leis que regem as formas musicais desconhecem inevitavelmente a especificidade da linguagem, que não vem e não pode vir da música. Conforme nos lembra Meschonnic (1982/2009, p.126), a aproximação e a associação da música com a poesia "*dessemantiza* o discurso, retira a linguagem dela mesma"¹⁰.

Ainda observando o que se pensou acerca da voz dentro do domínio dos estudos da linguagem, abordo na seção seguinte a discussão proposta por Parret (2002).

5 A ESTÉTICA DA VOZ

Em *La voix et son temps*, Herman Parret observa que a voz, considerada uma "matéria" sem estrutura, já que representa a pura variabilidade, foi desconsiderada pelos estudos da linguística estrutural. Segundo o teórico, o termo voz não aparece uma só vez nos *Princípios de fonologia* de Troubetzkoy, obra considerada a bíblia da fonologia estrutural. Os grandes estruturalistas como Jakobson, Hjelmslev, Troubetzkoy, seriam solidários quanto a esse colocar entre parênteses a voz, e não hesitariam em tomar Saussure para sustentar seu ponto de vista.

Conforme Parret (2002), para o Saussure "oficial", a voz, enquanto substância positiva, substrato sólido da fala, não se transformaria em signo linguístico. Ademais, a eliminação da voz seria mesmo a condição de possibilidade para que a nova ciência, a semiologia estrutural, pudesse ser introduzida. O vocal seria o lugar da alteridade radical; e o "triunfo do binarismo", para utilizar a expressão de Parret, em *Principes de phonologie* (1939) de Troubetzkoy e em *Fundamentals of Language* (1956) de Roman Jakobson aniquilaria a voz.

¹⁰ Tradução minha; no original, lê-se: "*Desémantise* le discours, retire le langage à lui-même."

É no Saussure "noturno" que Parret (2002) se ancora para pensar uma esfera qualitativa da voz. Segundo o autor, há nos *Manuscritos de Harvard* uma discussão acerca da esfera qualitativa sobre a qual ganham forma as semelhanças, identidades e diferenças, como as saliências. Essa esfera seria física; o físico seria a esfera, o ambiente, o horizonte acústico. A fonética semiológica seria uma psicoacústica. Saussure pareceria ainda sugerir que haveria um alcance qualitativo da sonoridade pelo ouvido, em que o ambiente físico seria copercebido como o contexto de "l'analysandum" (semelhanças, identidades, diferenças). Dessa forma, tomar um som como um valor seria contextualizar o "analysandum" acústico.

Parret (2002) resgata, ainda, a discussão feita por Aristóteles sobre a voz, em que o filósofo postula que a voz enraíza o homem na animalidade ao mesmo tempo que constitui uma ruptura radical com o mundo animal, pois o homem e o animal teriam em comum o poder de exprimir a dor e o prazer pelo som de sua voz, no entanto, somente o homem poderia enunciar o que é útil e nocivo e, conseqüentemente, o que é justo e o que é injusto.

Para Aristóteles, à voz se imporia uma restrição semântico-cognitiva, ou seja, a voz porta, além de suas qualidades intrínsecas, representações semânticas que não são ainda necessariamente significados de palavras ou outras sequências discursivas. Ela evocaria, também, uma certa beleza, onde a concordância entre a voz e o ouvido seria eufônica, sinfônica.

Partindo de tal reflexão, Parret (2002) postula que a significância residiria antes no que há de musical na voz, em sua tonalidade, em sua cor e em seu timbre, no seu espasmo rítmico. A voz seria uma parte do corpo que transcorre, uma parte do corpo se separando, o corpo em evanescência.

Assim, partindo dessa relação entre o corpo e a voz, o autor discute sobre o que chamou de "a voz antes da linguagem", o balúcio, o grito, o soluço, o gemido; "a voz-fala" e a "voz depois da linguagem", o canto, essencialmente.

Interessa à abordagem fenomenológica da qualidade vocal, de acordo com Parret (2002), a terminologia impressionista, ou seja, as etiquetas impressionistas da voz, na linguagem cotidiana, que se referem a três traços: aos traços segmentais, aos traços que se referem ao dinamismo vocal e aos traços que se referem mais especificamente ao processo fisiológico da produção vocal.

A qualidade vocal, nessa ótica, seria o produto tonal complexo resultante de uma série de fatores heterogêneos que vão da anatomia a mais objetiva até a estética mais intuitiva. Assim, para que haja qualidade, é necessário levar em conta determinantes psicológicos, que dizem respeito à personalidade, à emotividade, ao temperamento, ao gosto e mesmo a uma certa evolução estética largamente influenciada pela norma cultural.

A qualidade da voz ou seu timbre vocal consiste, segundo o autor, em traços suprasegmentais e paralinguísticos. Nesse sentido, reconhecer um timbre significa projetar uma fonte por trás de uma voz, o corpo animado de uma pessoa, de forma a se confundir o estilo da voz e o da pessoa que a fez ressoar. Ademais, compreender a qualidade da voz significa abandonar-se à sedução.

O timbre da voz, na esteira de Parret (2002), seria um fenômeno quantitativo holístico, na medida em que o timbre se desenrola em uma duração, em um tempo que

não pode ser segmentado. Esse entrelaçamento da voz e do tempo configurar-se-ia como obstáculo à análise de componentes e quantitativa, por isso, afirma o autor que "o timbre da voz é antes o território dos poetas e dos apaixonados do que dos foneticistas"¹¹ (p. 51).

Parret (2002) denuncia a negligência do trabalho com a voz no domínio da fonologia, principalmente nas pesquisas de Troubetzkoy e Jakobson, e procura pontuar que embora o Saussure "oficial" também tenha negligenciado tal questão, os *Manuscritos de Harvard* mostram outra realidade. Parret (2002) vai além em seu questionamento e afirma que a fonologia estrutural precisou excluir o estudo da voz pelo fato de que tal objeto não caberia no binarismo proposto por tal campo de estudos. Assim, o autor reivindica o estudo do tema da "voz" para o campo da linguística e comprova que essa reflexão já está presente nos manuscritos do linguista genebrino.

É preciso pontuar, no entanto, que embora Parret denuncie o tratamento da voz pelos estruturalistas, ao buscar discutir essa temática não altera seu ponto de vista sobre a linguagem e mantém-se em um paradigma que concebe a língua enquanto sistema e/ou estrutura. Deriva de tal concepção de linguagem a possibilidade de o autor distinguir entre "la voix d'avant le langage", "la voix-parole" e "la voix d'après le langage". Ao observar a linguagem a partir do ponto de vista do discurso, do uso, nos vemos diante da impossibilidade de distinguir claramente os domínios que separam essas três esferas apresentadas.

O autor recorre ainda à tripartição porposta por Peirce para a análise da voz, ao afirmar que o som é um signo, que pode significar segundo um ícone, um índice ou um símbolo. Esse eixo semântico funcionaria como polaridade, a naturalidade *versus* a convencionalidade. Assim, o grito e o balbucio, da "voz de antes da linguagem", se situariam ao lado do "natural", o que foi denominado "pré-semiotização", já que a naturalidade da relação som-sentido se impõe de tal forma que nenhum interpretante a mediatiza. Segundo essa lógica, o som imitativo, a onomatopeia, configurar-se-ia como plenamente semiotizada e a semelhança transformaria o som em ícone. A indexicalização seria um segundo tipo de semiotização, como é o caso das semiotizações sinestésicas, em que o som funciona como um índice de um fenômeno não acústico "emprestado" a um outro domínio sensorial que não o auditivo.

Propõe ainda Parret (2002) que se redefina o que chamou de "dé-naturalisation" ou estetização do som vocal através da prática de uma fenomenologia tão sutil quanto aquela de Roland Barthes, que distingue três tipos de escuta: na primeira, a audição vai em direção aos índices; na segunda, haveria um deciframento, em que se tentaria captar o que seriam não mais os índices, mas os signos; e enfim na terceira, não se buscaria mais os signos determinados, no nível do que é dito, mas antes quem fala em um espaço intersubjetivo ou um jogo de transferência, em que haveria a escuta de uma significância.

A possibilidade de haver tonalidade estaria indissociavelmente ligada à temporalidade. Compreender a tonalidade da voz seria compreender a temporalidade da relação da voz com o ouvido. Reconhecer uma voz seria reconhecer o tom dessa voz. Esse reconhecimento estaria ancorado em uma experiência de tempo que marca o intercorpo enquanto relação de dois sujeitos. O sensível e o social vão, portanto, se interdefinir: a sensibilização do social provoca e pressupõe a socialização do sensível.

¹¹ Tradução minha; no original, lê-se: "[...] le timbre de la voix, c'est le territoire des poètes et des amoureux plutôt que des phonéticiens".

O significante corporal e sonoro "conotariam" a subjetividade profunda dos interlocutores, que figuraria como o motor da comunicação discursiva. A conversação se relaciona ao estado do mundo (semântica), ela "representa" quase objetivamente a norma social ou os papéis actanciais (pragmática) e enfim "apresenta" a materialidade do significante (corpo, voz) e acrescenta, assim, este fator incontornável da sedução (estética) (PARRET, 2002).

Assim, a sedução estética, que se acrescenta à informação semântica e à intensificação pragmática, se torna o fundamento da comunicação, na medida em que seria a sedução que fundaria a possibilidade mesma do estar junto na comunicação interpessoal. A possibilidade de os sujeitos estarem juntos se realiza no nível do "significante" de seus corpos, seus olhares, suas vozes.

Ao compreender o tom da voz, ou a qualidade da voz, Parret (2002) busca pensar as características que formam a identidade de uma voz, que permitem reconhecer a unicidade da voz. Consequentemente, devido à sua invisibilidade e outros meios corporais, a voz possibilitaria uma relação com a subjetividade do outro, ou seja, a voz do outro permite alcançar a interioridade de uma alma guardada que se deixa desvendar essencialmente na escuta.

Essa voz, plenamente corporal, portaria um buquê de temporalidades. Escutar-se-iam várias "vozes" superpostas na voz, e cada uma dessas vozes que se combinam portaria seu próprio tempo. Três "vozes" comporiam polifonicamente a voz, a "voz enunciante", a "voz narrativa" e a "voz actancial ou pathémisée". A primeira delas está no evento da voz-fala, do ato vocal do discurso; essa voz "transpõe" linearmente as categorias e técnicas gramaticais e retóricas que estão à disposição do temporalizador em ação. A essa voz enunciante acrescentar-se-iam as manifestações de natureza actancial e narratológica; a voz de um actante manifestaria a consistência aspectual, no entanto, a voz actancial não coincidiria necessariamente com a temporalidade da voz enunciante. Por fim, o sujeito temporalizador seria também um sujeito modal, um sujeito que possui a voz modalizada; o sujeito se "temporaliza" a partir de sua qualidade modal, seu tempo se projeta como uma dinâmica que possui a especificidade de um conteúdo modal.

Nos estudos literários, temos a discussão da temática da voz a partir do trabalho de Zumthor. Essa discussão será proposta na seção seguinte.

6 UMA POÉTICA DA VOZ

Em *Introdução à poesia oral*, Zumthor (1997) privilegia uma reflexão sobre a voz ligada à poesia oral. O autor apresenta discussões bastante pertinentes não apenas para pensar questões que envolvem os estudos literários, mas também os estudos da linguagem.

Zumthor (1997) não considera a oralidade de modo negativo, o que acontece quando ela é concebida a partir dos traços que contrastam com a escrita. A oralidade, dessa forma, não significa analfabetismo, pois não são intrínsecos a este os valores próprios da voz e de qualquer função social positiva que a esta possa ser atribuída. Ademais, o teórico contesta que possa haver uma sociedade de pura oralidade.

A diferença entre as produções orais e escritas estaria em que as primeiras interiorizariam a memória do mesmo modo que a espacializariam, já que a voz se estende num espaço, cujas dimensões se medem pelo seu alcance acústico, aumentada ou não por meios acústicos, que ela pode ultrapassar. Por outro lado, a escrita também é evidentemente espacial, mas o é de outra maneira; seu espaço é a superfície do texto. A repetitividade indefinida da mensagem em sua identidade intangível lhe dá garantias de vencer o tempo.

Para Zumthor (1997), o simbolismo primordial integrado ao exercício fônico se manifestaria eminentemente no emprego da linguagem, e aí se enraizaria toda a poesia. No entanto, uma voz sem linguagem, como o grito, não seria bastante diferenciada para transpor a complexidade das forças do desejo que a animariam. Da mesma forma, essa impotência afetaria também a linguagem sem voz que seria a escrita.

A voz, assim concebida, seria indizibilidade apta a se revestir de linguagem. Ela teria qualidades materiais como o tom, o timbre, o alcance, a altura, o registro, e a cada um deles se ligaria um valor simbólico. A consequência disso é que a linguagem seria impensável sem a voz. Por outro lado, a voz ultrapassaria a palavra. Seria aquilo que designa o sujeito a partir da linguagem, ou seja, a voz não traria a linguagem, esta nela transitaria sem deixar traço. Para o autor, a voz se diz quando diz, seu uso ofereceria um prazer, alegria de emanção que, sem cessar, a voz aspiraria a reatualizar no fluxo linguístico que ela manifesta e que, por sua vez, a parasita.

A *phoné* não se uniria imediatamente ao sentido, mas lhe prepararia o meio em que ele se afirmaria. Assim, toda a oralidade significaria vocalidade, e o logocentrismo, proposto por Platão, se desfaria. Haveria, então, um duplo desejo na fala, o de dizer e o que envolve o teor das palavras ditas. A intenção do locutor não seria mais apenas de comunicar uma informação, mas de provocar também o reconhecimento dessa intenção, ao submeter o interlocutor à força ilocutória de sua voz.

A tensão entre a palavra e a voz procederá a uma contradição insolúvel no seio de sua inevitável colaboração, entre a finitude das normas do discurso e a infinidade da memória; isto é, entre a abstração da linguagem e a espacialidade do corpo. Assim, o texto oral nunca preencheria inteiramente seu espaço semântico.

Uma poética da oralidade, segundo Zumthor, deveria, então, interrogar-se sobre as relações instáveis das quais resulta, em nível das concatenações de elementos e de seus efeitos de sentido, a economia particular do texto *dito*: sua intensidade, sua tendência a reduzir a expressão ao essencial, sua ausência e artifícios refreando as reações afetivas; a predominância da palavra em ato sobre a descrição; os jogos de eco e de repetição; o imediatismo das narrações, cujas formas complexas se constituem por acumulação; a impessoalidade, a intemporalidade.

Para Zumthor (1997), a poesia aspiraria a um propósito ideal, a se depurar das limitações semânticas, a sair da linguagem, ao alcance da plenitude, em que tudo o que não for simples presença será abolido. A escrita reprimiria ou esconderia tal aspiração, enquanto a poesia oral acolheria seus fantasmas e tentaria lhes dar forma, através de frases absurdas, repetições acumuladas até o esgotamento de sentido, sequências fônicas não lexicais, puro vocalizes.

Zumthor (1997) assume que a prosódia de um poema oral refere-se à pré-história do texto dito ou cantado, à sua gênese pré-articulatória, cujo eco é pela prosódia interiorizado. Fundamentalmente, a poesia oral só teria "regras" prosódicas; tal poesia não teria a função de transmitir conteúdos inteligíveis, mas apenas sons e ritmos. Para o autor (1997, p.173), "o ritmo é sentido, intraduzível em língua por outros meios".

Zumthor (1997) não distingue sujeito enunciador e sujeito da enunciação, o sujeito empírico do sujeito da linguagem, por exemplo; o que o leva a propor que, na forma da poética oral, a performance pode ser considerada um elemento e principal fator constitutivo. Considerada como instância de realização plena, ela determinaria todos os outros elementos formais que seriam "pouco mais que virtualidades" (1997, p. 55). A performance seria somente compreensível e analisável do ponto de vista de uma fenomenologia da percepção.

Considerando tal postura, Zumthor (1997) afirma que, na performance ritual, a conotação seria tão poderosa que poderia constituir por si só a significação do poema, embora admita que na performance de "tempo livre" o efeito tende a se diluir, mesmo que não se apague inteiramente. Essas modalidades espaciais da performance interfeririam nas do tempo, pois o lugar tanto quanto o momento poderiam ser aleatórios, impostos por circunstâncias estranhas à intenção poética. Contudo, o autor insiste na percepção de que o condicionamento espacial seria mais forte e mais constante do que o temporal.

Essa impossibilidade de transgressão dos esquemas discursivos comuns, ao introduzir o germe do anti-discurso, através de uma maneira específica marcada, que se dá de forma diferente em cada lugar, desmantelaria a ideia de um "fechamento do texto". Essa constatação leva Zumthor a afirmar que o discurso do poema não poderia ter em si mesmo seu próprio fim. O que restaria ao poema de força referencial, nesse caso, diria respeito à focalização, no contato entre os sujeitos corporalmente presentes na performance, ou seja, o portador da voz e quem a recebe.

O ouvinte faria parte da performance, ocupando um papel tão importante quanto o intérprete. A poesia seria então aquilo que é recebido, no entanto, tal recepção seria um ato único, fugaz, irreversível e individual, já que o estudioso duvida de que se possa viver a mesma performance de maneira idêntica.

Apresentadas algumas visões que direcionam a construção de diferentes conceitos de voz e, conseqüentemente, diferentes estudos sobre a voz, passo em seguida à apresentação de uma proposta, que se ancora no projeto de uma *antropologia histórica da linguagem*, proposto por Meschonnic (1982/2009).

7 POR UMA ANTROPOLOGIA HISTÓRICA DA VOZ

Na introdução deste artigo, utilizando-me das palavras de Meschonnic (1989/2006), atentei para a ideia de que a visão que temos de linguagem constitui-se como o nosso retrato. Durante a apresentação das diferentes seções, busquei estabelecer um debate elucidativo das conseqüências de se assumir uma determinada visão de linguagem, no sentido de observar como se constroem, a partir dela, as noções de sujeito, subjetividade, intersubjetividade, as relações entre a linguagem e os sujeitos, a linguagem e a realidade, a linguagem e a cultura, bem como a forma como se concebe a construção dos sentidos.

De acordo com esse debate, é possível observar que, em geral, as discussões envolvendo a voz o fazem a partir de sua relação com a língua. O que deve ser destacado, no entanto, é que a noção de língua de que essas posições teóricas lançam mão é aquela que a concebe enquanto estrutura e/ou enquanto sistema. Ou seja, predomina o pensamento do privilégio às unidades da língua, ao descontínuo, para utilizar os termos de Meschonnic.

Se a voz é o lugar da individualidade, da unicidade, da subjetividade, proponho aqui que se deixe o paradigma do descontínuo, para pensar a linguagem a partir do paradigma do contínuo, isto é, a partir do discurso. Como nos lembra Benveniste, conforme destacado na seção 3, um pensamento da individuação, do singular, do particular só pode recusar o signo, que existiria em si, fundaria a realidade da língua, mas não encontraria aplicações particulares, enquanto a frase, o discurso, não seria senão particular.

É, contudo, da mesma forma, imperativo que se atente para o fato de que essa alteração do ponto de vista sobre a linguagem não significa negar a presença de unidades na língua, mas considerá-las a partir de sua imbricação mútua com o discurso. O que se altera é a percepção de que as unidades combinadas constituem o discurso, e passa-se a considerar que é o discurso como um todo que atribui os valores a cada unidade.

Essa alteração do ponto de vista acerca da linguagem nos coloca diante da impossibilidade de separar a linguagem da voz e a voz da linguagem, na medida em que as fronteiras que separam o que Parret (2002) chama de "voz antes da linguagem" e "voz após a linguagem" se tornariam bastante fluidas. Dessa forma, conforme defende Meschonnic (2009), a voz e o discurso, o discurso e a voz são concebidos como indissociáveis, necessários um ao outro, assim como o significante e o significado, no signo.

Pensar, assim, uma *antropologia histórica da voz* significa pensar a voz como uma problemática que não pode estar alheia à problemática da linguagem e da subjetividade. O termo *antropologia*, no sintagma apresentado, nasce de uma leitura da obra benvenistiana por Meschonnic (1982/2009), e estabelece que a voz é o lugar da constituição do sujeito, de subjetividades, ou mais propriamente, de intersubjetividades, na medida em que, como ensina Benveniste (2006b), ao se enunciar, o "eu" estabelece uma outra pessoa, ao qual esse "eu" diz "tu" e que diz "tu" ao "eu". Tais termos não podem ser concebidos um sem o outro, são, portanto, complementares.

Ao considerar a voz como antropológica, pode-se afirmar que os sujeitos se constroem na e pela voz, e a voz no e pelos sujeitos, na empiricidade do discurso. Percebe-se, dessa forma, através da voz, a constituição da subjetividade, da intersubjetividade e da transubjetividade. Essa subjetividade é resultado da transformação do que se considera sentido ou valor na língua em valores no discurso e somente no discurso, em quaisquer níveis linguísticos.

O termo *histórica* intervém para destacar que esse sujeito que nasce na e pela voz, na empiricidade do discurso, ao dizer e dizer-se, também historiciza-se, constrói a sua história, inventa uma nova historicidade no discurso.

A partir dessa concepção de linguagem e de voz, percebemos que a voz não pode mais ser concebida necessariamente enquanto som. Para Meschonnic (2009), o considerar

a voz necessariamente como som nasce de uma confusão entre subjetividade e individualidade, subjetivismo e individualismo. Para o autor (1989/2006), a confusão entre a voz e o fônico é solidária da mesma confusão que identifica o ritmo enquanto fônico.

Pensando a voz e a subjetividade como elementos que se constituem mutuamente, que fazem parte da mesma problemática, podemos afirmar que, ao nos debruçarmos sobre os discursos, não é mais o som que escutamos, mas o sujeito. Assim, é necessário que o analista se coloque numa atividade de escuta da enunciação, tanto quando se depara com textos falados, quanto com textos escritos.

Ademais, é necessário observar que não se pode separar a forma do sentido, o som do sentido. É em uma relação de imbricação mútua entre esses elementos que se constrói a significância no discurso. Benveniste, ao se referir a tais elementos, utiliza a expressão "noções gêmeas de sentido e forma" (2006b, p.221). Para o linguista, tentar reinterpretar a oposição entre tais termos no funcionamento da língua integrando-a e esclarecendo-a, significa perceber que essa oposição contém, em sua antítese, o ser mesmo da linguagem, pois de um só golpe nos coloca no centro do "problema mais importante, o problema da significação" (2006b, p. 222).

Ao analisar os poemas de Baudelaire, Benveniste (2011) postula que a dicotomia entre forma e sentido tem menos sentido ainda no texto literário do que em qualquer outro lugar, pois o sentido em poesia estaria no interior da própria forma.

Para Meschonnic (1989/2006, p.59), no discurso há uma ritmicidade e uma prosódia que são denominadas "signifiância", isto é, uma organização, uma difusão de efeitos que se constituem, que se constroem indefinidamente. A significância, para o autor, não diz respeito aos sentidos lexicais das palavras, da sua significação em uma determinada situação com um determinado emissor e destinatário, mas ela os carrega, os atravessa, os une e os desune; enfim, os engloba.

Outra consequência da mudança de ponto de vista sobre a linguagem está na discussão sobre o sentido. Em Fónagy (1983), haveria uma mensagem primária que seria transformada por um modulador, e o estilo verbal seria uma mensagem secundária engendrada com a ajuda de um sistema de comunicação pré-verbal e integrado à mensagem linguística; Zumthor (1997) postula que a *phôné* não se uniria imediatamente ao sentido e que haveria um duplo desejo na fala, o de comunicar uma informação e o de submeter o interlocutor à força ilocutória. Percebe-se, portanto, que o sentido é concebido em camadas, como se pudesse ser acrescentado a outro sentido já existente.

A partir da concepção de linguagem aqui adotada, proponho a construção de sentidos no âmbito do discurso, onde essa construção será sempre nova, particular e singular. Segundo esse ponto de vista, é impossível determinar o que é exclusivamente do âmbito da linguagem e aquilo que é do domínio exclusivamente da voz. No contínuo do discurso, é a relação de imbricação entre ambos que contrói a significância do texto.

Não há, de acordo com esse ponto de vista, níveis de acentuação, níveis de produção de sentido, ao contrário, este é percebido enquanto transversal à linguagem, ao discurso. Dessa forma, ao mesmo tempo que a entonação é fonológica, é também aquilo que escutamos do sujeito em sua linguagem.

A análise da voz em discursos, devido a seu caráter transversal na produção de sentidos, passa por todos os níveis de linguagem: acentual, prosódico, sintático, morfológico. Observar a voz e como esta constrói sentidos, nessa perspectiva, nos leva a observar o ritmo, as rimas, os ecos prosódicos, os silêncios do discurso, o que tem como consequência compreender que a produção de sentidos nos textos e nas obras não se organiza apenas nas relações sintagmáticas, mas também através das relações associativas produzidas pelos discursos.

8 PALAVRAS FINAIS

Conforme o título do artigo, propus aqui fazer um "Ensaio sobre a voz", no sentido de refletir e discutir acerca de trabalhos que tematizam a voz, pensando acerca das concepções que estão imbricadas em cada uma das noções que são apresentadas, em especial, no que tange à observação daquilo que se constrói a partir de uma determinada visão de linguagem.

Ao buscar pensar o contínuo do discurso e, conseqüentemente, alterar o ponto de vista de que se observa a linguagem, propus uma concepção de voz que foi aqui denominada "uma antropologia histórica da voz", que faz eco à proposta de uma "antropologia histórica da linguagem", apresentada por Meschonnic (1982/2009). Considerando essa concepção de linguagem, propus alguns questionamentos e reflexões que devem fazer parte das considerações da noção de voz aqui apresentada. Tais considerações, conforme destaquei na introdução, apresentam-se como basilares para uma discussão teórica acerca da temática apresentada.

REFERÊNCIAS

- BENVENISTE, É. Saussure após meio século. In: _____. *Problemas de lingüística geral I*. Campinas: Pontes Editora, 2005a.
- _____. Da subjetividade na linguagem. In: _____. *Problemas de lingüística geral I*. Campinas: Pontes Editora, 2005b.
- _____. Semiologia da língua. In: _____. *Problemas de lingüística geral II*. Campinas: Pontes Editora, 2006a.
- _____. A forma e o sentido na linguagem. In: _____. *Problemas de lingüística geral II*. Campinas: Pontes Editora, 2006b.
- _____. O aparelho formal da enunciação. In: _____. *Problemas de lingüística geral II*. Campinas: Pontes Editora, 2006c.
- _____. *Baudelaire*. France: Limoges, Éditions Lambert-Lucas, 2011.
- CAVARERO, A. *Vozes plurais: filosofia da expressão vocal*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.
- DERRIDA, J. *A voz e o fenômeno: introdução ao problema do signo na fenomenologia de Husserl*. Tradução de Lucy Magalhães. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994.
- DESSONS, G. *Émile Benveniste, l'invention du discours*. Paris: Press, 2006.
- FÓNAGY, I. *La vive voix*. Paris: Payot, 1983.
- MESCHONNIC, H. *La rime et la vie*. France: Éditions Verdier, 1989/ Gallimard, 2006.
- _____. Benveniste: sémantique sans sémiotique. In: _____. *Dans le bois de la langue*. Paris: Édition Laurence Teper, 2008.

_____. *Critique du rythme: anthropologie historique du langage*. Lonrai, France: Éditions Verdier, 1982/2009.

PARRET, H. *La voix et son temps*. Bruxelles: Éditions De Boeck Université, 2002.

TRABANT, J. Le Humboldt de Henri Meschonnic. In: DESSONS, G.; MARTIN, S.; MICHON, P. *Henri Meschonnic, la pensée et le poème*. Paris: Éditions IN PRESS, 2005.

ZUMTHOR, P. *Introdução à poesia oral*. São Paulo: Editora HUCITEC, 1997.

Recebido em: 04/07/17. Aprovado em: 04/01/18.

Title: *Essay about voice*

Author: *Daiane Neumann*

Abstract: *This paper discusses the voice, a subject that is not common and therefore not considered in the language field. Thereunto, this work reflects on the construction of this object in distinct theoretical perspectives, from distinct fields. The goal of reflecting on different conceptions of voice is to elucidate the notion of language in each of them. Finally, considering a change of viewpoint about language, a proposal of historical anthropology of voice is presented, based on the project of an historical anthropology of language, proposed by Meschonnic (2009).*

Keywords: *Voice. Language. Historical anthropology of voice.*

Título: *Ensayo sobre la voz*

Autora: *Daiane Neumann*

Resumen: *El presente artículo trata de una temática poco considerada y discutida en los estudios del lenguaje, es decir, la voz. Para ello, utiliza reflexiones propuestas acerca de la construcción del objeto voz en diferentes perspectivas teóricas y en diferentes campos del conocimiento. El objetivo de hacer el pasaje por diferentes concepciones de voz es buscar elucidar la concepción de lenguaje que subyace a cada una de ellas. Al fin, a través del cambio del punto de vista acerca del lenguaje, es presentada la propuesta de una antropología histórica de la voz, anclada en el proyecto de una antropología histórica del lenguaje, presentado en Meschonnic (1982/2009).*

Palabras-clave: *Voz. Lenguaje. Antropología histórica de la voz.*



Este texto está licenciado com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.